



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DIREITO À COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
NA POLÍTICA COMUNICACIONAL DO MERCOSUL

Mônica Nubiato Matos

Brasília, 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DIREITO À COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
NA POLÍTICA COMUNICACIONAL DO MERCOSUL

Mônica Nubiato Matos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre.

Brasília, 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Direito à Comunicação e Participação Social na Política Comunicacional do MERCOSUL

Mônica Nubiato Matos

Orientadora: Profa. Doutora Dácia Ibiapina da Silva

Banca:

Profa. Doutora Dácia Ibiapina da Silva
Universidade de Brasília – Faculdade de Comunicação
(Presidente)

Profa. Doutora Kátia Maria Belisário
Universidade de Brasília – Faculdade de Comunicação
(Membro Interno)

Doutora Maria Claudia Barbosa de Oliveira Drummond
Consultora para assuntos do MERCOSUL – Senado
Federal
(Membro Externo)

Profa. Doutora Elen Cristina Geraldes
Universidade de Brasília – Faculdade de Comunicação
(Membro Suplente)

À Alice Nubiato Matos, a quem dedico todas as horas aqui investidas, com todo meu amor.

Agradecimentos

À minha professora orientadora, Doutora Dácia Ibiapina da Silva, e à professora Doutora Elen Cristina Geraldês, coordenadora da Linha de Pesquisa Políticas de Comunicação e de Cultura do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPGC-FAC-UnB).

Aos professores da jornada: Doutor Fernando Oliveira Paulino, Doutora Janara Kalline Leal Lopes de Sousa, Doutora Nélia Del Bianco e Doutor Luiz Claudio Martino.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF).

Aos companheiros do curso de Mestrado, em especial, às amigas Natália Oliveira Teles, Vanessa Negrini e Luísa Martins Barroso Montenegro.

Aos amigos que contribuíram com referências bibliográficas, indicação de contatos para as entrevistas, mediações e apoio moral: Celina Xavier de Mendonça, professor Roberto Malacrida (Universidade Metodista de São Paulo – UMESP) e Isabel Licursi.

Aos entrevistados: Dr. Rosinha (Alto Representante Geral do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL), Humberto Napoli Licursi, Carlos Borgna e Jorge Duarte.

Aos meus pais e meus irmãos.

Áporo

*“Um inseto cava
cava sem alarme
perfurando a terra
sem achar escape.
Que fazer, exausto,
em país bloqueado,
enlace de noite
raiz e minério?
Eis que o labirinto
(oh razão, mistério)
presto se desata:
em verde, sozinha,
antieuclidiana,
uma orquídea forma-se”.*

**Carlos Drummond de Andrade, A Rosa do Povo
(1945)**

Resumo

Esta dissertação analisa o processo de construção da Diretriz para a Política Comunicacional do Mercado Comum do Sul, a partir dos elementos direito à comunicação e participação social. A participação social é observada na perspectiva da comunicação pública, bem como na perspectiva da diplomacia pública. Utilizando a Dialética Histórico-Estrutural, de Pedro Demo (1995), aplicada como metodologia, busca-se compreender se os dois elementos supracitados são condições objetivas ou subjetivas na construção da política comunicacional, pelo caráter público do Mercado Comum do Sul, a fim de legitimar o bloco como organismo de integração aprofundada. A aprovação da Decisão do Conselho do Mercado Comum que trata das Diretrizes para a Política Comunicacional do Mercado Comum do Sul (Decisão CMC nº 47/2014) estabelece a comunicação como direito humano, com princípios de liberdade de expressão e acesso à informação. O documento sugere de modo implícito que o Mercado Comum do Sul tem/terá uma atuação no contexto de uma diplomacia pública, ou seja, com garantia de participação social. Porém, entre teoria e prática há uma barreira envolta de discursos políticos e diplomáticos. Conflitos entre discurso e práxis, interpretação própria das normas de acordo com interesses ideológicos a cada mudança de alinhamento político, influência da diplomacia tradicional dificultando a participação social e o acesso à informação, sigilo e reserva de documentos, constantes crises institucionais, burocracia estrutural, dependência de vontade política, e o déficit democrático são elementos que impedem o fortalecimento da integração regional aprofundada, o exercício da cidadania e o sentimento de pertencimento a uma unidade regional.

Palavras-chave: Dialética. Políticas Públicas de Comunicação. MERCOSUL. Direito à Comunicação e à informação. Diplomacia Pública. Participação Social.

Abstract

This dissertation analyzes the process of construction of the Southern Common Market (MERCOSUR) Communications Policy Directive based on the elements of communication and social participation. Social participation is observed from the public communication perspective, as well as from the public diplomacy perspective. Using the Historical-Structural Dialectics, by Pedro Demo (1995), applied as a methodology, it is sought to understand if the two elements mentioned above are objective or subjective conditions in the construction of the communicational policy, by the public character of Southern Common Market, in order to legitimize the bloc as an in-depth integration body. The approval of the Decision of the Common Market Council that deals with the MERCOSUR Communications Policy Directive (CMC Decision n° 47/2014) establishes communication as a human right, with freedom of expression and access to information principles. The document implicitly suggests that Southern Common Market has/will have an action in the context of a public diplomacy, that is, with guarantee of social participation. However, between theory and practice there is a barrier surrounded by political and diplomatic discourses. Conflicts between speech and praxis, proper interpretation of norms according to ideological interests with each change of political alignment, traditional diplomacy influence hindering social participation and access to information, secrecy and reservation of documents, constant institutional crises, structural bureaucracy, dependence of political , and the democratic deficit are elements that prevent the strengthening of deep regional integration, the exercise of citizenship and the sense of belonging to a regional unit.

Keywords: Dialectic. Public Communication Policies. MERCOSUR. Right to Communication and Information. Public Diplomacy. Social Participation.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1 OBJETO DE PESQUISA	17
1.1. JUSTIFICATIVA	20
2 QUESTÕES TEÓRICAS.....	23
2.1 DIREITO À COMUNICAÇÃO E DIREITO À INFORMAÇÃO COMO DIREITOS HUMANOS.....	25
2.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO PÚBLICA	32
2.3 DIPLOMACIA PÚBLICA E INTEGRAÇÃO REGIONAL	37
3 QUESTÕES METODOLÓGICAS	52
3.1 DIALÉTICA HISTÓRICO-ESTRUTURAL.....	54
3.2 PERCURSO INVESTIGATIVO E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	56
4 MERCADO COMUM DO SUL.....	66
4.1 MERCADO COMUM DO SUL INSTITUCIONAL.....	71
4.2 MERCADO COMUM DO SUL SOCIAL	80
4.3 MERCADO COMUM DO SUL CULTURAL	82
5 REUNIÃO ESPECIALIZADA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: RESOLUÇÃO GMC N. 155/1996	84
6 DIRETRIZ PARA A POLÍTICA COMUNICACIONAL DO MERCADO COMUM DO SUL	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICES.....	119
APÊNDICE “A” – ENTREVISTA 1: JORGE DUARTE.....	120
APÊNDICE “B” – ENTREVISTA 2: CARLOS BORGNA	141
APÊNDICE “C” – ENTREVISTA 3: FLORISVALDO FIER.....	159
APÊNDICE “D” – ENTREVISTA 4: HUMBERTO LICURSI.....	168
ANEXOS	183
ANEXO “A” – RESOLUÇÃO GMG N. 155/1996 – CRIAÇÃO DA RECS MERCOSUL.....	184
ANEXO “B” – PROPUESTA PARA UNA ESTRATEGIA DE COMUNICACIÓN Y DIFUSIÓN DEL MERCOSUR (2006)	186
ANEXO “C” – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE COMUNICAÇÃO DO MERCOSUL (2006)	196
ANEXO “D” – REFORMULACIÓN DE FUNCIONES DE LA PROPUESTA DE BRASIL PRA LA CREACIÓN DE UNA UNIDAD DE COMUNICACIÓN DEL MERCOSUR. LINEAMIENTOS	200
ANEXO “E” – ATA RECS N. 3/2007.....	202
ANEXO “F” – CARTA DE BUENOS AIRES (2007)	207
ANEXO “G” – PROPOSTA DO URUGUAI – POLÍTICA COMUNICACIONAL DO MERCOSUL (2013)	210

ANEXO “H” – PROPUESTAS DE LA PRESIDENCIA PRO TEMPORE DE VENEZUELA – POLÍTICA COMUNICACIONAL DE MERCOSUR.....	212
ANEXO “I” – LINEAMIENTOS HACIA UNA POLÍTICA DE COMUNICACIÓN Y INFORMACIÓN PÚBLICA DEL MERCOSUR – PROPOSTAS DA VENEZUELA (2013).....	216
ANEXO “J” – PROGRAMA DE TRABALHO 2013-2014	224
ANEXO “K” – PROGRAMA DE TRABALHO 2015-2016	226
ANEXO “L” – DECISÃO CMC N. 47/2014 – DIRETRIZES PARA A POLÍTICA COMUNICACIONAL DO MERCOSUL	227
ANEXO “M” – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DA RECS.....	232
ANEXO “N” – ESTRUTURA INSTITUCIONAL MERCOSUL.....	233

Lista de Quadros

Quadro 1 –	Estrutura do Mercosul.....	17
Quadro 2 –	Projetos em execução: Acordos de Cooperação para Aprofundamento da Integração Regional – Modalidade Extra Mercado Comum do Sul.....	48
Quadro 3 –	Resultados obtidos nos grupos temáticos de Comunicação e de Cultura e Identidade.....	76

Lista de Abreviaturas e Siglas

AECID	- Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
ALADI	- Associação Latino-Americana de Integração
ARGM	- Alto Representante Geral do MERCOSUL
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CMC	- Conselho do Mercado Comum
DHE	- Dialética Histórico-Estrutural
FAC	- Faculdade de Comunicação
FUNAG	- Fundação Alexandre Gusmão
GAIM	- Grupo de Avaliação Institucional do MERCOSUL
GMC	- Grupo Mercado Comum
INPRI	- Instituto Pesquisas em Relações Internacionais
IPPDH	- Instituto de Políticas Públicas em Direito Humanos do MERCOSUL
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
ONU	- Organização das Nações Unidas
PARLASUL	- Parlamento do MERCOSUL
PPGC	- Programa de Pós-Graduação em Comunicação do MERCOSUL
PPT	- Presidência <i>Pro Tempore</i>
RECS	- Reunião Especializada de Comunicação Social
SGT	- Subgrupo de Trabalho
UCIM	- Unidade Técnica de Comunicação e Informação do MERCOSUL
UMESP	- Universidade Metodista de São Paulo
UnB	- Universidade de Brasília
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UPS	- Unidade de Participação Social do MERCOSUL
UTCIM	- Unidade Técnica de Comunicação e Informação do MERCOSUL

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é o resultado de três anos de atuação profissional na Representação Brasileira no Parlamento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), ocupando o cargo de natureza especial (CNE 13) na Câmara dos Deputados, no Brasil, onde exerci função de assessoria de comunicação do mês de abril de 2010 até o mês de agosto de 2013.

O contato diário com o tema despertou certo encantamento pelo debate sobre a integração regional e os processos de globalização para além do pensamento econômico-mercadológico. Notei que a mídia, os acadêmicos, os políticos e os diplomatas tendiam a ignorar um elemento essencial no processo: não há integração sem pessoas. Em defesa da dimensão humana da integração, lutei contra a maré para construir um objeto de pesquisa que observasse a integração regional do MERCOSUL pelas lentes da comunicação social. Tal vivência foi enriquecida quando a Academia proporcionou a esta pesquisadora os meios de acesso aos métodos de pesquisa e suportes teóricos do campo em questão, além de outros campos, tais como: o Direito, a Geografia, a História e as Relações Internacionais, que contribuíram para a análise, com o propósito de sistematizar conclusões e refletir a necessidade de mudanças no modelo comunicacional do Mercado em questão.

Enquanto funcionária do MERCOSUL, mesmo que em uma tímida posição, foi possível observar algumas dificuldades e falhas nos processos comunicacionais entre as instâncias e os órgãos. O que mais chamou atenção foi a não procura por parte dos cidadãos comuns – não acadêmicos ou não pertencentes aos ramos da economia, do direito internacional, políticos etc. - pelos assuntos do referido organismo internacional – fato preocupante em virtude da ausência de uma consciência eleitoral da cidadania enquanto se discute o voto direto e universal para eleger os parlamentares que, um dia, representarão os cidadãos do MERCOSUL, sobretudo, no Brasil. Pelo *clipping* de notícias diárias sobre o MERCOSUL (da Representação Brasileira), perceberam-se discussões sobre vários temas no contexto das instituições fruto de contextos globais, em especial, no tangente à comunicação social regional, sobretudo quando o Uruguai e a Argentina debatiam suas Leis de Meios. Neste sentido tem-se aí o interesse pela Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL (RECS) como ambiente normativo para a presente pesquisa, acarretando os seguintes questionamentos: quais os objetivos desta instância?

Como ela funciona? Quem participa? Quais os temas abordados? O que produz em termos práticos e aplicáveis ao MERCOSUL?

Somam-se a esta experiência mais dois anos de pesquisa teórica e analítica durante o vínculo com Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPGC-FAC-UnB), onde foi possível o desenvolvimento do presente estudo.

À medida que acessava atas e documentos da RECS observei muitas ideias e propostas, mas pouca ação, ou seja, pouco se concretizou ou foram propostas temporais e de efeito passageiro (seminários, eventos etc.). Muitas iniciativas foram positivas no sentido de estimularem o debate. Mas o debate em poucos momentos atingiu o caráter público, algo ocorrido apenas quando a RECS incluía pautas na Cúpula Social. Sustentar a RECS como objeto empírico foi bastante difícil, sobretudo porque os argumentos sempre eram rebatidos com a visão de um bloco cuja atuação está centrada nas relações de mercado. Também pudera, assim sugere o próprio nome dado ao bloco: Mercado Comum do Sul. Não discordo desta atuação, porém, os documentos e a legislação do MERCOSUL provam o contrário. Sim, há o entendimento de que os países do MERCOSUL se uniram com objetivo de fortalecimento econômico. Mas, independentemente do modo de atuação e das ideologias representadas pelos líderes políticos, o fato é que identificamos um discurso documental e estrutural de integração sul-americana além das finanças, contemplando uma integração aprofundada que tange aspectos sociais e culturais do bloco regional. Até que, em 2014, ficou público o documento aprovado, a Decisão CMC nº 47/2014, que trata da Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL. O documento acrescenta a militância pelos direitos humanos e reforça a ideia de participação social nas decisões do bloco. Optamos pela metodologia Dialética Histórico-Estrutural, por onde elaborou-se o problema de pesquisa: o direito à comunicação e a participação social são condições objetivas ou subjetivas na construção da Política Comunicacional do Mercosul?

A consolidação do trabalho se deu, principalmente, por meio de entrevistas com ex-coordenadores da RECS, cuja bagagem institucional e observações sobre desafios e posicionamentos políticos contribuíram para compreender o ambiente de debates da RECS e como se deu a construção desta Diretriz para a Política Comunicacional.

Das vozes institucionais, Florisvaldo Fier, conhecido como Doutor Rosinha, foi entrevistado enquanto ocupava o cargo de Alto Representante Geral do MERCOSUL. Confirmando um discurso cuidadosamente institucional, ainda foi possível compreender a dialética entre o que se promove como abertura institucional e a presença de uma forte crítica à transparência na diplomacia. Concluímos que, além da incomunicação entre as instâncias estruturais, a diplomacia se sobressai na disputa de forças com o poder político. Outro aspecto, levando-se em consideração a cidadania MERCOSUL, são as limitações à participação social, elemento de cidadania. Dois espaços institucionais foram criados para proporcionar e mediar a participação social: a Unidade de Participação Social (UPS) e o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL). Ambos ainda não atingiram tal objetivo. Humberto N. Licursi, secretário de relações institucionais e comunicação social no Parlamento do MERCOSUL também foi entrevistado, permitindo ampliar a visão em instâncias, especialmente, do caráter representativo do cidadão.

Um longo caminho percorrido e muitos obstáculos: a dificuldade de sustentar um objeto tão sensível e escorregadio como uma política comunicacional que trata a comunicação como um direito humano no MERCOSUL foi posta principalmente por autoridades e pessoas integradas à instituição – como os coordenadores da RECS nos países membros (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela), sobretudo, nas chancelarias – todos procurados por correio eletrônico – comportaram-se de maneira desconfiada, foram evasivos, fugidios ou mantiveram-se em silêncio desde o início. A demora em obter respostas às questões simples como a localização de um documento ou tentativa de agendamento de entrevista, pelas vias institucionais, também foi um problema.

Experiências à parte, ossos do ofício para o crescimento do pesquisador, espero contribuir, sob a ótica da comunicação social, para reflexões em benefício do fortalecimento democrático e por uma integração regional aprofundada. O déficit democrático existente no MERCOSUL é um fato constatado e tema tão abordado pela comunidade científica em diversos campos da ciência. Acredito na relevância do campo da comunicação social para reforçar esta discussão. Este trabalho dedica-se à comunicação social (pela análise da política de acesso à informação pública, do direito à comunicação e à participação), como processo e instrumento estratégico em combate deste déficit. A participação social está garantida por meio de Decisões e Protocolos que definiram a estrutura do bloco. Esse papel se evidencia nos últimos anos em que o MERCOSUL foi

assumido por líderes que proferiram discursos da necessidade de participação social e da criação de estruturas que possibilitassem uma integração plena. As discussões sobre cidadania, direitos humanos e cultura adquiriam espaço nas estruturas institucionais do MERCOSUL, construídas conforme o Protocolo de Ouro Preto, de 1994, que define a estrutura do bloco e dá abertura para a criação desses espaços. Sugere-se que a academia e os militantes pela democratização das comunicações enxerguem o MERCOSUL como uma esfera pública com potencial de ampliar os debates e não desistam deste espaço.

O trabalho está dividido em introdução, seis partes e a conclusão. Na primeira parte está colocado o objeto de pesquisa. Apresentamos a Reunião Especializada de Comunicação Social como o ambiente normativo delimitado neste estudo para observar a construção de uma Política Comunicacional. Acrescentou-se ainda uma breve abordagem do cenário da democratização e regulamentação das comunicações nos países do MERCOSUL (BARROS, 2014; JAMBEIRO, 2000), com a finalidade de auxiliar na compreensão de porque o tema não avança no âmbito institucional e as razões que embarreiram os próximos passos para que, a partir da Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL, sejam construídas Políticas Públicas de Comunicação e fortaleça os aspectos democráticos da integração.

A segunda parte confere os aspectos teóricos e conceituais da pesquisa, destacando-se o conceito central do direito à comunicação, na abordagem dos direitos humanos. A partir desta abordagem refletimos sobre o conceito de participação social sob dois aspectos conceituais distintos: na comunicação pública, dando sequência à discussão de direito de acesso à informação iniciada na abordagem do direito à comunicação; e na diplomacia pública, como referência de uma política pública de comunicação das relações exteriores. Consideramos indispensável incluir o conceito de integração regional, objetivamente, por se tratar do principal argumento adotado para a formação do bloco regional em questão. Elegemos a integração real ou aprofundada (RICHARD, 2014) como proposta conceitual que mais se aproxima dos objetivos da dimensão social do MERCOSUL.

O caminho percorrido pela pesquisadora consta na terceira parte, onde se detalha a abordagem através da metodologia Dialética Histórico-Estrutural (DHE), de Pedro Demo (1995). Foram utilizados como instrumentos de pesquisa a entrevista semiestruturada, e a análise documental. Utilizou-se a visita técnica como um recurso extra para um reforço empírico ao objeto.

A quarta parte do trabalho é dedicada aos aspectos históricos-estruturais do MERCOSUL. Houve o cuidado de uma apresentação cronológica da construção estrutural do MERCOSUL de modo que seja clara a percepção da existência de uma dimensão social na integração regional para que seja possível compreender a análise desta estrutura dentro da metodologia proposta.

Na quinta e sexta partes, respectivamente, trouxemos as discussões da Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL sobre o pensamento comunicacional adentrando na análise por meio dos elementos dialéticos conflito social e as condições objetivas e subjetivas; e a elaboração da Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL, a Decisão CMC nº 47/2014, cujos efeitos recaem sobre a estrutura da organização, porém requer atenção quando inclui premissas de direito de acesso à informação, liberdade de expressão, sobretudo tratando o direito à comunicação como um direito humano – nesta última observamos os elementos dialéticos unidade dos contrários nos posicionamentos ideológicos e a problemática de sair da teoria e colocar as ideias propostas para a Política Comunicacional do MERCOSUL em prática.

Nas considerações finais estão conclusões possíveis e reflexões para a construção da Política Comunicacional do MERCOSUL, de acordo com as premissas apresentadas de garantia do direito à comunicação, em consonância com a militância pelos direitos humanos, e a inclusão da cidadania ativa através de uma possível democracia participativa nos órgãos e instâncias da organização intergovernamental.

A liberdade de expressão e o direito à comunicação e à informação são tratados como um direito humano nas Diretrizes para a Política Comunicacional aprovadas em dezembro de 2014 pelo Conselho do Mercado Comum, a Decisão CMC n. 47/2014. A menção é feita no preâmbulo do texto, onde se incluem os propósitos da diretriz. Ao citar no preâmbulo a liberdade de expressão e o direito à comunicação como direito humano, as Diretrizes para as Políticas Comunicacionais do MERCOSUL não garantem os direitos, mas definem os princípios que construirão as Políticas. Por outro lado, cabe destacar sinais de garantia dos direitos à comunicação e à informação nos objetivos específicos das Diretrizes (DECISÃO CMC n. 47/2014). Destacam-se os itens 2, 6, 7, 8 e 9 dos objetivos específicos:

[...]

2. Responder às necessidades dos povos com ações comunicacionais que reflitam o acesso à informação como um direito humano

[...]

6. Gerar mecanismos ágeis de circulação da informação entre os atores institucionais a fim de promover sua difusão.

7. Manter uma equipe estável e dinâmica que garanta um fluxo constante de informação de primeira mão e a criação e manutenção de um banco de dados de meios, líderes de opinião, organismos, instituições e atores sociais.

8. Articular com os órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL vinculados à dimensão social, visando produzir e disseminar conteúdos.

9. Conceber mecanismos de avaliação, medição e sistematização da comunicação e da informação pública do MERCOSUL (DECISÃO CMC n. 47/2014).

Os itens supramencionados permitem uma visão inicial da intenção de construção de uma política pública de comunicação, principalmente, uma política de transparência e prestação de contas dos atos do MERCOSUL. Nota-se intenção de uma estrutura formal que sugere eficácia e eficiência por meio de mecanismos ágeis, uma equipe dinâmica e coesa para manutenção do banco de dados e circulação das informações, articulação com outros órgãos e atores. É o que Joan Subitats (1994, p. 6) quer dizer quando aponta a necessidade de uma estrutura decisória para aplicação de uma política pública. Tal relação entre os beneficiados com a política e os atores relevantes na construção da agenda pública “dentro da estrutura formalmente estabelecida” permite os seguintes questionamentos

(SUBIRATS, 1994, p. 6): qual é a relação formal entre os atores e os beneficiados pela política (meios de negociação, hierarquia democrática, etc.)?; quais os requisitos formais do processo de construção da agenda?

São objetivos que demonstram a preocupação da comunicação na elaboração de políticas de acesso à informação, bem como os mecanismos e a eficiência dos mesmos, a articulação entre as instâncias e atores vinculados à dimensão social da integração, e por fim, instrumentos de avaliação e sistematização da informação e da comunicação pública do MERCOSUL. Acredita-se que o documento aponte para a formulação de normas específicas a fim de tratar a questão como política pública.

O público destas políticas está definido de acordo com o que foi classificado como “critério territorial” (DECISÃO CMC nº 47/2014), dividido em quatro categorias e conforme o tipo de mensagem: massiva ou focalizada.

- IntraMERCOSUL massivo: cidadania dos Estados Partes do MERCOSUL e meios massivos.
- IntraMERCOSUL focalizado: setores nacionais formadores de opinião (academia, organizações sociais, empresas, imprensa temática, agências de notícias).
- ExtraMERCOSUL massivo: cidadania estrangeira, organismos internacionais, meios internacionais massivos, etc.
- ExtraMERCOSUL focalizado: setores externos formadores de opinião (agências técnicas governamentais de terceiros países, academia, organizações sociais, imprensa temática) (DECISÃO CMC nº 47/2014).

Quando se definem as pautas, as ações e os instrumentos de atuação, o foco está centrado na visibilidade, noticiabilidade e na identidade do MERCOSUL. Conforme o item que define as pautas para que os órgãos e foros da estrutura institucional do MERCOSUL elaborem suas propostas de comunicação:

- A política de comunicação do MERCOSUL centrar-se-á nos acordos que impliquem um avanço e um aprofundamento da integração na região.
- Os temas que envolvam os Estados Partes serão comunicados com o prévio consentimento destes.
- Os temas objeto de negociação serão comunicados depois de concluídos (DECISÃO CMC nº 47/2014).

O item inclui mecanismos que podem ser compreendidos como instrumentos de opacidade, impedindo a tomada de conhecimento das posições de cada Estado Parte durante as negociações. A questão está em desacordo com o que propõe o relatório

MacBride (1993, p. 36) sobre o papel da comunicação no contexto de integração, que é “dar acesso a indivíduos, grupos e nações, para uma diversidade de mensagens que os ajudem a conhecer e entender os pontos de vistas e as aspirações dos demais”.

1.1. Justificativa

O Estado é tratado como sujeito de direito internacional, diferente do direito interno, onde o Estado disciplina por meio de normas o convívio em sociedade. Sobre a questão, Bárbara Mourão dos Santos (2011, p. 94) explica: “O Estado foi o primeiro sujeito de Direito Internacional Público a ser criado e, até hoje, é considerado o mais importante”. Os sujeitos de direito constituem personalidade jurídica para atuar na sociedade internacional, a exemplo dos organismos internacionais criados da associação entre Estados, por meio de tratados internacionais. Com a valorização dos direitos humanos e a constituição de organizações internacionais que defendem tais direitos, a discussão muda. Neste novo cenário, o indivíduo deixa de ser apenas sujeito de deveres, como tratado pelo direito internacional tradicional, e passa a ser o cidadão sujeito de direito internacional.

A sociedade civil busca, por meio de fóruns e Cúpulas Sociais, mais espaço de participação e debate nas estruturas do MERCOSUL. A RECS debate esta participação social nas reuniões, mas nota-se certa resistência por meio de uma permissão com restrições aos representantes da sociedade civil. Discutir democratização das comunicações, política pública de comunicação e diplomacia pública fortalecerá o debate em defesa do cidadão, do indivíduo, como sujeito de direito no direito internacional. Este pode ser o caminho para alcançar o sentimento de pertencimento a uma cidadania mercosulina.

Quanto ao cenário da democratização e regulamentação das comunicações, não é o objeto deste estudo, mas cabe uma breve consideração tratando-se de tema polêmico que conflita em tentativa de entrada na pauta nas reuniões da RECS. Jorge Duarte (2015) justifica que naquele momento não havia o entendimento de que a RECS deveria debater esses temas porque não deveria permitir que a instituição entrasse em assuntos internos dos países. A prioridade era construir uma política de comunicação institucional. Mas, a

Diretriz aprovada em 2014 traz princípios norteadores que se embasam em aspectos que não estão voltados apenas para a institucionalidade, mas se voltam para uma visão de que a instituição deve cumprir um papel de comunicação pública, por meio do acesso à comunicação, tratado nesta pesquisa como um derivado do direito à comunicação, assim como os mecanismos institucionais de participação social.

No contexto de intergovernamentalidade do MERCOSUL, os governos nacionais continuam sendo a principal autoridade no ambiente regulador da radiodifusão nos países do bloco em questão. Sobre o tema, Jambeiro (2000) observa que, nesse cenário, os governos não estão sozinhos e recebem influência de grandes grupos econômicos, associados ou não em entidades patronais, que utilizam jogo de pressão, onde concessionários se articulam com políticos influentes em busca de vantagens financeiras ou políticas.

Quanto à democratização das comunicações, Barros (2014) defende a ideia de que para fazer uso da liberdade de expressão, garantida em diversas constituições e incluída no preâmbulo das Diretrizes da Política Comunicacional do MERCOSUL, é preciso dar direito à voz.

Se assumirmos a defesa de direitos cidadãos como finalidade das políticas de comunicação do Estado podemos, de um modo geral compreender, no contexto estudado que Argentina e Venezuela alcançaram níveis de rompimento mais radicais, para efeito de regulação. Nesses dois países é possível identificar um acolhimento maior das demandas da sociedade civil não empresarial incorporando, inclusive, com clareza em seus textos legais o reconhecimento da comunicação como um direito humano inalienável. Brasil e Uruguai assumem uma postura mais intermediária, na medida em que adotam reformulações pontuais, começam a transparecer alguma aceitação a essas demandas, mas evitam ainda realizar rupturas mais drásticas com os interesses do empresariado do setor. Nesses países, portanto, mesmo que se reconheça alguns avanços, prevalece a lógica da manutenção de estruturas de privilégios desse grupo.

O caso do Paraguai percebe-se separadamente por pouco encontrar convergências com os outros países analisados. Sua estrutura política nacional é de uma democracia, mesmo no sentido minimalista, ainda muito instável, marcada por um recente impeachment, denunciado amplamente como golpe de Estado. Por esse seu contexto e por sua legislação precária para o setor de TV, o caso paraguaio tem sido considerado o modelo mais problemático de nossa análise (BARROS, 2014, p. 364).

Diante do exposto, é possível observar que a discussão sobre a democratização de comunicações no MERCOSUL, incluindo o debate no interior da instituição, é um tabu para o bloco em questão. Nos relatos dos entrevistados Carlos Borgna (2016) e Jorge Duarte (2015), observa-se a divergência do pensamento sobre o tema entre os países. Deste modo, as pautas da RECS eram negociadas antecipadamente, como afirmaram os dois ex-coordenadores entrevistados.

2 QUESTÕES TEÓRICAS

A abordagem conceitual desta pesquisa parte de uma visão multidisciplinar, na medida em que tema e objeto demandam aportes de várias áreas de conhecimento, especialmente: as ciências da comunicação, do direito, da política e das relações internacionais. A Reunião Especializada de Comunicação Social do Mercado Comum do Sul (RECS MERCOSUL) é observada como ambiente normativo, dentro da estrutura institucional, onde se constrói a política comunicacional do bloco regional.

A Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL (Decisão CMC n. 47/2014) está no centro desta pesquisa e, a partir deste documento afloraram os referenciais teóricos e conceitos necessários para a construção do objeto de pesquisa. Também são considerados outros documentos: o Tratado de Assunção (1991), o Protocolo de Ouro Preto (1994), o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL (2005) e as Atas de reuniões da RECS MERCOSUL no período analisado.

O termo “acesso à informação” está presente na Diretriz para a Política Comunicacional e no Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL. Conceitualmente, tem-se aqui o acesso ou o direito à informação como um derivado do direito à comunicação. A Diretriz também destaca a comunicação como direito humano, outro conceito necessário para a construção desta análise a respeito do lugar da comunicação e do lugar do direito na construção da Diretriz. Ressalta-se que o direito à comunicação recebe tratamento de direito positivo, ou seja, de modo que o Estado e/ou – em nosso entendimento – a entidade Intergovernamental, a exemplo do MERCOSUL, devem garantir condições para que o indivíduo tenha o direito de comunicar e de comunicar-se.

Neste sentido, Bobbio (2004, p. 7) aponta que:

[...] o processo de democratização do sistema internacional, que é o caminho obrigatório para a busca do ideal da “paz perpétua”, no sentido kantiano da expressão, não pode avançar sem uma gradativa ampliação do reconhecimento e da proteção dos direitos do homem, acima de cada Estado. Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos

fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo.

O argumento de Bobbio (2004) sobre o direito do homem acima de cada Estado reforça não apenas a ideia de reconhecimento da cidadania ao garantir direitos fundamentais, mas agrega todos os direitos fundamentais que são tratados na Declaração dos Direitos do Homem (ONU, 1948) e no Pacto de San José da Costa Rica (OEA, 1969). Ambos remetem ao direito à comunicação, o que leva ao entendimento de que a liberdade de expressão e o acesso à informação são direitos que estão além dos limites geográficos de um país. Entende-se que compete também aos blocos intergovernamentais com finalidade de integração regional a garantia desses direitos.

O MERCOSUL está em processo de construção de uma política de integração cidadã. Foi constituído como personalidade jurídica de direito internacional público, o que sugere também uma reflexão sobre os sujeitos de direito internacional. Em outras palavras, é possível questionar: quem pode ter acesso à informação do MERCOSUL e por quais vias? Como o direito à comunicação, sendo direito humano, é garantido ao cidadão comum, individual ou coletivamente, a partir desta política comunicacional que interfere diretamente na esfera institucional?

Trazemos aqui, para fins desta pesquisa, o conceito de comunicação pública através do princípio da publicidade, que deve ser tratado pelas instituições públicas e governamentais. Este conceito acompanha os elementos de transparência dos atos públicos e de democracia. A discussão sobre participação social na esfera institucional é trazida como um elemento de cidadania e de esfera pública. A partir do conceito de esfera pública de Habermas (2003), é possível compreender a relação dialética entre esfera pública e esfera institucional do MERCOSUL.

O Brasil entende o MERCOSUL como integração entre países da América do Sul (AMORIM, 2011). Os demais membros do bloco o entendem como bloco de integração Latino Americana. Esta última abordagem é sugerida a partir da análise de que, conforme previsto no Tratado de Assunção, para fazer parte do bloco é necessário ser membro da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Este trabalho não aprofunda os significados oriundos de um conceito tão abrangente, o de América Latina. Portanto, o

significado que se busca compreender é o de integração regional sul-americana, a partir do contexto de globalização.

Aborda-se a seguir os principais conceitos que sustentam os argumentos construídos no decorrer desta pesquisa acerca da importância da comunicação no âmbito do MERCOSUL: Direito à Informação e à Comunicação como Direitos Humanos, Participação Social, Comunicação Pública, Diplomacia Pública e Integração Regional.

2.1 Direito à comunicação e direito à informação como direitos humanos

O presente tópico atenta ao desenho do que se considera direito à comunicação e à informação como direito humano para fins deste trabalho, e ainda busca evidenciar o significado da ausência deste direito no contexto desta pesquisa. Uma nação, organização internacional ou ambiente onde não esteja garantido o direito em questão estão imersos na cultura do silêncio, como explica Venício Lima em estudo sobre o educador brasileiro Paulo Freire:

A cultura do silêncio caracteriza a sociedade a que se nega a comunicação e o diálogo e, em seu lugar, se lhe oferecem “comunicados”, vale dizer, é o ambiente do tolhimento da voz e da ausência de comunicação, da incomunicabilidade. Mas não basta ter voz porque o “mutismo” da “cultura do silêncio”, insiste Freire, “não significa ausência de resposta, mas sim uma resposta que carece de criticidade”. (LIMA, 2012, p.67)

Em outras palavras, a cultura do silêncio está presente em ambientes pouco ou nada democráticos. Nos marcos legais do MERCOSUL, o termo democracia está presente, sendo uma regra a manutenção da ordem democrática das instituições em seus Países Membros, sob pena de suspender o Estado afetado do gozo dos direitos e obrigações, conforme prevê o Artigo 6 do Protocolo Ushuaia I (1998), e o Artigo 1 do mesmo, *in verbis*: “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo”.

Como afirma Ebadi (2013), é preciso considerar que a democracia não é um simples jeito de governar ou sistema político, mas trata-se de uma cultura construída historicamente. A jurista internacional também constata que a democracia se apresenta em diferentes tipos e graus, mas, sobretudo, necessita de monitoramento dos cidadãos. Este

monitoramento implica em participação social, questão abordada mais adiante – ainda neste capítulo – mas está diretamente vinculada com a garantia do direito à comunicação.

Deste modo, Brittes (2013) define direito à comunicação como: “Aglutinador de uma série de direitos, liberdades e deveres envolvendo os indivíduos em sua esfera comunitária, no âmbito da comunicação social” (BRITTES, 2013, n. p.). Portanto, envolver-se com os assuntos comunitários é compreendido, ao mesmo tempo, como um direito e um dever do cidadão. Ainda nesse viés, Oliveira Paulino e Gomes (2012, p. 82), descrevem o direito à comunicação como “[...] um direito trivalente que reúne elementos dos direitos fundamentais de liberdade, prestação e participação”.

Do direito à informação compreende-se o direito de se informar e o de ser informado, ou ainda, como observa Correia (2005, p.629), o direito de acesso à informação. Note-se a diferença do direito de informar, que está relacionado às liberdades de expressão e comunicação social.

Neste sentido, para Correia (2005, p. 629):

O direito de se informar corresponde a um direito absoluto, de procurar e recolher informação (onde quer que ela esteja e quem quer que a tenha), tendo como contrapartida, do lado do sujeito passivo, um dever geral de respeito e de não impedimento (grifo do autor).

A relevância de observar o direito à informação neste trabalho ocorre pelo conflito que se apresenta na Decisão CMC n. 47/2014 – Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL – ao propor mecanismo que resulta em manter reserva aos assuntos em negociação, de modo que não se tenha conhecimento dos detalhes e posicionamentos de cada país membro na tomada de decisão. Apesar de o próprio Alto Representante Geral do MERCOSUL, Florisvaldo Fier (2016), reconhecer que para muitos assuntos não há necessidade de reserva, a questão está em desacordo com o papel da comunicação em contexto de integração (MACBRIDE et al, 1993).

O Relatório da Comissão MacBride (MACBRIDE et. al, 1993) destaca que entre os papéis da comunicação estão a informação, a socialização, a motivação, o diálogo, a educação, o avanço cultural, o entretenimento e a integração. De acordo com o documento, o papel da informação está relacionado ao ato de “coletar, armazenar, processar e divulgar notícias, fatos e opiniões que são necessárias para chegar a um entendimento das situações, para a tomada de decisões adequadas” (MACBRIDE et al., 1993, p. 36). Note-se que para

a Comissão MacBride não há distinção do papel da informação entre o direito de informar e o direito de informar-se. Mas o cerne destes dois direitos é exatamente o objetivo de compreender, refletir e debater questões de maneira a decidir com mais clareza.

Além da informação e da integração, os demais papéis da comunicação também contribuem para o esclarecimento para a tomada de decisões, o que implica em socialização e participação social, a promoção do diálogo, o intercâmbio de conhecimento por meio da educação e do avanço cultural. Sobre a questão, Marques de Melo (1998, p. 22) assim observa que o idioma é um dos principais desafios comunicacionais do MERCOSUL:

[...] o principal desafio comunicacional do MERCOSUL reside na superação das barreiras linguísticas que ainda subsistem no conjunto das nossas populações. Torna-se urgente um vasto projeto de cooperação cultural, começando pela mútua necessidade do aprendizado do idioma espanhol no Brasil e do português na Argentina, Paraguai e Uruguai.

Após dezoito anos, a proposta de Marques de Melo (1998) para aproximação linguística e cultural, apesar de relevante e necessária ao processo de integração, não ganhou força. A proximidade geográfica não é o elemento relevante no processo de integração, como veremos mais adiante. A discussão é mais ampla. Segundo aquele autor, “comunicar, expressar livremente fatos e ideias, pressupõe o domínio do código e o acesso aos conteúdos que permitirão produzir mensagens” (MELO, 1986, p. 69). Sem tal pressuposto, não é possível difundir ou divulgar, logo, pressupõe “manejo de informações” (MELO, 1986, p. 69). Quando o Brasil, de proporção continental, fala uma língua diferente de todos os demais países da América do Sul e, sobretudo, sendo o inglês ainda a primeira opção nos projetos pedagógicos, o espanhol não ser tratado como prioridade nos programas ainda é um problema para a integração. Tal desatenção por parte dos poderes decisórios do bloco justifica a visão de muitos – e a ausência do sentimento de cidadania MERCOSUL – de que se trata apenas de um bloco econômico, distante de qualquer projeto de integração regional.

A contextualização dos direitos humanos aqui se faz necessária para análise da Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL, quando a mesma define no Preâmbulo:

A Política Comunicacional do MERCOSUL deve reconhecer a comunicação e a liberdade de expressão como direito humano, tanto individual quanto coletivo. Além de garantir à cidadania do MERCOSUL o direito de acesso à informação livre e plural sobre o bloco (MERCOSUL, Decisão CMC n. 47/2014).

A abordagem dos direitos humanos, em essência, tem caráter ideológico e militante, dado o processo histórico em que surgiu o conceito e os debates para a construção de tais direitos. O pensamento iluminista e realização filosófica, sugerem um sistema de valores de validade universal. A vida e a dignidade humanas são o centro destes valores, como “requisito para que as pessoas possam construir sua vida em liberdade, igualdade e dignidade” (HEINTZE, 2009, p. 23).

Os direitos humanos eram “consolidados nas legislações nacionais, antes de se tornarem matéria do direito internacional” (HEINTZE, 2009, p. 23). A discussão adquiriu dimensão internacional na medida em que os Estados tinham interesse de proteger os cidadãos ou os diplomatas, em visita ou enviados para estabelecer residência em outro país. Pela Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1945, de acordo com as regras de interpretação da Convenção de Viena, de 1969, após a segunda guerra mundial, os Direitos Humanos foram tratados pela primeira vez como Direito Internacional Público. Antes disso, os direitos humanos eram tratados pelo direito interno, apenas no âmbito internacional quando se desejava proteger um nacional em visita a um país estrangeiro ou quando se desejava enviar um diplomata para outro país.

Os direitos humanos, conforme prevê a Declaração Universal (ONU, 1948) não são conferidos aos Estados, mas aos indivíduos que são sujeitos às leis do Estado, e são compostos por direitos civis, políticos, econômicos, sociais e coletivos. Tal questão é tema de debate entre juristas do direito internacional (BASTOS, 2013; PIOVESAN, 2013; REZEK, 2011; MIRON, 2002), porque, primariamente, o sujeito de direito internacional é o Estado. Mais adiante, o sujeito de direito será tratado no âmbito do MERCOSUL e aprofundaremos, dentro dos limites da pesquisa, esta questão.

O tratamento do direito à comunicação como um direito humano está previsto no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948):

Artigo 19º - Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, este direito implica a liberdade de manter as suas próprias opiniões sem interferência e de procurar, receber e difundir informações e

ideias por qualquer meio de expressão independentemente das fronteiras.
(ONU, 1948)

A complexidade de se discutir a garantia ou os casos que violem o direito à comunicação no contexto dos direitos humanos implica na necessidade de mecanismos de aplicação dos direitos. Para Hans-Joachim Heintze (2009, pp. 28-29), é possível considerar vantagens e desvantagens nos direitos humanos. Entre as vantagens, a abrangência de todos os direitos em sua unidade, porque os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais não são direitos de segunda classe. Um exemplo trazido por Heintze (2009, p.29) são os direitos à educação ou alimentação, considerados pré-requisitos para a percepção dos direitos políticos. Estendemos aqui a noção de que o direito à comunicação também é considerado um pré-requisito para percepção dos direitos políticos. Favorável à sua dimensão, a Declaração dos Direitos Humanos teve aprovação unânime pela Assembleia Geral da ONU, com exceção da antiga União Soviética e a Arábia Saudita que se abstiveram (HEINTZE, 2009, p.29).

Das desvantagens, a Declaração não se refere à autodeterminação dos povos, pois esta é vista como requisito para a percepção dos direitos humanos. Outro exemplo mencionado por Heintze (2009, p.29) é a situação dos palestinos que têm o direito à autodeterminação negado. O que mostra que os mesmos não exercem outros direitos humanos, como os de liberdade de locomoção, trabalho, saúde, etc. Outra desvantagem está no fato de que a Declaração é uma Resolução da Assembleia Geral e, por este motivo, não é fonte do Direito Internacional juridicamente vinculativa. Trata-se apenas de declarações políticas de relevância moral, mas não tem mecanismos de aplicação jurídica. Para que se torne exequível, requer transformação em lei nacional, o que pode acarretar em transformações de conteúdo. Na literatura jurídica, pertence ao direito internacional consuetudinário (HEINTZE, 2009, p.29).

A proteção regional dos Direitos Humanos está no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), pela Convenção Americana de Direitos Humanos ou Pacto de San José da Costa Rica, aprovado em 1969, e em vigor desde 1978. Todos os atuais cinco países membros do MERCOSUL são signatários: Argentina desde 1984; Brasil desde 1998; Paraguai ratificou em 1993; Uruguai, em 1985; Venezuela, em 1977. A Bolívia, em processo de adesão como membro pleno do MERCOSUL, também é signatária desde 1993.

O Pacto de San José é a convenção mais abrangente, com 82 artigos. Garante, entre outros, o direito à vida, à integridade social, à liberdade da pessoa, ao processo judicial justo, à privacidade, a um nome, à nacionalidade, à participação em tomada de decisão estatal, à igualdade e à proteção legal (HEINTZE, 2009, p.73). Percebem-se as garantias do direito à comunicação no Artigo 13:

Artigo 13. Liberdade de pensamento e de expressão - 1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha. (OEA, 1969)

A garantia desses direitos pode ser medida, quantitativa e qualitativamente, por meio de indicadores que verificam os níveis de desenvolvimento e de democracia. Vicenti Brunetti (1997, p.165), afirma que não há desenvolvimento sem trocas sociais, “considerando como indicadores de referência os níveis de vida, as condições econômicas e as conquistas sociais, educativas e comunicacionais que um grupo determinado ou uma região específica como o MERCOSUL”, deseja alcançar através do processo de transformação, no menor tempo possível. Para Shirin Ebadi (2013), o enquadramento da democracia está nos direitos humanos. Não está limitando apenas ao voto da maioria, mas observando o respeito aos direitos e garantias individuais e coletivas dos seres humanos.

Um projeto de indicadores para mensurar o direito à comunicação no Brasil foi organizado pelo Coletivo Intervezes, em 2004, enquanto trabalhavam na confecção do relatório brasileiro *Global Governance Project* da campanha *Communication Rights in the Information Society* (CRIS). O referido projeto considerou os indicadores a partir de quatro questões: base constitucional e legal, implementação, atores e tendências contemporâneas e futuras. As questões foram aplicadas aos temas ligados ao direito à comunicação: liberdade de expressão, pluralidade dos meios, propriedade intelectual, respeito à diversidade cultural, privacidade nas comunicações, acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs) e participação da sociedade civil nas decisões. Neste trabalho, analisando o ambiente normativo a partir da estrutura institucional, onde busca-se compreender o que é comunicação para o MERCOSUL e como este bloco regional trata a comunicação social (conceitualmente e na prática) na formulação de políticas, identificamos como possíveis indicadores aplicáveis – considerando os elementos do

direito à comunicação, previsto no Pacto de San José (OEA, 1969), a participação social nas estruturas do bloco, o acesso à informação, a liberdade de expressão e o respeito à diversidade cultural (pluralidade).

Institucionalmente, o MERCOSUL não tem uma instância recursiva direta para o cidadão. Segundo o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL (Decisão CMC n. 23/2005), Artigo 4º, é competência do Parlamento “Receber, examinar e se for o caso encaminhar aos órgãos decisórios, petições de qualquer particular, sejam pessoas físicas ou jurídicas, dos Estados Partes, relacionadas com atos ou omissões dos órgãos do MERCOSUL”. Pode-se entender omissão de informações, ou atos de impedimento às liberdades de expressão, de opinião e de participação social. Quanto à participação popular, o Artigo 4º ainda confere que é competência do Parlasul “Fomentar o desenvolvimento de instrumentos de democracia representativa e participativa no MERCOSUL”.

O Parlamento ainda não tem representação direta, o que é questão controversa. Apenas Argentina e Paraguai realizam eleições diretas universais para parlamentares que representam seus cidadãos no MERCOSUL. Os demais países ainda não cumpriram os prazos previstos nas etapas de transição do Protocolo. A condição para ser membro do MERCOSUL, além de fazer parte da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), é ter o estado democrático de direito instaurado em cada nação, sendo o sufrágio direto e universal condição exigida como indicador de pleno gozo democrático. O Parlamento do MERCOSUL, institucionalmente um espaço possível para a participação social, ainda não é um bom exemplo de democracia representativa. Mas não se deve ignorar suas potencialidades para o exercício democrático.

A OEA tem a Corte Interamericana de Direito Humanos, instância que permite que qualquer cidadão dos países signatários apresente recursos das ações de violação dos direitos humanos sofridas, desde que esgotadas as instâncias nacionais.

Em 2015 foram registrados 57 casos de violações graves a comunicadores, segundo monitoramento da Organização Artigo 19. Destes, após apuração, foi estabelecida a relação entre a violação e o exercício da Liberdade de Expressão em 35 casos. O balanço brasileiro da violação do direito à comunicação, em três anos, “chega-se ao número de 121 comunicadores vítimas de homicídios, tentativas de assassinato, ameaças de morte e sequestros entre 2012 e 2015” (ARTIGO 19, 2015, p.12). Compreende-se, para fins

conceituais, que a violação do direito à comunicação não se restringe aos atos de violência contra comunicadores e a liberdade de expressão, mas à negação ou impedimento para o acesso à informação, como vimos nos textos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e no Pacto de San José da Costa Rica (OEA, 1969).

2.2 Participação social e comunicação pública

A discussão sobre participação social para os assuntos do MERCOSUL permite estender a ideia de sociedade civil como um ente internacional. Excluimos daqui as lógicas de sociedade civil, elencadas por Boaventura de Sousa Santos (1999): a concepção liberal clássica voltada para uma "pluralidade atomística de interesses econômicos privados" (SOUSA SANTOS, 1999, p.123), cujo discurso é conservador; a sociedade civil socialista que "dominou a reflexão teórica dissidente na fase final dos regimes socialistas de Estado do Leste Europeu" (SOUSA SANTOS, 1999, p.123). Para fins deste estudo, cabe a lógica dos novos movimentos sociais em defesa de frentes temáticas (ecológicos, antinucleares, pacifistas, feministas), como exemplificou Sousa Santos (1999, p.123), onde enquadrámos os grupos que defendem os direitos humanos e os movimentos pela democratização da comunicação. Estes novos movimentos sociais demarcam-se "mais ou menos radicalmente da concepção liberal, apelando para a ideia de uma sociedade civil pós-burguesa antimaterialista" (SOUSA SANTOS, 1999, p.123). Embora, observamos a prudência sugerida por Sousa Santos (1999) aos cientistas sociais de que nem a sociedade civil antimaterialista pós-burguesa, nem a socialista foram pensadas pela distinção de Estado. Estes novos movimentos sociais se constituíram historicamente.

Partindo das considerações acima, a ideia de cidadania internacional e sociedade internacional, abordada por Marques de Melo (1986), Neto (2005) e Gorczewski e Martin (2011) permeia o debate dos direitos humanos no próprio Direito Internacional à medida que se direciona para a ideia de sociedade e cidadania global. A considerar os elementos inerentes à cidadania, é *mister* refletir quem é sujeito de direito nessa sociedade internacional. A concepção de uma organização intergovernamental na contemporaneidade, personalidade jurídica de Direito Internacional Público, não se restringe mais ao modelo lógico aplicado até o final da Segunda Guerra Mundial, quando o entendimento era de que a soberania absoluta do Estado Nacional resultava numa política

interna voltada à cidadania, impedindo a atuação de entidades internacionais no plano interno dos países. Neto (2005) pontua que as mudanças de paradigma aconteceram na segunda metade do século XX, quando a legitimidade da soberania passou a ser criticada frente à violação dos direitos humanos, ou seja, o modelo de cidadania nacional não pode ser abstraído da opinião pública internacional. Aí, nesse novo contexto mundial, a legitimidade das cidadanias nacionais é aferida também sob o monitoramento das entidades governamentais e não governamentais de todo o mundo. Os próprios Estados Nacionais passam a aceitar a fiscalização como garantia da cidadania, em face de eventuais falhas e omissões da política interna desses Estados (NETO, 2005). A ação democrática pressupõe indivíduos ativos no cenário que não se resume a um regime político, mas uma sociedade organizada em busca de informação e da garantia de direitos. Para Gorczewski e Martin (2011, pp. 207-208), em cidadania não cabe a figura do cidadão passivo. Este também é o pensamento de Marques de Melo quando escreveu que "Um povo que não tem experiência de participação, de intervenção na coisa pública, de exercitação de sua capacidade de influir nas decisões nacionais, é um povo condenado à marginalização social e política, a permanecer mudo, silencioso, apático. (MARQUES DE MELO, 1986, p. 65). Porém, mesmo em contextos onde o Estado tem redução de poder e protagonismo, isso não significa que o indivíduo tem aumento de poder (GORCZEWSKI; MARTIN, 2011).

Seguimos advertindo quanto à persistência de uma noção excessivamente dependente das fronteiras territoriais de um país – ao menos no mundo ocidental, a ideia de cidadania ainda está radicalmente vinculada ao Estado-Nação - enquanto dentro do mesmo Estado coexistem profundas diferenças com respeito ao status jurídico dos seres humanos que ali estão. A noção de cidadania continua sendo fonte de profundas discriminações e a não pode ignorar nem o princípio da dignidade humana nem os direitos humanos. Assim, buscamos configurar um conceito compatível com tais princípios (GORCZEWSKI; MARTIN, 2011, p. 208).

A relevância da proposta de Gorczewski e Martin (2011), apesar de certo nível de engajamento, é para que uma nova noção de cidadania seja observada a partir do contexto de uma sociedade global, “revisando o modelo de cidadania multicultural assim como o de cidadania europeia”, onde estendemos a ideia à iniciativa - tentativa - do bloco regional de construção da cidadania MERCOSUL. Identificamos, através do pensamento de Gorczewski e Martin (2011), aquilo a que Neto (2005) se refere como Direito

Internacional dos Direitos Humanos. No contexto de internacionalização das questões nacionais, a sociedade civil internacional surge como um novo ator, cujo papel é fiscalizador dos assuntos internos nos países. Segundo Neto (2005), o modelo de cidadania nacional está contido numa comunidade internacional, consentida pelo Estado para monitorar e controlar a garantia dos direitos humanos, quando as instituições nacionais se demonstram insuficientes ou inexistentes.

Compreendendo a sociedade civil como um ator cujo papel é o monitoramento dos temas de interesse público, o debate sobre a democratização das comunicações no Brasil ganhou a representação de instâncias e entidades distintas, mas convergentes. Como observa Ramos (2007, p. 45), o movimento brasileiro é formado pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, de caráter nacional, e o coletivo Intervozes, criado em 2002, ligado à campanha CRIS Brasil, cuja sigla vem do inglês – *Communication Rights for the Information Society*. No Brasil, a ONG Artigo 19, de articulação internacional, também se propõe a fiscalizar o direito à comunicação no país. Ramos (2007) não se refere diretamente à sociedade internacional, mas à ideia de sociedade civil superestrutural.

Aqui observamos o espaço de atuação da sociedade civil, representada pelos movimentos sociais e organizações não governamentais. Compreende-se este espaço como esfera pública de função política com participação social, nos termos de Jürgen Habermas (2003), cuja regulamentação a opinião pública disputa com o poder público criando um deslocamento das tarefas políticas de uma comunidade para tarefas mais propriamente civis, com debate público.

A denominada sociedade civil tem reivindicado espaços internos às estruturas de poder para emplacar as agendas de debates, sobretudo nas instâncias do MERCOSUL. Habermas (1997, p.92) descreve a esfera ou espaço público, assim como a ação, o ator, o grupo ou coletividade, como fenômenos sociais. Tal fenômeno, na visão *habermasiana*, não é elaborado para descrever a ordem social, como um conceito tradicional.

Neste sentido, segundo Habermas (1997, p. 92):

A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos,

exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.

Portanto, não se trata de transformar o MERCOSUL ou o Parlamento, ou ainda suas instâncias menores em esferas públicas. Não são os limites internos, sistêmicos ou fechados que definem a esfera pública. As instâncias do MERCOSUL são espaços de mediação dessas redes para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, nos termos de Habermas (1997).

Deste modo, buscamos olhar para a comunicação pública do MERCOSUL de modo mais amplo, não restrito à comunicação pública midiática. Pretende-se apresentar a comunicação como direito humano, elemento de cidadania, incluindo os processos comunicacionais e a comunicação em si promovida pelas organizações públicas, observando sua política comunicacional. Para justificar esta compreensão de comunicação pública, tratando o cidadão e a participação social como razão de ser nesse processo, estamos de acordo com Kunsch (2013, p. 4), conforme segue:

Alguns princípios são fundamentais para nortear a comunicação na administração pública. A instituição pública/governamental deve ser hoje concebida como instituição aberta, que interage com a sociedade, com os meios de comunicação e com o sistema produtivo. Ela precisa atuar como um órgão que extrapola os muros da burocracia para chegar ao cidadão comum, graças a um trabalho conjunto com os meios de comunicação. É a instituição que ouve a sociedade, que atende às demandas sociais, procurando, por meio da abertura de canais, amenizar os problemas cruciais da população, como saúde, educação, transportes, moradia e exclusão social.

Para colocar em prática esses princípios, faz-se necessário adotar o verdadeiro sentido da comunicação pública estatal, que é o do interesse público. O poder público tem obrigação de prestar contas à sociedade e ao cidadão, razão de sua existência. É preciso que os governantes tenham um maior compromisso público com a comunicação por eles gerada, diante dos altos investimentos feitos com o dinheiro público.

Deste modo, Kunsch (2013) nos apresenta a comunicação pública como um conceito de múltiplas abordagens, mas todas voltadas ao direito do cidadão e dever institucional, por meio de práticas organizacionais que permitam ao cidadão ter acesso e ciência dos atos públicos.

A comunicação pública configura um conceito complexo que permite extrair múltiplas abordagens teóricas e reflexões sobre sua prática nas diferentes perspectivas do campo comunicacional. Ela implica várias vertentes e significações, podendo-se entendê-la, basicamente, segundo estas quatro concepções básicas: comunicação estatal; comunicação da sociedade civil organizada que atua na esfera pública em defesa da coletividade; comunicação institucional dos órgãos públicos, para promoção de imagem, dos serviços e das realizações do governo; e comunicação política, com foco mais nos partidos políticos e nas eleições (KUNSCH, 2013, p. 6).

Diante da colocação de que o governante tem o compromisso da transparência dos atos, em razão dos investimentos feitos com os recursos públicos, Jorge Duarte (2007) propõe quatro eixos para a comunicação pública: transparência, acesso, interação e ouvidoria social. Observa-se também que Duarte (2007) estende esta obrigação a todos os recursos humanos que integram o governo.

Tudo e todos comunicam. Cada integrante de uma organização é um agente responsável por ajudar o cidadão a saber da existência das informações, ter acesso fácil e compreensão, delas se apropriar e ter possibilidade de dialogar e participar em busca da transformação de sua própria realidade (DUARTE, 2007, p. 68).

Em suma, Duarte (2007) também defende a comunicação como uma obrigação do poder público, objetivando o interesse da população, especificamente por meio dos processos comunicacionais e da estrutura institucional que deverá possibilitar essa comunicação. Referindo-se à interação e ao fluxo informacional que se relaciona ao interesse público, Duarte (2007) compreende a comunicação pública como um campo que inclui o aparato estatal às ações do governo, os partidos políticos, ampliando essa atuação ao terceiro setor e ainda, em circunstâncias específicas, também às ações privadas. Portanto, o interesse público e/ou existência de recursos públicos empregados para atender às exigências da comunicação pública são elementos que caracterizam o conceito em questão (Duarte, 2007).

Esse compromisso do dever público deve incluir, segundo Duarte (2007), modelo de gestão aberta, qualificação dos canais, meios e recursos, permitindo a realização dessa comunicação de interesse público e o envolvimento, o que compreendemos como participação, de todos os interessados.

A necessidade de conceituar participação social surge quando se observa a participação como um elemento presente na comunicação pública e, sobretudo, como estratégia - ou tentativa - de aproximação da cidadania para o processo de integração regional proposto pelo MERCOSUL. É trazida a discussão da participação da sociedade civil na Reunião Especializada de Comunicação Social bem como a política comunicacional (Decisão CMC n. 47/2014), quando enquadra a comunicação do MERCOSUL como direito humano. Segundo Jorge Duarte (2007), não é simples construir uma relação que permita a participação nas instituições públicas, que pode instalar crises em virtude das exigências, cobranças, divergências de opiniões e impasses nos debates. Mas esta abordagem deve ser construtiva, a fim de que se evite o silêncio da omissão ou a desinformação. Duarte (2007), pensando nos instrumentos da comunicação pública, sugere que a formalização e adoção de políticas públicas são um caminho que permite ao governo estabelecer padrões de comunicação na sociedade, de maneira a orientar a interação e o diálogo.

2.3 Diplomacia pública e integração regional

Ao pensar na Reunião Especializada de Comunicação Social, RECS MERCOSUL, como o ambiente normativo em que se constrói e discute a comunicação regional e sua política, esbarramos no território das relações internacionais e do direito internacional público. Buscando compreender o objeto dentro de uma política pública, encontra-se no campo das relações internacionais a expressão diplomacia pública, um conceito associado à promoção da imagem de um país ou de um bloco regional de países, por meio do chamado poder brando ou *softpower*. No Brasil, o Itamaraty declara em seu portal de Internet a adoção do conceito nas ações da política externa. O conceito é associado à promoção da imagem de um país, mas não se trata apenas disso.

No Brasil, a "diplomacia pública" é entendida não só nessa acepção tradicional, mas também no sentido de maior abertura do Ministério das Relações Exteriores e da política externa brasileira à sociedade civil, em um esforço de democratização e transparência das políticas públicas nacionais.

Concebida como política pública, a política externa deve, por um lado, atender aos anseios da população e visar ao interesse nacional; por outro, a política externa também deve ser inclusiva, democrática e participativa. (ITAMARATY, 2016).

Portanto, passamos a desenhar a compreensão do sistema democrático sob a ideia de inclusão e participação social nas decisões sobre os assuntos internacionais. A diplomacia pública também está presente nas discussões da economia política das relações culturais na América Latina, como define Margarethe Steinberger (2009):

[...] uma diplomacia cujos efeitos recaem num coletivo de beneficiários concretos, numa rede ou grupo de cidadãos, diretamente afetados pela ação diplomática: por exemplo, arbitragem em casos de migração, legislação do trabalho no setor automotivo do MERCOSUL. Embora a história da diplomacia brasileira tenha uma tradição de quase dois séculos, apenas recentemente ela começou a manifestar-se sob a forma de "diplomacia pública". O conceito desenvolveu-se a partir dos anos 1980, quando começava a circular no Brasil a ideia de "sociedade civil". A diplomacia pública é aquela que incorpora a interlocução popular na formulação da política externa. De um lado, isso significa que a mídia, a opinião pública e a opinião popular ganham espaço agora como atores também no campo geopolítico [...] (STEINBERGER, 2009, p. 168).

Atualmente, o conceito adquiriu novas compreensões, agregando o ponto de vista tecnológico e das mudanças culturais da globalização. Diplomacia Pública 2.0 é a atualização do conceito para este processo em que cada vez mais o cidadão e a sociedade estão integrados e participam dos processos decisórios, na velocidade em que as informações circulam por meio das tecnologias. Mas, a essência da discussão é a comunicação como instrumento essencial das relações diplomáticas. Como apresenta Alfredo Gómez (2013), “A diplomacia pública não é possível sem comunicação; em sua ausência não haveria uma das ferramentas imprescindíveis, se não a única possível, para levar as mensagens aos distintos públicos”³ (GÓMEZ, 2013, p. 63). O conceito considera o trabalho da comunicação institucional das organizações no âmbito internacional, levando em conta a opinião pública na construção da imagem e identidade organizacional.

Assim, uma vez que a capacidade de criar a opinião pública estava nas mãos das elites com a tomada de decisões: governos, grandes empresários ou intelectuais de renome; e um grupo de segunda ordem: diretores de mídia, professores, escritores e profissionais afins; No entanto, hoje há um modelo para a construção de opinião mais universal e incontável

³ Do texto original, em espanhol: “*Sin comunicación no es posible la diplomacia pública; en su ausencia, faltaría una de las herramientas imprescindibles, si no la única posible, para llevar los mensajes a los distintos públicos*”.

que também tem uma enorme influência sobre a identidade de um país e, portanto, à imagem do país no exterior (GÓMEZ, 2013, p. 65)⁴.

Portanto, Gómez (2013, p. 65) apresenta a diplomacia pública como mudança de paradigma nas relações diplomáticas. A reflexão proposta é em que medida isso se aplica ou poderá ser aplicado ao MERCOSUL, no sentido de cumprir com as premissas de garantir o direito à comunicação e à informação, à transparência dos atos públicos e à participação da sociedade, sobretudo com o propósito de integração.

Segundo Nicholas J. Cull (2006), a expressão *public diplomacy* foi utilizada pela primeira vez em janeiro de 1856, no editorial da *The Times*, em crítica ao presidente Franklin Pierce, como sinônimo para a civilidade. Edmund Gullion (*reitor da Fletcher School of Law and Diplomacy na Tufts University e funcionário reformado americano do Serviço de Relações Exteriores estadunidense*), "foi o primeiro a usar a expressão no seu sentido moderno". Em 1965, Gullion fundou o *Edward R. Murrow Center of Public Diplomacy* (CULL, 2006).

Cull (2009, p. 55-56) propõe categorias⁵ da diplomacia pública, suas relações e fontes de credibilidade. Segundo Cull (2009, pp.55-56) são componentes da diplomacia pública: a) escuta (base de toda diplomacia pública); b) defesa; c) diplomacia cultural; d) intercâmbio; e) radiodifusão internacional; e f) guerra psicológica "como atividade paralela que compartilha com a diplomacia pública algumas características-chave, mas que deve ser administrada para além de uma rígida cortina de fogo". Identificamos algumas das categorias propostas por Cull (2009) para a diplomacia pública no âmbito da Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL (Decisão do Conselho do MERCOSUL Comum (CMC n. 47/2014). Percebemos, portanto, que o MERCOSUL tende a uma

4 Do texto original, em espanhol: "Así, antaño la capacidad de creación de opinión pública estaba en manos de elites con capacidad de decisión: gobiernos, grandes empresarios o intelectuales de reconocido prestigio, y un grupo de segundo orden: directores de medios, profesores, escritores y profesionales similares; sin embargo, hoy hay un modelo de creación de opinión más universal e incontrolable que también tiene una enorme influencia en la identidad de un país y, por tanto, en la imagen de ese país en el exterior".

⁵ Do texto original, em espanhol: "Se inicia con una taxonomía simple de los componentes de la diplomacia pública, su relación recíproca y sus fuentes respectivas de credibilidad. Estos componentes son: a) escuchar (la base de toda diplomacia pública efectiva); b) defensoría; c) diplomacia cultural; d) intercambio, y e) radiodifusión internacional. En este informe también se identifica f) la guerra psicológica como actividad paralela que comparte algunos rasgos clave con la diplomacia pública, pero que hay que administrar más allá de una rígida cortina de fuego" (CULL, 2009, p. 55-56).

proposta de trabalho com vistas a uma diplomacia de escuta, cultural e de radiodifusão internacional. Não foram notados propósitos de intercâmbio, de defesa ou guerra psicológica na Diretriz para a Política Comunicacional.

A diplomacia de escuta pode ser percebida na Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL, nos objetivos específicos: no item 1, “Organizar, processar e circular informação sobre o MERCOSUL entre as autoridades e a cidadania [...]” (DECISÃO CMC n. 47/2014); no item 5, “Abordar o público regional e global utilizando diferentes plataformas gráficas, audiovisuais e digitais, redes e tecnologias, articuladas entre si” (DECISÃO CMC n. 47/2014). Cull (2009) define diplomacia de escuta:

Ouvir é a tentativa de um ator de gerenciar o ambiente internacional, recolhendo e tratando dados sobre o público e as suas opiniões no exterior, e usar esses dados para redirecionar ordem pública ou de uma abordagem mais ampla para a diplomacia pública em linha. Esta tem sido, tradicionalmente, um elemento de cada prática constituinte da diplomacia pública, juntamente com a defesa, a diplomacia cultural, intercâmbio e agências de radiodifusão, servindo de sua parte para público e investigar a sua própria opinião. Ele também recolhe informações sobre a opinião pública estrangeira como parte da função normal da diplomacia convencional e trabalho de inteligência (CULL, 2009, p. 65)⁶.

Na Diretriz objeto deste estudo, percebe-se a articulação dos objetivos específicos supracitados com o público denominado no documento como *ExtraMERCOSUL* massivo (cidadania estrangeira, organismos internacionais, meios internacionais massivos, etc.) e *ExtraMERCOSUL* focalizado (agências técnicas governamentais de terceiros países, academia, organizações sociais, imprensa temática), ou seja, a opinião pública estrangeira. Exemplo realizado anteriormente com o mesmo propósito, articulando os objetivos da

⁶ Do texto original, em espanhol: “*La escucha es el intento de un actor de gestionar el entorno internacional, recabando y cotejando datos sobre un público y sus opiniones en ultramar, y haciendo uso de esos datos para redirigir sus políticas públicas o un enfoque más amplio de diplomacia pública en consonancia. Lo anterior ha sido tradicionalmente un elemento de cada práctica constitutiva de la diplomacia pública, junto con la defensoría, la diplomacia cultural, el intercambio y las agencias de radiodifusión, que atienden por su parte a sus propios públicos e investigan la opinión. También se ha recabado información sobre la opinión pública exterior como parte de la función regular de la diplomacia convencional y de la labor de inteligencia*”.

diplomacia de escuta aos públicos *ExtraMERCOSUL* massivo e focalizado, reunindo acadêmicos para a publicação “MERCOSUL sob os olhos do mundo: como jornais de 14 países apresentaram o MERCOSUL a seus leitores”, publicada em 2008, embora não registrem a posição oficial do MERCOSUL ou da RECS, contou com apoio direto da Reunião Especializada, sendo Jorge Duarte um dos organizadores da pesquisa e coordenador da RECS (Brasil) na ocasião.

No que concerne a diplomacia cultural, nota-se o item 10, nos objetivos específicos da Decisão CMC n. 47/2014: “Estimular a produção audiovisual, sonora e gráfica conjunta no interior do MERCOSUL sobre a cultura e a história dos nossos países”. Saliente-se que, no preâmbulo da Diretriz, é reconhecido que a definição de uma política comunicacional para o bloco é importante e necessária, entre outros motivos, para “salientar suas características e potencialidades valorizando a diversidade cultural e a pluralidade linguística dos nossos povos”. (DECISÃO CMC n. 47/2014). Diplomacia cultural, segundo Cull (2009):

Diplomacia cultural pode ser definida como a tentativa de um ator para gerenciar o ambiente internacional, fazendo com que os seus recursos e realizações culturais sejam conhecidos no exterior e / ou facilitar a transmissão cultural no exterior. Este trabalho muitas vezes se sobrepõe com o comércio, e é por isso que muitas vezes são tratados em conjunto, infelizmente. Diplomacia cultural tem historicamente a significava política de um país para facilitar a exportação de exemplos de sua própria cultura (CULL, 2009, p. 66-67)⁷.

Em 2003, o Grupo Mercado Comum, órgão executivo das políticas do MERCOSUL, criou a Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL (RECAM)⁸, com o objetivo de analisar, desenvolver e implementar mecanismos destinados a promover a complementariedade e a integração das

⁷ Do texto original, em espanhol: “*La diplomacia cultural se podría definir como el intento de un actor de gestionar el entorno internacional, haciendo que sus recursos y logros culturales se conozcan en ultramar y/o facilitando la transmisión cultural en el extranjero. Esta labor suele coincidir en parte con los intercambios, de ahí que ambos hayan sido alojados juntos, aunque raras veces felizmente. La diplomacia cultural ha significado, históricamente, la política de un país para facilitar la exportación de ejemplos de su propia cultura.*”

⁸ Cf. Resolução GMC n. 49/2003, que cria a Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL (RECAM).

indústrias regionais, a harmonização de políticas públicas do setor, a promoção da livre circulação de bens e serviços cinematográficos e a harmonização das questões legislativas. Como observado por Cull (2009), tanto os objetivos da criação da RECAM quanto os dispositivos como o Selo MERCOSUL Cultural, por exemplo, denotam um apelo de produto comercial fortemente atrelado às questões culturais. Textualmente, a Diretriz para a Política Comunicacional aponta para uma direção de valorização do conteúdo e da diversidade cultural.

A diplomacia de radiodifusão internacional pode ser observada desde o preâmbulo da Decisão CMC n. 47/2014, a partir de dois aspectos: a comunicação pública e outros meios de comunicação social tratados como de relevância substantiva para desenvolvimento dos povos e intercâmbio cultural; e o intercâmbio de conteúdos, experiências e tecnologias entre os meios públicos dos Estados Partes. Nos objetivos específicos, o item 3 também inclui elementos da diplomacia de radiodifusão internacional, quando se propõe a “promover a divulgação jornalística e constituir-se em referência informativa para os meios de comunicação”. Em outros termos, trata-se aqui da comunicação de interesse público propagada por meios de comunicação, sobretudo meios de comunicação pública, para públicos estrangeiros.

Neste sentido, conforme definição de Cull (2009, p. 69):

Radiodifusão internacional é a tentativa de um ator de gerenciar o ambiente internacional, utilizando tecnologias de rádio, televisão e internet para interagir com públicos estrangeiros. A radiodifusão comercial internacional pode ser considerada como diplomacia pública, mas é para o parceiro corporativo que pode envolver o seu produto ou insistir na objetividade rígida dependendo da finalidade. Tanto a radiodifusão comercial como a de financiamento estatal podem afetar o espaço em que toda a diplomacia pública é praticada, como testemunhado pela ascensão da *Al Jazeera* ao final dos anos mil novecentos e noventa⁹.

Em 2007, A Reunião Especializada de Comunicação Social promoveu um debate sobre os rumos da comunicação pública no MERCOSUL, com a presença de

⁹ Do texto original, em espanhol: “*La radiodifusión internacional es el intento de un actor de gestionar el entorno internacional, utilizando las tecnologías de radio, televisión e Internet para involucrarse con públicos extranjeros. La radiodifusión comercial internacional se puede seguir considerando como diplomacia pública, pero lo es para el socio corporativo que puede envolver su producto o insistir en la objetividad rígida según sean los fines que desea. Tanto la radiodifusión comercial como la de financiación estatal pueden afectar el terreno en el que se practica toda la diplomacia pública, como lo testimonia el ascenso de Al Jazeera a fines de los años noventa.*”

representantes de emissoras públicas dos países membros e associados. Desse encontro, resultou a Carta-Compromisso de Buenos Aires (Anexo F), que destaca o fortalecimento dos meios públicos de comunicação no bloco:

A partir desse reconhecimento, destacamos a Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL, dos dias 13 e 14 de dezembro de 2006, realizada em Brasília, que em seu ponto 9 destaca: “Para construirmos um MERCOSUL verdadeiramente democrático e participativo, consideramos fundamental formular uma estratégia de cooperação específica para os âmbitos da informação e comunicação pública e cidadã, com um sentido de equidade e respeito à liberdade de imprensa, com a finalidade de contribuir para a formação de uma cidadania e uma identidade comum sul-americana.” Essa estratégia inicia-se pelo apoio, inclusive financeiro, em cada país, à criação e desenvolvimento de meios de comunicação de vocação pública, sejam eles estatais, educativos, legislativos, comunitários e universitários, e que contemplem a participação da sociedade em seus mecanismos de gestão (CARTA-COMPROMISSO DE BUENOS AIRES, 2007).

No mesmo ano, o Brasil inaugurava a Empresa Brasil de Comunicação como um novo modelo de comunicação pública, deixando de ser uma empresa Estatal, com autonomia e independência em relação ao governo federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdos no sistema público de radiodifusão. Como exemplo de canais públicos de televisão temos: na Argentina, a Televisión Pública Argentina, no Uruguai a Televisión Nacional de Uruguay (TNU), no Brasil a TV Brasil Internacional¹⁰ (atualmente transmitida apenas pela internet); no Paraguai a TV Pública passou a se chamar Paraguay TV, e a TELESUR venezuelana. Na maioria dos casos, são empresas estatais cujo desafio é promover a comunicação de interesse público e ao mesmo tempo contemplar a participação social em seus mecanismos de gestão. Observamos que o discurso de MERCOSUL participativo já se fazia presente, antecedendo a Diretriz para a Política Comunicacional.

No contexto de integração regional, a Diretriz propõe pensar nos públicos internos e externos do MERCOSUL de modo que entendemos até aqui a adoção dos elementos da comunicação pública e da participação social intencionados para o público interno, e os elementos da diplomacia pública direcionados para o público estrangeiro. Deste modo, é preciso compreender de que integração se está falando. Para Vicente Brunetti, pesquisador

¹⁰ Cf. José Diego de Lima Nascimento “A mídia como instrumento de diplomacia pública: a TV Brasil Internacional”. UEPB, 2012.

paraguaio e consultor internacional em comunicação e educação, não há desenvolvimento sem trocas sociais, “considerando como indicadores de referência os níveis de vida, as condições econômicas e as conquistas sociais, educacionais e comunicacionais¹¹” (BRUNETTI, 1997, p. 165) que um grupo ou um bloco, como é o caso do MERCOSUL, almeja no menor tempo possível.

A multidimensionalidade da integração regional é característica do contexto global em que os blocos são constituídos. É a atualidade global que propõe refletir a integração regional como um caminho transformador na dinâmica das relações entre os países do MERCOSUL (MARIANO, 2007).

As relações que surgem desta lógica de regionalização, no contexto global, sugerem uma visão holística (BRUNETTI, 1997) do desenvolvimento regional e, conseqüentemente, do processo de integração do bloco, a partir de indicadores sugeridos por Brunetti (1997, p. 166), tais como: qualidade e nível de vida, igualdade e participação social nos processos decisórios e na elaboração de políticas públicas, habilidades próprias para otimizar o uso dos recursos disponíveis e, ainda, zelar pela autoestima dos membros e pela autonomia comunitária.

A concepção de Estados Soberanos passa pelos conceitos de supranacionalidade e intergovernamentalidade, partindo da distinção entre direito comunitário e direito da integração, sendo este último um ramo do direito internacional público que trata dos mecanismos de formação dos blocos. Este esclarecimento é necessário, sobretudo, porque a integração é um princípio do MERCOSUL, conforme o preâmbulo do Tratado de Assunção, de 1991. Este ideal integracionista expressa a vontade dos Países Membros de buscarem uma integração para uma melhor inserção no mercado global e, ainda, de aprofundamento das relações em outras áreas, além da economia e do comércio, entre as quais estão as ideias políticas, culturais, e a comunicação. O geógrafo Yan Richard (2014) classifica a integração em dois tipos: formal (que se dá por acordos) e aprofundada (ou real, uma concepção de integração nos diversos níveis e temas, multicultural e social).

A Ministra do Supremo Tribunal Federal brasileiro, Carmem Lúcia Antunes Rocha define a diferença entre direito comunitário e direito internacional público, sendo característica do direito comunitário “a de compor uma ordem supranacional (melhor,

¹¹ Do texto original, em espanhol: “[...] *considerando como indicadores de referencia los niveles de vida, las condiciones económicas y las conquistas sociales, educativas y comunicacionales* [...]”.

talvez, seria afirmar supra estatal), porém de imediata incidência no plano do ordenamento jurídico interno das entidades que compõem a comunidade” (ROCHA,1998, p. 292), portanto, as políticas são fixadas a partir dos interesses comunitários e as instituições atuam com autonomia na defesa desses interesses; quanto ao direito de integração, Rocha (1998, p. 293) o apresenta como “um conjunto das normas de direito internacional formuladas e aplicáveis no processo de integração dos Estados conformadores de uma pessoa jurídica de direito internacional derivada da integração das partes e que são recepcionadas no ordenamento interno”. Utilizamos como exemplo os modelos de integração da União Europeia (UE) e do MERCOSUL, que se diferem na aplicação da supranacionalidade, condição para a existência da UE. O MERCOSUL mantém o sistema da intergovernamentalidade, em que os procedimentos de funcionamento do bloco são regidos pelos princípios do Direito Internacional Público e os Estados Partes não abrem mão de sua soberania nacional.

Para dar início à discussão no contexto comunicacional, pensar em processo de regionalização ou integração, na atualidade global, implica em compreender os interesses coletivos públicos. Marques de Melo (2008, p.11) afirma que “o grande paradoxo da globalização é o escasso interesse coletivo pelo que ocorre no globo”. Isso está no prefácio para os resultados de uma pesquisa da Cátedra Unesco de Comunicação com o objetivo de conhecer como a imprensa divulga o MERCOSUL. Por outro lado, Guillermo Piernes, em 1990, um ano antes da assinatura do Tratado de Assunção, observou que na América Latina os povos são meros espectadores de “autênticos shows de informação” com “ínfimo acesso à máquina que os produz” (PIERNES, 1990, p. 11). Levando em consideração que as tecnologias de comunicação têm reduzido as dimensões do mundo, de acordo com Piernes (1990, p.11), as duas questões relevantes nesse aspecto, na segunda quinzena do século XXI, implicam em saber para quantos e para quem essa redução das distâncias, o acesso e, sobretudo, o direito alcança.

Em 1991, quando concebido, o Tratado de Assunção visava apenas uma integração regional com base econômica. O MERCOSUL está na etapa de integração (BALASSA, 1961) como união aduaneira¹², etapa em que os Estados-Membros, além de abrir mercados

¹² De acordo com o economista Bela Balassa (1961, p. 174-175): “A integração econômica, tal como aqui definida, pode assumir várias formas que representam diferentes graus de integração. São eles a zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e uma integração econômica total. Numa zona de livre comércio, as tarifas (e as restrições quantitativas)

internos, regulamentam o seu comércio de bens com nações externas, já funcionando como um bloco econômico em formação. Caracteriza-se por adotar uma Tarifa Externa Comum (TEC), a qual permite estabelecer uma mesma tarifa aplicada a mercadorias provenientes de países que não integram o bloco. Nesta fase, dá-se a aproximação entre os Poderes Executivos dos Estados Nacionais e os Legislativos, por meio da formação de comissões parlamentares conjuntas. No caso do MERCOSUL, esta comissão evoluiu para a constituição do Parlamento do MERCOSUL. Ao ampliar as dimensões do MERCOSUL é preciso buscar outros conceitos para integração regional, para além da dimensão econômica.

Quanto às dimensões que o conceito de integração regional abarca, o geógrafo francês Yann Richard (2014) define integração como um processo que conecta territórios “pouco ou nada conectados uns aos outros” de modo que formem um “conjunto regional distinto do resto do mundo”. Ele define dois tipos de integração: formal, que se dá por meio de acordos; e funcional, também tratada como integração real ou aprofundada. Adota-se aqui a expressão integração regional conforme o segundo caso, para fins de aplicação do direito à comunicação e a garantia do direito à participação social nas decisões do MERCOSUL, possíveis na visão estrutural constituída a partir de políticas de integração social e cultural.

entre os países participantes são abolidas, mas cada país mantém as suas próprias tarifas contra os não membros. Estabelecer uma união aduaneira envolve, além da supressão da discriminação no campo dos movimentos de mercadorias com a união, a equalização das tarifas no comércio com os países não membros. Uma forma mais elevada de integração econômica é alcançada num mercado comum, onde não só as restrições comerciais, mas também as restrições, são eliminadas. Uma união econômica, distinta de um mercado comum, combina a supressão das restrições às políticas de mercadorias e de fatores, a fim de eliminar a discriminação devida a disparidades nestas políticas. Finalmente, a integração econômica total pressupõe a unificação das políticas monetária, fiscal, social e anticíclica e exige a criação de uma autoridade supranacional cujas decisões sejam vinculativas para os Estados membros)”. Do texto original, em inglês: “*Economic integration, as defined here, can take several forms that represent varying degrees of integration. These are a free-trade area, a customs union, a common market, an economic union and complete economic integration. In a free-trade area, tariffs (and quantitative restrictions) between the participating countries are abolished, but each country retains its own tariffs against nonmembers. Establishing a customs union involves, besides the suppression of discrimination in the field of commodity movements within the union, the equalization of tariffs in trade with nonmember countries. A higher form of economic integration is attained in a common market, where not only trade restrictions but also restrictions factor movements are abolished. An economic union, as distinct from a common market, combines the suppression of restrictions on commodity and factor policies, in order to remove discrimination that was due to disparities in these policies. Finally, total economic integration presupposes the unification of monetary, fiscal, social, and countercyclical policies and requires the setting-up of a supra-national authority whose decisions are binding for the member states*”.

É preciso distinguir o processo e o estado das coisas e dizer a partir de qual limiar um conjunto pode ser considerado como integrado. No entanto, a definição de integração regional como processo é um pouco problemática. Ela designa, por exemplo, a ascensão nos níveis da escala do regionalismo (controlada pelos governos) definidos por Bela Balassa: fórum regional, área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união monetária, união política (Balassa, 1961). Passar de um nível a outro pressupõe um aprofundamento das interações entre as unidades espaciais componentes do conjunto considerado (RICHARD, 2014).

A partir desta visão de Richard (2014), de que é necessário o aprofundamento das interações entre as etapas do processo de integração para que se avancem os níveis, compreende-se que as dimensões sociais, culturais, entre outras dimensões, são de grande relevância neste aprofundamento. Aqui, discute-se o direito à comunicação como elemento essencial para o avanço destas duas dimensões citadas no contexto das etapas de integração regional no MERCOSUL.

No âmbito de sua política de cooperação internacional - Decisão CMC nº 23/14 “Cooperação no MERCOSUL” -, considerada como uma ferramenta transversal para o fortalecimento do processo de integração, o MERCOSUL executa atualmente um conjunto de projetos que vêm sendo promovidos nas áreas de: políticas sociais regionais; ciência e inovação tecnológica; cultura, audiovisual e de apoio à sociedade da informação; meio ambiente e fortalecimento institucional (vide Quadro 1, a seguir).

Quadro 2 – Projetos em execução: Acordos de Cooperação para Aprofundamento da Integração Regional – Modalidade Extra Mercado Comum do Sul (continua).

Área prioritária	Título	Institución del MERCOSUR responsable	Período ejecución	Objetivo general	Socio cooperante
Ciencia, innovación tecnológica	Proyecto de integración productiva sectorial y territorial en el marco del Observatorio Regional Permanente de Integración Productiva del MERCOSUR - 2 da FASE (ORPIP II)	SGT N° 14	2016	Fomentar la integración productiva y mejorar la competitividad de las PyMES en la región.	AECID
Políticas sociales regionales	Hacia la implementación de la política de igualdad de género en el MERCOSUR	RMAAM	2016	Contribuir al logro de la igualdad de género en el ámbito del MERCOSUR, a partir del avance respecto de los derechos laborales de las trabajadoras domésticas, la elaboración de criterios para una metodología unificada en las encuestas de uso de tiempo y del fortalecimiento de la coordinación interinstitucional y la conciencia social en la lucha contra la trata de mujeres con fines de explotación sexual y laboral.	AECID

Quadro 2 – Projetos em execução: Acordos de Cooperação para Aprofundamento da Integração Regional – Modalidade Extra Mercado Comum do Sul (continuação).

Área prioritária	Título	Institución del MERCOSUR responsable	Período ejecución	Objetivo general	Socio cooperante
Audiovisual	<u>Programa MERCOSUR Audiovisual</u>	RECAM	2009-2016	Promover el sentido de pertenencia ciudadana en el MERCOSUR a través del mayor acceso a los contenidos culturales audiovisuales propios.	UNIÓN EUROPEA
Medio Ambiente / Ciencia	<u>Apoyo a la profundización del proceso de integración económica y desarrollo sostenible del MERCOSUR (ECONORMAS)</u>	SGT N° 3 SGT N° 6	2009-2016	Perfeccionar la calidad y seguridad de los productos originarios del MERCOSUR y fortalecer la capacidad de conciliar el crecimiento de la actividad económica y comercial con la gestión sostenible de los recursos y el fortalecimiento de la protección ambiental.	UNIÓN EUROPEA
Políticas sociales regionales	<u>Apoyo al Sector Educativo del MERCOSUR (PASEM)</u>	RME	2011-2016	Contribuir al proceso de integración regional y la calidad educativa a través del fortalecimiento de la formación docente en el marco del Plan Estratégico del Sector Educativo del MERCOSUR.	UNIÓN EUROPEA

Quadro 2 – Projetos em execução: Acordos de Cooperação para Aprofundamento da Integração Regional – Modalidade Extra Mercado Comum do Sul (continuação).

Área prioritária	Título	Institución del MERCOSUR responsable	Período ejecución	Objetivo general	Socio cooperante
Ciencia / Innovación tecnológica	<u>Apoyo al desarrollo de las biotecnologías en MERCOSUR - BIOTECH II</u>	RECYT	2014-2018	Promover el desarrollo y la aplicación de las biotecnologías en el MERCOSUR, como sector clave para el desarrollo económico a través del incremento de la competitividad de los sectores relacionados, con impacto en el largo plazo a través de la creación de empleos de alta calidad, en la reducción de la pobreza y la mejora de las condiciones de vida.	UNIÓN EUROPEA
Ciencia, innovación tecnológica	Fortalecimiento de los procesos para la evaluación de conformidad y procesos de medida y ensayo para el rotulado de eficiencia energética de artefactos eléctricos de uso doméstico	SGT N° 3	2015-2018	El proyecto contribuye al fortalecimiento de las capacidades de medición y de los procesos de la evaluación de la conformidad de las instituciones técnicas de los países miembros del MERCOSUR para el etiquetado de la eficiencia energética de artefactos electrodomésticos.	ALEMANIA

Quadro 2 – Projetos em execução: Acordos de Cooperação para Aprofundamento da Integração Regional – Modalidade Extra Mercado Comum do Sul (conclusão).

Área prioritária	Título	Institución del MERCOSUR responsable	Período ejecución	Objetivo general	Socio cooperante
Fortalecimiento institucional	<u>Programa Cursos Alta Formación (3° Edición)</u>	GMC	2016	Contribuir a la construcción de la integración regional, de un mercado común y de una macro región geográfica, a través de un proceso de gradual formación de la cultura comunitaria	ITALIA
Políticas sociales regionales	Cooperación Humanitaria Internacional hacia migrantes, apátridas, refugiados y víctimas de tráfico de personas en el MERCOSUR	IPPDH	2015-2017	Desarrollo de un conjunto de acciones de ámbito regional dirigidas hacia la cooperación humanitaria internacional en materia de migraciones, apátridas, refugiados y combate al tráfico de personas bajo el enfoque de los derechos humanos	BRASIL

Fonte: Mercosur.Int.

3 QUESTÕES METODOLÓGICAS

Diante da busca por métodos que proporcionam as bases lógicas de investigação, encontram-se os métodos de características dedutivas, indutivas, hipotéticas-dedutivas, dialéticas e, por fim, fenomenológicas (GIL, 1999, p.27). Para fins desta pesquisa, compreende-se que o objeto em questão pede por um método dialético, tratando-se do mérito de investigação da realidade que admite a hegemonia das ideias sobre a matéria (GIL, 1999, p.35). Assim, a dialética tem a historicidade como condição de pesquisa e o conflito é o principal pressuposto.

A influência do fenômeno histórico-estrutural da diplomacia molda os países, assim como suas políticas internas. A formação histórica do Brasil, por exemplo, desde a delimitação das fronteiras pelas teses de Alexandre de Gusmão (1695 – 1753), a consolidação das fronteiras por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912), à formulação de leis e decretos históricos: como a Lei do Ventre Livre aprovada em gabinete chefiado por José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco (1819 – 1880), que resultou na abolição da escravatura, também defendida por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838), e o fim de um dos pilares de sustentação do regime. Amplia-se a discussão da influência da diplomacia para compreensão do fenômeno histórico-estrutural na delimitação das fronteiras do MERCOSUL, discussão indefinida pela possibilidade de novas adesões para qualquer país membro da ALADI; questão divergente nos discursos entre uma integração Latino-Americana, defendida por Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, por exemplo, contrastando com o pensamento brasileiro de integração Sul-Americana. Posições ideológicas, variável de acordo com o momento histórico, reforçam a indefinição. Esse movimento envolto de conflito ideológico define a evolução e o ritmo das políticas de integração regional. A discussão não está limitada à divergência entre nacionalismos e regionalismos. Abarca, portanto, também o pensamento dos nacionais quanto aos limites de fronteira do regionalismo.

Jambeiro (1998) verificou a influência do nacionalismo nas discussões sobre a regulamentação da televisão, por exemplo, em países que integram o MERCOSUL. Ele concluiu:

A análise da regulamentação da TV aberta na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai demonstra que as normas de conteúdo nacionalista são uma constante nestes países. A proteção das produções nacionais parece ser uma preocupação comum diante da ameaça de possível destruição gradativa das peculiaridades culturais de cada país. Tal postura entra em confronto com as tendências mundiais contemporâneas da economia política dos mídia, baseada principalmente na oligopolização das emissoras e na constituição de centros de produção transnacionais. Confrontado também está o espírito do Tratado do MERCOSUL, que prevê continuada e crescente integração, inclusive cultural, entre os quatro países que o subscrevem. Tanto as tendências da economia política – que não parecem fraquejar mas sim fortalecer-se – quanto a busca da integração poderão forçar a revisão de senão todas pelo menos algumas das normas nacionalistas constantes das regulamentações da TV. (JAMBEIRO, 1998, pp.12-13)

Jambeiro (1998), à época, constatou a necessidade de adequar as normas objetivando contribuir para o intercâmbio cultural entre os membros do MERCOSUL. De acordo com o pesquisador, não se trata de eliminar o sentimento nacionalista, mas de agregar os conteúdos e discussões que conscientizem e ampliem a visão de unidade regional.

Durante a construção de suas políticas, o MERCOSUL está em constante busca, em suas raízes históricas, do entendimento para os processos da realidade. Nesta pesquisa, prioriza-se o conceito participação social para compreender o fenômeno histórico-estrutural na política comunicacional do MERCOSUL. Também está incluso o direito à comunicação como elemento de observação, tratando-o pela concepção internacional dos direitos humanos, o que nos protege de uma neutralidade ingênua alertada por Demo (1995).

A partir da análise dialética histórico-estrutural, temos os seguintes objetivos:

- a) Compreender a dimensão social do MERCOSUL a partir de dois aspectos: direito à comunicação e participação social;
- b) Analisar os documentos sobre a elaboração da Política Comunicacional articulados com os aspectos supramencionados; e
- c) Contribuir para a produção teórica sobre Política Pública de Comunicação no âmbito das Organizações Internacionais (Intergovernamentais ou Supranacionais) de integração regional, tema pouco estudado pela academia e debatido de modo fragmentado em outros campos de estudo.

A partir desses pressupostos conceituais apresentamos a seguinte questão de pesquisa: na Política Comunicacional do MERCOSUL, o direito à comunicação e à participação social são condições objetivas ou não para legitimar o MERCOSUL como organização pública de integração aprofundada?

3.1 Dialética Histórico-Estrutural

Nesta pesquisa, optou-se pelo método dialético histórico-estrutural (DHE), nos termos do metodólogo Pedro Demo. Segundo este autor, é o “que nos parece a mais consentânea com a realidade histórica, porque equilibra a contento o jogo das condições objetivas e subjetivas” (DEMO, 1995, p.88). Demo (2005) descreve o fenômeno histórico-estrutural como aquele que tem consistência da estrutura e a dinâmica da história. Uma reflexão proposta por Demo (2005) sobre a relevância da estrutura:

No “modernismo”, estrutura seria “invariante” (exemplo clássico é o formalismo estruturalista de Lévi-Strauss), sempre a mesma, recorrente indefinidamente, sem história (esta ideia geralmente leva à noção de história sem sujeito, à medida que a história estaria pré-determinada). No “pós-modernismo”, estrutura designa “modos de ser” dentro do “vir a ser” (Demo, 2002a) – é a ossatura que sustenta o corpo, mas é corpo também, pode mudar, ainda que seu ritmo seja bem mais lento. Com a noção de “caos estruturado”, ou de “estrutura dissipativa” (Prigogine & Stengers, 1996; Prigogine, 1997), estrutura não pode mais ser considerada “invariante”, apesar de ser o que menos varia. Em toda dinâmica, por mais complexa que seja, há “modos de ser”, nos quais sempre podemos descobrir recorrências relativas (DEMO, 2005, p. 453).

É pela complexidade estrutural do MERCOSUL e suas variáveis históricas, que tomaremos o cuidado recomendado por Demo (1995, p.89) de não estereotipar o método, sendo tema deste estudo uma instituição contida em um bloco formado por países Sul-Americanos, o MERCOSUL, e a formação do bloco regional passa por uma linha tênue na temática dos processos históricos de mudança dos Estados Partes. Como bem orienta Demo:

O estereótipo da mudança nem sempre é real, porque é por demais comum a verbalização especulativa sem a prática coerente [...] todavia, é correto o horizonte da historicidade, que é o locus próprio da dialética. Só é tratável dialeticamente o fenômeno tipicamente histórico (DEMO, 1995, p. 89).

Assim como Demo (1995), Dussel (1992, p.15 apud SOUZA, 2011, p.38) argumenta que seja evitado explicar a história partindo de alguns fatos relevantes, conjunturais, “embora sejam muito heroicos e que despertem toda a sentimentalidade de gerações [...] é simplesmente “mitificar” e não “historiar”. Portanto, este mitificar categorizado por Dussel, dificulta o locus da dialética porque a dialética tem em seu locus a consistência estrutural e a historicidade. Souza (2011) quer dizer, quando descreve o contexto em que se origina o conceito de identidade latino-americana, que se trata de um cenário divergente que permite “o rico e polêmico debate na história da região”.

A posição histórico-estrutural se dá pelo equilíbrio crítico e acrítico das condições objetivas e subjetivas. Demo defende que não há neutralidade na dialética, “neste quadro, neutralidade é truque, é golpe do cientista” (DEMO, 1995, p.84). Além da neutralidade, Demo (1995) também observa que não vale o radicalismo sem prática e não vale a prática sem teoria. O objeto da dialética é, portanto, o fenômeno histórico, que para fins desta pesquisa observamos a estrutura do MERCOSUL em seu contexto histórico para compreender a dimensão social e cultural que se apresenta ao se propor uma Política Comunicacional pautada em direito humano à comunicação e participação social num contexto onde, originalmente, não existia propósito além da dimensão econômico-comercial.

Todavia, é correto o horizonte da historicidade, que é o locus próprio da dialética. Só é tratável dialeticamente o fenômeno tipicamente histórico. Fica excluída a natureza como tal, porque não apresenta propriamente história, pelo menos em sentido de consciência histórica, embora lhe caiba possivelmente a marca de evolução cronológica. A história se “move” por leis necessárias objetivas, mas a par de seu lado objetivo natural, possui o lado subjetivo, político, de conquista humana cultural (DEMO, 1995, p. 89).

Segundo Demo (1995), as categorias básicas do método dialético são: Conflito Social, Totalidade Dialética, Condições Objetivas e Subjetivas, Unidade dos Contrários e Teoria e Prática. É com base nessas categorias que se pretende analisar: as Atas da RECS, as entrevistas realizadas durante a pesquisa e a construção da Diretriz de Comunicação do MERCOSUL, nos próximos capítulos. As categorias de Demo serão apresentadas no decorrer das análises.

3.2 Percurso investigativo e técnicas de pesquisa

Foram utilizados três instrumentos investigativos neste trabalho: entrevista semi-aberta (ou semi-estruturada), análise documental e uma visita técnica. A pesquisa teve início pela análise documental, com o objetivo de identificar as questões formais que antecederam as discussões do projeto de Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL, assim como as propostas apresentadas para compor os debates, elementos essenciais para sustentar e responder ao problema de pesquisa.

As fontes foram identificadas e localizadas, por meio da página web da secretaria MERCOSUL, em link disponibilizado por correio eletrônico. As primeiras reuniões aconteceram no ano de 1998, mas observamos que não havia uma frequência ou consistência nos trabalhos. O recorte foi delimitado por meio das atas¹³ das 24 reuniões realizadas pela RECS MERCOSUL, bem como os documentos disponíveis que acompanham essas reuniões. Este número de reuniões analisadas está delimitado temporalmente, a contar do ano de 2006 até o primeiro semestre de 2016. Em 2006 as atividades da RECS foram retomadas, durante um período em que os quatro Estados Partes até aquele momento representavam governos combativos ao neoliberalismo, fundador do MERCOSUL. Coincide com o momento em que as discussões sobre democratização das comunicações efervesciam no âmbito dos países membros. Porém estes debates eram colocados extraoficialmente nas reuniões da RECS. Por esta razão ficou decidido este recorte temporal.

Os dados passaram a ser observados a partir do que se referia ao objeto deste estudo, considerando que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 1996, p.51). Buscou-se identificar os momentos em que eram colocados em pauta os assuntos: papel da comunicação na RECS; participação social; direito à comunicação e derivados.

Quanto ao papel da comunicação na RECS, pela análise documental, os membros da RECS concluíram que a questão deve ser analisada pelo Grupo de Análise Institucional do MERCOSUL (GAIM).

¹³ Cf. <http://gd.mercosur.int/SAM/GestDoc/PubWeb.nsf/EstructuraXML?OpenAgent&lang=ESP>

O assunto participação social na RECS foi abordado oficialmente duas vezes, assunto levado pela delegação do Paraguai. Uma dessas reuniões foi para aprovar as regras de participação dos representantes da sociedade na RECS.

O tema direito à comunicação (também incluíam participação social no MERCOSUL de modo mais amplo) era discutido indiretamente pela promoção dos seminários sobre os caminhos da comunicação pública – o primeiro foi realizado em 2007, na Argentina, quando foi assinada a Carta-Compromisso de Buenos Aires. Oficialmente, o debate sobre direito à comunicação, militando como um direito humano, entrou na pauta da RECS quando foram iniciadas as discussões para a Diretriz para a Política Comunicacional. O que se discutia sobre Política Comunicacional até então, era comunicação institucional – instrumental.

A entrevista semi-estruturada foi uma escolha de trabalho que permitiu tratar o tema de forma ampla, trabalhando os conceitos a serem tratados no problema de pesquisa, de maneira flexível, mas com um roteiro de controle (DUARTE, 2011).

As questões, sua ordem, profundidade, forma de apresentação, dependem do entrevistador, mas a partir do conhecimento e disposição do entrevistado, da qualidade das respostas, das circunstâncias da entrevista [...]. O pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão. Somente então passa para a segunda pergunta. Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas (DUARTE, 2011, p. 66).

Ao final de setembro de 2015, foi realizada uma entrevista com Jorge Duarte, que coordenou a RECS de 2006 até 2013, pelo Brasil. Esta entrevista permitiu um panorama geral da RECS, assim como os limites e possibilidades para a pesquisa, a partir da experiência do entrevistado acima mencionado. Deste panorama, o entrevistado destacou que, desde 2006, o foco das atividades da RECS esteve centrado na necessidade de se elaborar um plano de comunicação institucional e uma política comunicacional para o bloco. Isso consta na Ata do primeiro encontro de 2006. Com dois encontros anuais, em média, o grupo enfrentava dificuldades que incluíam dissensos entre as delegações em muitos temas que, muitas vezes após negociações, permaneciam de fora das pautas oficiais. Duarte (2015) mostra ainda a percepção de que um dos membros, no caso o Uruguai, não se mostrou interessado nas discussões sobre comunicação. Outra dificuldade

é a ausência de respostas das instâncias superiores na estrutura do MERCOSUL para as propostas encaminhadas pela RECS. Tal problema é detectado em outras pesquisas, tais como em Lima (2011), que mostram o mesmo silêncio enfrentado por outras instâncias da instituição, a exemplo do Fórum Consultivo Econômico e Social que também não recebia respostas sobre as propostas encaminhadas. Isso revela a estrutura como um problema que resulta, entre outras coisas, no déficit democrático constatado por Ribeiro (2012) e Drummond (2010).

O primeiro conflito, identificado também por meio de análise documental, é a discussão sobre a participação da sociedade civil na RECS. Duarte defende que as reuniões são abertas ao público, apenas como observadores, mas não há necessidade de divulgação dos encontros pelo seu caráter de planejamento e por sua função consultiva. Pelo Brasil, o coletivo Intervezes participou de muitas Cúpulas Sociais do MERCOSUL e realizou tentativas de participação nos encontros da RECS. O primeiro contato, feito por e-mail, com o jornalista Gésio Passos, representante do coletivo nos eventos do MERCOSUL, mostra a pouca receptividade para membros da sociedade civil na RECS. Segundo Passos, por correio-eletrônico, a RECS não manteve diálogo com a sociedade civil, pelo menos o governo brasileiro não se interessou por esse diálogo sob o argumento de que a “agenda da RECS era política de comunicação de governo, ligada principalmente a troca de conteúdo das tevês estatais” (PASSOS, 2015).

As falas de Duarte e Passos apontam para uma indefinição do campo de atuação, dos limites e possibilidades da RECS, resultante do marco de criação. A compreensão está limitada à criação de uma instância para discutir a comunicação, utilizando-a como instrumento para fortalecer a integração. Tais limites e possibilidades supõem-se, preenchidos pela Política Comunicacional do MERCOSUL, elaborada a partir das diretrizes aprovadas até o momento. Nota-se a existência do conflito de visões sobre o papel da RECS também por meio da entrevista com o ex-coordenador da RECS-Argentina, Carlos Borgna.

Esta entrevista aconteceu na cidade de Rosário, província de Santa Fé, na Argentina, em agosto de 2016. Borgna participou de toda a negociação da Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL. Razão pela qual seu depoimento foi essencial para este estudo. Segundo o relato, uma das dificuldades de se construir uma ideia de

comunicação como direito humano para o MERCOSUL era que havia divergências ideológicas que impediam o uso de alguns instrumentos.

Obviamente tenía que haber una correlación de fuerza adentro de los países en un marco de negociación que hacía que en un determinado momento había un enorme consenso y algunos países que estaba a medias, esto terminaba torciendo la situación que fue más o menos lo que pasó, porque ya en este momento lo que estaba en la derecha paraguaya comenzaba la discusión sobre esto. Entonces, hubo mucho debate, muchísimo debate y después otros temas que estaban relacionados con esto, y después volvemos a la pregunta, fue que, digamos, Argentina, la propuesta de Argentina, Venezuela, Uruguay también, nosotros quisimos incorporar el tema de la comunicación popular y claramente Brasil, Paraguay votaron en contra esto. Obviamente que, argumentando cuestiones que tenía que ver con qué implicaban lo popular, qué tipo de medios, como se garantizaban [...] Qué se quería decir con esto [...] Evidentemente, por detrás de eso había una discusión de carácter ideológico, ¿no? El modelo comunicacional de que estábamos hablando, entonces este tema, pero esto fue motivo de discusión y no pudimos zanjar lo de la comunicación popular, entonces, esto, creo que se habla de comunicación social, se cambió esta terminología [...] (BORGNA, 2016)¹⁴.

A comunicação pública ou popular, nos termos usados por Borgna (2016) era um tema polêmico e bastante defendido pelos argentinos, como observado nas entrevistas de Borgna (2016) e Duarte (2015). Na entrevista com Duarte (2015), o tema comunicação pública no que diz respeito a RECS nem pode ser estendido porque, como ele mesmo relatou, as discussões sobre comunicação pública aconteciam nos limites da troca de experiências:

A gente trocava era experiência dos países. A gente tinha muito orgulho, na época, a gente ‘tava criando uma emissora pública [...] Nos outros países eram emissoras governamentais. O Brasil ‘tava com uma emissora pública, um sistema público [...] a gente percebia que [...] é uma avaliação muito pessoal, mas percebia que, particularmente o caso da Argentina, particularmente o caso da Venezuela, as emissoras públicas eram instrumento de governo, de enfrentamento, de debate, de explicação das ações de governo. E aqui no Brasil, a EBC [...] a Radiobrás quando ela [...] quando começa, antes da EBC ainda, com o Eugênio Bucci na presidência, ela já era uma emissora que estava tentando se pública, por ter uma perspectiva pública fora das diretrizes do governo federal. Então a gente já tinha essa visão. Eu tinha essa visão. Depois quando [...] quando a gente estava lá e virou EBC foi melhor ainda, porque a gente

¹⁴Optamos por citar a entrevista com Borgna na língua original. Não conseguimos chegar a uma tradução que fizesse jus à riqueza da oralidade existente na fala do entrevistado.

tinha um caso concreto para mostrar. Podia não ser uma maravilha, mas tinha uma lógica interessante que orgulhava a gente (DUARTE, 2015)...

Inversamente, o ex-coordenador argentino, iniciou a entrevista empolgado para falar exatamente sobre comunicação pública e a importância da formação da *Red de Comunicadores del Mercosur*¹⁵, manifestando o modo de pensar sobre a comunicação do MERCOSUL e a atuação da RECS-Argentina de maneira diferente dos demais, sobretudo diferente do Brasil naquele momento.

[...] una manera de pensar la comunicación del MERCOSUR de una manera distinta, de una forma distinta, ya no se trataba de una relación solamente de estado-estado, sino que nosotros incorporamos, a los medios, a los medios de las organizaciones sociales a los medios populares. Cuestión que fue de mucho debate y que no se terminó, si bien se aprobó los cambios sucesivos en los coordinadores de la red o en algunos casos de los gobiernos hizo que generara mucha resistencia. Nosotros, a iniciativa de Argentina en una de las..., allá por el año 2011, empezamos a avanzar con la participación de esa clase de comunicadores, de expresiones de la comunicación por fuera del estado [...] (BORGNA, 2016)¹⁶.

Parte da divergência sobre a visão comunicacional do MERCOSUL dos representantes entrevistados, deve-se aos seus perfis e histórias de vida. Jorge Duarte, o brasileiro, tem formação em jornalismo e relações públicas, catedrático, metódico, executivo. Carlos Borgna foi preso político na ditadura argentina nos anos 1970, quando livre se dedicou às famílias dos presos e desaparecidos da ditadura, e com o retorno da ordem democrática se envolveu com meios gráficos e comunicação alternativa e se dedicou à militância política dos Kirchner.

Tanto a entrevista com Borgna (2016) quanto a de Duarte (2015) enriqueceram o trabalho porque trouxeram as entrelinhas, o que a análise documental não alcançava. Outro exemplo é o relato de Borgna (2016) sobre a origem da Diretriz para a Política Comunicacional:

[...] Argentina venía con una intención, pero desencadenante es la situación cuando un grupo de senadores de derecha de Brasil empieza a

¹⁵ redcomsur.org

¹⁶ Optamos por citar a entrevista com Borgna na língua original. Não conseguimos chegar a uma tradução que fizesse jus à riqueza da oralidade existente na fala do entrevistado.

hablar de la Alianza del Pacífico y empieza a hablar de que el MERCOSUR no producía nada. Más allá de que si esto era verdad o no; o si era verdad [...] Media mentira o [...] De verdad, era que el MERCOSUR había hecho un montón de cosas que las sabía vender, o sea, no las sabía mostrar y eso era un dato objetivo, esto era cierto. Entonces, se armó una reunión del grupo del mercado común, donde Brasil busca forzar esto y lo que se decide, es claramente, comenzar a discutir una política de comunicación porque, obviamente que todos los países... (acá, para mí), que todos... No todos, pero que varios los países e incluye Argentina, tenían suma interés en cuestiones de base [...] (BORGNA, 2016)¹⁷.

Portanto, a Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL surge da necessidade de apresentar os feitos, dar publicidade dos atos do MERCOSUL, não apenas utilizando a comunicação instrumental, mas elevando a comunicação social para o status de uma política. E esta política segue orientada por uma militância pelos direitos humanos, que observam o direito à comunicação e à informação, bem como a liberdade de expressão e a cidadania – que pressupõe à participação. Os debates sobre a observância das Diretrizes caminham paralelamente às discussões sobre a criação da Unidade Técnica de Comunicação, no âmbito da RECS. As últimas discussões de 2015 apontavam o Alto Representante Geral do MERCOSUL como o gestor da política comunicacional e da Unidade Técnica.

O Alto Representante Geral do MERCOSUL é uma personalidade política destacada, nacional de um dos Estados Partes, com reconhecida experiência sobre a integração. É designado pelo Conselho do Mercado Comum para um mandato de três anos, prorrogável por igual período, uma única vez. A designação respeita a rotatividade dos países.

O médico Florisvaldo Fier foi nomeado Alto Representante em fevereiro de 2015, pelo Brasil. O mandato do Brasil termina em 31 de janeiro de 2017. Conhecido como Dr. Rosinha, o ex-deputado presidiu a Comissão Parlamentar Conjunta e a Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL. A entrevista aconteceu na sede do MERCOSUL, no Uruguai, na sala do Alto Representante Geral. Abordamos os aspectos da Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL que defendem que a

¹⁷ Optamos por citar a entrevista com Borga na língua original. Não conseguimos chegar a uma tradução que fizesse jus à riqueza da oralidade existente na fala do entrevistado.

comunicação no MERCOSUL deve ser tratada como um direito humano, os processos comunicacionais na estrutura, o acesso à informação e à transparência.

Sobre a gestão¹⁸ da Diretriz para a Política Comunicacional e da Unidade Técnica de Comunicação, Fier (2016) explica que a tarefa seria mais adequada ao gabinete do Alto Representante Geral do MERCOSUL pela necessidade de se criar memória documental e histórica das comunicações do MERCOSUL. Destaca-se, na visão de Florisvaldo Fier (2016), entre outras coisas, que o MERCOSUL deve priorizar uma comunicação institucional. Por outro lado, o Alto Representante diz que não é tarefa de interesse do MERCOSUL atuar numa política de transparência ou numa Lei de Acesso à Informação do MERCOSUL. Ele justifica que:

[...] na integração, todo país tem que abrir mão de um pouco da sua soberania. Mas, alguns têm mais dificuldades que outros em abrir mão dessa soberania. E na comunicação e na informação alguns podem entender como segurança de Estado essa questão. Eu não vou abrir a informação porque é segurança de Estado, depende da compreensão de cada país e de cada um dos governantes daquele momento. Então, eu acho muito difícil de atingirmos esse patamar de ter alguma harmonização no sentido de ter lei de transparência e de informação (FIER, 2016).

Temos aqui a presença da diplomacia tradicional e a intergovernabilidade no MERCOSUL como uma barreira para o avanço nas discussões sobre políticas de transparência, participação e acesso à instituição. Consciente da realidade e dos limites do MERCOSUL quanto aos limites para harmonização de leis e políticas, Fier (2016) acredita que a diplomacia pública deve ser tratada como uma política do MERCOSUL. Ele refere-se, especificamente à paradiplomacia, que estimula entidades regionais, municípios ou entes não governamentais às atividades da política externa, neste caso, do MERCOSUL. Porém, como observado pelo mesmo, a constituição do MERCOSUL não permite acordos paradiplomáticos, um dos obstáculos no processo de integração. “Sem a participação popular ela (a integração) caminha muito devagar” (FIER, 2016). No que tange a diplomacia tradicional ou a diplomacia pública, o Alto Representante defende que o papel das chancelarias não é facilitar ou dificultar o acesso. Para ele, o papel dos diplomatas é

¹⁸ Observa-se que Borgna (2016) relata o desentendimento entre as delegações sobre a gestão da Unidade Técnica de Comunicação ficar sob gestão do Alto Representante, não pela instância em si, mas pela não aceitação dos posicionamentos de Fier.

negociar consensos. “Se uma sociedade ou governo construir um consenso, o negociador (diplomata) vai aplicar” (FIER, 2016).

Esta ideia de diplomacia sem participação contrapõe-se com o pensamento de uma diplomacia pública, voltada não apenas para o público externo como vimos nas classificações de Cull (2009), mas uma diplomacia que possibilite a participação da cidadania nacional – neste caso, cidadãos do MERCOSUL - nas discussões sobre a política externa. Para Fier (2016), o déficit democrático informacional pode ser reduzido por meio do Parlamento do MERCOSUL, desde que esta instituição passe a cumprir suas atribuições.

[...] eu acho que, algumas coisas, [...] caberiam ao Parlamento do MERCOSUL discutir - o Parlamento até agora está muito aquém do que vinha, porque o Parlamento tem acesso a tudo - e fazer um debate aberto com a sociedade, inclusive fazer com que tivesse audiências públicas em qualquer um dos países. Quer dizer, o Parlamento não está cumprindo o papel dele de contribuir. Porque um segredo, em um processo negocial, as vezes é necessário à ressalva. Mas, muitas vezes o segredo leva à retirada de direitos, tem esse objetivo. Então, o Parlamento poderia cumprir o papel de acompanhar todas as negociações e fazer o debate. Se é segredo, pelo menos o debate dentro do Parlamento deveria ser feito, porque ele quer queira, quer não, o papel dele é representar indiretamente o povo. Então ele poderia fazer esse debate. Diminuiria um pouco esse déficit democrático da ausência da informação (FIER, 2016).

Buscamos informações sobre o Parlamento do MERCOSUL, por meio do Secretário de Relações Institucionais e de Comunicação Social, Humberto Napoli Licursi. A entrevista aconteceu nas instalações da sede provisória do Parlamento. Segundo Licursi (2016), a política de acesso à informação do Parlamento do MERCOSUL está centrada do portal da internet, que passa por uma reestruturação. Trata-se de uma intenção de transparência ativa por meio da internet, ou seja, a informação de interesse público.

A ideia é buscarmos uma forma que todos os atos apresentados pelos parlamentares, antes de serem apreciados pelas comissões e pelo plenário (e aceito e lido na sessão plenária), passe a ser já disponibilizado para a sociedade. Hoje nós só disponibilizamos aquilo que foi aprovado, porque nós não tínhamos - e não temos ainda - uma forma de colocar isto a partir do momento que nossa página não comporta essa possibilidade de apresentar, de disponibilizar as propostas apresentadas pelos parlamentares, antes de serem tratadas pelas comissões e, depois, consequentemente, pelo plenário. [...] A partir do momento em que, na estrutura da nossa sessão plenária todos os atos só são aceitos no

Parlamento a partir da leitura no plenário [...], então enquanto ele não é lido, esse parlamentar pode retirar a sua proposta, a qualquer tempo. A partir do momento que ele é lido, ele passa a ser público. Esse é o nosso objetivo, a partir daí, dar exatamente a visibilidade para a população, de um todo, de que o parlamentar apresentou uma proposta para modificação dentro da estrutura do MERCOSUL, ou talvez uma modificação dentro do país [...] (LICURSI, 2016).

A transparência passiva do Parlamento, ou seja, a informação buscada por iniciativa dos cidadãos, também acontece pelas vias eletrônicas: correio eletrônico institucional e mídias sociais oficiais. Licursi (2016) notou significativo interesse e a participação dos argentinos pelos assuntos do Parlamento do MERCOSUL, principalmente após a Argentina realizar eleições diretas para o Parlamento do MERCOSUL.

Os temas e as discussões possíveis no Parlamento permitem ampliar os debates para uma integração aprofundada, nos termos de Richard (2014). As pautas e assuntos tratados visam uma aproximação das discussões em efervescência no âmbito interno dos países ou em conjunto. Segundo Licursi (2016) a ideia é sair um pouco do debate da integração pela integração e buscar assuntos diversificados que sejam de interesse da sociedade, de maneira que o MERCOSUL possa ser discutido plenamente, porque: “Se você não discutir o problema do LGBT dentro do MERCOSUL, não adianta discutir no Brasil, no Uruguai, na Argentina, isoladamente [...]”.

Embora a visita técnica não seja muito aplicada em pesquisas de comunicação, o instrumento permitiu dar um reforço empírico ao objeto e uma aproximação à realidade das discussões do MERCOSUL. A visita técnica permitiu a observação da estrutura em seu interior, considerando aspectos políticos, administrativos, comunicacionais e ambientais. O trabalho foi realizado principalmente no Parlamento do MERCOSUL, instância do MERCOSUL, localizada fisicamente ao lado da sede, em Montevidéu – Uruguai.

O roteiro da visita foi dividido em três etapas: conversa e apresentação da pesquisa ao secretário de relações institucionais e comunicação social do Parlamento; permanência no local para observação dos trabalhos e rotinas da equipe de comunicação; assistir a uma sessão do Parlamento. Entre uma dessas etapas aconteceu uma visita à sede do MERCOSUL, sem acompanhado guiado, onde obtivemos material informativo institucional.

No Parlamento notou-se uma recepção mais calorosa e mais abertura para o trabalho de pesquisa. Por outro lado, na sede do MERCOSUL, percebeu-se os reflexos de

uma instituição diplomática tradicional, com rigor na segurança, protocolos e limites de acesso. Tal imponente e frieza explicam o distanciamento do cidadão em relação à organização. No caso dos cidadãos Argentinos, Paraguaio e, sobretudo os Uruguaios, a simples presença física da sede do MERCOSUL já resulta em uma consciência de cidadania – o que não ocorre no Brasil e na Venezuela, por exemplo, em razão da maior dimensão demográfica e territorial, que despertam outros temas e interesses nos cidadãos.

A facilidade de acesso às pessoas e às instalações do Parlamento, com menos protocolos em comparação ao prédio da sede do MERCOSUL (ao lado), coincidiu que nos dias de observação, alguns repórteres - que acompanhavam a situação do final da Presidência *Pro Tempore* do Uruguai e o impasse sobre a Venezuela assumir ou não a vez, acampados nos fundos da sede do MERCOSUL – aproveitavam para solicitar informações à equipe da comunicação do Parlamento. Alguns funcionários relataram que é uma prática muito comum, mesmo ali não sendo a assessoria de comunicação ou imprensa da sede, o Parlamento acaba prestando um auxílio informal nesse sentido. Oficialmente, o secretário nega que o Parlamento cumpra esse papel.

Durante a Sessão do Parlamento, a equipe de comunicação fica posicionada para entrevistar os parlamentares sobre a ordem do dia e o posicionamento de cada um sobre as pautas ou outros temas que sejam trazidos para a Sessão. Os vídeos são veiculados pela página web do Parlamento. Toda a Sessão também é transmitida, ao vivo, pela internet.

Presentes para assistir à Sessão estavam apenas assessores parlamentares, consultores legislativos e imprensa. No Salão MERCOSUL, onde são realizadas as Sessões do Parlamento enquanto a sede própria não seja concluída, não havia reserva de lugares para cidadãos. Muito do observado na visita técnica coincide com as informações dadas em entrevista pelo Secretário de Relações Institucionais e de Comunicação Social, Humberto Napoli Licursi.

4 MERCADO COMUM DO SUL

O MERCOSUL foi criado em 1991, por meio do Tratado de Assunção firmado pelos presidentes Carlos Menem (Argentina), Fernando Collor de Mello (Brasil), Andrés Rodríguez (Paraguai) e Luis Alberto Lacalle (Uruguai). O pensamento político-econômico dos presidentes responsáveis pela instituição do MERCOSUL, sobretudo os governos Collor e Menem, tinham fortes interesses em aproximação com a política-econômica norte-americana.

O governo Collor buscou adaptar as ações externas brasileiras às modificações econômicas que eram adotadas no âmbito doméstico e, dessa forma, criar um modelo de inserção internacional fundamentado na ideia de que o desenvolvimento nacional se daria pela abertura ao comércio mundial, eliminando qualquer tentativa de recriar mecanismos de substituição de importações ou de cunho desenvolvimentista. Portanto, a integração serviria para acelerar a eliminação de barreiras ao comércio. A justificativa era de que a exposição dos setores produtivos à competição internacional seria a principal solução para os problemas econômicos nacionais, sobretudo a inflação (DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014, p. 27-28).

As conjunturas políticas internacional e regional estavam propícias para alianças que permitissem a implementação urgente do processo de liberação econômica, como na negociação de Las Leñas, na Argentina, em 1992. Tratava-se de um cronograma conjunto para consolidar a união aduaneira até 1994, por uma significativa redução das tarifas para terceiros países. Os aspectos comerciais eram o centro da negociação, excluindo outros temas importantes de cooperação como as políticas macroeconômicas, cooperação tecnológica, políticas sociais e ambientais em comum (DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014). A discussão de Las Leñas terminou informalmente por meio de um consenso entre as delegações de que os esforços dos governos deveriam estar direcionados para o funcionamento da união aduaneira, considerando a dificuldade de se criar um mercado comum num curto espaço de tempo, mas ficou decidido que o GMC estabeleceria um cronograma para que as etapas de integração se desenvolvessem até o funcionamento do mercado comum.

Essa decisão não foi implementada (Peña, 2006), demonstrando a intenção de fazer do MERCOSUL apenas uma união aduaneira, o que estava de acordo com os objetivos de manter reservas de autonomia para

os Estados, em particular para o Brasil, e concentrar-se nos aspectos comerciais da integração regional (DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014, p. 31).

O que aconteceu, no entanto, foi muito diferente da intenção inicial de abertura ao mercado internacional, mas acelerou o comércio intrabloco em 1992 com tendência de especialização produtiva entre os países, porém surgiram pressões dos setores afetados pela competitividade. Inicia-se um caminho minimalista de integração no Cone Sul (DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014), com estrutura intergovernamental, apenas pelas necessidades comerciais e questões imediatas, desconsiderando acordos políticos maiores voltados para o desenvolvimento social da região. O *impeachment* de Collor e o governo Itamar Franco redirecionaram a política externa brasileira, quando o MERCOSUL passa de meta estratégica para se tornar um *global payer*, intensificando a crise econômica e social enfrentada no país.

Em 1994, os negociadores do Grupo Ad Hoc sobre Assuntos Institucionais, coordenado pelos Ministérios de Relações Exteriores dos Estados Partes, cujas reuniões mantinham poucos participantes, pouca transparência do conteúdo, sobretudo dos negociadores brasileiros (DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014), discutiam a possibilidade da supranacionalidade ou da intergovernabilidade. Segundo Desiderá Neto, Mariano, Padua, Hallack e Barros (2014), os brasileiros estavam fechados a ideia de instituição comunitária, a exemplo da União Europeia. Os argentinos defendiam mecanismos jurídicos vinculantes.

Em reação à interpretação uniforme e ao controle de legalidade das normas emanadas dos futuros órgãos do MERCOSUL, a Delegação Argentina sugeriu a possibilidade de criação de uma Comissão de Magistrados que seria integrada por membros dos Supremos Tribunais de cada Estado Parte. Algumas delegações consideraram a necessidade de que as normas emanadas dos futuros órgãos do MERCOSUL que não requeiram aprovação legislativa tenham aplicação direta e imediata nos Estados Partes. A esse respeito, a Delegação do Brasil informou que o ordenamento jurídico brasileiro atual condiciona o início da vigência de qualquer tipo de norma à observância dos princípios constitucionais da legalidade e da publicidade. Nesse sentido, a Delegação Uruguaia apresentou documento preliminar de trabalho contendo projeto de criação de um Tribunal de Justiça do MERCOSUL. As posições do Paraguai e do Uruguai seguiam esta mesma orientação, colocando-se muito favoráveis à criação de instituições supranacionais, coerente com os interesses de países que se apresentam desfavorecidos diante da distribuição de poder na região. Os argumentos contrários por parte dos negociadores

brasileiros ora se amparavam nas justificativas constitucionais, como visto no trecho acima, ora condicionavam a aceitação de mecanismos supranacionais à mudança no peso decisório dos países, eliminando a regra do consenso (DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014, p. 33-34).

A conclusão está no Protocolo de Ouro Preto (1994), mantendo a estrutura do MERCOSUL intergovernamental, permitindo que as decisões sejam tomadas por meio de consenso após negociações diplomáticas e por vontade política dos presidentes em vigor – de modo que não haja órgãos com maior poder de decisão e dispositivos vinculantes. Quanto à criação do Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), um dos primeiros espaços de participação dos atores não governamentais, o modelo intergovernamental amplia influência além dos setores empresariais e sindicais, mas não garantia dispositivos ou condições de controle das deliberações por parte da sociedade, dos cidadãos (DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014).

De 1995 a 1998, primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil trabalhou pela institucionalidade do MERCOSUL, privilegiando os fluxos comerciais e amenizando discussões sobre medidas para macroeconomia e assimetrias. Havia maior conexão do país com o mercado global, deu-se início as negociações da ALCA e do acordo MERCOSUL-UE. Brasil e Argentina, principalmente, empenhavam-se em aumentar a capacidade de negociação internacional. No entanto, a diplomacia brasileira adotou um comportamento de relutar em assumir os “custos políticos e econômicos do MERCOSUL” (DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014, p. 38), dificultando a promoção para a criação de fundos comunitários de investimentos que pudessem subsidiar a infraestrutura física para a integração do comércio transfronteiriço, ou meios que amenizassem os impactos econômicos e sociais ocasionados pelo mercado regional (SCHMITTER; MALAMUD, 2007; MARIANO, 2007; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012 apud DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014).

De 1999 a 2002, segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, a desvalorização da moeda brasileira – o real – somou-se à crise política e econômica na Argentina, estagnou o MERCOSUL. As relações Brasil-Argentina não estavam favoráveis. O presidente De La Rúa não resistiu à crise generalizada e teve seu governo derrubado. Enquanto isso, o Brasil portava-se descompromissado em concluir as negociações em

andamento ALCA e MERCOSUL-UE, mas os argentinos, mesmo em crise, desejavam acelerar o processo e concluir os acordos. Ao final do segundo mandato, Cardoso e a diplomacia brasileira tentaram recuperar o que restava de institucionalidade do MERCOSUL, ampliando a agenda externa em relação aos países sul-americanos.

Nos anos 2000, década em que Luis Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil, os Kirchner assumiram o governo da Argentina, o Uruguai foi presidido por Tabaré Vázquez, Chavez na Venezuela e, por fim, Lugo logo assumiu o governo no Paraguai. Traçava-se uma nova arquitetura institucional para o MERCOSUL, a partir de governos que defendiam plataformas sociais. Nos primeiros anos do primeiro mandato do governo Lula, o Brasil buscou redefinir o escopo e as relações entre os vizinhos, priorizando o conceito de América do Sul (AMORIM, 2011), ao contrário dos outros parceiros de bloco que preferem adotar América Latina. Mas o Brasil buscou se reaproximar da Argentina, acrescentando a Venezuela ao bloco. Nas relações comerciais, o ambiente multilateral era prioritário, visando maiores ganhos. Nesta lógica foi construída a coalizão G-20 Comercial. O mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi bastante utilizado neste período.

Em outubro de 2003, o Consenso de Buenos Aires marca o relançamento do MERCOSUL e um posicionamento do papel do Brasil na América do Sul. Em 2005, a Cúpula de Mar del Plata marca o final das negociações da ALCA com os Estados Unidos, “pressupostos para implementar um papel mais relevante na arena multilateral, especialmente na OMC” (DESIDERÁ NETO, MARIANO, PADUA, HALLACK, BARROS, 2014, p.45). Mas, não se tratava de vontade governamental, mas do pressuposto consenso da sociedade e capacidade econômica do país para arcar com os custos da estratégia, além de um cenário internacional assertivo.

A postura brasileira de fortalecer os mecanismos de cooperação e integração entre os países sul-americanos foi acompanhada pela tentativa de repensar o papel dessas estruturas, buscando formas de conectá-las ao projeto de governo vigente e aos objetivos de inserção internacional do país que, gradativamente, tornavam-se mais claros. É incontestável a importância que a integração regional assumiu na política exterior do Brasil desde a segunda metade dos anos 1980, estando sempre entre as maiores prioridades nacionais. No entanto, não se verificou ao longo do tempo uma clareza conceitual sobre o papel que a integração deveria ter no conjunto das políticas domésticas e, também, com relação às demais prioridades e comprometimentos assumidos internacionalmente

(DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014, p. 45).

O consenso não é fácil de ser obtido. Nem sempre os objetivos de todos são contemplados. Mas os projetos de integração são vulneráveis às mudanças governamentais, e de acordo com o pensamento dos autores Desiderá Neto, Mariano, Padua, Hallack e Barros (2014, p. 45-46), são vulneráveis “à ausência de reflexão por parte dos principais agentes políticos sobre qual modelo de integração se conecta aos seus próprios interesses”. Nesse período, consolidava-se a existência de duas concepções de diplomacia (DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014): presidencial¹⁹, ligada aos setores e ideias políticas advindas das urnas; ministerial, que respondeu mais aos objetivos próprios, e historicamente adquiriu importante grau de autonomia. Há significativo contraste entre a vontade política, nos discursos presidenciais, e a história do corpo diplomático. A vontade política, muitas vezes, precisava refletir as ideias advindas de movimentos populares e representantes de entidades de classe, dos eleitores.

É possível citar várias situações em que a reação ao processo negociador hemisférico foram importantes, como, por exemplo, a realização do plebiscito patrocinado por setores da Igreja Católica em 2002, a campanha contra a Alca encabeçada por diversas organizações sindicais, organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais, os setores produtivos de bens de capital, químicos, eletroeletrônicos, entre outros (Vigevani e Mariano, 2001, 2006; Oliveira, 2003). Assim, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva pode ser considerada como o início do processo que levaria a um “fechamento” da preferência nacional no sentido de privilegiar o âmbito multilateral e evitar qualquer acordo unilateral de livre comércio com grandes potências econômicas (DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014, p. 47).

¹⁹ Muitas vezes, a orientação presidencial acaba se deparando com dificuldades de implementação significativas, principalmente em relação ao tempo decorrido entre a decisão e sua execução por parte da estrutura governamental. Trata-se de uma questão delicada que ainda não teve um tratamento analítico adequado, persistindo uma significativa carência de estudos aprofundados sobre essa questão, apesar de ser um elemento fundamental para a compreensão da política externa brasileira nos dias de hoje. Além da condução interna ao aparato estatal, as negociações levadas pelo governo enfrentavam um desafio adicional que era garantir um equilíbrio de interesses entre as elites nacionais e construir um posicionamento que refletisse a complexidade da estrutura econômica e social brasileira (DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014).

O Brasil intensificou as diretrizes básicas das relações internacionais do país com o MERCOSUL, além da formação do G-20 Comercial, o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS); a Cúpula América do Sul – África; a Cúpula América do Sul – Países Árabes; e, mais para o final do governo Lula, a articulação dos BRICS. São coalizões que demarcam publicamente o posicionamento do Brasil diante da nova agenda internacional, pautando-se nos temas de superação de problemas sociais, projetando o Brasil internacionalmente. Ainda no âmbito das discussões brasileiras, o presidente Lula criou a figura do assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República e reforçou a atuação de outras agências estatais, mobilizando várias instâncias não diplomáticas para o exercício da atuação internacional brasileira. Os governos anteriores mantinham a lógica de atrair capital estrangeiro, enquanto que o governo Lula procurou estimular empresas nacionais para investimentos no exterior.

O Itamaraty passou por uma reformulação de perfil, “assumiu uma postura mais nacionalista e desenvolvimentista, mesmo sem representar uma alteração significativa no posicionamento diplomático em relação ao MERCOSUL e às negociações comerciais internacionais” (DESIDERÁ NETO; MARIANO; PADUA; HALLACK; BARROS, 2014, p. 48). Ajustaram-se a essa ampliação e intensificação da agenda externa do país e foi criada a Subsecretaria Geral de Assuntos da América do Sul (SGAS), encarregada de tratar das questões do MERCOSUL (negociações do processo de integração, projetos de infraestrutura, ou mesmo pressões externas que afetavam a integração sul-americana).

Os mandatos de Dilma Roussef deram continuidade ao formato proposto pelo presidente anterior, mas a crise política e econômica interna, cujo desfecho ocasionou no *impeachment* da presidente, mudou o cenário brasileiro da política externa. Nos vizinhos, a eleição de Maurício Macri na Argentina, e de Horacio Cartes no Paraguai, trouxe o retorno das ideias do MERCOSUL reduzido à dimensão econômica. No Brasil, o atual presidente Michel Temer e o Chanceler José Serra, são favoráveis ao posicionamento paraguaio e argentino. Somente Uruguai e Venezuela são oposição neste debate. Mas, ao final de 2016, a Venezuela foi suspensa do bloco por não ter aprovado todos os Acordos e Tratados do MERCOSUL. Uma nova arquitetura se forma no bloco.

4.1 Mercado Comum do Sul Institucional

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), integrado inicialmente por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, surgiu como um projeto de integração da América Latina, em resposta ao novo contexto econômico mundial, como uma vantagem para o aproveitamento da economia em escala e da integração industrial. A assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, deu início a este projeto do MERCOSUL.

A dimensão econômica do MERCOSUL está presente nos antecedentes ao Tratado de Assunção. Em 1949, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) publicou o *Estudio Económico de América Latina*. Em 1959, publicou outro estudo, *El Mercado Común Latino-Americano*, que vincula o desenvolvimento da região à constituição de um mercado comum latino-americano (ALCALDE, 1986, p.380 apud DRUMMOND, 2010, p.217). Nos anos 1960, a América Latina discutia a constituição de um mercado econômico regional que resultou na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Em 1980, a ALALC tornou-se a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Em 1985, Brasil e Argentina assinaram a Declaração de Iguazu que resultou em uma série de acordos comerciais. Mas foi a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, pelos dois países, em 1988, que determinou a meta de criação de um mercado comum onde os países latino-americanos poderiam se unir pelo desenvolvimento econômico. Deste modo, em 1991, os quatro países fundadores do MERCOSUL, supracitados, assinaram o Tratado de Assunção:

CONSIDERANDO que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social [...] CONSCIENTES de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideu de 1980; [...] (MERCOSUL, Tratado de Assunção, 1991).

Entre os compromissos e papéis do MERCOSUL, conforme o Artigo 1º do Tratado de Assunção, estão a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais dos Estados Partes e o compromisso de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, “para lograr o fortalecimento do processo de integração”.

A estrutura institucional (ANEXO N) do MERCOSUL está definida no artigo 1º do Protocolo de Ouro Preto, de 1994. São órgãos decisórios, de natureza intergovernamental:

o Conselho do Mercado Comum (CMC) é o órgão superior e se apresenta por meio de Decisões normativas; o Grupo Mercado Comum (GMC) é o órgão executivo e suas normativas são Resoluções; e a Comissão de Comércio (CCM) que define as Diretrizes do comércio.

O Conselho do Mercado Comum conduz politicamente o processo de integração, formula políticas e exerce a titularidade da personalidade jurídica do MERCOSUL, definida no Artigo 34 do Protocolo de Ouro Preto como Personalidade Jurídica de Direito Internacional. Também merecem destaque o Foro Consultivo Econômico Social e a Secretaria Administrativa do MERCOSUL, embora suas funções sejam, respectivamente, consultivas e administrativas.

O Protocolo de Ouro Preto (1994), Artigo 1, e o Tratado de Assunção (1991), Artigo 24, incluem na estrutura institucional do bloco a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, que posteriormente tornou-se o Parlamento do MERCOSUL (assunto que trataremos mais adiante).

Em 1991, ano da sua criação, o MERCOSUL não contava com instrumentos ou mecanismos que indicassem a participação social, configurando-se como uma decisão entre Estados, de caráter intergovernamental, executado por Ministros de Relações Exteriores e outros ministérios das áreas econômicas, indústria e comércio. Esse modelo, conforme Vieira Martins (2014), apresentava barreiras à participação da sociedade civil e aos movimentos sociais, em resistência a tudo o que se apresentava contra os direitos sociais e trabalhistas.

Na maior parte dos casos, os governos empenhavam-se em enfraquecer as oposições políticas e tornar ineficazes os movimentos sindicais e sociais. O estilo tecnocrático contaminou o modelo de gestão do MERCOSUL, no qual prevaleceram as negociações secretas e a falta de transparência, contribuindo para reforçar uma cidadania passiva (VIEIRA MARTINS, 2014, p. 111).

Vieira Martins (2014) também observa a assinatura do Protocolo de Ouro Preto (1994) como a oportunidade de criação dos espaços institucionais de participação política e social. A partir daquele momento foi dada a oportunidade de representação, ainda que indireta, por meio da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (CPCM). Também

foi instituído o Foro Consultivo Econômico e Social (FCES). Mas os objetivos ainda estavam inalterados:

O foco na integração comercial, porém, permaneceu inalterado, preservando-se o modelo de regionalismo aberto defendido pelos governos e apoiado pelas grandes empresas nacionais e multinacionais presentes no Brasil e na Argentina (VIEIRA MARTINS, 2014, p. 111).

O FCES representa os setores econômicos e sociais e tem função consultiva. Mas a intergovernabilidade, espinha dorsal do MERCOSUL, impede o fortalecimento de espaços que pedem concessão de soberanias. A força da dimensão econômica da integração também afasta as organizações sociais e movimentos populares, quase não representados pelo FCES.

O Consenso de Buenos Aires, assinado em 2003 entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Néstor Kirchner (Argentina) reafirmou a vontade de uma cooperação bilateral e regional que garantisse aos cidadãos direitos e liberdades fundamentais com base no desenvolvimento e na justiça social.

O novo consenso emergiu após o principal contexto de crise econômica e turbulência política na história da integração regional do Cone Sul, como é conhecido, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Criado em 1991 entre os dois países já mencionados, além do Paraguai e do Uruguai, o bloco apresentou resultados excelentes em termos de fluxos de comércio e de investimentos até 1997. Com o estremecimento dos mercados internacionais em função da crise financeira asiática naquele ano, e da crise russa no ano seguinte, o bloco não mais conseguiu dar resultados econômicos positivos. Em 1999, o governo brasileiro perdeu a capacidade de sustentar seu regime de bandas cambiais, sendo a forte desvalorização do real apenas mais um fator a atingir a economia da vizinha Argentina, a qual, diante da escassez de liquidez no sistema financeiro internacional, também encontrou dificuldades para manter a paridade artificial do peso em relação ao dólar. Como consequência, acusações desferidas de ambos os lados da fronteira fizeram com que analistas chegassem a pensar que o bloco desapareceria naquele momento (DESIDERÁ NETO, 2014, p. 15).

Mesmo com a desvalorização da moeda brasileira afetando a vizinha Argentina, criando uma crise nas relações comerciais entre ambos, o MERCOSUL não se desfez. A partir de 2005, a presidência *Pro Tempore* uruguaia criou o Programa Somos MERCOSUL. Em 2006, durante a presidência *Pro Tempore* brasileira, aconteceu a

primeira Cúpula Social, realizada a cada seis meses, quase que simultaneamente às Cúpulas de Presidentes do MERCOSUL. Antecedeu à Cúpula, no primeiro semestre do mesmo ano, o Encontro Regional por um MERCOSUL Produtivo e Social, realizado em Córdoba, Argentina. As cúpulas Sociais são espaços de discussão e formulação de propostas de políticas públicas dos quais participam representantes dos movimentos sociais, dos governos e órgãos do MERCOSUL. Foram realizadas dezoito Cúpulas Sociais de 2006 até 2015, com 2801 participantes mapeados²⁰ (SILVA; MARTINS, 2015), sediadas em cidades diversas de todos os Países Membros do MERCOSUL. Em 2015, a sede foi Brasília, no Brasil.

Seis Cúpulas Sociais emitiram declarações finais, como resultado das discussões: Brasília 2006, Assunção 2009, Brasília 2012 (dois documentos: Declaração Final e Brasília 2012 – 20 Propostas), Montevidéu 2013, Paraná 2014 e Brasília 2015 (SILVA; MARTINS, 2015). Foram sistematizados vinte e três grupos temáticos: 1. Afrodescendentes, combate à xenofobia e igualdade racial; 2. Agricultura familiar, camponesa e indígena, reforma agrária, desenvolvimento rural, segurança e soberania alimentar; 3. Comunicação; 4. Cultura e identidade; 5. Desenvolvimento urbano e direito à cidade; 6. Direitos Humanos, verdade, memória e justiça, crianças e adolescentes, LGBT, pessoas idosas, pessoas com deficiência; 7. Economia solidária, cooperativas, micro, pequenas e médias empresas; 8. Educação; 9. Estabilidade democrática, geopolítica, segurança e defesa continental 10. Expansão do MERCOSUL; 11. FOCEM e combate às assimetrias; 12. Integração produtiva; 13. ISM, IPPDH, PEAS, estatuto da cidadania; 14. Juventude; 15. Meio ambiente e recursos naturais; 16. Migrações; 17. Modelos de integração, modelos de desenvolvimento, negociações comerciais internacionais; 18. Mulheres; 19. Parlamento; 20. Participação social, Cúpulas Sociais; 21. Povos originários / indígenas; 22. Saúde; 23. Trabalho, previdência, livre circulação de pessoas. O Quadro 3, a seguir, destaca os resultados obtidos nos grupos temáticos de Comunicação e de Cultura e Identidade.

²⁰ Representantes de dezesseis das dezoito edições do evento (as exceções são Assunção 2007 e Montevidéu 2007). A distribuição não inclui os 749 participantes da 18ª Cúpula, realizada em julho de 2015 em Brasília, pois a informação não constava da lista de inscrições fornecida pelos organizadores. O levantamento dos/as participantes individuais, bem como das organizações e movimentos sociais e dos órgãos de governo por eles/as representados mostrou-se uma das tarefas mais árduas para a realização do presente estudo, em função da indisponibilidade de cópias de listas de presença assinadas - únicos documentos capazes de retratar de forma fidedigna as informações desejadas (SILVA; MARTINS, 2015).

Quadro 3 – Resultados obtidos nos grupos temáticos de Comunicação e de Cultura e Identidade (continua).

Comunicação		
	Inserção	Documento/Cúpula Social
1	9. Para construirmos um MERCOSUL verdadeiramente democrático e participativo, consideramos fundamental formular uma estratégia de cooperação científica para os âmbitos da informação, comunicação, cultura e conhecimento, contemplando acordos para potencializar as redes regionais de informação e comunicação pública e cidadãs, com um sentido de equidade e respeito à liberdade de imprensa, com a finalidade de contribuir para a formação de uma cidadania e uma identidade comum sul-americana.	Declaração de Brasília (2006)
2	8. Entendemos que não há liberdade de expressão sem a democratização dos meios de comunicação. Neste sentido, enfatizamos a necessidade de se garantir a participação dos movimentos sociais organizados no debate público, elaboração, implementação e controle social posterior de novas leis de comunicação que reflitam a diversidade social do nosso continente, que exige a democratização da palavra, a pluralidade de vozes, e a extinção dos monopólios da comunicação, visto que a comunicação é um direito e não uma simples mercadoria. Ao mesmo tempo, o Estado deve garantir a democratização de uso das novas tecnologias de informação e comunicação em favor de uma democracia substantiva.	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL – Brasília (2012)
3	14. Promover a democratização dos meios de comunicação e ampliar o alcance da Telesur e outras iniciativas regionais que reforcem os mecanismos de comunicação popular.	Brasília (2012) – 20 Propostas
4	15. Elaborar e/ou apoiar as leis de democratização da comunicação que garantam o direito à palavra, o acesso, a pluralidade e diversidade, e a liberdade de expressão, a exemplo da lei de meios de comunicação da Argentina, considerando a realidade de cada País.	Brasília (2012) – 20 Propostas
5	16. Defender um marco civil da internet que garanta a neutralidade da rede e a liberdade de expressão; e, construir um instituto de tecnologia social do MERCOSUL.	Brasília (2012) – 20 Propostas

Quadro 3 – Resultados obtidos nos grupos temáticos de Comunicação e de Cultura e Identidade (continuação).

Comunicação		
	Inserção	Documento/Cúpula Social
6	Reafirmamos o ponto 8 da Declaração da XIV Cúpula Social no que refere a democratização da mídia e incorporamos a necessidade de contar com uma política de comunicação do MERCOSUL para fazer cegar para os nossos povos tanto as conquistas quanto os direitos.	<i>Declaración de la XV Cumbre Social del MERCOSUR – Montevideo (2013)</i>
7	Que resulta essencial o papel da comunicação como ferramenta para disseminar a importância dos processos de integração, suas conquistas e seus avanços, contribuindo desta maneira para a construção da cidadania regional.	<i>Declaración de la XVII Cumbre Social del MERCOSUR – Panamá (2014)</i>
8	<p>Porpostas Comunicação Social e Novas Tecnologias para a Informação</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Peticionar e reafirmar que todos os países do MERCOSUL garantam o acesso universal e livre à informação, aos conteúdos latino-americanos e às tecnologias da comunicação, concebida esta como um direito humano, e consolidando a identidade MERCOSULina. 2. Solicitar que os países do MERCOSUL avancem em espaços e instrumentos que permitam a formação continuada no uso das ferramentas tecnológicas e comunicacionais. 3. Fomentar a formação do sujeito político latino-americano para a comunicação, pela via de fortalecer a produção de conteúdos para uma agenda latino-americana garantindo a todos os espaços, através das redes de comunicação, seu acesso e sua circulação. 4. Solicitamos avançar na política de comunicação do MERCOSUL e propiciar a troca de experiências em matéria de legislação comunicacional. 5. Instruir a criação de um fundo (semelhante ao FOCEM) regional de desenvolvimento para a infraestrutura através de um instituto regional e soberano com o objetivo de garantir e fomentar a soberania comunicacional e tecnológica, o acesso universal à informação e às tecnologias com políticas e legislações comuns para a transferência e geração de tecnologias de acesso livre, incorporando o Grupo de Segurança Tecnológica já criado a pedido da Cúpula de Presidentes Montevideu 2007. 	<i>Declaración de la XVII Cumbre Social del MERCOSUR – Panamá (2014)</i>

Quadro 3 – Resultados obtidos nos grupos temáticos de Comunicação e de Cultura e Identidade (continuação).

Comunicação		
	Inserção	Documento/Cúpula Social
9	4. A liberdade de expressão e a construção de um MERCOSUL verdadeiramente democrático e participativo implicam, necessariamente, na democratização dos meios de comunicação e em uma política ativa de cooperação específica. Neste sentido, enfatizamos a necessidade de participação ativa e fomentada pelos Estados das organizações da sociedade civil na discussão, elaboração e/ou implementação de novas leis de comunicação que reflitam o novo mapa social de nosso continente que exige a democratização da palavra, a pluralidade de vozes, e a extinção dos monopólios dos meios de comunicação. Fim da restrição e da perseguição aos meios comunitários, populares e independentes. Consideramos a comunicação como um direito e não uma mercadoria e instamos os governos a efetivar a participação da sociedade civil na reunião Especializada de Comunicação Social (RECS).	Declaración Final - XVIII Cúpula Social do MERCOSUL – Brasília (2015)
Cultura e Identidade		
	Inserção	Documento/Cúpula Social
1	22. Consideramos prioritárias ações de integração cultural, com vistas à construção de uma identidade regional que leve em conta a diversidade da região e o papel central da cultura para o seu desenvolvimento. Exortamos nossos governos e parlamentos a ratificar a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, destacando o acesso à cultura como caminho para inclusão social e construção da cidadania. Defendemos a ampliação de recursos para a cultura e a intensificação do intercâmbio artístico das distintas linguagens – teatro, música, dança, artes circenses, artes visuais, audiovisual, literatura, entre outras bem como a articulação de pontos de cultura e casas de cultura e das políticas de patrimônio, cultura digital e livro e leitura. Enfatizamos a necessidade de integrar políticas de cultura, educação, juventude e comunicação, numa plataforma de desenvolvimento sociocultural do MERCOSUL.	Declaração de Brasília (2006)
2	13. Promover políticas públicas de maior integração no campo da cultura e educação por meio da adoção do ensino das línguas portuguesa e espanhola nas escolas, fortalecimento do guarani e valorização das demais línguas dos povos originários; de uma política ativa de literatura, do intercâmbio de estudantes, da intensificação das trocas de ações culturais e fortalecimento das cadeias produtivas culturais.	Brasília (2012) – 20 Propostas

Quadro 3 – Resultados obtidos nos grupos temáticos de Comunicação e de Cultura e Identidade (conclusão).

Cultura e Identidade		
	Inserção	Documento/Cúpula Social
3	Que é essencial avançar na geração de uma educação para a emancipação como ferramenta necessária para a descolonização de nossas consciências, reivindicando nossa identidade latino-americana construída sobre a herança e o presente de nossos povos afro e indígenas. Também, ressaltamos a importância histórica do “Congresso dos Povos Livres” celebrado em 29 de junho de 1815 Em Concepción del Uruguay, como símbolo do processo independentista, popular e integracionista.	<i>Declaración de la XVII Cumbre Social del MERCOSUR – Panamá (2014)</i>

Fonte: Silva e Martins (2015, p. 55-56).

As Cúpulas Sociais do MERCOSUL foram inspiradas pelo atual estágio de democratização da América Latina e se tornaram um espaço de participação e representação da sociedade civil no MERCOSUL. Tornaram-se um evento de grande importância na programação do MERCOSUL, notadamente pela passagem das formas limitadas ao modelo menos limitado, diretamente ligado ao pensamento político vigente de quem estava no poder.

Neste sentido, segundo Vieira Martins (2014, p. 114):

O giro social do MERCOSUL corresponde, portanto, ao giro político provocado com a chegada das forças de esquerda à frente dos Estados-partes do MERCOSUL. A conversão da dimensão social e participativa em uma linha estratégica do MERCOSUL tem origem nessa inflexão política.

Mas outros espaços são reivindicados pelos movimentos para o debate, como a Reunião Especializada de Comunicação Social (RECS MERCOSUL) que trataremos mais adiante, ou ainda o Parlamento do MERCOSUL que tem tais garantias em seu Protocolo Constitutivo (2005).

4.2 Mercado Comum do Sul Social

Neste ponto não temos o objetivo de analisar as Declarações, Resoluções, Decisões ou instâncias institucionais do MERCOSUL descritas brevemente a seguir. Elencamos os principais documentos, cronologicamente, apresentando a mudança de uma integração comercial e industrial para o pensamento de uma integração aprofundada, que envolve aspectos humanos e sociais – o que irá justificar uma política comunicacional direcionada para os direitos humanos e participação social, objeto deste estudo.

A Declaração Sociolaboral, de 1998, e o Acordo Multilateral de Seguridade Social (1997) são conquistas de centrais sindicais por intermédio do Foro Consultivo Econômico Social, apesar das dificuldades assinaladas de participação de movimentos e organizações sociais nestes Foros. A Decisão trouxe avanços importantes, especialmente ao reconhecimento de direitos trabalhistas, à defesa do emprego e à promoção da seguridade social no MERCOSUL. Estabelece um marco jurídico próprio, não vinculante, a partir das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O documento considera ainda que “a integração envolve aspectos e efeitos sociais cujo reconhecimento implica a necessidade de prever, analisar, solucionar os diferentes problemas gerados, neste âmbito, por essa mesma integração” (MERCOSUL, 2010, p. 248). Mesmo observando a questão laboral e migratória a partir de uma dimensão econômica, aqui o conceito integração regional começa a ser analisado, caminhando para uma visão de integração aprofundada. Em julho de 2015 foi assinada uma nova Declaração Sociolaboral do MERCOSUL, revisão prevista no artigo 24 da Declaração de 1998.

Em junho de 2005, o CMC aprovou o Protocolo sobre o Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do MERCOSUL, tratando como indispensável o gozo efetivo dos direitos fundamentais para a consolidação do processo de integração. O estímulo foi a criação, no ano anterior, da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL (RAADH), conforme a Decisão CMC n. 40/2004. O Protocolo também reiterou a Declaração Presidencial de *Las Leñas* (1992), a Declaração Presidencial e o Protocolo de Ushuaia que condicionam a plena vigência das instituições democráticas para a existência e o desenvolvimento do MERCOSUL.

Tratando-se de uma temática abrangente e universal, o Protocolo reafirma outras declarações e textos internacionais, tais como: a Declaração Americana de Direitos e

Deveres do Homem, na Convenção Americana de Direitos Humanos e outros instrumentos regionais de direitos humanos; como a Carta Democrática Interamericana; por fim, ressalta a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993: “a democracia, o desenvolvimento e o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais são conceitos interdependentes que se reforçam mutuamente” (MERCOSUL, 2010, p. 270)

No ano de 2007 foi criado o Instituto Social do MERCOSUL (ISM), por meio da Decisão CMC n. 03/2007, com sede em Assunção, no Paraguai, considerando a necessidade de se ter como meta a articulação das políticas sociais para um “enfoque integral no desenho e implementação” dessas políticas regionais. O ISM é vinculado à Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social, até que seja criada uma instância que reúna as áreas sociais integrantes da estrutura institucional do MERCOSUL.

Algumas de suas funções são: prestar colaboração técnica na elaboração e planificação de projetos sociais; promover a investigação com objetivo de apoio às decisões na elaboração e implementação de políticas e programas sociais (MERCOSUL, 2010).

Unindo a temática das políticas públicas e dos direitos humanos, em 2009 foi criado o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH), pela Decisão CMC n. 14/2009, com sede em Buenos Aires, Argentina. O objetivo do IPPDH é contribuir para o planejamento, implementação e consolidação das políticas públicas em direitos humanos do MERCOSUL. A cooperação técnica, a pesquisa, a capacitação e o apoio à coordenação de políticas regionais de direitos humanos são as principais funções.

Dois organismos são observados como espaço de participação no MERCOSUL: potencialmente, o Parlamento do MERCOSUL (Parlasul), criado pela Decisão CMC n. 23/2005; e a Unidade de Participação Social (UPS), criada cinco anos depois do Parlamento, por meio da Decisão CMC n. 65/2010. Ambos exercem papel de mediação, ou seja, representatividade cidadã para os propósitos de integração regional.

Criado em 2005, com a aprovação do seu Protocolo Constitutivo, como órgão de representação dos povos do MERCOSUL, o Parlamento do MERCOSUL tem como características unicameral, independente e autônomo. O órgão, não detém competências legislativas e integra a estrutura institucional do bloco em substituição à Comissão

Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (CPC). Entre os propósitos do Parlamento do MERCOSUL, podemos citar o Artigo 2 do Protocolo Constitutivo (2005) “Garantir a participação dos atores da sociedade civil no processo de integração”. Segundo o Artigo 4 do mesmo Protocolo, das competências, o Parlamento deve “Receber, examinar e se for o caso encaminhar aos órgãos decisórios, petições de qualquer particular, sejam pessoas físicas ou jurídicas, dos Estados Partes, relacionadas com atos ou omissões dos órgãos do MERCOSUL”. Quanto à participação popular, o Artigo 4º ainda confere que é competência do Parlasul “Fomentar o desenvolvimento de instrumentos de democracia representativa e participativa no MERCOSUL”.

Em 2007, com o propósito de contribuir com os objetivos do Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no MERCOSUL, na Bolívia e no Chile, foi criado o Observatório da Democracia (Decisão CMC n. 05/2007), que tem papel de acompanhar processos eleitorais nos Estados Partes. Como um organismo interno do Parlamento do MERCOSUL (Parlasul), também cabe ao Observatório a coordenação dos parlamentares integrantes do Corpo de Observadores Eleitorais do MERCOSUL.

4.3 Mercado Comum do Sul Cultural

Em 1996, o Conselho do Mercado Comum aprovou o Protocolo de Integração Cultural, pela Decisão CMC n. 11/1996, considerando a “importância da ampliação e do fortalecimento do intercâmbio cultural entre os Estados Partes para o aprofundamento do processo de integração” (MERCOSUL, 2010, p. 285). O Protocolo estabelece em seu Artigo 1º: o comprometimento entre os Estados Partes de promover a cooperação e o intercâmbio entre as instituições nacionais e os agentes de cultura.

O objetivo é favorecer o enriquecimento e a difusão das expressões artísticas e culturais do MERCOSUL. Na prática, cada país deve promover programas e projetos conjuntos no MERCOSUL, em setores diversificados.

O Grupo Mercado Comum (CMC), órgão executivo do MERCOSUL, aprovou em 1996 a norma que define como deve ser observada pela aduana a entrada e saída de bens de projetos culturais aprovados pelos órgãos culturais em cada país destinados à exibição ou utilização em eventos culturais. A Resolução GMC n. 122/1996, determina que todos os bens sujeitos a esta norma devem conter identificação do selo MERCOSUL Cultural.

Mas, foi em 2008 que os Ministros de Cultura do MERCOSUL decidiram regulamentar o Selo MERCOSUL Cultural, por meio da Decisão CMC n. 33/2008, instrumento de operacionalização da livre circulação de bens culturais prevista pela Resolução GMC n. 122/1996. Os critérios comuns de concessão do Selo MERCOSUL Cultural, regulamentados por meio da Decisão CMC n. 30/2009, são a adoção e definição de “atividades, bens e serviços culturais” (MERCOSUL, 2010, p. 302), conforme estabelece a Convenção para Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais da UNESCO.

5 REUNIÃO ESPECIALIZADA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: RESOLUÇÃO GMC N. 155/1996

Em 1994, o Protocolo de Ouro Preto definiu ao Grupo Mercado Comum (GMC) que, entre as suas funções estão: criar, modificar ou extinguir órgãos, tais como Subgrupos de Trabalho e Reuniões Especializadas. Foram instituídas instâncias na estrutura do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) para discutir a integração sob os aspectos sociais e culturais, superando as limitações de se considerar apenas os aspectos econômicos e comerciais para a integração. Assim, foi criada a Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL (RECS MERCOSUL), a partir da Resolução GMC n. 155, de 1996, com o objetivo de promover ações conjuntas tendendo a coordenação e cooperação no plano informativo, de imprensa e na difusão do processo de integração. O documento, em seu Artigo 2º, prevê que o grupo de coordenadores elabore, para apreciação do GMC, propostas de pautas de ação que contemplem tarefas prioritárias, prazos e meios para a conclusão, às necessidades das etapas do processo de integração. Assim como todas as instâncias do MERCOSUL, exceto o Conselho do Mercado Comum por se tratar de instância superior decisória, a RECS é um grupo representativo dos Estados Membros que tem função consultiva sobre os assuntos da comunicação social. Portanto, a atuação do grupo está centrada no planejamento, ou seja, na esfera das ideias, e muito pouco na esfera das ações, tornando a RECS um espaço para debate e apresentação de propostas a partir de temas que permeiam a comunicação social do MERCOSUL.

As atividades da RECS tiveram início em 1998. Porém, após oito anos de inatividade, a RECS retomou os encontros em 2006. Na ocasião, o Brasil era presidido por Luis Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores (PT). Jorge Antônio Menna Duarte pertencia ao quadro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM) e, conseqüentemente, era da coordenação brasileira da RECS. Desde a retomada das atividades da RECS, em 2006, Duarte foi o defensor da necessidade de se elaborar um plano de comunicação institucional e da proposta de uma política de comunicação para o bloco. Em entrevista exploratória realizada por esta pesquisadora em 28 de setembro de 2015, ele reforça que esta era uma pauta prioritária nas reuniões, até o momento de sua saída em 2012. Apresenta também suas posições sobre o papel da RECS.

Esta entrevista com Jorge Duarte acrescenta uma visão dos processos e rotinas da RECS, a definição de pautas e agendas, e os conflitos e divergências entre os representantes, sendo percepções particulares do entrevistado. Sobretudo, denota o peso das decisões e ações brasileiras no grupo. Nas reuniões de 2013 ele não esteve mais presente e a RECS tomou outros rumos, como podemos observar depois, no depoimento do ex-coordenador argentino, Carlos Borgna.

Desde a criação da RECS, o bloco passou a discutir soluções para o sentimento de uma cidadania MERCOSULina por meio de ações e debates pelo fortalecimento da imagem e identidade institucional; outras vezes, articulando com meios de comunicação pública para a difusão do MERCOSUL. No entanto, a comunicação social tem um papel mais amplo e não deve se prender a uma atuação apenas institucional. Murilo Ramos (2005) define a comunicação como “portadora de um novo direito social, o direito à comunicação”. Observa-se que, nos últimos anos, a RECS passou a compreender esse objetivo mais amplo incluindo o direito à comunicação como um princípio norteador de suas diretrizes comunicacionais (DECISÃO CMC n. 47/2014).

A Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL teve suas primeiras atividades registradas a partir de 1998. Foram realizadas quatro reuniões somente neste ano. A partir de então, a RECS teve um período de estagnação que durou até o ano de 2006 – quando as atividades foram retomadas. Não são claros os motivos desta estagnação e as fontes não são acessíveis. Por este motivo, o recorte temporal deste trabalho é o período de 2006 a 2015. Neste período, a RECS se reuniu pelo menos uma vez todos os anos, porém destacamos alguns momentos identificados a partir da entrevista com Jorge Duarte (2015), no anexo B e outros tópicos relacionados com os itens das Diretrizes para a Política de Comunicação, que aparecem em discussões anteriores à sua formulação.

Em 2006, o primeiro encontro aconteceu no mês de abril, na cidade de Buenos Aires, Argentina. Foi nesta reunião que, pela primeira vez, a RECS MERCOSUL se propôs a refletir sobre a necessidade de desenvolver políticas de comunicação e difusão do bloco. Foram discutidas possíveis estratégias, instrumentos e ferramentas para o cumprimento dos objetivos da RECS. No entanto, não foi apresentada uma proposta para elaboração de uma política, mas uma proposta de estratégia de comunicação com objetivo claramente instrumental e institucional. Segundo a proposta estratégica de 2006 (vide Anexo “B”): “[...] *la comunicación debe servir como una herramienta para difundir los*

acuerdos y la agenda de trabajo y para facilitar que la sociedad civil se interese y se involucre en la construcción de la integración”.

Na ocasião, eram coordenadores nacionais da RECS: Jorge Duarte (Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Brasil); Carlos Hugo Centurión (Ministério de Relações Exteriores, Paraguai); Gustavo Antunéz (Gabinete da Presidência, Uruguai) e Enrique Vaca Narvaja (Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto, Argentina).

Em 2006 aconteceram cinco encontros no total, nos meses de abril, julho, setembro, outubro e dezembro. No decorrer desse período, destaca-se o surgimento da proposta brasileira apresentada, em outubro de 2006, para a criação de uma Unidade de Comunicação do MERCOSUL, o embrião da UCIM.

Em outubro de 2007, a terceira reunião do ano trouxe para pauta, a discussão do papel estratégico da RECS (Ata RECS n. 3/2007, em anexo). Segundo o Uruguai, na Presidência *Pro Tempore*, a RECS “deve limitar-se como um órgão assessor em matéria de transmissão de informação verdadeira e concreta sobre o processo de integração pela cidadania do MERCOSUL”, colocando qualquer outra função para a RECS à submissão do GMC. O assunto foi debatido, resultando na posição comum entre os delegados para a criação de uma Unidade de Comunicação e Divulgação na Secretaria do MERCOSUL, sobre o MERCOSUL em geral.

Em 2009, durante a única reunião do ano, em junho, no Paraguai, as delegações da RECS retomaram o tema sobre a criação de uma Unidade de Divulgação e Comunicação Social na Secretaria do MERCOSUL. O objetivo desta unidade seria de que as informações do MERCOSUL chegassem de modo claro e preciso ao cidadão. O Brasil solicitou consultar a Secretaria MERCOSUL para dar seguimento à proposta. O Paraguai sinalizou que esta unidade não suporia apenas uma mudança na estrutura institucional do bloco, mas um espaço que elevaria o setor de comunicação e informação de modo que resultasse em maior utilidade para a sociedade civil em geral.

O ano de 2011 também foi um tanto inativo para a RECS. O único encontro aconteceu em junho, em Assunção, Paraguai, quando a RECS decidiu fazer um levantamento das propostas já encaminhadas ao GMC e retomá-las, todas pendentes de resposta, entre as quais estaria a criação da Unidade de Comunicação Social e Divulgação do MERCOSUL. Além de uma instância capaz de gerar espaço de debates, de acordo com

as delegações, a unidade incluiria o relacionamento com novos atores que se somam ao processo de integração regional. Em entrevista, Jorge Duarte (2015) alertou para a demora, e em alguns casos, o silêncio do GMC, para responder à RECS.

Em março de 2012, a Argentina se comprometeu a elaborar uma nova proposta para a Unidade de Comunicação e Divulgação do MERCOSUL. Em seguida, no mês de maio do mesmo ano, a RECS solicitou ao GMC que fossem determinados os meios para a criação de uma Unidade de Comunicação. Até aquele momento, não tinha sido retomada a discussão sobre a elaboração de uma Política de Comunicação para o bloco. Até 2012, o trabalho da RECS estava pautado, principalmente, nas discussões sobre o papel da comunicação pública e nas parcerias entre os meios públicos de comunicação como participantes da difusão do MERCOSUL e do processo de integração. Foram promovidos seminários, grupos de pesquisa sobre a noticiabilidade do bloco, mas após as intensas atividades promovidas em 2006, nota-se uma diminuição do fôlego da RECS, realizando duas reuniões por ano, ou apenas uma.

Sobre a Unidade Técnica de Comunicação Social (UCIM ou UTCM, conforme aparece em alguns documentos), durante a primeira RECS de 2015, em março, na cidade de Brasília, as delegações de Argentina, Brasil e Paraguai examinaram a proposta de criação de uma Unidade Técnica de Comunicação e Informação (UCIM) do MERCOSUL, quando sugeriram novas redações. Porém este tema também está tratado em Reservado, mas a proposta do novo texto foi submetida à consideração das respectivas Coordenações Nacionais. O Uruguai também decidiu levar o assunto para discussões internas em nível da coordenação nacional.

O tema não teve avanços publicados na segunda reunião de 2015, em junho, na cidade de Brasília. Apenas foram propostas novas redações. Os documentos da discussão permanecem Reservados. De acordo com o texto em Ata, o mesmo ocorreu na terceira reunião, realizada em Assunção, em setembro de 2015.

O fato é que a RECS não disponibilizou mais informações sobre a UCIM, mas o Informe MERCOSUL n. 19 (BID, 2015, p. 69) destaca os objetivos, e de quem foi a iniciativa da proposta.

No marco do Grupo de Análise Institucional (GAIM), a delegação brasileira colocou a conveniência de criar uma Unidade Técnica de Comunicação Social no âmbito do Alto Representante do MERCOSUL. Propõe-se criar uma unidade que gere informação para empresas e

formadores de opinião nos diferentes países e faça seguimento dos artigos que aparecem em meios. O GMC de julho de 2013 instruiu a Reunião Especializada de Comunicação Social (RECS) a trabalhar num vídeo institucional de curta duração “como instrumento de difusão do MERCOSUL nos âmbitos regional e extrarregional, bem como em instâncias acadêmicas e/ou educacionais. O mesmo deveria conter, dentre outras, questões como criação do MERCOSUL, funcionamento, estrutura, normativa, aspectos econômicos, comerciais e sociais a fim de contar com uma apresentação unificada do bloco regional”. Posteriormente, o GMC de maio 2014 realizado em Caracas, manifestou a necessidade de “avançar na Política Comunicacional do MERCOSUL” e instruiu a RECS a apresentar um documento de trabalho na seguinte reunião do GMC, considerando as propostas colocadas pelas Delegações do Uruguai e Venezuela. (BID, 2015, p.69)

Portanto, a UCIM é proposta de iniciativa do Brasil, com objetivo de produzir e difundir informação para públicos específicos: empresas e formadores de opinião. A proposta define ainda que a unidade esteja na superintendência do Alto Representante Geral (ARGM). A ele são atribuídas as articulações políticas e a formulação de propostas e representação das posições do bloco. Entre os temas no campo de atuação do ARGM estão saúde, educação, cultura e a divulgação do MERCOSUL.

A discussão sobre a participação de representantes da sociedade civil na RECS MERCOSUL foi resgatada no início de 2015, no encontro em Brasília. O tema foi tratado anteriormente em 2011, na reunião de Assunção, no Paraguai. No encontro de Brasília, a Argentina propôs que fosse efetivada a participação da sociedade civil na RECS, mas o Brasil e o Paraguai expressaram a necessidade de consultas internas. A Delegação do Uruguai não se manifestou sobre este ponto.

Em Brasília, em junho de 2015, as delegações da RECS presentes (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai) examinaram o documento com as regras para a participação da sociedade civil nas reuniões. O documento foi elaborado a partir da proposta da Argentina de efetivação da participação da Sociedade Civil nas reuniões da instância, considerando os termos discutidos em Assunção, em junho de 2011. A proposta ainda está sob consultas internas nos Países Membros. A Bolívia, em processo de adesão, permanece participando como observador. A Venezuela não enviou delegação e, neste caso, a Ata ficou a ser referendada. O assunto recebeu comentários na terceira reunião de 2015, em Assunção, mas não teve avanços.

Das regras em discussão (vide Anexo “M”) para a participação da sociedade civil, destacam-se: um representante por país, que seja integrante da Comissão de Comunicação

da Cúpula Social do MERCOSUL; cada país deverá informar à Presidência Pró-Tempore o nome do representante da sociedade civil a ser membro da delegação da RECS; em reunião será pautado ponto específico referente a participação dos representantes da sociedade civil, preferencialmente como primeiro item de pauta, e cada integrante da sociedade civil terá até 15 minutos para expor suas posições. Após suas apresentações, a participação dos membros da sociedade civil está limitada apenas a observação.

O Brasil é o único país entre os membros que fala língua portuguesa, com extensão territorial continental e maior população, com discrepâncias internas de caráter socioeconômico e cultural, e que defende a RECS voltada para um modelo de assessoria. Os países de língua espanhola, com menor extensão territorial e menor demografia, têm diferentes visões do que a comunicação pode significar para o MERCOSUL ou para o país que se demonstrar mais fortalecido. Paira, veladamente, uma desconfiança de que o mais forte pode assumir o papel dominador e fazer uso da comunicação para este fim. Também há o lado que acredita que a comunicação deve ser tratada como política pública que garanta acesso, pluralidade, universalidade e transparência para os cidadãos mercosulinos. As diferenças estão presentes nas divergências de posicionamentos em muitas questões que dizem respeito ao MERCOSUL, nos objetivos e na formação social do bloco, mas principalmente no pensamento da RECS. Assim, quanto ao papel da comunicação, temos o conflito, elemento dialético, presente desde a formação da RECS. A definição de formação social, para Demo é:

[...] a realidade que se forma processualmente na história, indigitável como fase, em duplo sentido: de um lado, apresenta nível discernível de organização social, sobretudo captável pelas instituições que nela se coagulam, como seria, por exemplo, a fase capitalista, a fase feudal, a fase colonial, a fase industrial; de outro, apresenta o aspecto formativo histórico, sempre dinâmico, na unidade de contrários, ou seja, gesta dentro de si as condições de aparecimento da nova fase. (DEMO, 1995, p.90)

A aprovação das Diretrizes para as Políticas Comunicacionais do MERCOSUL (Decisão CMC nº 47/2014), em dezembro de 2014 - que analisaremos melhor a seguir - sinaliza mudanças na compreensão do papel da comunicação social para a unidade regional. Prova disso está no preâmbulo, quando coloca o MERCOSUL na posição de compreender a comunicação como um direito humano e, ainda, ao propor que o cidadão mercosulino deve se sentir parte integrante e ter garantido o acesso à informação e à

transparência organizacional. Notam-se encaminhamentos pela apresentação de proposta que oficialize a participação da sociedade civil. Estas questões dão abertura para que a RECS mude para uma atuação mais social, mais participativa e transparente, menos institucional e menos opaca.

O texto de concepção da RECS, Resolução GMC n. 155/1996, sugere interpretação de que as coordenações de cada país atuem como assessoria de comunicação. A RECS recebeu esse tratamento ao longo dos anos, planejando ferramentas de comunicação institucional, estratégias de divulgação de notícias entre meios de comunicação pública e definição de agendas com objetivo de promover e fortalecer as etapas do processo de integração do MERCOSUL. No entanto, percebe-se divergência nesta questão por parte de alguns membros da delegação e, também, da sociedade civil, que espera que a RECS assuma um papel mais ativo e inclua o pensar políticas públicas de comunicação que possam ser comuns entre os seus Membros Plenos.

Compreende-se que os recursos pré-existent na estrutura do MERCOSUL são condições objetivas porque são naturalmente ofertados. Condições objetivas, segundo Demo (1995, p. 94), são aquelas “dadas externamente ao homem, ou dadas sem sua opção própria”.

As condições subjetivas são aquelas dependentes da opção humana. Não se trata de supervalorizar o homem como ator político, nos termos de Demo (1995), no sentido de que a história fica refém deste ator que a molda como quer, inventa.

O ator político também é condicionado, como qualquer componente da realidade social, de tal sorte que, mesmo tendo a capacidade histórica de consciência reflexa, não inventa sua consciência de qualquer maneira. Assim, o estar dotado de consciência é uma condição objetiva, porque um dado da condição de existência humana na história. A condição subjetiva está aí contextualizada, no sentido preciso de que não inventa a possibilidade de consciência histórica, mas a realiza nos seus conteúdos possíveis (DEMO, 1995, p. 94).

Para as condições subjetivas aplicadas ao objeto desta pesquisa, podemos considerar o conflito ideológico, sobretudo na interpretação particular de cada representante da RECS sobre o papel da comunicação, discussão ainda não resolvida. Segundo Duarte (2015) “comunicação social o que é que é: é conteúdo editorial, conteúdo informativo, conteúdo de orientação do cidadão, era estratégia de ajudar o cidadão

entender o MERCOSUL [...]”, enquanto que para o argentino Borgna (2016), a comunicação do MERCOSUL não se tratava de uma relação “Estado-Estado”, de maneira distinta dos demais – sobretudo do Brasil – havia necessidade de incorporar mídias, mídias populares, organizações sociais, etc.

Nota-se essa subjetividade institucional, no geral, no modo de perceber e aceitar a ideia de participação social no MERCOSUL, por meio dos movimentos sociais e suas diferentes causas (democratização das comunicações, liberdade de expressão, direitos humanos, liberdade de imprensa etc.).

6 DIRETRIZ PARA A POLÍTICA COMUNICACIONAL DO MERCADO COMUM DO SUL

Foram localizadas duas propostas para a construção das Diretrizes para as Políticas Comunicacionais do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a saber: 1) do Uruguai; e, 2) da Venezuela.

A proposta uruguaia (vide Anexo “G”), apresentada na RECS, em 2013, na cidade de Montevideú, Uruguai, coloca os pontos considerados relevantes para a política de comunicação. Em quatro tópicos, o Uruguai demonstra preocupação com a identidade do bloco, o sentimento de pertencimento e cidadania no MERCOSUL, e ainda, o tratamento dos cidadãos como sujeitos de direito. Também recomenda que se adote estratégias e uma gestão comunicacional para promover a visibilidade, o posicionamento e a inserção internacional do MERCOSUL.

O Uruguai menciona a importância do uso de novas tecnologias nas comunicações, pensando em aspectos como profissionalização, especialização, capacitação e formação. Para tanto, considera relevante o papel das universidades.

A proposta uruguaia reforça a discussão da participação social no MERCOSUL, por meio de organizações sociais e comunitárias. E, por fim, o tema migração sendo relevante para a integração fronteiriça.

A Venezuela apresentou a proposta para a construção das políticas de comunicação do MERCOSUL (vide Anexos “H” e “I”) na RECS – em novembro de 2013, na cidade de Caracas, Venezuela – posterior as propostas do Uruguai. Para a delegação venezuelana, a considerar a atualidade histórica e política da América Latina, a comunicação no bloco não deve limitar-se apenas às Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo na agenda proposta pelos meios de comunicação, de acordo com os objetivos e interesses que representam. O resumo das propostas, descritos a seguir, sugere que a Venezuela teve um papel de destaque na formulação da Decisão CMC n. 47/2014.

A partir da proposta uruguaia, a delegação da Venezuela propõe acrescentar algumas diretrizes: quanto ao papel da comunicação e divulgação do MERCOSUL, a Venezuela propõe que o direcionamento político esteja a cargo da Presidência Pro-Tempore em exercício, em conjunto com as Coordenações Nacionais.

Para a proposta de criação de uma Unidade Técnica de Comunicação e Informação do MERCOSUL (UCIM), a Venezuela sugere que seja designado pelo GMC um diretor geral, para o exercício de um ano com possível prorrogação, nos moldes da rotatividade dos países, em ordem alfabética. Sobre a UCIM, a delegação sugere a necessidade de estipular regras de funcionamento administrativo e econômico; também propõe o vínculo desta unidade com a Rede MERCOSUL de Observatórios Nacionais de Meios, cujos integrantes são comunicadores, acadêmicos e usuários. A rede tem o propósito de observação e análise permanente da informação produzida pelos meios de comunicação, quanto a pluralidade, credibilidade e oportunidade. Entre as ações do observatório, segundo a proposta da Venezuela, estão:

Este observatorio debe de incidir en el proceso de producción de la agenda informativa de los medios masivos y velar por la vigencia y funcionamiento del sistema democrático y por la existencia de un sistema comunicacional que garantice el flujo informativo libre, permanente, fidedigno y plural (PROPOSTA DA VENEZUELA, 2013).

Eis uma questão que implica em polêmica, quanto à ideia de se instituir um órgão de caráter observador com o poder de interferir nas produções midiáticas nacionais.

Quanto aos aspectos políticos e os princípios da política comunicacional como mecanismo de integração e comprometimento do desenvolvimento humano entre os países membros, as propostas da delegação abrangem desde aspectos estruturais, políticos e culturais. São as propostas: assumir a doutrina da liberdade de expressão que compreenda o direito à comunicação como coletivo e individual, a serviço dos povos, para a independência e a soberania de cada nação; revisão da bibliografia disponível no currículo das universidades para ampliar a presença de autores afins dos interesses políticos e sociais do MERCOSUL; diversificação do espectro radioelétrico permitindo a democratização das frequências e melhores condições de circulação da informação; promover o fortalecimento e capacidades operacionais dos meios estatais e públicos de cada Estado Membro do MERCOSUL, como fomento para a integração política, social e econômica e pelo avanço de uma soberania comunicacional.

Os venezuelanos acrescentam, como mecanismo defensivo, a necessidade de propiciar o uso de tecnologias próprias e compartilhadas, tornando a região independente dos sistemas de informação, em defesa da soberania econômica frente aos agentes

exógenos ao desenvolvimento integral do MERCOSUL. Por fim, consideram a produção audiovisual como instrumento de disseminação de conhecimento e cultura, e ainda a comunicação pública (não estatal) como de importância substantiva para o desenvolvimento e parte da dinâmica de intercâmbio cultural.

No início de 2013, com a entrada da Venezuela como Membro Pleno do bloco, além de mudanças na coordenação brasileira da RECS – após saída de Jorge Duarte, a delegação brasileira da RECS ficou um período sem coordenador efetivo – as discussões sobre a comunicação social no MERCOSUL tomaram outros rumos. A primeira reunião de 2013, realizada em Montevideu, Uruguai, aconteceu apenas ao final do primeiro semestre do referido ano. Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela participaram do encontro. O Paraguai estava sob suspensão, cumprindo pena por ter descumprido a cláusula democrática, prevista no Protocolo de Ushuaia de 1998, segundo julgamento realizado pela Cúpula de Presidentes do MERCOSUL e pela União dos Países Sul-Americanos (Unasul) no caso da destituição do ex-presidente paraguaio Fernando Lugo. Na ocasião, foi apresentada a primeira proposta para a política de comunicação do MERCOSUL. As delegações deram início ao desenvolvimento de uma proposta de acordo com o mandato definido na LXXXVIII Reunião Ordinária do GMC. A proposta Uruguiaia, em exercício da Presidência *Pro Tempore*, foi apresentada, mas só seria discutida na reunião seguinte da RECS. Segundo o programa de trabalho 2013-2014 (vide Anexo “J”) - apresentado na reunião de Caracas em novembro de 2013 - elaborado para ser submetido à aprovação do GMC, a conclusão da proposta de uma política de comunicação para o MERCOSUL estava prevista para o primeiro semestre de 2014. Ainda na RECS, em Caracas, foram discutidas as propostas do Uruguai que estavam pendentes da reunião anterior. A Venezuela também elaborou um texto para discutir as políticas de comunicação. Por divergência sobre as competências relacionadas com a elaboração da proposta para a política comunicacional, a delegação brasileira solicitou ao GMC esclarecimentos sobre as atribuições da RECS para o tema. Nesta reunião em Caracas, fica evidente por meio dos documentos, que as delegações dos Países Membros não estão de acordo quanto ao papel da RECS.

Em Buenos Aires, Argentina, em outubro de 2014, a RECS apresentou um informe sobre o cumprimento do programa de trabalho 2013-2014. De acordo com o relatório, a elaboração da proposta foi concluída. Apenas estava em negociação o projeto de um vídeo

institucional sobre o MERCOSUL – previsto nas políticas comunicacionais. Por outro lado, o programa de trabalho 2015-2016 (vide Anexo “K”), apresentado nesta reunião, prevê a conclusão do monitoramento da política de comunicação do MERCOSUL para dezembro de 2016, e a implementação do vídeo institucional um ano antes. O Paraguai estava presente, assim como as delegações do Brasil, Argentina e Venezuela. O Uruguai não enviou representantes, ficando a Ata a ser referendada posteriormente pela coordenação nacional.

A instrução, dada a partir da Reunião Ordinária do GMC, de 2014, era para que a RECS avançasse em um projeto de norma de que, pelo menos, constasse os objetivos gerais e específicos, modalidades, pautas, ações de comunicação e instrumento para a política comunicacional do MERCOSUL. Deste modo, as delegações elaboraram, em consenso, o texto do documento Política Comunicacional do MERCOSUL, tratado como Reservado na ocasião. Também avançaram quanto as funções da futura Unidade de Comunicação e Informação do MERCOSUL (UCIM). O documento foi encaminhado para a apreciação do GMC.

Percebe-se que neste momento há uma preocupação em focar o trabalho na elaboração de um vídeo institucional sobre o MERCOSUL. A proposta é que o vídeo tenha um roteiro sobre a história e informações básicas do bloco, bem como sobre a cultura, integração produtiva, as conquistas – com destaque para o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM)²¹. O vídeo deveria ainda evidenciar a importância da integração regional, dos direitos Humanos, a participação social, as instituições e principais resoluções e normas do MERCOSUL. A Venezuela reiterou uma proposta para o vídeo

²¹ O FOCEM é integrado por contribuições dos Estados Partes e destina-se a financiar Projetos de melhoramento da infraestrutura, competitividade das empresas e desenvolvimento social nos países do MERCOSUL. Financia, ainda, Projetos para o fortalecimento da própria estrutura institucional do MERCOSUL. Criado no final do ano 2004 e operativo a partir do ano 2006, o Fundo embasa-se em um sistema de aportes e distribuição de recursos de forma inversa; isso supõe que os países do bloco com maior desenvolvimento econômico relativo realizam maiores contribuições e, por sua vez, os países com menor desenvolvimento econômico relativo recebem os maiores recursos para o financiamento de seus Projetos. Os fundos são distribuídos em qualidade de doação não reembolsável. O Fundo iniciou-se com um total de contribuições que atingia os USD100 milhões anuais e, a partir de 2013, com a entrada da República Bolivariana da Venezuela, passou a constituir-se com um total de USD 127 milhões anuais. A apresentação, análise, aprovação e acompanhamento dos Projetos considerados de interesse para os Estados Partes do MERCOSUL realiza-se com base no Regulamento FOCEM, cuja versão vigente data do ano 2010. Disponível em <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/6736/2/innova.front/fundo-para-a-converg%EAncia-estrutural-do-MERCOSUL-focem>, acesso fevereiro/2016.

institucional e a delegação paraguaia se comprometeu a reunir um material audiovisual bruto para ser utilizado no produto de comunicação em questão.

Em novembro de 2014, um mês após o último encontro, a RECS aconteceu também em Buenos Aires, com a presença de todas as delegações. Conforme solicitado na Reunião Ordinária do GMC, os Estados Partes concordaram em submeter o Projeto de Decisão GMC P. n. 10/14 sobre as Diretrizes da Política Comunicacional do MERCOSUL. Seguiu para o CMC. Após aprovação do CMC, recebeu a numeração DECISÃO CMC n. 47/2014.

A aprovação do Conselho do Mercado Comum para a Decisão CMC n. 47/2014, em dezembro de 2014, é, ainda, o início para a formulação de uma política comunicacional para o bloco. As discussões são contínuas e a política, bem como o papel da comunicação, permanece na pauta da RECS MERCOSUL. Dois assuntos se destacam: o papel da comunicação nas Diretrizes e a criação de uma Unidade Técnica de Comunicação do MERCOSUL. Tratando-se de assuntos em negociação, os conteúdos dos documentos são tratados como Reservados e devem ser divulgados somente após a conclusão da negociação, como prevê a própria Diretriz.

O primeiro encontro da RECS após a aprovação da Decisão CMC n. 47/2014 aconteceu em março de 2015, em Brasília, durante a Presidência *Pro Tempore* do Brasil. As delegações de Argentina, Brasil e Paraguai iniciaram as discussões sobre o papel da comunicação e divulgação do MERCOSUL. Os documentos com as propostas e as redações sugeridas não estão disponíveis, constando como em Reservado, em razão dos termos acordados nas Diretrizes Comunicacionais, onde se determina que a divulgação dos assuntos que estão em negociação, ocorrem apenas após a conclusão do debate. Observou-se, anteriormente, que este mecanismo registra a opacidade para o acesso às informações e posicionamentos de cada Estado Parte diante das negociações. Apenas sabe-se, por meio dos documentos disponíveis que a Argentina, o Brasil e o Paraguai propuseram nova redação para a questão, e que a delegação do Uruguai decidiu submeter a proposta a consultas internas na sua coordenação nacional da RECS.

Em junho de 2015, também em Brasília, as delegações presentes retomaram o assunto avançando na discussão da gestão das Diretrizes para a Política Comunicacional do MERCOSUL. Argentina, Brasil e Paraguai manifestaram consenso em que a direção da Política Comunicacional do MERCOSUL seja conduzida pelo Grupo do Mercado Comum (GMC), em coordenação com o Alto-Representante Geral do MERCOSUL (ARGM).

Propuseram nova redação, também em Reservado. Na ocasião a Delegação do Uruguai ainda realizava consultas internas sobre este ponto.

No segundo semestre de 2015, durante a Presidência *Pro Tempore* do Paraguai, em setembro, o registro em Ata é de que houve avanços nas discussões sobre o papel da comunicação, mas informações permanecem não disponíveis até o término das discussões.

No que se refere à unidade dos contrários, outro elemento dialético, percebe-se a polarização de interesses: os que defendem e os que divergem sobre a participação social nas decisões do MERCOSUL e as garantias do direito à comunicação. Pensando no envolvimento de cidadãos exercendo a liberdade de expressão, o direito à informação, e a participação democrática como um processo comunicacional a partir do que se propõe nesta Diretriz para a Política Comunicacional, observada por meio da dialética de Demo (1995, p. 97):

[...] as totalidades históricas se mantêm processo e por isso se transformam, porque contêm dinâmica interna essencial, baseada na polarização. As realidades sociais não são apenas complexas; são, sobretudo, complexidades polarizadas. São campos magnetizados, onde qualquer presença provoca ação e reação, e mesmo a ausência é maneira de polarizar.

A dialética somente se aplica a realidades que são unidade de contrários. O que temos no MERCOSUL é uma realidade cujo conflito interno representa posições político-ideológicas antagônicas presentes desde sua criação, quando havia um momento político que reivindicava o fortalecimento econômico e o protecionismo da América do Sul, ao desenvolvimento de sua estrutura formal, que permitiu abertura para uma integração aprofundada ou real (RICHARD, 2014) presente nas ideias de outros grupos políticos que assumiram o bloco posteriormente.

Por outro lado, a dinâmica do MERCOSUL, por sua espinha dorsal estar no suporte jurídico da intergovernamentalidade, faz com que o bloco tome decisões com base em consensos. Mas, nem todo consenso acontece de modo equilibrado, sem conflito prévio ou posterior. Segundo Demo (1995, p. 99), “toda comunidade histórica, desde que viva, produtiva, aproxima-se mais da imagem de um caldeirão, onde as coisas fervem”.

Trazendo a discussão para o debate sobre a participação social e as garantias do direito à comunicação, Demo (1995, p.99) observa que, tratando-se da unidade dos contrários, “participar significa conquistar espaço próprio, reduzindo poder de outrem. Por

isso, participação sempre causa problemas”. Do ponto de vista de quem está no poder, dar espaço de participação para a sociedade, por exemplo, aumentaria o conflito e apertaria o ambiente de disputa. Em contraponto: “Não é viva a comunidade que manifestar consenso excessivo, pois falta nela mobilização autêntica, troca de lideranças, controle por parte da base, ou porque decaiu em conformismos diante de lideranças prepotentes” (DEMO, 1995, p. 99). Deste modo, é possível concordar com Demo (1995) quando defende que a democracia se constrói sob extrema qualidade política, na liderança e na base.

Sair da teoria e colocar em prática o tratamento da comunicação como um direito humano, a liberdade de expressão e acesso à informação, assim como promover a participação social no MERCOSUL; trata-se de condição que enfrenta aspectos ideológicos e legais. Ideológicos no sentido de que a militância pelo direito à comunicação é um delineamento político muito bem definido, que defende fortemente a dimensão social e cultural da integração. Por outro lado, normatizar aspectos sensivelmente ideológicos em matéria de comunicação,

Toda prática é inevitavelmente ideológica, porque se realiza dentro de uma opção política, naquela parte da história que pode ser feita, conquistada, rejeitada pelo homem. Se a atuação humana histórica é intrinsecamente política, no sentido da realização da capacidade de conquista de espaço próprio e da potencialidade no contexto das condições objetivas, decorre que a marca ideológica transparece em toda prática. Não é que a teoria não seja ideológica, pois o próprio distanciamento para com a prática significa compromisso ideológico (DEMO, 1995, p. 102).

Como o próprio Demo (1995) adverte, a teoria também pode ser ideológica. Neste caso, a própria formulação das Diretrizes para a Política Comunicacional ao incluir direito à comunicação, liberdade de expressão, direitos humanos em seu preâmbulo, já demonstra o teor ideológico do documento. Segundo Demo (1995, p. 101): “Não se pratica toda a teoria, mas versões concretas dela”. O que pode ser compreendido com interpretações do que se deve cumprir em termos de Diretrizes, Normas, Leis – prática não apenas dos juristas, mas também de políticos em defesa de posições ideológicas. Ainda conforme Demo (1995, p. 101): “[...] podemos dizer que a história que temos não é a única que poderíamos ter tido, mas foi o caminho concreto que a sociedade construiu. Sem prática ninguém entra na história. Não acontece”. A questão conflitante é colocar em prática tais

objetivos, em andamento, quando o polo ideológico se inverte, o que é previsível e natural no processo democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto trazido para observação é a Diretriz para a Política Comunicacional do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Decisão do Conselho do Mercado Comum (Decisão CMC nº 47/2014), concebida na Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL (RECS MERCOSUL), percebendo, dentro dos limites da pesquisa, os elementos histórico-estruturais do ambiente normativo, incluindo o pensamento comunicacional da RECS, a ideia de participação social no MERCOSUL e a proposta de direito à comunicação no alicerce dos direitos humanos, conforme o texto da Diretriz em questão. Discutimos a estrutura institucional, a partir do que chamamos de espinha dorsal do MERCOSUL: a intergovernamentalidade. Como observamos, pelo ponto de vista dos entrevistados, este aspecto é essencial para considerar a elaboração e o consenso de políticas públicas convergentes aos temas em comum entre os Países Membros do MERCOSUL. Este elemento é aplicado ao analisarmos a Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL, o pensamento comunicacional da RECS (como ambiente normativo), a concepção de participação social e o direito à comunicação como um direito humano.

A RECS é o ambiente normativo onde a pesquisa teve início, principal fonte documental oficial, e muitos questionamentos estão envoltos à construção social, histórico-estrutural do MERCOSUL, sobretudo da RECS. Para subsidiar tais questões, foram entrevistados dois ex-coordenadores que representaram dois principais parceiros e fundadores do bloco: Jorge Duarte (Brasil) e Carlos Borgna (Argentina). Ambos trouxeram informações dos bastidores e visões pessoais a partir das experiências que adquiriram na Reunião Especializada de Comunicação Social, mostrando abertamente suas convicções e também frustrações em relação ao que esperavam do trabalho e não foi alcançado no período em que estiveram por lá. Do caráter intergovernamental, o consenso era necessário desde a discussão da pauta oficial. Deste modo, soubemos que os documentos não retratam toda a discussão e os temas levados para as reuniões. O embate ideológico, mesmo em tempos de governos simpatizantes políticos, também se fazia presente na definição das pautas e no desenvolvimento das discussões das pautas oficiais.

Outros atores surgiram no decorrer da pesquisa, quando ficou claro que o objeto pediu para observarmos outros conceitos além do direito à comunicação. Foi necessário buscar o conceito de participação social, que nos levou para duas trilhas distintas, mas convergentes no contexto internacional: comunicação pública e diplomacia pública. O Alto Representante Geral do MERCOSUL, Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha), trouxe a visão institucional, embora cuidadosamente diplomático, priorizando, para este momento, a comunicação institucional. Mas não desconsiderou a diplomacia pública. Ao contrário, defendeu a diplomacia regionalizada (participação dos municípios) ou paradiplomacia para o MERCOSUL. O Parlamento do MERCOSUL também surge, na voz do Alto Representante, como um espaço de representação e participação cidadã. O secretário de relações institucionais e comunicação do Parlamento do MERCOSUL, Humberto Napoli Licursi, acrescentou a visão institucional da comunicação para defender uma variedade de temas para a integração regional, além de apresentar o modelo de transparência que o Parlamento opta por adotar neste momento.

Não foi possível avançar mais porque, além da condição de reserva dos documentos que tratam da Unidade Técnica de Comunicação Social e do papel da comunicação, por exemplo, a ausência de resposta de diplomatas, de coordenadores integrantes das delegações dos outros Países Membros (Paraguai, Uruguai e Venezuela), poderia trazer outros dados e outras versões para uma análise mais ampla do objeto. Outra perda, foi a impossibilidade de entrevista com Mariana Vazquez, coordenadora da Unidade de Participação Social (UPS) até novembro de 2016. Ela não nos respondeu no período em que estivemos em Montevideu e em outras oportunidades, tanto por e-mail ou por videoconferência, ela justificou a intensidade de atividades na UPS pela decorrência do fim do mandato.

Uma possível continuidade para o estudo seria a abordagem por outra via. Se desta vez observamos a via institucional, o caminho inverso, ou seja, a abordagem a partir das organizações sociais que têm interesses nas discussões do MERCOSUL e buscam inserção nos espaços institucionais. Uma pesquisa mais ampla está na observação do comportamento da cidadania em relação ao MERCOSUL: o nacionalismo prevalece no interior dos Países Membros? Como os cidadãos entendem integração do MERCOSUL? É possível que existam outros modelos ou ideias em andamento na região, do ponto de vista do cidadão?

Para este trabalho concluímos que o MERCOSUL ainda mantém uma cultura de diplomacia tradicional ao manter reserva de documentos, sigilo de informações, protocolos e formalidades que dificultam também o processo de pesquisa acadêmica. Tratamos como base o contexto multidimensional da integração aprofundada (RICHARD, 2014), sobretudo, a dimensão social do MERCOSUL, e resgatamos no Relatório MacBride (1993) a ideia de comunicação com propósito de integração em contexto internacional, onde o papel da comunicação é dar acesso a todos para todas as informações que os ajudem a conhecer e entender as ideias e intenções dos demais.

Apesar da Decisão CMC nº 47/2014 considerar a comunicação como um direito humano, garantindo o acesso à informação e a liberdade de expressão a cidadania do MERCOSUL; e pensar ainda em públicos e estratégias de participação voltadas para um conceito de diplomacia pública, o próprio documento estabelece seu mecanismo de segurança: a reserva dos documentos até que os assuntos em discussão sejam concluídos. A participação social também é considerada quando conceituamos a comunicação pública, pensando na transparência ativa e passiva das organizações públicas por meio do acesso à informação – derivado do direito à comunicação. Deste modo, observamos como o MERCOSUL considera a participação social na prática.

Optamos por resgatar alguns elementos históricos do MERCOSUL não inclusos até o momento neste trabalho de modo que fique clara a ideia proposta, dentro da metodologia Dialética Histórico-Estrutural (DEMO, 2000). São elementos que remontam os períodos das ideologias neoliberal versus socialistas ou centro-esquerdistas. Pode-se dizer que os dois pensamentos se dividem entre os grupos de presidentes:

Dos fundadores aos que mantiveram um pensamento de manutenção do MERCOSUL direcionado apenas para a integração econômica: Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (1990-2002, Brasil); Carlos Menen, Ramón Puerta, Adolfo Rodríguez Saá, Eduardo Camaño, Eduardo Duhalde (1990-2003, Argentina); Andres Rodriguez Pedrotti, Juan Carlos Wasmosy, Raúl Cubas Graul, (1990-2003, Paraguai); Luis Alberto Lacalle, Julio Maria Sanquinetti, Jorge Battle (1990-2005, Uruguai).

Presidentes que defenderam, ao menos na esfera discursiva, a integração aprofundada, considerando, sobretudo, a dimensão social desta integração: Luis Inácio Lula da Silva, Dilma Roussef (2003-2016 - Brasil); Néstor Kirchner, Cristina Kirchner

(2003-2015, Argentina); Nicanor Duarte Frutos, Fernando Lugo (2003-2012, Paraguai); Tabaré Vazquez, José Mujica, Tabaré Vazquez (2005-atual, Uruguai); Hugo Chavez, Nicolás Maduro (2012 – atual, Venezuela).

Com exceção do governo de Tabaré Vazquez no Uruguai (que mantém o posicionamento em defesa da integração aprofundada), os atuais governos de Michel Temer (Brasil), Mauricio Macri (Argentina), e o de Horácio Cartes (Paraguai), antecedido por Frederico Franco (que assumiu em 2012, com a destituição de Lugo), considerando a atual conjuntura, alinham-se para retornar ao MERCOSUL focado na dimensão econômica.

Conclui-se que na Política Comunicacional do MERCOSUL, o direito à comunicação e à participação social não são condições objetivas para legitimar o MERCOSUL como organização pública de integração aprofundada. A subjetividade está presente nas possibilidades interpretativas para a Política Comunicacional resultantes das ideologias vigentes, variando ao longo do tempo entre os líderes políticos e diplomatas.

Temos um áporo, ou seja, um problema sem solução ao identificar uma premissa de comunicação e participação como direito fundamental dos cidadãos do MERCOSUL? Eis a relação dialética: o MERCOSUL de 1991 pensado por líderes que objetivavam apenas a integração econômica e o desenvolvimento industrial e comercial dentro dos limites fronteiriços do bloco, mas permitiram que os Tratados, Protocolos e Decisões flexibilizassem a sua formação estrutural dando abertura para ser pensado um outro tipo de integração, aprofundando as relações culturais e sociais dos povos. Isto está claramente observado no Protocolo de Ouro Preto (1994), quando dá poder aos órgãos decisórios, CMC, GMC e Comissão de Comércio, de criar (modificar e extinguir também), em qualquer tempo, órgãos auxiliares que atendam às necessidades da integração. Deste modo, a estrutura institucional foi inchando e tornando-se cada vez mais complexa, sem avaliar as condições dos processos documentais e comunicacionais entre os atores internos e a disponibilidade de acesso documental para o público externo. O mais grave, é o esquecimento de que se trata de uma instituição pública, subsidiada com aportes de todos os Países Membros, que deve prestar contas dos atos ao público: garantindo o direito de acesso à informação, derivado do direito à comunicação, além de permitir e promover espaços para a participação social.

Essa flexibilidade na construção estrutural foi notada após dez anos do modelo inicial voltado para uma prática neoliberal, e a estrutura do MERCOSUL adquiriu tal complexidade, agravada pela falta de planejamento e problemas comunicacionais entre os órgãos e instâncias. Os líderes que assumiram o bloco na segunda década, com ideologias e discursos voltados à dimensão social, tinham boas intenções ao perceberem a necessidade de aprofundamento da integração em diversas dimensões. É preciso reconhecer. Estes problemas são potencializados pela centralidade de poder, culturalmente instituída como modo de fazer prevalecer a política ideológica da vez, e ainda a ausência de vontade política (ou pouco fôlego) para desfazer o emaranhado de conexões que não se completam no interior da estrutura.

Como observado na Reserva dos documentos, na fala dos entrevistados, até o momento, o MERCOSUL não tem interesse numa Política Pública de Acesso à Informação – contrariando o preâmbulo do objeto de estudo em questão: “A Política Comunicacional do MERCOSUL deve [...] garantir à cidadania do MERCOSUL o direito de acesso à informação livre e plural sobre o bloco” (Decisão CMC n. 47/2014). Há esforços de algumas instâncias na estrutura, destacamos aqui o Parlamento do MERCOSUL, que busca por uma transparência ativa, utilizando a internet como recurso para publicar informação de interesse público. Mas a internet é um meio que garante a cidadania? É um instrumento democrático, a que todo mundo tenha um acesso qualificado?

Diante de um cenário como este, por que dar espaço para a participação social? Na prática, trata-se de uma instituição cujas práticas estão voltadas para o seu interior, sem estabelecer efetivos canais de comunicação e participação ao cidadão. A questão está muito além de uma análise da comunicação organizacional porque seus efeitos afetam o grau de conhecimento que as pessoas deveriam ter sobre a relevância e interferência das decisões do MERCOSUL em seus cotidianos, ocasionando um desinteresse e mesmo ausência de informação de que se trata de uma esfera pública que, entre os principais objetivos, deve promover e incentivar debates sobre diversos temas e contextos, cuja estrutura e recursos humanos são mantidos com recursos públicos.

Quanto à participação social, o Alto Representante defende que o Parlamento do MERCOSUL deveria cumprir o papel de espaço para os debates públicos. O Protocolo Constitutivo (2005) do Parlamento do MERCOSUL prevê que está em seus propósitos, “Garantir a participação dos atores da sociedade civil no processo de integração” (Artigo

2). No Artigo 4 do mesmo Protocolo, das competências, o Parlamento deve “Receber, examinar e se for o caso encaminhar aos órgãos decisórios, petições de qualquer particular, sejam pessoas físicas ou jurídicas, dos Estados Partes, relacionadas com atos ou omissões dos órgãos do MERCOSUL”. Quanto ao reforço da participação popular, o Artigo 4º ainda confere que é competência do Parlasul: “Fomentar o desenvolvimento de instrumentos de democracia representativa e participativa no MERCOSUL”. Isso explica porque consta em Atas da RECS a proposta de aproximação das relações entre a Reunião Especializada de Comunicação Social e do Parlamento, fato nunca concretizado. Como observa Licursi (2016), secretário de relações institucionais e de comunicação social do Parlamento do MERCOSUL, os argentinos e os uruguaios, sobretudo os argentinos são mais politizados e buscam informações no Parlamento. Os cidadãos dos demais países desconhecem a existência de um Parlamento Regional para debates sobre temas do MERCOSUL, especialmente, outros temas que ultrapassam a esfera econômica (saúde, educação, gênero, segurança, meio ambiente, cultura etc.). A imprensa brasileira, incluindo a comunicação do legislativo (TV, Rádio e Jornal da Câmara e do Senado), sequer enviam equipe para cobertura das sessões do Parlamento.

A Unidade de Participação Social, por enquanto, cumpre o papel de cadastrar e manter registros das organizações sociais e representantes da sociedade civil dos Estados Partes. Também buscou compilar e produzir estudos sobre a participação social e os resultados de todas as Cúpulas Sociais. Neste estudo foi utilizado este documento produzido pela UPS, que reuniu dados até as Cúpulas Sociais de 2015, dos quais destacamos os quadros dos grupos temáticos da comunicação e da cultura e identidade.

Quanto à participação de representantes sociais nas discussões da Reunião Especializada de Comunicação Social, até as propostas de regras para permissão de representantes não governamentais apresentadas em 2015, os documentos continuam Reservados. Na ocasião havia resistência por parte do Brasil e do Paraguai, que manifestaram necessidade de consultas internas.

Não foi de todo superada a etapa de transição para um MERCOSUL neoliberal, como determinado em suas origens nos anos 1990. A estrutura, por sua flexibilidade prevista no Protocolo de Ouro Preto (1994), proporcionou que se ampliassem as bases da participação social e da valorização da cidadania, a questão ainda está no ambiente formal e não se tornou aplicável. O fato é que os foros e instâncias de participação social, que

garantem o acesso e o direito à comunicação, não são fortalecidos, em parte pela dificuldade do consenso característico da natureza intergovernamental do MERCOSUL, em parte pela disputa ideológica que circula nos países da América do Sul. Mas, um terceiro ponto, pode ser considerado um agravante para a estagnação dos espaços instituídos à participação no MERCOSUL: a incomunicação, ou seja, as propostas advindas desses espaços, formuladas pelos representantes da sociedade e movimentos cidadãos, são encaminhadas aos órgãos decisórios e acumulam-se em esquecimento, sem qualquer resposta. Característica da centralidade de poder e da necessidade de manter as decisões limitadas aos que ocupam o poder, enfraquecendo o poder social.

Neste aspecto, cabe ressaltar que o MERCOSUL incluiu espaços para promover a participação social que valorizam o cidadão como sujeito de direito (como o Parlamento, a Cúpula Social do MERCOSUL, o Fórum Econômico e Social e a própria Unidade de Participação Social), mas o desconhecimento dos cidadãos quanto aos usos desses espaços como esfera pública em potencial, e, principalmente, a falta de vontade política para colocar em prática as Decisões e Resoluções que garantem tais direitos aos cidadãos são entraves para uma efetiva participação social dos cidadãos MERCOSULinos. Ao discutir uma Política Comunicacional voltada para o direito à comunicação, institucionalmente há um ganho de pensar no público, no cidadão – vantagem para uma integração aprofundada. A desvantagem é a prática deste direito em razão de uma estrutura intergovernamental que dificulta harmonizar leis e políticas públicas, de poder centralizado, representação indireta, onde os espaços destinados para o debate não cumprem o papel de espaço público.

Referências

Livros

- AMORIM, Celso. **Conversa com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.
- ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. v. I: O pensar.
- BITELLI, Marcos Alberto Sant'Anna. **O Direito da comunicação e da comunicação social**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.
- _____. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- CORREIA, Luís Brito. **Direito da comunicação social**. Coimbra: Almedina, 2005. v. I.
- CULL, Nicholas J. **Public diplomacy: lessons from the past**. Los Angeles: Figueroa Press, 2009.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.
- DRUMMOND, M. C. **A Democracia desconstruída**. O déficit democrático nas relações internacionais e os parlamentos da integração. Brasília: Senado Federal, 2010.
- FERNANDES NETO, Guilherme. **Direito da comunicação social**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas em Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. II.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

INTERVOZES. **Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação**. São Paulo: Intervozes, 2010.

JAMBEIRO, Othon. **Regulando a TV: Uma visão comparativa no MERCOSUL**. Salvador: EDUFBA, 2000. Disponível em <http://static.scielo.org/scielobooks/qgfnd/pdf/jambeiro-9788523212285.pdf> Acesso em jan 2015.

KUNSCH, Margarida M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação: direito à informação**. Questões da Nova e da Velha República. Campinas: Papyrus, 1986.

MARSHALL, Tomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MCBRIDE, Sean (et.al) **Um solo mundo, voces múltiples: comunicación e información em nuestro tiempo**. México: UNESCO, 1993.

MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de comunicação como extensões do homem (*understanding media*)**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MERCOSUL **Legislação e textos básicos**. Brasília: Senado Federal, 2010.

MIÈGE, Bernard. **O pensamento comunicacional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

PIERNER, Guillermo. **Comunicação e desintegração na América Latina**. Brasília: Editora UnB, 1990.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e direito constitucional internacional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

Capítulos de Livro

ANDRADE, Antonio de. O MERCOSUL é notícia? In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARQUES DE MELO, José. (orgs.) **Políticas Regionais de Comunicação**: Os Desafios do MERCOSUL. Londrina, Paraná: UEL, 1997.

BRUNETTI, Vicente. Hacia la definición de una política regional de comunicación. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARQUES DE MELO, José. (orgs.) **Políticas Regionais de Comunicação**: Os Desafios do MERCOSUL. Londrina, Paraná: UEL, 1997.

DESIDERÁ NETO, Walter Antônio; MARIANO, Marcelo Passini; PADULA, Raphael; HALLACK, Michelle Carvalho Metanias; BARROS, Pedro Silva. Relações do Brasil com a América do Sul após a Guerra Fria: Política Externa, Integração, Segurança e Energia. In: DESIDERÁ NETO, Walter Antônio. **O Brasil e as novas dimensões da integração regional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011.

HAJE, Lara. Comunicação, Esfera Pública e Poder. In: RAMOS, Murilo C.; SANTOS, Suzy dos. (orgs.). **Políticas de Comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.

HEINTZE, Hans-Joachim. Introdução ao Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. In: PETERKE, Sven (coord.). **Manual Prático de Direitos Humanos Internacionais**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2009.

LIMA, Marcos Costa. Democratizar para integrar: os impasses e as possibilidades de participação social no MERCOSUL. In: CERQUEIRA FILHO, Gilásio (Org.). **Sulamérica, Comunidade Imaginada: emancipação e integração**. XI Congresso Internacional do Fórum Universitário do MERCOSUL. Buenos Aires. 2010. Niterói: EdUFF, 2011.

LIMA, Venício A. de. Políticas Regionais de Comunicação: novos atores, velhos problemas. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARQUES DE MELO, José. (orgs.) **Políticas Regionais de Comunicação: Os Desafios do MERCOSUL**. Londrina, Paraná: UEL, 1997.

_____. Políticas de Mídia e Cidadania. In: SOARES, Murilo César (org.); VICENTE, Maximiliano Martin (org.); NAPOLITANO, Carlo José (org.); ROTHBERG, Danilo (org.) **Mídia e Cidadania: conexões emergentes**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MADEIRA, A. Prefácio. In: A. M. SOUZA, **Cultura no MERCOSUL: uma política do discurso**. Brasília: Plano Editora, 2004.

MARTINS, José Renato Vieira. MERCOSUL: A Dimensão Social e Participativa da Integração Regional In: DESIDERÁ NETO, Walter Antônio. **O Brasil e as novas dimensões da integração regional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014

MELO, José Marques de. Prefácio. In: DUARTE, Jorge; GOBBI, Maria Cristina (Orgs.) **MERCOSUL sob os olhos do mundo: como jornais de 14 países apresentaram o MERCOSUL aos seus leitores**. Pelotas: Editora Universitária da UFPEL, 2008.

MIÈGE, Bernard. A Multidimensionalidade da Comunicação. In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.) **Globalização e Regionalização das Comunicações**. São Paulo: EDUC, 1999.

PAULINO, Fernando Oliveira; GOMES, Pedro. Lei e direito à comunicação: padrões normativos e judiciais no Brasil. In: SOARES, Murilo César (org.); VICENTE, Maximiliano Martin (org.); NAPOLITANO, Carlo José (org.); ROTHBERG, Danilo (org.) **Mídia e Cidadania: conexões emergentes**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

RAMOS, M. C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, 2005.

_____. Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de sociedade civil. In: RAMOS, Murilo C.; SANTOS, Suzy dos. (orgs.). **Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTOS, Barbara Mourão dos. Direito Internacional Público. In: KOCHER, Bernardo (org.). **Globalização: atores, ideias e instituições**. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

SOARES, João Clemente Baena. Apresentação. In: FUNAG. **O MERCOSUL e a Interação Sul-Americana: mais do que a Economia. Encontro de Culturas**. Brasília: FUNAG, 1997.

Artigos de Revista

CULL, Nicholas J. **Diplomacia Pública: Consideraciones Teóricas**. Revista Mexicana de Política Exterior. México, n. 85, pp.55-92, 2009.

HAUSSEN, D. F. **O rádio no MERCOSUL e na União Europeia: os casos de Porto Alegre e Barcelona**. Comunicação e Sociedade, p. 163-179. 2001

MELO, José Marques de. **Desafios Comunicacionais do MERCOSUL: Globalização e multiculturalismo são aspectos que colaboram para ampliar as relações culturais entre os países do Cone-Sul**. Comunicação & Educação, São Paulo, n. 13, p. 19- 25, set./dez. 1998. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36822/39544> Acesso em set. 2016.

Anais de Congresso

BRITTES, Juçara Gorski. **Comunicação e MERCOSUL: Considerações sobre a estrutura comunicacional em processo de implantação no Mercado Comum do Sul**. XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GT 20. Economia Política da Comunicação. Rio de Janeiro: Intercom, 1999. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/c3932bbf1ed597ab274760292338272c.PDF>>. Acesso em set. 2015.

JAMBEIRO, O. et al. **O nacionalismo no MERCOSUL**. Uma análise da regulamentação da TV na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. XXI International Congress of the Latin American Studies Association – LASA 1998, September 24-26, Chicago, IL. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Jambeiro.pdf>>. Acesso em set/2016.

Trabalhos Acadêmicos

BARROS, Chalini Torquato Gonçalves de. **Democratização da Comunicação: discussão teórico-conceitual e análise comparada de ambientes regulatórios para o setor de televisão no MERCOSUL**. 2014. 390 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, UFB, Salvador. Disponível em <http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/Chalini-Torquato-Gon%C3%A7alves-de-Barros.pdf> Acessado em jun.2015.

CASTANHO, César Carrion. **A função do preâmbulo**: revisitando o tema. 2012. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Direito. Porto Alegre: 2012. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67373/000871962.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 1º novembro/2015

RIBEIRO, S. Elisa. MERCOSUL: **Sobre Democracia e Instituições**. 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) UnB, Brasília.

Revista Eletrônica

ROCCHI, Denise de. **Integração e identidade**: o MERCOSUL além do comércio. Mundorama (Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais), 05 de fev. de 2014. Disponível em <http://www.mundorama.net/2014/02/05/integracao-e-identidade-o-MERCOSUL-alem-do-comercio-por-denise-de-rocchi/> Acesso em jun/2015.

SILVA NETO, Francisco da Cunha e. **Cidadania Nacional e Cidadania Internacional**: uma Junção Necessária à defesa dos Direitos Humanos. Universo Jurídico, Juiz de Fora, ano XI, 15 de set. de 2005. Disponível em: http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/2266/cidadania_nacional_e_cidadania_internacional_uma_juncao_necessaria_a_defesa_dos_direitos_humanos Acesso em set/2016

Documentos oficiais

ONU. Declaração Universal dos Direitos do Homem. 1948.

OEA. Convenção Americana de Direitos Humanos. 1969.

ARTIGO 19. Violações à liberdade de expressão – relatório anual 2015. Disponível em <http://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2016/05/Relat%C3%B3rio-ARTIGO-19-Viola%C3%A7%C3%B5es-%C3%A0-Liberdade-de-Express%C3%A3o-2015.pdf> . Acessado em set. 2016.

MERCOSUL. Protocolo de Ushuaia I. Sobre o Compromisso Democrático no MERCOSUL. Disponível em http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/es/arquivos/destacado4_es.doc Acesso em set. 2016.

Tratado de Assunção. Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Assunção, Paraguai, 23 Mar. 1991. Disponível em http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf acessado em julho/2015.

Protocolo de Ouro Preto. Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL . Ouro Preto, Brasil, 17 Dez. 1994. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1901.htm acessado em julho/2015.

RESOLUÇÃO GMC nº. 68/1996. Cria o Foro Consultivo Economico-Social (FCES).

RESOLUÇÃO GMC nº. 155/1996. Cria a Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL (RECS)

RESOLUÇÃO GMC nº. 18/2002. Sistemas de Informação de Serviços de Telecomunicações com Código de Acesso Unificado para os Serviços de Telefonia no Âmbito do MERCOSUL.

DECISÃO CMC nº. 23/2005. Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL.

DECISÃO CMC nº. 14/2009. Cria o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH).

DECISÃO CMC nº. 65/2010. Cria a Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL (UPS).

DECISÃO CMC nº. 47/2014. Diretrizes da Política Comunicacional do MERCOSUL. Disponível em [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5CPubWeb.nsf/AABA1540CFE7340C83257EF4007331E8/\\$File/DEC_047-2014_PT_Diretrizes%20de%20Politica%20Comunicacional.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5CPubWeb.nsf/AABA1540CFE7340C83257EF4007331E8/$File/DEC_047-2014_PT_Diretrizes%20de%20Politica%20Comunicacional.pdf) acessado em março/2015.

Internet

BASTOS, Olavo Soares. Indivíduos são sujeitos de direito internacional público?. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3612, maio 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24499>>. Acesso em set. 2016.

EBADI, Shirin. **The framework of democracy is human rights law.** Open Democracy. 27 maio 2013. Disponível em <https://www.opendemocracy.net/5050/shirin-ebadi/framework-of-democracy-is-human-rights-law> Acesso em set. 2016.

MIRON, Rafael Brum. O indivíduo como sujeito de Direito Internacional Público. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, III, n. 9, maio 2002. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura HYPERLINK "http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4019"artigo_id=4019>. Acesso em set 2016.

SILVA, Carolina Albuquerque da; MARTINS, José Renato Vieira. **As cúpulas sociais do MERCOSUL I: história e acervo.** Disponível em: <<http://www.mercosur.int/innovaportal/file/7125/1/las-cumbres-sociales-del-mercosur-i-historia-y-acervo-portugues.pdf> Acesso em Jun. 2016

UPS. **As cúpulas sociais do MERCOSUL II: declarações e documentos de trabalho.** Julho 2006-julho 2015.

ZÉMOR, Pierre. **La communication publique. Puf, Col. Que sais-je?** Capítulo 1: o campo da comunicação pública. Paris, 1995. Tradução resumida: Elizabeth Brandão. Disponível em <https://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf> Acesso em set. 2016.

Artigo de revista

DEMO, Pedro. Santo Estado, maldito mercado: de certas esquerdas que são direitas. **Sociedade e Estado.**, Brasília , v. 20, n. 2, p. 451-476, Ago, 2005 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000200009&lng=en&nrm=iso acesso em 26 Out. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922005000200009>.

HAUSSEN, D. F. **O rádio no MERCOSUL e na União Europeia:** os casos de Porto Alegre e Barcelona. *Comunicação e Sociedade*, p. 163-179. 2001.

MARIANO, Karina Pasquariello. **Globalização, Integração e o Estado.** Revista Lua Nova, São Paulo, v. 71, n. 4, p. 123-168, jul/ago. 2007.

MELO, José Marques de. **Desafios Comunicacionais do MERCOSUL:** Globalização e multiculturalismo são aspectos que colaboram para ampliar as relações culturais entre os países do Cone-Sul. *Comunicação & Educação*, São Paulo, n. 13, p. 19- 25, set./dez. 1998

MIÈGE, Bermard. **O pensamento Comunicacional na contemporaneidade.** Líbero, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 9-18, jun. de 2009.

RICHARD, Yann. **Integração regional, regionalização, regionalismo:** as palavras e as coisas. *Confins* [Online], 20 | 2014, Publicado em 15 Março 2014, Disponível em <http://confins.revues.org/8939> DOI : 10.4000/confins.8939 acessado em Novembro/ 2015.

SOUSA, Janara; GERALDES, Elen. **Um saber sobre tensão:** as múltiplas visões sobre a origem, o objeto de estudo e o conceito da disciplina comunicação. *Revista Razón y Palabra*, n. 67 ISSN 1605-4806 *Comunicología y Comunicometodología* Número 67, ano 14, março-abril 2009. Disponível em https://www.razonypalabra.org.mx/N/N67/varia/jsousa_egeraldes.pdf, acesso em maio /2014.

SOUZA, Ailton de. **América Latina, conceito e identidade:** algumas reflexões da história. *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP.* Macapá, n. 4, p. 29-39, dez. 2011. Disponível em <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/364/n4Ailton.pdf>, acesso em novembro/2015.

Internet

BARROS, Chalini T.; SILVA, Juliano Domingues. **O conceito de democratização da comunicação e o ambiente regulatório do MERCOSUL**. Disponível em <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT-07-Pol%C3%ADticas-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-ChaliniBarros-e-JulianoDominguesdaSilva.pdf> , acesso em março/2014.

BID. **Informe MERCOSUL**. 2º semestre de 2013 e 1º semestre de 2014. Argentina. n. 19. Janeiro/2015. Disponível em <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2015/15182.pdf> acessado em agosto/2015.

BRITTES, Juçara Gorski. **Comunicação e MERCOSUL: Considerações sobre a estrutura comunicacional em processo de implantação no Mercado Comum do Sul**. XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. GT 20. Economia Política da Comunicação. Rio de Janeiro: Intercom, 1999. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/c3932bbf1ed597ab274760292338272c.PDF> acesso setembro/2015.

_____. **Direito à Comunicação, Democracia e Ausências nas Políticas Públicas**. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/index.htm> acessado em outubro/2015.

FUNAG/IPRI - Fundação Alexandre Gusmão/Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais. **Teses e dissertações sobre o MERCOSUL**. Disponível em <http://funag.gov.br/ipri/index.php/component/content/article?id=213>. Acesso set/2015.

FUNAG. Fundação Alexandre Gusmão. **Banco de Teses – MERCOSUL**. Disponível em <http://funag.gov.br/ipri/index.php/component/content/article?id=162> . Acesso set/2015

FUNAG. Fundação Alexandre Gusmão. **Teses MERCOSUL – Universidades**. Disponível em <http://funag.gov.br/ipri/images/teses/Teses-MERCOSUL-Universidades.pdf> . Acesso set/2015.

ITAMARATY. **Diplomacia Pública**. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=207&lang=pt-BR , acesso janeiro/2016.

OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves. As (des)articulações subnacionais e o processo de integração regional na América do Sul, a partir da experiência do MERCOSUL/Unasul. In: SARTI, Ingrid; PERROTA, Daniela; LESSA, Mônica Leite; CARVALHO, Glauber C. (Orgs.). **Por uma Integração Ampliada da América do Sul no Século XXI**. Vol. 1. XIII Congresso Internacional FoMerco. Novembro/2012. Montevideu, Uruguai. E-book. Rio de Janeiro: Perse, 2013. Disponível em <http://su.diva-portal.org/smash/get/diva2:648611/FULLTEXT02.pdf>, acesso fevereiro/2015

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes (1998). **Constituição, soberania e MERCOSUL**. Revista de Informação Legislativa. Brasília p. 283-304, a. 35 n. 139 jul./set.. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/411/r139-26.pdf?sequence=4> acesso em dezembro/2015.

SILVEIRA, Wilson. **Parlasul: eleições diretas são adiadas**. Jornal da Câmara, Brasília, 03, dezembro, 2013, p. 03. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/jornal/JC20131203.pdf> , acesso em set/2015.

VÁZQUEZ, Mariana. La integración regional como proyecto estratégico y la participación popular. In: SARTI, Ingrid; MARTINS, José Renato V.; LESSA, Mônica Leite; CARVALHO, Glauber C. (Orgs.). **Os desafios da Integração Sul-Americana: Autonomia e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2014. Disponível em http://brasilnomundo.org.br/wp-content/uploads/2015/03/042_Livro.Fomerco-Os.desafios.da_integra%C3%A7%C3%A3o.sul-americana_Ingrid.Jos%C3%A9.Monica.Glauber.pdf , acesso junho/2015 .

Entrevista

BORGNA, Carlos. **Entrevista II** [ago. 2016]. Mônica Nubiato Matos. Rosário-Argentina, 2016. 1 arquivo .mp3 (84 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho.

DUARTE, Jorge M. **Entrevista I**. [set. 2015]. Entrevistadora: Mônica Nubiato Matos. Brasília, 2015. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho.

FIER, Florisvaldo (Dr. Rosinha). **Entrevista III** [ago. 2016]. Mônica Nubiato Matos. Montevideu - Uruguai, 2016. 1 arquivo .mp3 (39 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho.

LICURSI, Humberto N. **Entrevista IV** [ago. 2016]. Mônica Nubiato Matos. Montevideu-Uruguai, 2016. 1 arquivo .mp3 (79 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho.

APÊNDICES

APÊNDICE “A” – Entrevista 1: Jorge Duarte

Entrevista 1 – Jorge Antônio Menna Duarte

(Delegação brasileira – ex-coordenador na Reunião Especializada de Comunicação Social –RECS MERCOSUL)

Local: Sede da EMBRAPA, em Brasília-DF

Entrevistado por: Mônica Nubiato Matos

Duração: 68 min

Setembro, 2015.

Mônica – Professor Jorge, o senhor esteve na coordenação da Reunião Especializada de Comunicação Social, só me corrija, do período de 2006 até 2013, é isso?

Jorge – Provavelmente em 2013 não porque eu saí de lá em 2012.

Mônica – Foi em 2012?

Jorge – É, eu devo ter entrado em 2005 ou 2006. Eu não tenho certeza do ano que eu entrei. Acho que foi até 2005, mas eu realmente não tenho certeza não.

Mônica – Eu estou considerando 2006 porque, pelos documentos, foi quando aconteceu a reunião de retomada das atividades da RECS.

Jorge – Então foi essa. Foi em 2006.

Mônica – Tá!

Jorge – Foi uma reunião no Brasil ou foi uma reunião que tu pegou lá?

Mônica – Eu acho que foi no Brasil. Eu não lembro. Eu não me lembro de quem era a presidência na época.

Jorge – Eu fiz uma primeira reunião aqui antes da reunião internacional, eu fiz uma reunião aqui lá no Itamaraty. Deve ter uma ata disso. Se não tiver, eu tenho.

Mônica – Tá! Eu posso ver no sistema²².

Jorge – É uma ata que eu chamei órgãos públicos brasileiros, que de alguma maneira tivessem interesse, poderiam ter algum interesse, no MERCOSUL. Foi uma reunião em que eu não tinha ainda... ainda não estava muito claro o que era para fazer, mas eu queria entender o que é que os órgãos brasileiros, que eventualmente tinham interesse na RECS, para a gente levar como proposta, subsídio, encaminhamento, ver como a gente podia articular isso.

Mônica – Quais órgãos?

Jorge – Ah, chamei Petrobrás, a própria EMBRAPA... Todos os órgãos que tinham algum... Ministérios, da Indústria e Comércio... os órgãos que tinham algum tipo de

²² Não tem esse registro nos documentos oficiais da RECS – não foi uma reunião oficial. Trata-se de um registro pessoal de Jorge Duarte, não uma ATA.

conexão com relações internacionais, em particular com o MERCOSUL. A EMBRAPA, por exemplo, eu sei que chamei porque lá em Pelotas eles tinham acordos com o Incras nessas áreas de transferência de tecnologia. Então assim, eu tenho... essa ata eu tenho ela. Eu devo ter. Devo ter essa ata. Agora, é uma ata que não é uma ata da RECS. É uma ata de preparação de primeira reunião.

Mônica – Ah, sim. Mas é importante no contexto, né? E como foi essa trajetória? Como foi essa experiência na RECS ao longo desses anos?

Jorge – Foi interessante. Agora, ela foi mais... assim... não, foi menos... foi menos ativa do que a gente gostaria. Assim, a delegação brasileira, vou usar essa expressão, ela sempre quis fazer uma RECS mais vibrante, mais participação, mais... ativa, né? Mas a gente sempre encontrou muita dificuldade, pelo perfil muito assimétrico dos países. Dos interesses assimétricos. Então, assim como regra geral, o Uruguai, por exemplo sempre foi muito distante, quase desinteressado, ao ponto de a gente ter feito uma reunião no Uruguai em que o Uruguai não foi. Teve uma reunião, pelo menos, da RECS... porque o Brasil decidiu fazer as reuniões que seriam no Brasil, fazer no Uruguai. Por quê? Porque o... na época o Itamaraty queria institucionalizar o MERCOSUL. Então, como a sede do MERCOSUL é no Uruguai, o Itamaraty abriu mão, a gente fez isso por orientação deles. Abrimos mão de fazer a reunião no Brasil e optamos por fazer a reunião no Uruguai. Então, as reuniões brasileiras eram no Uruguai, as reuniões do Uruguai eram no Uruguai, as reuniões da Argentina eram na Argentina, e do Paraguai eram no Paraguai. Venezuela nunca houve. A Venezuela, na época, era convidada. Então as reuniões brasileiras sempre foram no Uruguai e... e numa dessas reuniões o Uruguai não foi. Então, assim... e ... e aí o Paraguai tinha uma participação muito ativa mas sem muitas propostas, embora eles fossem muito assim... Eles estavam sempre muito presentes lá. A Argentina tinha uma participação muito ativa, como a brasileira, mas em geral eles tinham interesses... a pauta deles era uma pauta um pouco diferente porque, na época, em algum momento, a Argentina começou a ter um problema interno de... O governo argentino começou a ter problemas com a imprensa. E eles quiseram trazer essa pauta para a reunião da RECS. Isso, eu não sei se aparece nas atas, mas a gente tinha muita conversa antes das reuniões, durante as reuniões então... A ata era o relatório oficial do que era discutido. A gente tinha muita discussão que não ia para a ata porque era uma discussão de encaminhamentos, pauta sobre temas e a gente, geralmente entrava em acordos para discutir na reunião aquilo que era de interesse dos países. Aquilo que era interesse de um país só a gente evitava discutir na reunião. E as vezes acontecia, essa questão da Argentina que tinha muito interesse numa agenda de enfrentamento da mídia local e queria trazer isso pro MERCOSUL. E não era uma pauta que o Brasil tinha interesse na época.

Mônica – o caso das papeleiras?

Jorge – Isso... isso apareceu muito pouco. Apareceu em algum momento. Mas a gente evitava, porque assim... Nós achávamos que tu tinha uma agenda de construção da RECS e construção da comunicação. E a gente não queria começar uma agenda com problemas críticos, problemas polêmicos, problemas que gerassem embate. Então, a gente queria, por exemplo, uma coisa muito básica, que o Brasil brigou o tempo todo: o MERCOSUL tinha que ter uma Política de Comunicação do MERCOSUL, da instituição MERCOSUL, não dos cinco... dos quatro países, na época. Mas da instituição, aquele prédio que tem lá em Montevidéu... lá tem um prédio. Então, aquilo é que nem ONU, que nem UNESCO, que

nem o Itamaraty, é que nem o... tem que ter um porta voz, tem que ter algum tipo de comunicação com a sociedade. A instituição MERCOSUL, não os países.

Mônica – Isso é uma visão institucional?

Jorge – Era uma visão institucional. A gente achava que ia... o Brasil sempre achou e eu sempre achei que essa ideia devia ser a prioridade. Porque a partir daí tu podia construir algo maior. Para nós era muito difícil tu pegar e discutir uma questão mais ampla quando o próprio MERCOSUL não sabia o que ele queria de comunicação, a instituição MERCOSUL. Então, não tinha uma estratégia, não tinha um porta-voz do MERCOSUL. A gente fez uma pesquisa junto a correspondentes estrangeiros e descobriu que eles não conseguiam contato. Ninguém no MERCOSUL atendia eles. Como é que tu quer construir alguma coisa sem ter o mínimo? É que nem, por exemplo, a EMBRAPA... a EMBRAPA, uma instituição brasileira, um Banco do Brasil quer fazer comunicação com a sociedade sem ter uma equipe de comunicação, sem ter uma pessoa de comunicação, sem ter uma agenda de comunicação. É difícil. Você fica com uma coisa voluntariosa, uma coisa solta. E a RECS, ela se reunia uma vez por semestre. Então, assim...era muito mais... A RECS seria muito mais, uma instância de consulta, orientação, apoio, do que um órgão executor. A gente não tinha capacidade executora. Porque a gente, cada um no seu país, algumas pessoas nem eram de comunicação da RECS. Eu diria até que, do pessoal de comunicação da RECS, era só o pessoal do Brasil. O pessoal dos outros países não era. Eram de relações exteriores, não tinham nada a ver com comunicação. Então, assim, agora a gente não se furtou a fazer uma agenda quando havia consenso da agenda. Quando tinha um tema, que era de interesse de todos trabalhar aquele tema, esse tema a gente trabalhava. Agora, nossa prioridade sempre foi institucionalizar a comunicação na instância MERCOSUL. E foi uma coisa que foi muito difícil, porque o MERCOSUL... a gente teve dificuldade de fazer isso.

Mônica – Nesse contexto dos assuntos que não eram colocados em ata, que sempre eram discutidos para se chegar a um acordo do que seria colocado em pauta ou não, por exemplo, as discussões sobre a Lei de Meios Argentina ou a que ocorreu no Uruguai, isso chegou a ser pautado? Chegou a ser colocado?

Jorge – Do Uruguai não. Não lembro de nenhuma discussão sobre nada do Uruguai.

Mônica – Nem off-line?

Jorge – Não. O Uruguai realmente foi muito distante. Até nessas discussões. A Argentina... houve uma discussão fora, da Lei de Meios, mas a gente achava que a Lei de Meios era um problema Argentino. Não deveria haver um envolvimento dos outros países. Até porque, tu não teria provavelmente adesão do Paraguai e do Uruguai numa agenda desse tipo. Por mais que o Brasil, eventualmente se interessasse, e o Brasil não se interessou, tu não teria adesão do grupo para isso. Então, agora... A gente ouviu relatos da delegação argentina, a gente discutiu isso, mas não houve uma formalização de uma agenda sobre isso. Não houve interesse. Nós tínhamos muita discussão para ser tomada, por exemplo, assim, a gente queria articular as emissoras públicas dos países. Isso para nós era uma coisa muito mais importante, mais viável, e não tinha um motivo de atrito. Porque esse era o problema. Tu tem duas agendas: uma agenda que tu consegue fazer uma, como eu diria, um consenso de execução por articulação das mídias públicas do MERCOSUL – ninguém pode ser contra isso – se trata de fazer, como é que tu faz? ; e tu tem outra coisa que é Lei de Meios Argentina, que é um negócio, no mínimo polêmico. Que tu precisa, primeiro que todo mundo ter uma definição consensual e depois tu ir para a luta. Então, a gente queria pegar

esses temas que fossem razoavelmente consensuais por natureza e tentar trabalhar. E mesmo nesses temas, foi muito difícil. Pela própria diversidade dos países, pela priorização dos assuntos. Então, até os assuntos em que havia coerência interna, havia interesse, foram muito difíceis. Eles conseguiam ser executados quando alguém disse assim ‘deixe comigo que eu vou lá e faço’. Como aconteceu, por exemplo, o seminário em Buenos Aires, foi o Brasil que fez aquele seminário. Aconteceu lá em Buenos Aires, mas foi o Brasil que foi lá e fez. Porque todo mundo concordou em fazer, ‘é bacana, é legal’, mas na hora de fazer. Aí, a gente que... aqui... eu coordenei esse evento daqui, de Brasília, da Esplanada dos Ministérios. Eu coordenei um evento dentro do canal... 7, né? 7? ... em Buenos Aires, era feito pelo Brasil. Porque na Argentina, eles não conseguiam, sabe? Eles não tinham fôlego para isso. Então a gente, a nossa prioridade sempre foi uma agenda consensual. Então a gente tentou fazer, por exemplo, concursos. A gente tentou mexer com alguns temas de discussão sobre as, principalmente, as mídias públicas. A gente tentou muito isso A gente andou um pouquinho, mas não andou muito não. Porque a gente fechava na reunião e quando ia para os países... tem dificuldade aqui, o Uruguai não tinha adesão... a Argentina, o Paraguai era muito difícil. Então ficava Brasil e Argentina, sabe... E tinha boa vontade entre os dois. Por exemplo, quando a gente fez o seminário do MERCOSUL, de mídias públicas, que foram 120 pessoas. O Uruguai mandou uma pessoa. E praticamente houve, assim, uma pressão do Itamaraty pro Uruguai mandar uma pessoa, porque eles não queriam mandar a pessoa. A gente teve muita dificuldade. E a gente pagou tudo. A gente pagava passagem, a gente pagava hot... a gente conseguiu patrocínio para mandar duas pessoas por país, e o Uruguai não queria mandar. Foi uma pessoa de uma emissora de rádio, eu acho. E ela foi lá e saiu. Foi mais é para... Então, a gente teve muita dificuldade, realmente, em função, digamos, das priorizações de comunicação, da maneira de ver a comunicação dos diferentes países. A gente no Brasil queria fazer um trabalho que a gente chamou Comunicação Pública mesmo. Comunicação de interesse público, mas do interesse dos cidadãos do MERCOSUL. Alguma coisa que fosse viável tu fazer pelas pessoas. No Uruguai, tu tinha uma espécie de distanciamento. Nos parecia que o Uruguai não tinha tanto interesse em Comunicação, do jeito que a gente tem aqui. A Argentina tinha problemas internos de comunicação, que era aquilo que eles estavam priorizando naquele momento, e que era uma coisa muito parecida com a Venezuela, que tinha uma agenda muito própria e queria uma adesão do MERCOSUL à agenda própria deles. Então, o Brasil... assim, a gente não pode ter uma agenda Argentina que o MERCOSUL apoia. A gente não quer uma agenda do Brasil... tanto que a gente nunca levou nenhuma reivindicação desse tipo porque a gente não achava que ali era espaço de ter uma agenda do Brasil que outros países têm que apoiar. Ou uma agenda Argentina que todos... Tinha que ter uma agenda de discussão do MERCOSUL. Então, a gente queria que integrasse os países, que explicasse o MERCOSUL pros países, que servisse pra articular os países em torno de um projeto comum. E não tem lugar de tu ter uma agenda pro país para ser avalizada pelos outros. Pro país internamente dizer ‘olha, o MERCOSUL está apoiando a minha agenda aqui’. A gente achava que a gente não tinha essa capaci... Isso é algo muito complexo, do ponto de vista... Isso é perda de tempo.

Mônica – Isso abriria um precedente para se discutir regulamentação das comunicações no Brasil?

Jorge – Não é isso. Porque tu não conseguia consenso disso no próprio país. Não era, nem chegava nesse ponto, inclusive, era um ponto mais de pragmatismo. Tu ia ficar fazendo *reunionismo*. Tu ia fazer três mil reuniões e não ia adiantar nada porque esse negócio,

exemplo, vinha pro Brasil, ia ter que discutir com o Ministério das Comunicações. Sabe? Assim, é um negócio pro Brasil... Imagina o Brasil chegar lá e apoiar a Lei de Meios Argentina. Imagina. Tu acha que isso é uma coisa viável? Quer dizer, eu não estou entrando no mérito se devia ou não devia, se isso era bom ou não era. Não 'tô entrando nessa questão. Eu era muito pragmático. A gente queria... a gente tinha duas reuniões por ano, como padrão. A gente queria que as coisas acontecessem. Essa era uma agenda complexa, complicada, num momento sensível. A gente não conseguia passar a NBR aqui, a EBC. Aí quando a EBC passou, a gente levou, mostrou, discutiu. Mostrou como estava sendo feita. A gente convidou eles para virem aqui ver. Mas a gente não queria que a EBC virasse um projeto comum do MERCOSUL. A gente queria que houvesse uma articulação entre os países em torno de um projeto. E de interesse de todos. Agora, a gente permitiu, por exemplo, a gente estimulou que, por exemplo, que a RECS desse origem às discussões entre instâncias abaixo. Então, a gente chegou a fazer reunião, por exemplo, com o Somos MERCOSUL. A gente fez algumas coisas assim. Quer dizer, se As pessoas, se a RECS serve pra um grupo Argentino ir lá e mobilizar grupos brasileiros para trabalhar junto, maravilha. Só que o fórum da RECS não era para isso. Entendeu? Não era para fazer essa discussão. Era para estimular. Então, a RECS serviu como uma espécie de guarda-chuva para essas discussões. Elas até aconteceram. Em alguns momentos aconteceram reuniões de grupos de países, mas a gente dizia: - não é na mesa da RECS! A gente fazia em paralelo, no dia anterior, um dia depois, mas não aqui. Porque aqui a gente queria fazer alguma coisa diferente. A gente quer fazer uma instância pragmática de resultados que interessem a todos. E já 'tava difícil isso porque na hora de executar isso era muito complicado. Porque ficava em um dia ou dois. Tu volta pro teu país. Todo mundo tem o que fazer, sabe? E se tornava difícil de tu executar coisas. Foi muito difícil executar coisas, até as consensuais, até aquelas consensuais. Imagine questões polêmicas, que tu tinha que discutir internamente no país. Imagine o Paraguai levar para lá uma discussão sobre lei de meios. Sabe? Sobre uma briga do Uruguai com Argentina... Outros aspetos que tinha... É uma questão pragmática, eu acho. A gente não... a RECS não nos parecia um espaço disso, porque aí não era o espaço dos países. E quem 'tava lá era o Ministério de Relações Exteriores. O Brasil é que ia gente da SECOM e do Ministério de Relações Exteriores. O resto era Ministério das Relações Exteriores, que não tem essa agenda de comunicações.

Mônica – O Sr. atribui então, que uma das questões desta dificuldade seria justamente o fato de profissionais que não eram de comunicação se fazerem no papel?

Jorge – Não. Isso contribuía, mas eu não diria que isso era decisivo não. Eu diria que tinham muitos fatores, que eram complicados. Acho que faltou uma agenda operacional nossa. Houve uma falta de capacidade nossa de articulação com as instâncias dos próprios países. Aqui no Brasil tudo isso aconteceu porque a gente tinha uma ótima relação com a Radiobrás, na época, e a EBC era uma coisa muito tranquila. Eles participavam das reuniões. Na argentina tu tinha o pessoal da TV que participava também, mas a agenda deles era um pouco diferente. E do Uruguai e do Paraguai tu não tinha esse tipo de participação. E havia uma espécie, assim, de... maior cuidado com essa agenda por parte desses dois países. Essas coisas, talvez, não aparecem na ata, mas tinha esse tipo de agenda própria dos países, que as vezes dificultava. A gente mal conseguiu articular o canal 5... o canal 7, né? Canal 7, a NBR, a Radiobrás. E os dois participavam da reunião. Então, assim... era muito difícil mesmo. Agora, a gente conseguiu coisas bacanas. A gente conseguiu avançar em algumas coisas. Agora, comunicação realmente é uma área que envolve muita subjetividade, envolve visões políticas, envolve agendas específicas. Essas

agendas, mesmo nos países, elas são... não são consensuais. Então a comunicação passou por uma agenda política, e talvez pelo altíssimo nível que era a RECS, porque nós éramos representantes dos países, isso até de certa maneira dificultava porque tudo era muito institucionalizado. Tudo dependia de instâncias superiores. E a gente evitava essas instâncias superiores porque isso é... assim... praticamente tornava inviável. A gente não conseguiu ter reunião com o pessoal do MERCOSUL para propor o plano de comunicação. A gente chegou a fazer o plano e a gente não conseguiu, porque caía nas instâncias.

Mônica – Quando o Sr. se refere ao pessoal do MERCOSUL, o Sr. se refere ao Grupo do Mercado Comum?

Jorge - A coordenação geral do MERCOSUL. Eu não sei qual o nome que eles têm lá. É que nem tu tem na ONU, tu tem a diretoria geral de ONU. No MERCOSUL tu tem lá, tem um representante, tem um nome lá, que troca também. Aí quando chegou a vez do Brasil... ‘agora vai, agora vai’ ... E também não dá porque não tem agenda aqui. Troca pessoa, ‘tá viajando. Sabe, foi complicado mesmo. E não era má vontade, não. Simplesmente era assim, a RECS sendo uma instância que tinha uma capacidade operacional muito baixa. Porque tu precisava fazer uma reunião com eles, tu ia até o Uruguai. Aí aquele tal problema.. aí tinha que ter autorização do governo brasileiro, sabe? Aí os outros países têm que ir também. A gente fez documento, a gente protocolou, os documentos demoravam para ser respondidos. Porque tudo era tratado num âmbito, sabe, de consenso. Foi complicado mesmo.

Mônica – Só para eu entender a diferença. O Sr. falou que a RECS é um alto grupo representativo dos países. E não fica muito claro para a gente a diferença do que é uma Reunião Especializada e o que é um Subgrupo de Trabalho. Porque tem o Subgrupo de Trabalho 1, de comunicações. No que diferem?

Jorge – Não. O que aconteceu é que a RECS tinha capacidade de criar grupos dentro dela para operar certas coisas. A gente fez isso em alguns momentos. Porque o grupo facilitava. Digamos que tem um grupo interessado em articular as emissoras públicas. Vamos criar um grupo dentro da RECS? Como a RECS só tem uma reunião cada seis meses, eles vão ter reunião quando eles quiserem. Então, tu não precisa criar essas instâncias todas. O Itamaraty autorizar reunião, o governo brasileiro dar passagem... Não precisa dessa institucionalidade. Se tu criar um grupo, esse grupo pode se reunir quantas vezes quiser sob os auspícios deles mesmo. Eles pagam... eles têm uma agenda própria. O que a gente pedia para eles era para o grupo relatar nas reuniões de RECS como ele estava andando. Então a gente criou alguns grupos que ficavam sob a RECS, tinham mandato da RECS, ficavam sob o aval da RECS para fazer reuniões e fazerem as coisas andarem como eles queriam.

Mônica – Dentro da própria estrutura do MERCOSUL dá a entender que o subgrupo de trabalho ele é ... ele está equiparado, não que ele está no guarda-chuva de RECS...

Jorge – Não. O subgrupo, se é o que eu ‘tô entendendo, é um grupo criado no âmbito da RECS para operar coisas que são relacionadas à RECS. Então isso dava uma... um cartão de visita para eles, dava uma institucionalidade.

Mônica – Deixe só eu te mostrar [entrevistadora mostra organograma da estrutura do MERCOSUL] que é onde eu estou tentando visualizar aqui. Porque está aqui também... as Reuniões Especializadas e os Subgrupos de Trabalho.

Jorge – Ah não. Esse eu não sei o que é isso. Isso aqui é outra coisa. Mas dentro de reunião especializada foram criados subgrupos para, aqui, onde é que tá... comunicação, né?

Mônica – É a RECS.

Jorge - Então, dentro da RECS tu criava subgrupos, alguns grupos para tratar de temas específicos. Então, esse grupo era legal porque ele tinha autonomia completa, total. Então, todo mundo... E eram mecanismos que a gente utilizava para essas discussões. Tu queira discutir Lei de Meios , cria um grupo, aí esse grupo fica sob a RECS, esse grupo tem autonomia completa, só que a única coisa que eles tinham que fazer era, na reunião da RECS, dizer para a gente o estágio de discussão. Então, aí, de certa maneira a gente dá para eles um aval, uma certificação de que eles estavam sob um grupo institucionalizado do MERCOSUL com autoridade para discutir certos assuntos. Então se fez isso em alguns momentos. Não era a RECS, mas era um grupo que tinha o aval da RECS para discutir. Então se um grupo quisesse discutir qualquer negócio, tipo, unificar os hinos nacionais, sei lá, qualquer negocio, eles podiam se reunir.

Mônica – Um hino do MERCOSUL...

Jorge – Isso não tinha, pro âmbito da RECS. A RECS dizia: ‘você existem, tá aqui na ata’ - e esse grupo pode fazer dez reuniões no semestre, pode fazer seminários, pode fazer o que eles quiserem. E eles podem botar um selo RECS. Agora, eles não são a RECS. Eles têm o aval, o mandato da RECS, ou seja, ele tem um aval do MERCOSUL, da instituição MERCOSUL, porque a gente dava esse aval. A gente era uma instituição do MERCOSUL, então eles têm o aval para discutir esse assunto, se eles quiserem, sob o guarda-chuva da RECS. Então esse era o mecanismo de fazer as coisas andarem. Porque a RECS naturalmente era burocrática, tu te reunia pouco. E era uma reunião pesada, com gente do Ministério das Relações Exteriores, secretário, aquela coisa toda. O grupo, não. O grupo podia se reunir o dia que eles quisessem. Mas não era esse aí não. Esse aí era outra coisa. Aparentemente... E comunicações tem que tomar cuidado. Comunicações, que é provavelmente ... outra discussão que tinha, comunicações é estrutura. E a gente não discutia isso. A gente discutiu estrutura nunca na RECS.

Mônica – Era isso que eu pressupunha...

Jorge – A gente não, a gente nunca... eu não lembro de ter pode ser que tu pegue alguma coisa que considere estrutura, mas a gente não discutia porque a gente achava que isso não era RECS. RECS é Reunião Especializada de Comunicação Social. Então, comunicação social o que é que é: é conteúdo editorial, conteúdo informativo, conteúdo de orientação do cidadão, era estratégia de ajudar o cidadão entender o MERCOSUL... fazer com que houvesse diálogo entre os povos, entre os países, esse tipo de coisa.

Mônica- Como você descreveria, então, a atuação da RECS – você já antecipou isso – e qual foi o foco, o principal assunto - no período em que você esteve – que foi discutido e possa ser destacado?

Jorge – Como é que é a pergunta?

Mônica – Nesse período em que você esteve lá, qual o assunto que foi prioritário, a pauta mais batida?

Jorge – A pauta mais encardida foi o plano de comunicação MERCOSUL. Porque a gente achava. Eu achava particularmente... já disse isso na primeira reunião, e me senti derrotado porque eu disse , várias reuniões que a gente discutiu isso e nunca andou, que a ideia de que MERCOSUL tinha que ter um plano de comunicação. O MERCOSUL, instituição MERCOSUL. Um plano de comunicação que articulasse os países, porque o MERCOSUL

é um prédio com gente que fica lá o dia todo. Ou seja, eu achava que eles tinham que ter, por exemplo, um programa de visitação. Eles tinham que ter uma comunicação com todos os países divulgando o que eles estavam fazendo, dando acesso à imprensa de diferentes países, fazendo promoções do MERCOSUL em diferentes países. A gente pensou em concurso de fotografia. Sabe, umas coisas muito básicas? E que de alguma maneira desse o senso de unidade. Nunca houve. Nunca houve isso. O MERCOSUL até então nunca tinha tido nada disso. Essa, para mim, era uma coisa prioritária porque, se a gente conseguisse fazer isso, de certa maneira, a RECS tirava 70% do seu peso, porque não tinha uma equipe, uma pessoa de... a gente chegou a fazer uma proposta, cada embaixada ia contar com uma pessoa de... uma pessoa lá, ... e tu ia ter uma área de comunicação com quatro pessoas, uma de cada país. Essa equipe de comunicação ia ter um plano. Esse plano ia ser submetido à RECS. A RECS ia ajudar a viabilizar esse plano... ia por... então tinha toda essa articulação. Isso nunca andou porque o MERCOSUL instituição nunca se interessou por isso. Apesar do nosso esforço de falar com as pessoas, todo mundo achar que ... Mas na hora que tinha que levar isso adiante, formalizar, praticamente nem conseguia fazer isso ser aceito lá. Tipo, a comunicação parecia que ia dar problema porque ia ter que começar a dar explicação. Começar atender pessoas, começar a atender jornalista. A gente fez uma pesquisa com jornalistas e eles falaram que o MERCOSUL não atendia, não dava resposta. E a gente falava isso para eles, isso não incomodava. Porque era assim. E a coisa que deu certo, mais certo deu, até certo momento, foi a articulação das mídias públicas. Isso foi uma coisa muito bonita. A gente fez o seminário em Buenos Aires. Houve uma movimentação grande das emissoras. A partir disso o Paraguai, parece que, criou uma TV ou uma rádio pública, não lembro agora... Logo em seguida, teve uma movimentação do Paraguai, interna no governo, a gente conseguiu ajudar o Paraguai também numa política que eles estavam fazendo de comunicação interna, nem tinha haver bem com a RECS. Enfim. Mas a gente foi lá ajuda-los a formatar isso. O Uruguai, o Brasil e Argentina criaram alguns mecanismos de troca de conteúdo. Eu não sei se andou, acho que não. Mas, assim, houve algum tipo de movimentação interessante. Agora, eu não diria assim que deram resultados de longo prazo concretos, não. Sempre foi muito... nunca foi muito consistente a gente nunca conseguiu consistência dos países.

Mônica – Políticas de comunicação social institucional e políticas públicas de comunicação são assuntos tratados na RECS?

Jorge – Não. A gente trocava era experiência dos países. A gente tinha muito orgulho, na época, a gente ‘tava criando uma emissora pública. No mecan... do jeito que foi criada, formato... a gente tinha muito orgulho. Enquanto não tinha isso nos outros países. Nos outros países eram emissoras governamentais. O Brasil ‘tava com uma emissora pública, um sistema público. Então a gente tinha muito orgulho de discutir isso. A gente apresentou... então lá havia uma diferença de visões. A gente percebia, isso é uma avaliação muito pessoal, mas percebia que, particularmente o caso da Argentina, particularmente o caso da Venezuela, as emissoras públicas eram instrumento de governo, de enfrentamento, de debate, de explicação das ações de governo. E aqui no Brasil, a EBC... a Radiobrás quando ela... quando começa, antes da EBC ainda, com o Eugênio Bucci na presidência, ela já era uma emissora que estava tentando se pública, por ter uma perspectiva pública fora das diretrizes do governo federal. Então a gente já tinha essa visão. Eu tinha essa visão. Depois quando... quando a gente estava lá e virou EBC foi melhor ainda, porque a gente tinha um caso concreto para mostrar. Podia não ser uma maravilha, mas tinha uma lógica interessante que orgulhava a gente. Mas não era a mesma

lógica que tu tinha, por exemplo, na Argentina e na Venezuela. Na Venezuela a gente ganhou La. Eu tenho em casa hoje um boneco do Chávez com aquele programa dele de TV. Um boneco feito com patrocínio da PDVSA, feito em petróleo. É um boneco. Quer dizer, tu tinha essa coisa do...

Mônica – Era comunicação para eles...

Jorge- É. Tinha isso. Eles eram engajadíssimos. Argentina, Uruguai... Argentina e Paraguai... a Venezuela eram muitos engajados. O Paraguai e o Uruguai não, eles eram, por sinal, muito distantes. Eles, nem uma coisa nem outra. A comunicação para eles era algo, aparentemente, irrelevante para eles. Não ‘tava na agenda nem do governo. Eles iam à reunião mais por formalismo. Praticamente formalismo, sendo muito franco. Eles estavam na reunião, acho, porque eles eram obrigados a estar, mas a verdade é que eles estavam lá cumprindo agenda. O Paraguai tinha uma participação um pouco mais ativa. Mas... Assim... eles não tinham uma agenda e não tinham um interesse particular em nenhuma agenda. O Uruguai era um distanciamento, assim, de início ao final. Foi um distanciamento. O Uruguai se manifestava muito pouco. Com uma participação muito distante. Então, assim... É a visão que eu tenho daquele período. Uma visão pessoal, não dava para botar isso na ata, mas muito pessoal. Se tu pegar as atas, vai ver que tem pouca citação ao Uruguai, inclusive do Paraguai também. Ainda porque a estrutura deles de comunicação era uma estrutura muito pequena. Não é que eles desvalorizassem a RECS exatamente, é porque não era o tema da agenda deles, não era algo que fosse relevante para eles. Já para a Venezuela... A Venezuela chegou a ter uma reunião com oito pessoas. Sabe, oito pessoas da Ve... A gente ia... Do Brasil, a gente ia dois, por exemplo. Argentina muitas vezes tinha cinco, seis. O Uruguai sempre... mas a Argentina no geral também iam dois. Quando era na Argentina é que aparecia um monte de gente. Da Venezuela, em alguns momentos ia muita gente. Todos falavam. Todos tinham sua argumentação. Um da agência, outro da TV, ... falavam, tinham seu mote próprio. Tinha uma pauta, né? Agora, vou dizer francam... das pautas, em geral, eles sabiam... uma pauta muito mais de discurso do que de ter algum tipo de resultado. Porque eles sabiam que ... não tinha... ali não era ambiente, tu podia falar o que tu quisesse. Legal, a gente ouvia. Mas tu faz o que? Sabe? Tu vinha dizer que a Venezuela está combatendo as multinacionais. Que ia ter a comunicação da Venezuela. É legal porque tu aprende, entende, assim, a experiência deles. Então funciona. Mas em termos de resultados e impacto, talvez não fosse o fórum ideal para isso.

Mônica – Sobre o acesso à informação. Quando se pensa em institucionalidade, você pensa numa comunicação interativa e...

Jorge – É. Mas acontece o seguinte. O problema todo... na época a gente já ‘tava trabalhando com a lei de acesso aqui. Mas era uma pauta. Era uma agenda que não, como outras, ela não encontraria adesão que ressonasse. Não é algo que tu levasse para lá e a Argentina compraria uma discussão sobre o acesso... Por isso que eu digo, a nossa prioridade sempre foi no MERCOSUL enquanto instância, e não a agenda interna dos países. A gente fugia. Nós brasileiros fugíamos muito dessa pauta de agenda interna. Porque era uma pauta complicada, era uma pauta diferente... havia ... havia... visões muito distintas entre os países e tu não teria como unificar essa pauta. Tu não conseguia unificar.. tu não conseguia unificar até onde havia consenso. E todo mundo queria a mesma coisa. Como era do plano de comunicação. Isso foi comprado por todo mundo na primeira reunião. Então, por exemplo, na segunda eu já levei proposta... se discutiu. Houve ali uma

questão de visão de mundo. Eu lembro da discussão que a gente teve, fortíssima, com o pessoal da Argentina sobre esse plano de comunicação porque eles achavam que tu tinha que ter um engajamento da comunicação MERCOSUL e a gente achava que comunicação tinha que ser profissional. Simplificando muito... simplificando muito, né? Porque a Argentina tem um modelo. Ele tem um porta voz que é vinculado ao presidente. Ele define. A gente achava que tinha que ter uma comunicação estruturada lá, que independente do presidente, da pessoa que manda, ela executa. O argentino tem um jeito um pouco diferente. Então a gente teve uma discussão sobre isso. A gente entrou num acordo sobre como fazer, mas... até nisso a gente não conseguiu ser... obter resultado. Então assim era... não é que não houvesse uma agenda permitida ou que alguém dissesse para não discutir isso. É que simplesmente não era prático discutir. Eu não queria perder tempo discutindo coisas que não iam levar a lugar nenhum. Porque senão seria desperdício de dinheiro público. Eu sairia daqui para discutir a Lei de Meios na Argentina. É isso. Eu chego lá e discuto isso. Volto para cá e faço o quê com esse negocio?

Mônica – Mas, por exemplo, a disponibilidade de acesso aos documentos do MERCOSUL... quando se fala em acesso à informação.

Jorge - Isso nunca foi discutido. Nunca foi discutido. Não sei por qual motivo. Não entrou na nossa agenda. Talvez porque nossa agenda tivesse muito mais relacionada a plano de comunicação, às mídias, coisas do tipo. Isso nunca foi.. Nunca ninguém levou isso. Nunca foi discutido nem em reunião nossa, nem ninguém nunca discutiu. Eu não lembro. Pode aparecer na ata alguma coisa que tu considere como isso. Mas eu acho que não.

Monica – A pergunta parte até de alguns *insites* das diretrizes que foram aprovadas agora. Ela trata a comunicação como um direito humano, a participação de sociedade civil... e aí eu fiquei pensando nos documentos. Alguns documentos você não consegue acesso tão fácil e os meios... eles não são muito claros, não são nave.. por exemplo, pela internet, não existe uma navegabilidade, não existe um portal intuitivo.

Jorge – A gente não conseguiu que o MERCOSUL tivesse. A gente tentou isso. Quer dizer, é diferente de eu fazer um documento que diz que os documentos do MERCOSUL tem que ser intuitivos, tem que ser muito bonitos, então a gente escreve... a gente escreve um agora aqui e te entrego. A questão não é essa. A questão é: como é que tu faz esse negocio acontecer? Então, assim, a gente evitou esse tipo de... eu não sei desse caso aí, mas na época a gente evitava certos assuntos porque sabia que não ia levar a lugar nenhum. Então a gente queira fazer... a gente podia ter um... a gente fez uma carta de comunicação pública maravilhosa. Tu deve ter lido a carta.

- Monica – De 2007?

- Jorge – É. Aquela carta é maravilhosa. E daí? Era bonita. Ela serve de referência hoje? Serve. Eu tenho maior orgulho de ter ajudado a escrever aquele negócio. O Brasil, na verdade levou pronto aquilo. O Brasil levou a minuta, porque se não tivesse levado pronto aquele negócio não tinha saído. A gente levou a minuta, botamos na mesa de reunião, aí houve uma discussão. Eles, os outros países, colaboraram.

Monica – [A entrevistadora mostra a carta] É essa?

Jorge – Isso. Os outros países colaboraram. Não é que a carta seja brasileira e eles aprovaram, não foi isso. Mas a gente levou a minuta, tipo assim, uma carta completa. Chegando lá, botamos na mesa e ficamos três horas discutindo. Voltou. Aí teve o seminário, cada um levou o seu... Volta.. e no final, o que é a carta? A carta é basicamente

o que o Brasil apresentou, assim como subsídio para discussão. Agora, se eu não tivesse apresentado essa carta com subsídio para a discussão, a discussão não teria acontecido. Ou tinha acontecido uma carta, tipo assim, aos cidadãos as armas, (risos)... Sabe? Um negocio assim, porque tinha um tom. Então a gente levou e foi discutido, eles aprovaram, funcionou bem, né? Mas, a gente... Aí tu diz, - tem a carta – e daí? O que aconteceu com isso? Ela pode ser útil hoje até para tu refletir em cima, ver o que é que a gente pensava e tal. Mas de uso concreto, algum meio seguiu isso? Algum governo seguiu isso? Não. Então, assim, eu sou muito pragmático para essas coisas. São coisas muito bonitas, mas não funcionam

Monica – Caminhando para a participação da sociedade civil. As reuniões da RECS, elas não são abertas?

- Jorge – São abertas.

- Monica – Mas qualquer pessoa pode se manifestar?

- Jorge – Pode. Acho que sim. Porque as pessoas iam lá na reunião e aí, pode exemplo, ... e levavam... o argentinos levavam... não eram indígenas... Podia... podia.

- Monica – Mas não era um convite oficial?

- Jorge – Não. O que acontece é o seguinte. Cada país convidava e levava quem queria. Isso assim, não teve muito mistério. Aqui no Brasil quando teve, por exemplo, apareceu gente, foram levados de grupos, eu não sei, esses grupos... Intervezes, alguma coisa assim. Eu não lembro direito, mas podia. Não tinha muita, mas podia. E teve alguns casos. A argentina levou, eu lembro, pessoas que eram de movimentos sociais de meios, ou coisa parecida, que foram relatar... inclusive acho que está em ata isso, deve estar em ata.. Agora, a agenda é encaminhada pelos participantes da RECS. Se, por exemplo, se tu fosse lá para discutir alguma coisa... esse grupo, pelo que eu lembro, ele não tinha direito de propor alguma coisa. Mas a representação da Argentina falava em nome deles. Então, assim, não era uma participação, assim, mas ‘tava aberta.

Monica – Da participação da sociedade civil. Teve alguns momentos, de fato o intervezes aparece. Como se deu essa participação? E de fato, como a sociedade civil pode contribuir com a RECS?

Jorge – Eu acho que a sociedade civil pode contribuir, principalmente, se articulando com os participantes do seu país na RECS, propondo, antes das reuniões, algum tipo de participação, algum tipo de proposta que faça sentido no âmbito da RECS. Então, assim, isso no meu tempo..... Então, quer dizer... a gente era aberto a qualquer um e as pessoas sabiam o que a gente fazia. Só que assim, tanto é que... tinha esse cara da EBC, o Adriano de Angelis, que era todo articulado com esses movimentos, então ele.. Eu não era, mas ele era. E ele ia muito às reuniões e falava desses movimentos. E ele eventualmente levava. Assim, era aberto. A gente só não fazia propaganda, tipo participe da reunião, convidamos todo mundo...

Mônica – Não é uma audiência pública?

Jorge – Não era assim, mas era aberto. Eu acho que, de um modo geral, os grupos sabiam que existia e, se alguém quisesse participar... agora, novamente, essa participação, ela não... não acredito que tivesse efetividade na RECS. Agora, se o intervezes quisesse usar a RECS como plataforma para discutir com similares de outros países, criar uma ajuda

própria pros países do MERCOSUL, e tal, isso era plenamente possível. Agora os subgrupos tentaram isso.

Mônica – como subgrupo, então?

Jorge - Exatamente. Tinha isso e a RECS dava aval. O problema todo é que quando tu fazia isso, Uruguai e Paraguai não tinham esses grupos. Argentina tinha um grupo, mas com visão um pouco distintas ou até muito distinta. A Venezuela era muito distante, era muito mais complicado. E a Venezuela tinha um tipo de participação que era uma participação um pouco mais... ela tinha uma ação muito mais de discurso, de palavras, do que de se envolver exatamente. Eles tinha pro... nunca ficou muito claro, mas eles tinham pro... uma questão interna de articulação com a RECS, que eles vinham como se tivesse uma função específica e quando tu fugia dessa função específica, tu não tinha atenção nenhuma ali. É mais ou menos assim que eu entendo. Eu não sei o que era, posso até estar errado, mas é a sensação que passava. Porque, quando tu colocava para eles alguma questão, para a Venezuela, tu não conseguia ter nenhum tipo de decisão, tipo, vai ter que voltar e tal. Eles não tinham... é como se tivessem um mandato. Eles tinham mandato para levar uma pauta, levar uma agenda, levar uma fala. Mas eles não tinham mandato para tomar decisão ou fazer encaminhamentos. Enquanto a gente tinha. A gente tinha um certo mandato. Eu chegava lá, ia participar de reunião, as vezes eu ligava pro Itamaraty para perguntar... ligava pra alguém, ligava pro governo para perguntar alguma coisa, pra falar 'pô, os caras estão discutindo isso aqui'. Isso aconteceu, eu ligar de lá pro Brasil para perguntar. Mas eu não tinha nenhum problema de tomar uma decisão. Dizer, 'o Brasil acha isso'. Obviamente que eu fechava com o cara do Itamaraty. Aliás, o Itamaraty foi dez! Sempre mandou gente muito legal, muito interessada, gente preparada. O Itamaraty foi maravilhoso. Era uma pessoal que não entendia nada de comunicação, mas era um pessoal muito inteligente, e assim, participava efetivamente, a gente conversava, fechava a questão. Eles davam a visão deles, eu dava a minha. O Itamaraty sempre foi muito... e... uma participação ativa. Nunca aquela coisa tipo assim "olha, tem que ver", e tal. Sempre foram uns caras muito atuantes, assim. Embora, com as limitações próprias deles e sem uma agenda própria, digamos assim. O Itamaraty, em geral, ele não tinha agenda, mas não sei se alguma vez o Itamaraty chegou a ter uma agenda própria. Eu acho que não. Eles sempre foram muito parceiros. Eles viam nossa agenda, a gente discutia, fechava a questão... eles ajudavam, as vezes chamava atenção por um problema ou outro, mas eles, em geral, eles foram uma participação muito boa.

Mônica – Sobre as reuniões. Os documentos eram disponibilizados de imediato? Tinha algum processo, encaminhamento...?

Jorge - Não sei. Isso era o Itamaraty. A gente fechava a ata, e a ata ia pro Itamaraty e eu não mexia com isso. Depois eu recebia uma cópia e não... eu até me surpreendo que haja algum interesse pela RECS porque na época ninguém se interessava... A gente fez reunião aqui, a gente chamou e ninguém.. até porque tinha... era complicado mesmo. Tinha a Argentina... era um negócio pesado. Então o Itamaraty fazia as atas, elas eram públicas. Mas, assim... Não é que a gente ficasse divulgando a ata, a gente não fazia matéria, não fazia release da reunião da RECS, porque a RECS era muito enrolada mesmo. Assim, tudo era... a gente chegou a falar com pessoas quando a gente tinha um produto. Quando a gente teve seminário a gente divulgou. Quando a gente teve a pesquisa a gente divulgou. Mas de um ponto de vista, assim... A gente não tinha um produto. Então a gente era... O seminário,

a gente fez muito barulho do seminário, convidou todo mundo E a gente fez reunião da RECS durante o seminário. Então, assim...

Mônica – Na Cúpula Social...

Jorge – Na Cúpula Social a gente fez. Então, assim... Não era algo que tocava bumbo, tocava tambor. Até porque, não era uma coisa que, talvez, tivesse algum tipo de mobilização. A gente tentou essa de mobilização, mas, assim, não era de divulgação massiva, por exemplo. Então, eu não lembro direito quantas vezes a gente tentou fazer uma reunião da RECS, não foram muitas não.

Mônica – O documento de criação da RECS, em resumo, ele coloca que a RECS foi criada porque há o reconhecimento da importância da comunicação como um instrumento de integração regional...

Jorge – Isso, exatamente por aí.

Mônica – E você acredita que isso tem se cumprido?

Jorge – Não.

Mônica – O que a RECS fez pela integração?

Jorge – Eu desconheço. Mas, não. A gente tentou. E aliás, era nisso que eu me baseava, viu? Foi bom tu ter falado isso. Isso era o argumento que eu usava para tentar levar a RECS nessa direção. A RECS seria para integração dos países e não para promoção de agenda dos países. Então, a gente buscava uma agenda de integração, o que foi difícil. Houve uma tentat... A gente tentou o tempo todo. Eu me incomodei muito com isso. Porque tu tem uma agenda. Tu tem aquilo que eu chamava na época de ‘aprendi o que é reunionismo’, né? Tu fazia reunião para fazer nova reunião, né. E aí tu tinha o ‘discursismo’, que é os caras que fazem o discurso, ficam felizes da vida porque fizeram o discurso. E aí? E resolveram o problema deles porque fizeram discurso? ‘Fazer nada, não precisa, mas eu falei o que eu penso’. Então, isso me incomodava profundamente. Eu ficava muito irritado com isso. Eu queria que a RECS fizesse coisas concretas. E a gente não.. a gente tinha dificuldade de fazer as coisas mais básicas porque na hora de operar, de tu ter uma articulação para a operação, tudo isso se tornava muito difícil. Então, algumas coisas que a gente fez, o Brasil foi lá e fez. Porque se fosse esperar, não saía. E, às vezes, quando tu fazia, ainda assim, eles não se envolviam. Eles achavam bacana e tal, mas eles tinham outra agenda, e tal. Não é simples, não. Agora, falar é uma maravilha. Assim, sabe... O pessoal ia lá e falava. Todo mundo, ‘legal, legal’. Agora, fazer alguma coisa? Esse era o problema.

Mônica – Professor, alguns pesquisadores apontam que as causas do déficit democrático no MERCOSUL, inclusive tema de teses e dissertações, elas estão pautadas na estrutura institucional, na centralidade de poder e na falta de transparência. O Sr. acredita que a RECS se encaixa nessas conclusões?

Jorge – Tu tá falando do que, exatamente? Da instituição MERCOSUL ou dos países?

Mônica – Da instituição MERCOSUL.

Jorge – Se pauta em quê?

Mônica – Problemas na estrutura institucional, centralidade de poder e falta de transparência. A RECS se enquadra nessa descrição?

Jorge – Eu diria que a RECS, ela foi submetida, em grande medida, a esse tipo de ambiente. Eu não sei sobre transparência, sinceramente eu não sei. Eu não saberia te avaliar qual o nível disso, assim. Se existe falta de transparência no MERCOSUL, sinceramente eu não sei. Agora, a gente teve problemas de operação em função disso, Essas coisas.

Mônica – Por exemplo?

Jorge – Ah, a gente não conseguia se articular com a direção do MERCOSUL. Porque tu tinha... a direção do MERCOSUL nunca tinha agenda, nunca tinha momento. Era difícil. Troca agora o dirigente. Depois vai mudar, espera um pouco mais. Trocar num sei quem que vai assumir. Aí tem que reunir o pessoal dos outros países. É um negócio complexo. Tu tem... Ao mesmo tempo que... tu usou a palavra centralidade, né?

Mônica – Sim. Centralidade de Poder.

Jorge – Tu não tem decisão. Tu tem centralidade, mas não tem decisão. Não tem quem diga ‘deixe comigo que eu vou decidir esse troço, eu vou fazer para ti’. Porque tudo é submetido às instâncias. Então, assim, eu não sei avaliar. A centralidade é uma coisa curiosa, porque me pareceu que um dos problemas era descentralidade. Porque, como todo mundo tem discutido em várias instâncias, tu não decidia nada. Pelo menos do jeito que eu queria. Entendeu? Então, assim... centralidade eu não sei te dizer exatamente qual era... Qual era a outra?

Mônica – A estrutura institucional.

Jorge – A estrutura institucional era um problema sim, porque... isso tinha a ver com a estrutura institucional, sabe?

Mônica – Muitas instâncias?

Jorge – Muitas instâncias e complexidade. E mudanças. E aí ‘vai mudar o ano que vem, tem que esperar o ano que vem’. Como eu fiquei muito tempo lá eu vi isso, sabe? E aí tu tem umas coisas políticas. Tem o secretário do MERCOSUL, mas tu tem um cara, aquele que era argentino e ficou anos lá, tinha uma outra função que ele era meio porta-voz do MERCOSUL institucionalizado. Tinha duas instâncias de... tu tinha uma instância que era... eu não lembro bem isso, mas tu tinha uma instância que era o secretário do MERCOSUL, instituição, e tu tinha um cara presidente da comissão de não sei o quê. Era um cara que falava em nome do MERCOSUL, um argentino que ficou muito tempo lá. Era um ambien... a institucionalidade me parecia um problema. Havia uma dificuldade de lidar com a institucionalidade MERCOSUL. Tanto, que nas reuniões tu tinha problema de saber com quem tu te relacionava, como é que tomava tal decisão, como é que tomava tal processo. Isso porque tinham secretários lá que dominavam o processo e tal. As vezes fazia reunião no próprio MERCOSUL, no prédio. Mas, a institucionalidade sim, os outros dois eu não sei dizer. A centralidade, as vezes, a sensação que eu tinha era o contrário. Como tu tinha muita instância, muita pulverização de poder, digamos assim, que acabavam não tendo nenhuma decisão. E a transparência, sinceramente, eu não sei te avaliar. Eu não tive... Eu tive reclamação de jornalistas sobre a dificuldade de acesso, mas eu não sei se a palavra é transparência não.

Mônica – Pesquisador, pesquisadores tinham algum tipo de tratamento diferenciado?

Jorge – Não sei. Nunca vi. Não diria nem que sim, nem que não.

Mônica – Tem um relato no trabalho da professora Juçara Brittes, que ela fez com o professor José Marques de Melo... e eles mencionam que procuraram a RECS, o Subgrupo de Trabalho...

Jorge – A RECS?

Mônica – ... e não tiveram qualquer resposta.

Jorge – A RECS, no meu tempo, impossível.

Mônica – E depois só mandavam fazer uma consulta no site...

Jorge – A RECS, no meu tempo, impossível porque eu nunca fui procurado. E se fui procurado eu atendo todo mundo. Pelo contrário, eu tenho prazer em ser procurado e atender, e ajudar a fazer a coisa andar. Então, eu não estava lá para cumprir função burocrática mesmo. Eu te juro. Eu ‘tava lá para tentar fazer as coisas... Posso não ter conseguido nada, mas eu fiz um esforço desgraçado para isso.

Mônica – Pode ter sido por um caminho que...

Jorge – Eu não acredito, sinceramente eu não acredito. Não acredito porque sempre fui... a não ser que eles tenham procurado a RECS fora do meu período. Eu não sei quando é que foi isso.

Mônica – Eu acho que foi antes. Se eu não me engano, foi em 2004, não tenho certeza.

[A Reunião Especializada foi criada pela Resolução GMC n. 155/1996, mas a RECS iniciou as atividades em 1998 – ficou um período ‘inerte’ e retomou em 2006, confirmada pelo entrevistado e documentalmente. A informação correta sobre a consulta feita pelos pesquisadores consta em nota de rodapé 13 da dissertação de mestrado da prof^a Juçara Brittes, orientada pelo prof^o José Marques de Melo (UMESP/1997), conforme transcrito: “ *Ao solicitar informação ao GMC, fomos aconselhados a procurar o banco de dados do MERCOSUL, na Internet. Ali as decisões e resoluções estão com um ano de atraso, além de constar somente o número das mesmas e resumo de poucas linhas sobre os conteúdos. As entrevistas com os responsáveis pelo SGT 1 Comunicações e pela Reunião Especializada em Comunicação Social tiveram sua continuidade interrompida pela falta de resposta a questionários remetidos após obtidas as primeiras informações, e pelas constantes ausências dos coordenadores, o que inviabilizou a obtenção de dados completos*”].

Jorge – Em 2004 não existia RECS. A RECS foi retomada em 2006. Ela passou em 98, 99...

Mônica – Em 1998 teve uma reunião.

Jorge – É... aí parou e voltou em 2006, que tu falou. Nesse período não tinha RECS. Então eles mandaram uma carta para a RECS, a RECS não existia. Então, assim, no meu período, eu tenho maior orgulho disso: me procurou eu atendo. Quer ajuda? Eu dou. Não tenho problema com isso. Gosto disso. Eu sou acadêmico também, eu produzo, então sei quais as dificuldades. Eu acho importante esse tipo de debate. Eu lamento só que eu não possa dizer que a RECS foi fantástica, que deu uma grande contribuição. Lamento não dizer isso. Mas houve um esforço muito digno. A gente tentou fazer um trabalho legal. Inclusive o pessoal dos outros países, tá? Eu ‘tô reclamando aqui, mas, por exemplo, assim... o próprio pessoal do Paraguai, o próprio pessoal do Uruguai quando apareceu foi um pessoal muito assim... foi um pessoal legal. Foi um pessoal interessado, assim... Agora, eles tinham uma agenda própria, eles não eram de comunicação, eles não tinham tanto entusiasmo... às vezes passava uma coisa um pouco mais burocrática. A agenda deles era uma agenda, que era uma pauta... era outra. E havia essa questão complexa mesmo.

Mônica – Professor, eu acho que o Sr. respondeu a todas as minhas perguntas. Eu fiz uma sequência aqui, mas muitas respostas já...

Jorge – Tu ‘tá fazendo um trabalho preliminar, depois eu posso te ajudar.

Mônica – Claro, eu vou te procurar, se o Sr. me permitir.

Jorge – Aí eu posso pegar os documentos todos, aí fica mais fácil a gente analisar com mais cuidado.

Mônica – É porque o que me chamou atenção, nesse momento... o Sr. fala ‘não teve avanço’, né? Mas o que me chamou atenção foi justamente o fato de ter sido aprovadas essas Diretrizes.

Jorge – Na RECS?

Mônica – Na RECS. Eu percebi que já é uma discussão antiga, e que ela vem como resultado dessa discussão. E existe o processo das instâncias. Ela passou pela RECS. Esse documento saiu, ele foi para o GMC – que é a instância superior da RECs – e foi pro CMC, e o CMC deu o ok.

Jorge – O que na verdade é uma vitória fantástica porque a gente tinha muita dificuldade. A gente teve coisas na RECS, deve estar em alguma ata aí, que a gente mandou uma reclamação formal do fato que eles não respondiam à RECS.

Mônica – Não só à RECS. Pelo que eu pesquisei, outras...

Jorge – Então, a gente talvez tenha sido mais bem afortunados ou foram mais competentes. Porque a gente teve reclamação formal. A gente fez uma reclamação formal, em ata, tu deve ter em alguma ata isso... e que a gente... ‘cadê a resposta?’ Porque a gente manda, espera, espera... daqui a pouco a gente manda de novo. E a gente com todo cuidado para não ser indelicado, porque essas coisas têm todo um modelo muito...

Mônica – A diplomacia.

Jorge – É. Tem que ter muito cuidado com todo mundo lá, tinha que ter assim ‘ó, não pode’, né? Quando a gente chegou ao ponto de reclamar é porque o negócio já estava, assim, para lá de... então, eu lembro porque a gente simplesmente não tinha resposta. E a RECS é uma instância do MERCOSUL, diabo! A gente era institucionalizado para fazer propostas. Eles que dissessem para a gente ‘não, não vamos fazer’. Mas diz. Só que não tinha resposta.

Mônica – Só como última pergunta, e essa é exploratória mesmo, existem alguns documentos que constam como Reservados. Por que isso?

Jorge – Que documentos que constam como Reservados?

Mônica – Tem uns mais recentes, agora, e que dizem respeito à sequência das discussões das diretrizes comunicacionais. Eu entendi, pelas próprias diretrizes, que assuntos que ainda estão em discussão, que não tem acordos fechados, eles vão ser mantidos em sigilo, ou Reservados, como aparece lá especificado. Mas alguns, anteriores, também vinham com essa informação. Precisa todo mundo fechar, acordar, para o documento vir à luz?

Jorge – Eu acho que essa é uma decisão do Itamaraty. Eu, sinceramente não lembro de documento Reservado. Eu não lembro. Pode ter, mas eu não ‘tô recordando. Mas isso faz sentido. Porque no governo funciona assim, sabe? Então, pode ser, às vezes tu tem uma posição do Brasil que é de um jeito, e com a Argentina é de outro. Tu não quer que isso

fique claro, que isso gere uma notícia dizendo ‘Brasil e Argentina não concordam’. Então é muito prático, isso, dessa discussão ficar reservada até tu tomar uma decisão, e é bom. De certa maneira é bom porque evita um atrito, que gere uma polêmica desnecessária, que acaba embaralhando tudo de uma vez. Mas nesse caso aí, eu ainda não sei. Eu não lembro se teve documento Reservado. As vezes pode ser que o Itamaraty tinha tornado Reservado em função de alguma característica. Não sei. Não sei te dizer não. Mas eu não ‘tô lembrando de documento Reservado não. Até porque eu acho que isso... Quem é que deu, tratou como Reservado? O governo brasileiro ou o MERCOSUL?

Mônica – Não está especificado.

Jorge – Porque também tem isso.

Mônica – Só consta como Reservado.

Jorge – É. Tem que dar uma olhada nisso porque, supostamente...

Mônica – É consequência das reuniões, durante a última presidência do Brasil no MERCOSUL, que foi agora no começo do ano.

Jorge – É, pelo que eu ‘tô vendo está havendo uma postura mais ativa agora, né? Mais... Quem é o representante de RECS no Brasil hoje?

Mônica – O coordenador é o Glaucio Veloso.

Jorge – Ah, o Glaucio participou comigo desse negócio lá atrás. Ele está em alguma ata do meu tempo. O Glaucio é um cara muito ativo. Ele é do Itamaraty. Não tem mais ninguém, só ele?

Mônica – Tem ele e alguém do Itamaraty. Só não me lembro o nome.

Jorge – Itamaraty? Então não tem mais ninguém da SECOM?

Mônica – Os dois nomes que aparecem lá são esses. Se tem outras pessoas, não está..

Jorge – E o Glaucio tem uma vantagem. O Glaucio é um cara que gosta... e entende de Comunicação. Ele é do Itamaraty. Na época não tinha isso não. Eu acho que nunca tinha aparecido alguém do Itamaraty que se envolvesse com Comunicação. Então o Glaucio deve ter uma agenda própria, digamos assim. Uma agenda, que eu falo é, que ele deve ter uma atribuição específica, o que na época nunca houve. O Itamaraty sempre foi muito, assim, formal com esse assunto. Ele deixava... tanto é que eu queria que o Itamaraty fosse o primeiro, o representante, e eles nunca quiseram. Queriam que eu fosse o representante. Então eu fui o tempo todo mais por conta da decisão do Itamaraty. Tanto que, em vários momentos, aliás, era frequente...

Mônica – Mas o Glaucio é da SECOM, na presidência.

Jorge – É, mas ele é do Itamaraty. Ele faz um duplo papel aí. É, tem razão. Ele faz duplo papel. Ele é da internacional da presidência e ‘tá lá... é, faz sentido. Agora, e ele é de Comunicação? Ele é formado em Comunicação, eu acho.

Mônica – Ele é jornalista?

Jorge - Ele é jornalista? É, então faz sentido. É melhor ainda, isso ajuda muito. Agora, provavelmente muda a política aí. Provavelmente a RECS ganhou, multiplicou. Agora, no meu período, o problema que houve realmente era um engajamento, um tipo de engajamento que foi complicado. Com a Argentina, particularmente, e com a Venezuela.

Então, eles tinham uma pauta que era uma pauta governamental. E isso, de alguma maneira, tornava as coisas mais difíceis. Hoje deve ter ainda. Acho pouco provável que eles ainda não tenham, não levem essa pauta.

Mônica – Não tenham mudado a postura?

Jorge – É. Mas de alguma maneira têm sido mais efetivos. Talvez tenham mudado a agenda. Esses itens que são interessantes. Se eles estão conseguindo trabalhar com essa agenda, isso é muito bom.

Mônica – Está bom, professor.

Jorge – A tua pesquisa, o teu mestrado é sobre a RECS? Não?

Mônica – É. Eu recortei a RECS como meu objeto empírico. Daí, a discussão que eu fiz com a orientadora e com alguns professores era especificar esse objeto, encontrar o meu problema de pesquisa dentro desse objeto. Aí eu recortei a aprovação das Diretrizes da Política Comunicacional. E tem todo o histórico por trás dela.

Jorge – Engraçado que isso tenha avançado tão rápido. Se bem que eu saí de lá tem uns três anos. Quando é que foi aprovado isso?

Mônica – Agora, em dezembro de 2014.

Jorge – É... o pessoal deve ter... acho uma belíssima novidade.

Mônica – Em 2014. Aí já passou GMC e no mesmo mês o CMC aprovou também.

Jorge – É, porque quando há consenso dos países participantes fica muito mais fácil. Agora, por isso que me incomodava.

Mônica – Mas é uma discussão antiga, né?

Jorge – É. Agora, quando... o que me incomoda é a história do Plano de Comunicação do MERCOSUL, uma política de comunicação da instância MERCOSUL. Eu acho que... a gente avaliava assim, que o MERCOSUL não era conhecido pelos países... pelos integrantes do bloco, as notícias são sempre ruins, a pauta é sempre negativa. Porque tu não tem uma pessoa, uma agenda positiva. Não tem uma iniciativa do MERCOSUL de... integrar o cidadão, explicar o MERCOSUL, de dar um senso de pertencimento regional, de vender o MERCOSUL enquanto uma proposta que não é só econômica, que tem a ver com cultura...

Mônica – Cidadania...

Jorge – Cidadania... Que tem uma série de... sabe? Precisava ter um... e esse tipo de articulação, que é uma coisa muito simples, pelo amor de Deus., isso é muito simples. Só que tu não conseguia vender essa ideia dentro do MERCOSUL. Quando tu falava com as pessoas, elas ‘ah, legal, isso mesmo’. Aqui no Brasil mesmo, ‘Pô, agora quando a gente pegar a presidência Pró-Tempore do Brasil, vamos fazer esse negócio andar? Esse e aquele embaixador que vão estar lá’... Não andava. Não andava porque tem que conversar com fulano, tem que conversar com... E aí, comunicação é um tema muito sensível. Comunicação, ele tem, me parece, um viés percebido como viés político. Principalmente na Argentina e na Venezuela... E o Uruguai. Então, ...têm uma noção, como um instrumento político. Então quando tu dá o aval para a comunicação, tu ta instrumentalizando principalmente alguém. E a própria proposta nossa de implantar uma po... uma comunicação do MERCOSUL nos países, era vista como, me parecia que era

vista como uma possível ferramenta de alguém... Então isso criava todo tipo de... sabe? Porque a... porque me parece, nesses países, a comunicação ela é um instrumento de política de governo, de quem 'tá no poder. Não é um instrumento de exercício da cidadania. E não é exercício para todos. A comunicação não é vista como algo que empodera o cidadão. É o que empodera alguém que 'tá no poder. Eu dou mais poder para ele quando eu dou os instrumentos de comunicação para ele trabalhar as ideias dele. O que era uma coisa que a gente discutia muito na RECS, que era muito difícil perceber que uma outra comunicação era possível. Por isso, a gente tentava trabalhar nessa perspectiva de comunicação voltada pro cidadão, a comunicação que era de todos. Agora, uma comunicação de abertura, de transparência, de dar acesso... isso foi muito frustrante porque isso pareceu uma coisa meio incompreensível, até em alguns momentos. Sabe aquela coisa que tu falava... assim... 'tu era ingênuo', 'tu era uma pessoa que 'tava em outro planeta', que 'tu não entendia a realidade do meu país', 'aqui nós estamos enfrentando não sei quem'...sabe? Tu tinha essa... isso existia mesmo. Por isso que a gente tem o maior orgulho de falar da EBC, da comunicação pública...a gente levava os exemplos, a gente levava coisas para mostrar que dava para fazer. Só que, assim, era uma coisa que não estava na agenda deles e, que de certa maneira, eles achavam que era uma coisa impossível. Acho que isso passava até pela dificuldade que nós tivemos com a própria instância MERCOSUL.

Mônica – Chegou a existir uma proposta de uma agência de comunicação MERCOSUL?

Jorge – Sim, a gente fez. Eu fiz. Eu até devo ter. Era um plano de comunicação. E o plano, eu não sei se a gente botou isso no papel, o plano era o seguinte: cada embaixada ia destinar uma pessoa para trabalhar na comunicação do MERCOSUL. A gente não podia deixar a comunicação na mão da Argentina, por exemplo, ou na mão do Brasil, ou na mão da Venezuela ou coisa parecida.

Mônica – Tinha que ser compartilhado...

Jorge – Então, tu tinha... a chefia de comunicação ia obedecer ao rodízio dos países. Mas todos participariam do núcleo de comunicação. Essa pessoa de comunicação, ela podia já estar no MERCOSUL e, digamos assim, e ceder parte do seu tempo para trabalhar nisso, ou podia ser alocada só para isso. A proposta tinha grande flexibilidade. Só tinha que ter alguém com crachá de comunicação. Cada país tinha que ter alguém com crachá de comunicação. E tu tinha que ter um plano. Esse plano ia ser apresentado à RECS, e a RECS aprovando esse plano de comunicação, que na verdade era uma coisa muito simples, tu executaria esse plano e nas reuniões da RECS tu prestaria contas do plano. O plano podia ser uma coisa tipo 'nós vamos fazer uma sala de imprensa no portal do MERCOSUL', 'nós vamos fazer um programa de visitas', 'nós vamos fazer um concurso no MERCOSUL de fotografia, de redações'; ou 'nós vamos'... a gente fazia muito isso... 'nós vamos fornecer material para as agências públicas divulgarem o MERCOSUL, a gente produz aqui e dá para as agências'. Eram umas coisas muito simples, na verdade, articulando o que já existia. Só que não deu.

Mônica – Por conta dessas...

Jorge – É. Aí, essa questão da visão política da comunicação era uma percepção minha, nunca ninguém falou isso. Mas eu acho que, um pouco o que embarçava, que dificultava o avanço, era esse tipo de coisa.

Mônica – É algo a ser investigado (risos)

Jorge – Agora, não sei... Tu não vai achar provas disso não. Você não vai achar provas. É uma coisa muito de... Talvez tu possa entrevistar outras pessoas. Mas eu lidei com muitas pessoas engajadas naquele período. As pessoas tinham, ou não tinham agenda nenhuma, ou a agenda era de uma causa específica da sua história, da sua formação, do seu ambiente. E eu tentei costurar as coisas tendo uma comunicação possível nesse ambiente. Ah, e outra coisa. A gente... é uma coisa interessante, nunca houve uma determinação do governo brasileiro para nada.

Mônica – Havia autonomia?

Jorge – Total e completa. O que não era bom, porque tu não tinha uma agenda do Brasil. A agenda quem definia era eu, com o pessoal do Itamaraty. E aí eu conversava, porque eu não sou doído também. Eu conversava com as pessoas e tentava fazer uma agenda que fosse saudável, entre aspas. Mas tu não tinha... por conta, inclusive, que nós estávamos num período complicado, que tinha a agenda da EBC, da Radiobrás virando EBC... teve o período que o Lula, a imprensa ‘tava implicando muito com o Lula, implicando muito com ele. Então, tinha uma agenda complicada no Brasil, e talvez isso não fosse tema prioritário no governo brasileiro. Então, eu conversava com as pessoas, ouvia, mas eu nunca tive um Ministro ou Secretário Executivo que chegasse ‘não, tu vai pra RECS com essa pauta aqui’ ou ‘é prioritário pro governo brasileiro isso aqui’. Não havia essa prioridade de comunicação na RECS, apesar de eu mandar as atas. Essas atas eram mandadas pro Palácio, pro Secretário Executivo da Comunicação, na época do André Singer. Elas chegavam no gabinete do Ministro. As atas chegavam, eu mandava. Só que tu não tinha *feedback* disso. As vezes tu tinha uma ligação perguntando uma coisa ou outra, algum detalhe de alguma coisa. Mas não havia, nunca houve uma orientação a respeito de um tema. E eu entendia, na época, que o que a gente estava fazendo ‘tava adequado. Porque se eu fizesse alguma coisa que fosse considerado errado, eu certamente ouviria que não era por aí. Então, assim... havia conhecimento do que a gente fazia, mas não havia determinação para fazer algo. Agora, eu ouvia. Na dúvida, ligava, perguntava, conversava com alguém ‘olha, tá tendo discussão disso’, ‘a gente faz assim’, vai porque, não vai porque tal’. Mas, tudo muito, assim, sorte. Não se ouvia ‘não queremos esse assunto’, ‘não se trata disso aqui’ ou ‘queremos levar uma proposta assim’, nunca... não existia isso. Em geral, eu em conversa com o Itamaraty, com o pessoal da própria SECOM. Eu tinha uma agenda original, que era de criar a instituição, de fazer uma pesquisa, era de fazer um trabalho de comunicação do... sobre o MERCOSUL. Minha proposta era fazer uma comunicação sobre o MERCOSUL para o MERCOSUL, era isso. Era tentar articular os canais que estavam mais ou menos estruturados. Como essa ideia das emissoras públicas e tal, ou seja, a ideia de uma agenda de comum acordo. Agenda comum que fosse produtiva pros países. Não ficassem no discurso. Detestava essa coisa de ficar discursando. O pessoal adorava discutir lá. ‘Vamos discutir um assunto’... Não... Que adianta discutir isso aqui, aqui? Por que a gente não vai... o pessoal gostava de discutir. A gente discutia, tudo bem. Então a gente discutia muita coisa que não foi a lugar nenhum.

Mônica – É... algumas coisas são...

Jorge – Não... Não deixa de ser um ponto positivo. Eu não sei se ajudei muito...

Mônica – Muito. Eu peço outra oportunidade de podermos conversar.

Jorge – Aí da próxima vez eu ‘tô melhor preparado, aí a gente vê as atas para discutir tópico por tópico... o que tu achar melhor.

Mônica – Tá. Aí eu vou ter que aprofundar mesmo. É isso!

APÊNDICE “B” – Entrevista 2: Carlos Borgna

Legenda:

- 1) **Palavras, nomes, siglas ou expressões sublinhadas** – Houve dúvida na compreensão;
- 2) **(ininteligível)** – Não compreendida a palavra ou expressão;
- 3) **Reticências (...)** – Frase não concluída;
- 4) – Várias falas fora do microfone em que não foi possível a compreensão;
- 5) **(intervenções simultâneas)** – Várias falas ao mesmo tempo, impossibilitando a compreensão;

(Delegação argentina – ex-coordenador na Reunião Especializada de Comunicação Social –RECS MERCOSUL)

Local: Brigadier Lopez 2250,. COMPLEJO DAVIS, costanera de la ciudad de Rosario, Argentina

Entrevistado por: Mônica Nubiato Matos

Duração: 1h24min

Agosto, 2016.

Mônica: Carlos Alberto Borgna es coordinador de la RECS...

Carlos Borgna: Fui coordinador de la Reunión Especializada de Comunicación Social de Argentina hasta el 10 de diciembre del año pasado.

Mônica: Sí. ¿Desde qué año?

Carlos Borgna: Desde de aproximadamente el año 2010...

Mônica: ¿Dos mil...?

Carlos Borgna: No... 2010, 2011...

Mônica: Sí. Carlos, primero, ¿cuál es tu relación con MERCOSUR? ¿En los temas de los Medios de Comunicación del MERCOSUR?

Carlos Borgna: ¿La relación?

Mônica: Sí.

Carlos Borgna: La relación tiene que ver básicamente que, a partir de la Reunión Especializada de Comunicación Social, nosotros comenzamos a construir una red de comunicadores, de organización e medios que se llamó la Red de Comunicadores del MERCOSUR...

Mônica: No oí... Estoy pensando acá que el audio... Que la música...

Carlos Borgna: Es muy alta...

Mônica: Es muy alta. Si pueden bajar solo un poquito, por favor...

Carlos Borgna: Voy a levantarme...

Mônica: Entonces, voy a seguir...

Carlos Borgna: La creación de la Red de Comunicación del MERCOSUR fue un salto de calidad en la construcción de comunicación con perfil regional y dentro de los países que integran el MERCOSUR y que fueron incorporándose paulatinamente porque en el momento en que estábamos avanzando, los de Venezuela se estaban incorporando y después se incorporó Bolivia con lo cual había una perspectiva de integración regional muy grande. Una decisión de realizar una integración muy grande y que también tenía otro perfil porque Argentina siempre a partir de la sanción de la Ley de servicio de comunicación audio visual evaluó la necesidad de incorporar las expresiones, no solamente de los medios oficiales que hasta este momento en Argentina era la radio nacional, era la TV pública, era la agencia de noticias, sino también ahí se tomó la decisión de avanzar con los medios que en la ley se estaban garantizados que debían tener los 30% que dan con los medios comunitarios, los medios populares, los medios que hacían referencia a otros tipos de construcciones por fuera del estado, entonces, básicamente, básicamente... Nosotros empezamos a mirar, entre comillas, a mirar otras organizaciones de otros países y empezamos a fortalecer mucho más la buena relación que ya había entre los medios públicos de todos los países de la región. (Acordáte el hielo... Sí.) Los medios públicos de la región... Entonces, eso fue, digamos, una manera de pensar la comunicación del MERCOSUR de una manera distinta, de una forma distinta, ya no se trataba de una relación solamente de estado-estado, sino que nosotros incorporamos, a los medios, a los medios de las organizaciones sociales a los medios populares. Cuestión que fue de mucho debate y que no se terminó, si bien se aprobó los cambios sucesivos en los coordinadores de la red o en algunos casos de los gobiernos hizo que generara mucha resistencia. Nosotros, a iniciativa de Argentina en una de las..., allá por el año 2011, empezamos a avanzar con la participación de esa clase de comunicadores, de expresiones de la comunicación por fuera del estado y tenemos que reconocer que en ese momento había gente de Brasil que; fue una RECS en nuestro país que; lo que hizo fue apuntalar la cuestión y estaba como coordinador de la RECS, Jorge Duarte... Que lo tomó bastante sorpresa al planteo de Argentina, pero después en esa RECS y en una posterior, Brasil terminó aceptando la postura de que las organizaciones sociales se pudieran incorporar, los comunicadores de las organizaciones sociales y se llegó a una..., digamos, porque cuenta un poco del proceso eso, ¿no? Porque me parece, porque fue un tema se llegó a una reunión de la RECS... Todavía, en el gobierno de [Inaudible] en Paraguay, donde tú tendrás que buscar en el acta, pero allí, por primera vez se especifica cómo se incorpora y hay un acta y hay un anexo de acta donde se incorporan los... No recibió el nombre de comunicadores de organizaciones de... O medios de la sociedad civil, sino que se determinó como de medios de... tengo buscar el acta para saber bien, pero lo que no se quería generar era por una generalidad que hiciera, que entraran medios de los grandes medios, medios masivos de comunicación, si no que fundamentalmente, que estuvieron expresados los sectores populares y sus comunicadores y herramientas comunicacionales. ¿Se entiende? Eso se terminó... Y eso... Hay un acta de 2011, me parece, en Paraguay, en Asunción, en donde se le dio forma a esta cuestión de la participación. Esto es muy importante, fue muy importante, pero el acto en la realidad... Porque el único país que lo llevó adelante fue Argentina y después Uruguay, que hasta el final mantuvieron y se mantuvieron con el tema de la participación de este tipo de comunicadores de este tipo de

organizaciones hasta el final fueron férreos defensores de esta cuestión, donde en algunos casos donde los gobiernos facilitaron, tanto de Argentina como de Uruguay, la participación de representantes de las organizaciones, de los comunicadores de las organizaciones sociales, mientras que otros países votaron y aprobaron esa acta, pero nunca facilitaron, ni habitaron, porque no era solamente facilitarlo, porque facilitarlo era... Pagarle el pasaje... En algunos casos no comunicaban que realizaban la RECS y que podían participar legalmente; estos comunicadores nunca facilitaron esta cuestión. Entonces se hicieron en varios países, RECS, en donde no hubo representantes de organizaciones sociales, excepto de Argentina y cuando se hacía en Uruguay, Uruguay para redondear el tema.

Mônica: Dos ramificaciones de esta cuestión.

Carlos Borgna: Sí.

Mônica: Primero es un poco de tu historia hasta iniciar los trabajos en la RECS...

Carlos Borgna: Sí.

Mônica: Segundo es cuanto a la participación de la sociedad civil... ¿Y en Argentina, ¿cuál es la importancia? Son dos de dos... ¿Cuál es la importancia de la RECS para Argentina? Y, ¿cuál es la importancia de la participación de la sociedad civil argentina para RECS?

Carlos Borgna: El gobierno argentino al alentar que se votara a la red de servicio de comunicación audio visual y estar en ella el 30% de la frecuencia para los medios populares y comunitarios, estableció el parámetro de la importancia, pero esto fue un disparador porque en todos los ámbitos internacionales y/o regionales donde se debatía el tema de comunicación, esto fue... Se trasladó a todos estos ámbitos y yo no podía tener, como coordinador de la RECS, una ley como de Argentina que me decía que tenía que participar de las organizaciones civiles y no solamente los medios del estado y no llevarlo al ámbito regional. Entonces, para nosotros fue un enorme facilitador para meter esa discusión dentro de la RECS y en aquel momento, el gobierno Augusto dos Santos que era el secretario ministro de la comunicación de Paraguay, de [Inaudible]... Y los compañeros, los compañeros de... Y nosotros de Argentina y hubo acompañamiento también de Brasil, apuntalamos fuertemente esta cuestión. Digamos, Uruguay, perdón, Paraguay y Brasil estaban muy preocupados por la reacción de esto, estuvieron muy preocupados por la reacción de esto para no generar cuestiones que podrían dar, habilitar a las grandes empresas que se meten adentro de la RECS y discutieran políticas de comunicación regional. Argentina no sacó... el texto que se habían [Inaudible] sobre la participación, quería cosa más concreta, pero fue lo que se consensuó para que los países lo firmaran y se podían habilita; hoy día eso está... Esto, y si bien ha habido cuestionamientos posteriores, pues lo podemos ver, pero hasta hoy ya está... Ahora, esto es sobre la importancia tanto del gobierno hacia la RECS y de la RECS hacia el gobierno y la comunicación, o sea, la región... Quieres que te cuente un poco de mi historia, pero ya antes de eso, empezando ya cuando yo era chiquito... Soy militante de los que en Argentina se llaman de los años 70. La experiencia guerrillera de los 70. Estuve 3 años preso. Del año 76 al 79, después que salí, en plena dictadura todavía, seguí en la resistencia y muy ligado a los movimientos de los familiares de presos y desaparecidos y después, ya con regreso a la democracia, me puse a trabajar en medios gráficos alternativos. Hay que recordar que en aquella época no había FMs, no había internet, no había nada, entonces la comunicación gráfica, la comunicación en el barrio era lo que se llama la disputa, la batalla. Bueno, yo trabajé en la ciudad Rafaela que es mi ciudad natal; es uno de los barrios más pobres de ciudad y

armamos una institución y estuvimos trabajando durante muchos años con esto y después, bueno, después ingresé a... Volví a la política partidaria, formé parte de un gobierno, en una experiencia nueva de gobierno en la ciudad que hasta aún sigue en el gobierno hoy...

Mônica: Sí Carlos, si puedes, dime las fechas y años para que me ubique, por favor...

Carlos Borgna: Sí... La dictadura en Argentina terminó en 83 y yo salí en 79 y en el año 85, 86 ya estábamos trabajando con las revistas y en el año 91 es cuando retornó la actividad política y hasta el día de hoy; estuve en momentos que estuve adentro las estructuras del estado y lo que podía ser en los equipos de gabinete del intendente o prefecto y en los consejos municipales. Fui secretario del consejo municipal de mi ciudad. Fui candidato al concejal. Un par de oportunidades y algunas veces no me fue para nada bien y otras veces me fue bien, pero 560 votos no fui concejal y después me fui a trabajar en Buenos Aires ya con el gobierno de Ernesto Kirchner, estuve 2 años en el Ministerio del Exterior acompañando a un dirigente sindical que estaba a cargo de municipios y comunas de la nación y después me quedé en la cancillería argentina, los dos, durante todos los dos gobiernos de Cristina Kirchner. Entré así, como el responsable del área de comunicación del consejo consultivo de la sociedad civil que la cancillería argentina ya estaba formado y se lo resignificó, se le dio otra valoración al proceso de integración, desde allí, yo estuve ahí. De ahí, en donde pedí ingresar a la RECS no como coordinador, estuve 2 años más o menos en que había otras personas de coordinadores, bueno, después, tuve la suerte de que en un determinado momento se produce una vacante y se propone mi nombre y lo aprueban y a partir de ahí comenzamos el trabajo en la RECS, avanzamos con el tema de la participación social, avanzamos con la red de comunicadores del MERCOSUR, avanzamos, empezamos a organizar como RECS en encuentros de, como zonas de fronteras desde el año, desde mayo de 2012, hasta, avanzado el año de 2015 hicimos encuentro de comunicación en [Inaudible], en Salta, en Córdoba, en [Inaudible], en Corrientes, en Misiones, en Chaco, en Formosa, en las distintas regiones o lugares y trabajando muy macanudamente con el gobierno paraguayo cuando estaba [Inaudible], muy fuertemente, muy bien con el gobierno uruguayo y el contacto, entre las cumbres sociales del MERCOSUR y estas cuestiones de la comunicación, eso [Inaudible] con muchos comunicadores de los países del MERCOSUR y fueron tomando un contacto fluido y los funcionarios de los otros países que eran facilitadores y habilitaban la relación con el mundo de lo social de la comunicación. Luego, digo que esa experiencia nos permitió construir una relación muy fluida con los comunicadores paraguayos que aún persisten con gente de Uruguay, con comunicadores populares de Venezuela e inclusive con países que son sus adherentes como el caso de Ecuador, o el caso de Chile y también cuando fueron ingresando los comunicadores de Bolivia y también de Brasil. Yo, se manifestaba una cosa que después se presenta... Es que, Brasil es un país muy grande, entonces de lo que se ocurre en el sur, en el norte, ni se entera en el sur, es más o menos así, decimos... Cuestión que en Argentina es que; el problema es lo que ocurre en Buenos Aires, en cambio allá, si bien qué es lo que ocurre en São Paulo, en Rio... Pero nosotros notamos que en términos comunicacional, en Argentina, hay mayor nivel de interrelacionamiento y demás, mientras que en Brasil, una dificultad que yo he observado siempre; hemos observado que muchas veces no había niveles de relacionamiento entre el norte brasileño y el sur, entonces, siempre fue muy difícil coordinar aunque había grandes comunicadores en todos los planes; gente que trabaja muy bien en el terreno concreto, en su hogar, pero siempre costó integrar Brasil e integrar Brasil al resto de los comunicadores... ¿Fui respondiendo, no?

Mônica: Sí. Claro. Y, Carlos, ¿cómo surgió la propuesta de una guía para la política comunicacional del MERCOSUR?

Carlos Borgna: Bueno, la cuestión, la cuestión digamos, hubo ahí una iniciativa de gobierno argentino claramente...

Mônica: ¿Qué año, qué fecha?

Carlos Borgna: Hubo una iniciativa del gobierno argentino, pero producto de un problema que pasó que lo trajo Brasil a una reunión del grupo de mercado común... Lo trajo Brasil... Te voy a contar, te voy a contar dos anécdotas... Digamos, Argentina venía con una intención, pero desencadenante es la situación cuando un grupo de senadores de derecha de Brasil empieza a hablar de la Alianza del Pacífico y empieza a hablar de que el MERCOSUR no producía nada. Más allá de que si esto era verdad o no; o si era verdad... Media mentira o... De verdad, era que el MERCOSUR había hecho un montón de cosas que las sabía vender, o sea, no las sabía mostrar y eso era un dato objetivo, esto era cierto. Entonces, se armó una reunión del grupo del mercado común, donde Brasil busca forzar esto y lo que se decide, es claramente, comenzar a discutir una política de comunicación porque, obviamente que todos los países... (acá, para mí), que todos... No todos, pero que varios los países e incluye Argentina, tenían suma interés en cuestiones de base, ahí están los procesos de nuestra ley y demás, entonces, eso derivó que se c, y lo que se comenzara a discutir la realización de un video institucional que hasta el día de hoy nunca se pudo destrabar porque evidentemente había una cuestión de qué contenido se le ponía. Entonces, ahí se empezó con una política de comunicación y fue un planteo de Brasil, fruto de esto, ahí, está claro que pasaron muchas cosas en torno de esto, o sea, la delegación brasileña estaba muy preocupada por la filtración, estaba muy preocupada por la presión de la derecha y entonces hubo un primer momento que Brasil jugó muy fuerte por eso y se recayó a la RECS la obligación de desarrollar los lineamientos de una política comunicacional. Y la anécdota, en donde, en un determinado momento, una cosa que pasó fue que la secretaría del MERCOSUR mandaba mail con noticias del MERCOSUR a todos los estados hasta determinado nivel de funcionarios. Bueno, lo que pasó fue que la secretaría del MERCOSUR, las informaciones del MERCOSUR sobre Argentina acaban que salían en el diario CLARÍN y NACIÓN. Obviamente una información absoluta cerrada sobre el gobierno argentino y sobre el proceso de integración. Lo que llevó a un planteo de Argentina en esto y ahí hubo algunos funcionarios del gobierno brasileño que estaba muy preocupado por la actitud de Argentina de pelearse por grandes medios y demás datos, en realidad, es que todas esas cosas y todos los ejemplos que fueron dados no había cosas menores y demostraron la necesidad de que el MERCOSUR tenga su propia política de comunicación y que la política de comunicación del MERCOSUR era mucho más que una oficina de prensa dependiente de la secretaría o de otro órgano a crearse o por habilitarle función... La política de comunicación del MERCOSUR tenía que tener [Inaudible]... Obviamente que de entrada el problema fueron los contenidos y, además, paralelo a esto era como cada país supervisaba los contenidos, ¿No? esto generó muchísimo debate en todos los países incluido el nuestro, mucho debate. En líneas generales se discutieron mecanismos y estaban garantizados estos, así todo, todos había países y aquello queda de Hugo [Chavez, Venezuela], de la derecha, que era muy reticente a la hora de armar norma o avanzar con el tema porque ellos prácticamente, esto es una lectura mía, personal, ellos mismos, en la verdad, lo habían impulsado eso, por otro lado no estaba aprobado, pero, a ver, para que se entienda cuando se discutieron los temas o los contenidos que tenían que estar, en determinados temas como el del video, por ejemplo, el

primer tema que ponía Paraguay de derecha, no eran los temas sociales, de salud, educativo, culturales, no; el tema que ponían era el intercambio económico. Entonces, estaban estos perfiles que demuestran esta cuestión, así si comenzó, por lo que pasó Brasil con un grupo de senadores de derecha que plantearon, empezaron a salir por los medios a plantear públicamente que no había resultados del MERCOSUR. Cuando después se quiso ir, como decimos en Argentina, “a los bifés”, a lo concreto, a lo concreto; empezaron las dificultades para armar y además con un criterio que después, que al final se terminó discutiendo sobre eso porque era imposible armar un solo video para mostrar todo MERCOSUR y empezaba a ver una cuestión muy institucional, muy de formas de los datos duros, ¿no? Tanta población, tanto PBI, tanto Producto Bruto Interno, tantas exportaciones, los recursos naturales, una cosa que muestra en general, pero que después, pero después, había bastante consenso a la necesidad de que algunos temas necesitaban herramientas institucionales para mostrar el MERCOSUR, desde lo institucional, herramientas como de audio visuales con todo lo de la nueva tecnología, pero lo visual que mostrara que algunos temas necesitaban profundizarse, no que podían sintonizarse, pero tampoco se podía ser un video institucional de media hora; todos los que estaban en la comunicación sabemos que eso no sirve, estábamos hablando de una cosa que pudiera durar 10, 12 minutos, 15 a lo sumo y nada más, entonces, bueno, por ahí ya hubo la cuestión de cómo surgió la política comunicacional.

Mônica: Bueno...

Carlos Borgna: ¿No te aburrís?

Mônica: No, no... Cómo preámbulo del documento, el derecho de la comunicación y de la información son tratados por la directiva como los derechos humanos...

Carlos Borgna: Sí.

Mônica: ¿Cómo se puede poner en práctica estos derechos humanos en MERCOSUR cuando se trata principalmente de las cuestiones, que tú me dijiste que los temas prioritarios eran económicos, sociales educacionales en segundo plano?

Carlos Borgna: Mira, lo primero que hay que aclarar es que es un debate muy de fondo fue la comunicación como un derecho humano y la libertad de expresión como derecho humano, fue uno de los grandes temas, grandes temas... En donde hubo países que fueron reticentes y el hecho de que algunas de estas cuestiones, dichas de una manera o dichas de otra figuraban sus propias constituciones nacionales que evidentemente no se aplicaban mucho, pero aseguraban, hicieron con que los países aceptaran este tema de lo de la libertad de expresión como un derecho humano y además lo de la comunicación como un derecho humano. Obviamente tenía que haber una correlación de fuerza adentro de los países en un marco de negociación que hacía que en un determinado momento había un enorme consenso y algunos países que estaba a medias, esto terminaba torciendo la situación que fue más o menos lo que pasó, porque ya en este momento lo que estaba en la derecha paraguaya comenzaba la discusión sobre esto. Entonces, hubo mucho debate, muchísimo debate y después otros temas que estaban relacionados con esto, y después volvemos a la pregunta, fue que, digamos, Argentina, la propuesta de Argentina, Venezuela, Uruguay también, nosotros quisimos incorporar el tema de la comunicación popular y claramente Brasil, Paraguay votaron en contra esto. Obviamente que, argumentando cuestiones que tenía que ver con qué implicaban lo popular, qué tipo de medios, como se garantizaban... Qué se quería decir con esto... Evidentemente, por detrás de eso había una discusión de carácter ideológico, ¿no? El modelo comunicacional de que estábamos hablando, entonces

este tema, pero esto fue motivo de discusión y no pudimos zanjar lo de la comunicación popular, entonces, esto, creo que se habla de comunicación social, se cambió esta terminología... Se pudo zanjar la discusión con esta terminología. Ahora bien, ¿cómo se puedo hacer esto...? Bueno, a ver si entiendo la pregunta. Vos hacés referencia cómo lo concreto se puede llevar la comunicación como un derecho humano. Mira, a mí me parece que, evidentemente, el proceso de integración regional fue desigual, fue desigual, fue desconjunto, pero desparejo, entonces hablando de cómo deberían ser las cosas, lo primero que hay que aclarar es que era muy difícil imaginar una estrategia global, de todos los países para establecer la comunicación como un derecho humano. A ver, por ejemplo, una cosa que desde Argentina intentamos hacer y no pudimos fue para avanzar en esto, que no era fácil, ni la más importante, pero, un ejemplo para que sirva, esta tarde armaron un grupo *Ah hoc*, a la RECS, ¿se entiende no?

Mônica: Sí, sí.

Carlos Borgna: Para discutir legislaciones comparadas e materia de comunicación. Bueno, había que entrar a discutir eso, había que entrar a discutir los grandes medios, los propietarios de los grandes medios, a discutir todo eso, una cosa que llevaba a la otra, o sea, a discutir cosas de zonas de fronteras. (Lo mejor que te salió fue la coca cola, tengo que reconocer, pero esto estaba muy rico... No, muy bien, muy bien, con el toque que tenía éste de crema...). Entonces, digamos, ¿en qué estaba? Venía hablando de... ¿En dónde estaba?

Mônica: ¿Quieres que “pause”? Voy a “pausar” aquí...

Carlos Borgna: Es que la legislación, la legislación comparada nunca pudimos avanzar con esto. Un estudio en legislación comparada hubiese permitido avanzar en algunas cuestiones concretas que hubiese permitido tener... (¿Comemos?)

Mônica: Sí. Voy a “pausar”. (Sí, muy rico).

Carlos Borgna: Entonces, legislación comparada fue un ejemplo de que era un disparador para habilitar a discutir otro tipo de comunicación, la concentración de medios, pero, a ver, respondiendo a tu pregunta, la idea, la idea era que además de que los estados pudieran diseñar una política del organismo de integración, por excedencia que era el MERCOSUR. La idea era comenzar a mostrar el MERCOSUR profundo y mostrar el MERCOSUR profundo es mostrar a su gente, sus vidas, sus necesidades, sus conquistas, sus logros, su historia, era poner la comunicación en otro lugar, o sea, este era el objetivo con el cual se planteaba la comunicación como un derecho humano en el marco del MERCOSUR y por eso nosotros desde de Argentina y los países que también lo planteaban claramente, Venezuela, Bolivia, los mismos uruguayos, sostenían mucho ese tema, el tema de la comunicación popular y las comunicaciones como un derecho que se consideraban y que tenían que aparecer, era presiones de los sectores de comunicación popular, nacionales y populares, y debía redefinirse el tema de que la comunicación sea mirada como un negocio y que empezara la comunicación realmente a unir a los pueblos, pero también a mostrar todo este tipo de cosas que hacían referencia ante sus necesidades, su logro, su lucha, con lo cual implicaba otro modelo de comunicacional y otros protagonistas en el mundo de la comunicación que salía de los diplomáticos y que además salía de los grandes medios de comunicación. Esto fue la idea... (Sí, lo mío estaba muy bien y la ensalada estaba muy mal... Muy mal la ensalada. Es una broma, estaba todo muy bien. No, no... Estaba todo muy bien, todo muy bien. ¿Vos querés comer algo de postre? ¿Qué tenés? No, no. Nada más. Traéme un café. ¿Vos querés café?)

Mônica: No. Sí. (Un café).

Carlos Borgna: (Para mí un cortado. Porque yo no quiero...)

Mônica: (Dos cortados.)

Carlos Borgna: Bueno, evidentemente, ese otro modelo comunicacional planteaba, planteaba a empezar a definir otros temas con lo cual aparecían otros protagonistas. En los lineamientos de políticas de comunicación cuando se planteaba las herramientas, se planteaba alguna cosa, esto se hace evidente. Esto es evidente, donde emerge, no solamente el enunciado de que el derecho humano, sino emerge cuando se habla de las herramientas, cuando se habla de determinados tipos de aspectos que tener en cuenta y la política de comunicación tiene que involucrar tal y tal y tales temas, ahí donde emerge una nueva concepción de la realidad de la comunicación, ¿no? Ahí está.

Mônica: Carlos, la institución MERCOSUR reconoce fallas en el sistema de información en el MERCOSUR, públicos internos, relación con la información general público que busca [Inaudible]. ¿Qué cambiar y cómo cambiar ese proceso? ¿Cómo la RECS puede contribuir en ese proceso?

Carlos Borgna: Bueno, a partir de los lineamientos, había que crear la unidad, la unidad técnica. El proceso se detiene así porque evidentemente se empieza a discutir de quien es que va a depender la unidad técnica y empiezan a jugar cuestiones políticas. La mayoría de los países estamos con auto representantes: Brasil, Argentina, Venezuela, Bolivia, Paraguay no.

Mônica: ¿Por qué no?

Carlos Borgna: Porque evidentemente Rosinha no era de su impronta ideológica y no le garantizaban y ellos tenía mucho miedo que una unidad técnica que de última dependiera de Rosinha se tiñera de temáticas, de visiones del proceso de integración que ellos no comparten, y además que lo han dejado en evidencia de que no comparten las ideas, los posicionamientos y a postura de Rosinha, mientras yo fui y dije en una reunión; lo saben de Rosinha y no estamos de acuerdo, si nomás que Rosinha y sus compañeros, casi se cae el techo, ¿entendés? Pero lo concreto, lo concreto era que ahí estaba dando vuelta al tema de la unidad técnica y a mí me parece, me parece que ahí, un poco, donde el proceso no se puede profundizar. Sí, pero adónde iba tu pregunta, repetíme porque me perdí...

Mônica: Sí. ¿Cómo que la RECS, pensando en el MERCOSUR como un sistema del marco institucional concreto, ¿qué puede cambiar y cómo cambiar ese proceso?

Carlos Borgna: Bueno, la unidad técnica iba a tener y está todavía en proceso de debate, una serie de cargos, no tantos, porque tampoco se pensaron en una macro estructura, pero sí un sistema que permitía que los países podían acordar los contenidos y tener un equipo de gente con decisión para temas puntuales, rápidos y equipo de gente capacitada, no solamente capacitada, sino profesionales. No capacitada. Para poder implementar todo eso. Se han producido muchas cosas, muy diferentes, por ejemplo, que se tuviera una policita para explicar a la gente para que sirve el MERCOSUR, que no se sabe, este es el primer gran tema, o sea...

Mônica: Qué es la ciudadanía MERCOSUR.

Carlos Borgna: ¿Cómo?

Mônica: Qué es la ciudadanía MERCOSUR.

Carlos Borgna: Claro.

Mônica: Sí.

Carlos Borgna: Qué es el MERCOSUR, para qué sirve y lo qué de concreto ha hecho. En Argentina tenemos una frase que dice: “Nadie puede defender o que no conoce”, entonces, la gente no puede tomar el MERCOSUR para sí y defenderlo si no sabe lo que ha ayudado en su vida cotidiana o lo ayuda, por ejemplo, en Argentina, en Argentina los primeros años que yo ingresé en la cancillería, un día voy por esta provincia, la provincia Santa Fe, al norte, y voy con el auto de un familiar, a otra provincia y vi un cartel grande en una escuela rural, una escuela que estaba al lado de la ruta, ámbito rural y; en el cartel que estaba abajo decía: Esta escuela se construyó con fondos del gobierno provincial y del FOCEM y en vigor, de verdad...

Mônica: ¿Qué es FOCEM?

Carlos Borgna: El FOCEM, que era el organismo, era la estructura que otorgaba el dinero para la realización de diferentes obras, no solamente de infraestructura, sino también de otros tipos, pero básicamente de infraestructura, de servicios, en los países, y la provincia de Santa Fe había logrado eso, estaba arreglando, refaccionando, escuela rural, en lugar más pobre, la provincia, completa el MERCOSUR, ese no se enteró nadie. También porque ahí, a veces hay pertigales, o sea, por ahí si el gobernador de la provincia consiguió eso, pero el gobierno central no es del mismo partido, entonces, tener que reconocer que le dieron eso por alguien por el cual se está criticando, pero una la misma integración regional, ese gobierno central le facilitó que él tuviera ese dinero, le generaba en contra él, se lo ponen en el cartel, pero no lo informan; entonces, una política de comunicación hubiese servido para visibilizar todas estas cosas para que el ciudadano concreto sepa. El chico metido 300, 400 kilómetros adentro, tierra adentro, como decimos, de una ruta, de una gran ciudad, podía llegar a servir que esta escuela, que la han refaccionado, los techos, lo han pintado, la han hecho toda nueva, era por MERCOSUR. Por estas cosas en sí, como se hicieron grupos habitacionales en la ciudad de Asunción, los cuales nadie se enteró, hicieron bastante cosas, entonces, evidentemente, estuviese cambiado la relación, la puerta de funcionamiento de política de comunicación cambia la relación entre el ciudadano común y el marco regional, esto es dar un giro de 360 grados a la relación, a la construcción de la ciudadanía, construcción de la democracia porque la gente hubiera empezado a entender para que sirven los procesos de integración y como pueden modificar no las grandes cosas que sino sus vidas concretas, sus vidas cotidianas. Eso, porque lo interesante de eso, lo interesante y lo grave es que no es que tenemos que hablar de cosas que se planificaron en hacer o no se quisieron hacer, sino que cosas se hicieron, que sirvieron, que o hubo ningún problema en la rendición de cuentas, que estuvo todo bien, pero la gente no se enteró de que esta plata venía del MERCOSUR, lo cual es un disparate, como decimos en Argentina, es una locura, bueno, esas cosas han pasado y después ahí en el ámbito educativo, la cuestión jubilatoria están en los países del MERCOSUR y te sirven los años de aporte jubilatorio que tiene un país y que puede servir para otro, por ejemplo, eso es una cosa muy importante y nadie lo saben, o que trataron de hacer con respecto a los títulos de las universidades, un montón de cosas, muchas más de lo que uno imagina y que uno las cosas porque estuvo adentro, pero si no estas cosas habrían pasado de largo; los medios de comunicación no facilitaron esto, se quedaron en la anécdota de la patente del MERCOSUR y cosas que tienen un impacto directo, la gente no la depositaron porque

tenía que mostrar, eso demostraba que un proceso de integración, esa característica servía y lo que había que mostrar era el proceso de integración que no lo mostraron todavía.

Mônica: Carlos, pensando, retornando para la cuestión de derechos humanos, piensa en la directriz a una comunicación institucional, pero, ¿hay una comunicación volcada para lo social?

Carlos Borgna: Sí.

Mônica: ¿Hay una posibilidad de una ley de acceso a la información del MERCOSUR? La RECS allí desde 1998, ¿cierto? ¿Por qué solo en 2014 aprobó la primera guía para la política de la comunicación? Son dos cuestiones.

Carlos Borgna: A ver, a ver si te entiendo... ¿Por qué lo aprobó en 2014?

Mônica: ¿Por qué? Disculpa... ¿Por qué solo en 2014 que se aprobó una primera directriz, desde 1998 hay RECS, por qué solo ahora se construyó esa...? Y pensando en la comunicación de derechos humanos, una de las cuestiones de derechos humanos es el acceso a información, ¿Sí?

Carlos Borgna: Sí.

Mônica: ¿Hay alguna posibilidad en pensar en acceso a información en MERCOSUR, solo interno de los países?

Carlos Borgna: Hay un dato. Es un tema estrictamente político. No es un tema que merezca demasiado análisis técnico. No es un tema donde vos vas a decir, sí, está bien, tenemos que discutir las formas de hacer y cómo hacer y todo más, pero en el fondo una decisión política de decir, avancemos que una ley de acceso a la información... Yo creo que Argentina, no veo ningún problema y en otros países tampoco veo algún problema, lo que pasa es que, digamos, cuáles con los alcances, qué habilita esto, porque a mí me parece que no todos los países están dispuestos así, nomás, a esto de la información, de esta característica. Cuando vos tenés gobiernos que, digamos, invisibilizan determinados temas de resoluciones y todos los demás, es ser un facilitador al acceso a la información, aquella información que produzcan los estados se ha pública, volvemos a lo mismo, vuelve a generar otro nivel de relación, no solamente de los ciudadanos, sino de las organizaciones porque pone a la comunidad en otro plano con respecto a lo que esos gobiernos a las decisiones en contra los gobiernos. Bueno, esto no te garanten políticos. Si yo creo que puede hacer, claro que se puede hacer con países que entiendan la comunicación como un derecho humano, este... La pregunta que vos me hacés no es solamente derechos humanos, es que esa concepción habilita a discutir un montón de otras cuestiones como el tema de acceso a la información, como el tema del acceso a los medios, como acceso a un montón de cosas que tiene que haber países que tengan una misma concepción, no solamente en el proceso de integración regional, sino de un montón de cuestiones que están dentro de los propios países para compatibilizar y para poder haber estrategias conjunta porque acá adentro el problema que hay y ojo con esto, es que al no avanzar, al no trabajarse con respecto a la legislación comparada, el MERCOSUR puede definir un montón de cuestiones, pero el problema es que hay que adaptar primero a las legislaciones nacionales que significan en algunos casos reformar la constitución, entonces, ¿se entiende lo que estoy diciendo?

Mônica: El carácter... Intergubernamentales versus las cuestiones como, por ejemplo, la Unión Europea donde es un proceso de soberanía mayor y entre los países del MERSOSUR no es soberanía...

Carlos Borgna: Claro. No hay. Entonces esto, digamos, inclusive el tema de Argentina, el tema de PARLASUR generó, el tema que se tiene que dictar como especiales porque no se generó los legisladores supranacionales. Entonces, ¿qué quiero decir con esto? Es una decisión política, pero no es una cuestión solamente con respecto al MERCOSUR, sino para dentro porque hay que modificar constituciones, leyes y una serie de temas. Vos me preguntaste y yo te iba a poner un ejemplo... Además de esto, ¿cuál era el otro?

Mônica: Voy a brindar otra cuestión que ya está relacionada...

Carlos Borgna: Sí.

Mônica: ¿Lo que impide que las cuestiones para los medios de comunicación del MERCOSUR sean públicas e incluso durante las negociaciones? Los temas en discusión son reservados, ¿por qué?

Carlos Borgna: ¿Por qué son reservados? No hay una sola razón. Primero porque... Que una cuestión atendible. Un negociador, un representante de un país va con una agenda. Se supone que esta agenda que esta consensuada entre todos los países, implica que cada país vaya con una postura determinada, ¿correcto? Muy bien, cuando se llega al marco de la negociación no es que todo es tan sencillo y él que tiene el mejor argumento gana, las cuestiones no son solamente así, entonces por ahí aparecen temas para lo cual el negociador no está habilitado para aprobarlo. Entonces, hay que poner un documento con carácter de reservado hasta tanto este negociador puede, puede, puede en su país discutir a fondo el tema. Después hay cuestiones que están, que también juegan y que hacen que algunas cosas se demoren o en carácter reservado. A ver, cuando hay problemas entre dos países, a veces, no se habilitan todos, que generalmente algunas cosas se ponen más ríspidas y entonces muchas veces se avanza en dos cositas y en otras no se pueden hacer, entonces se le ponen documentos reservados. Y ahí está... A veces porque hay diferencias muy importantes que a lo mejor se requieren mayor información, no es solamente un tema de decisión política, sino que, mira, me parece que este tema hay que consultar y tejer el marco de la reunión, no es que vos tenés solamente que buscar... Al grupo de apoyo institucional... Decir, bueno, a ver, muchacho, acaso es una cuestión de carácter legal, no de carácter político, o entonces, se puede o no se puede y eso... Esto antecede o no antecede... Entonces, antecede lo que vos puedas resolver, entonces esto implica hasta que vos hagas la consulta orgánica al grupo y a veces él se entera entre ellos para no perder tiempo, el apoyo, y a veces por ahí, decir avancen porque con el tema también hubo cuestiones que por ahí estaban redactadas de determinadas maneras que hacer con que estuvieran en consulta permanente con el grupo y ellos estaban permanente en la RECS y avanzaban lo que había sido visto en la RECS anterior, ¿se entiende? Lo puede permitir que nosotros ya llegáramos sabiendo que el grupo no estaba habilitando a discutir las cosas por determinado carril porque era de carácter, que estaba bien. Yo hasta me quedé de contarte una anécdota sobre el otro tema que me preguntaste y que ahora no me acuerdo.

Mônica: ¿Lo anterior? ¿La pregunta anterior?

Carlos Borgna: Sí.

Mônica: La pregunta anterior es ¿por qué razón demoró para aprobación, para la creación y elaboración de una directriz para políticas de comunicación...?

Carlos Borgna: Sí, a ver, primero yo creo que, durante un montón de tiempo los países, la mayoría de los países estaban gobernados por, estaban afrente gobiernos de carácter neoliberal, el perfil que los gobiernos debían al tema neoliberal, al gobierno MERCOSUR neoliberal, fue la preminencia de cuestiones económicas comerciales y productivas, se ve que por un ejemplo tenía que ver con la RECS, cuando yo llego a la RECS había una funcionaria de la cancillería, una persona la cual no tengo nada que decir, en términos, pero la RECS en ese momento estaba discutiendo si venía el ingreso Venezuela, entonces la RECS estaba discutiendo en función la logo MERCOSUR, aquella logo que tenía 4 estrellitas y eso fue un concurso que organizó la RECS, entonces la RECS estaba discutiendo donde se ponía la otra estrellita. Eso es un MERCOSUR neoliberal, un MERCOSUR que discutiera cuestiones de forma... De todas maneras el tema de la presencia de Argentina y después le rompe Brasil, en un determinado momento se hizo un encuentro de periodistas allá por el año de 2007, me parece, hubo algunas iniciativas de la RECS en el camino de meter la comunicación en la agenda MERCOSUR, lo que nunca se planteó así de una manera sostenida era el tema de generar una política, pero el tema se veía, ya estaba, lo que pasa es que como se venía esa no comunicación, no se veía, no era comunicado como un tema estratégico porque claro, los acuerdos comerciales muchas veces no se publicitan, se realizan, pero no se publicitan, entonces que se tomaba como una comunicación como una cuestión de prensa y con la comunicación de la norma de la página del MERCOSUR de la que sacaron de la secretaría que ya estaban y evidentemente había un montón de gente de varios países que veían que esto no bastaba. Tuvo que ocurrir el detonante que yo te conté para que se empezara a discutir eso era lo en serio de la cuestión. Lo concreto yo creo que fue parte del mismo proceso de integración, el tema de asumir que la comunicación no era un negocio, asumir que la comunicación era una cosa más allá de la oficina de prensa, asumir todo eso fue un proceso...

Mônica: Es una herramienta...

Carlos Borgna: Claro. Es una herramienta, o sea, asumir todo eso, que cuando hablamos de comunicación no solamente hablamos de lo público, que te cuento, te cuento, una perla sobre este tema... Yo voy a la RECS y quiero participar y me mandan a decir que era solamente para medios oficiales, entonces yo por una norma legal, era la creación de la RECS y alguien, cuando arma la norma de la RECS deja especificado no la parte absolutiza, sino lo considerando que en la RECS deberían estar los medios oficiales y otros medios de comunicación con y cual sufrí con el papelito que dije, yo soy los otros medios, ¿entendés? Porque antes estaba toda una, se privilegiaba toda una comunicación que tenía que ver con los medios estatales y la comunicación solamente tiene que ver con el MERCOSUR y con los temas estatales. Eso no se... De que hacían aportes muy valiosos, no solamente los seminarios que se hicieron, sino que, por ejemplo, el gobierno argentino hizo aporte muy importante para la creación de la agencia paraguaya de noticias porque, cuando yo digo que el desarrollo, es desigual y combinado, es muy claro, vos fijáte que, nosotros en Argentina, la agencia tiene como que 50 años y en Paraguay tiene 5, ¿entendés? Entonces, vos tenés que..., entonces, incluir un grupo de gente en la agencia..., en Argentina, a formalmente para armar una primera agencia de noticias, se armó el primer canal público... Y vos me decís cuanto avanzó Brasil en eso, cuanto avanzó Argentina en eso, ¿me entendés? Los otros países no tanto porque son países más nuevos, pero aún en medio de dictadura y todo el problema, se privatizaron canal, se le dio mucha importancia a lo privado, pero de verdad, medios estatales observaron y otros no había, entonces en el proceso y yo lo que quiero ejemplificar con esto, o sea, es decir, ¿cómo ponemos en

práctica la comunicación de derecho humano?, y vos tenés un país que no tiene agencias estatales, no tiene medios del estado, entonces nosotros sabemos que un gobierno que iban a seguir adelante por un equipo de políticas tienen que tener medios estatales que le permitan difundir, le permitan poner temáticas, poner contenidos, eso también tienen que ver con los derechos humanos. Eso es semejante a mi pasaje porque por más que Argentina y Brasil tienen muchas cosas distintas hay unas cuestiones de matriz, a ver, como nosotros decimos, es imposible que Brasil tenga más desarrollo en universidades que en Argentina, eso estamos hablando en calidad educativa, estamos hablando del mayor desarrollo, sí, es cierto, como tal, pero, la concepción de la existencia de una universidad pública es común, es común. La necesidad de tener medios estatales de Argentina y de Brasil, ha sido común. Eso es un país que se creó y no se armaron medios estatales porque todo el negocio es entre el privado y punto. No me interesa, excepto algunas cuestiones puntuales, por ahí, alguna radio, que de verdad estaban todas gerenciadas por un sentido privatista, nomás, en Paraguay. A ver, Uruguay no tiene todavía agencia de noticias hoy día no tiene agencia de noticias. El canal público, el canal de agencia de Montevideo no tiene una TV pública para todo Uruguay, entonces, o sea, lo que hay que entender que el proceso es de enorme complejidad, no se trata tan solo de votar..., no se pone en contexto, vos vas a llegar, no vos, sino cualquier persona que analice el proceso, le va a pedir el proceso que, una cosa que el proceso le puede dar. Era lo que te iba a decir, a vos te gustar hacer el ejercicio físico, sí, vos me decís, sí, es bueno, yo te digo, es bueno que vos corras 20 cuadras y vos me decís, yo corro 5. Y yo, no aquí está escrito que se puede correr 20, corrí 20, pero me decís, es que para mí no me da para correr 20... Bueno, esto es lo mismo, es decir, nosotros sabemos que se puede correr 20, pero el proceso da para correr 5, 2, 3, 4 y después hay que ponerse de acuerdo con qué tipo de carrera, si es con obstáculos, sin obstáculo, si corre los hombres, si corren las mujeres, si corren todas las instituciones, quienes son los jueces y cuáles son los criterios, la largada donde se termina, donde se empieza, después fue que se acordó todo eso, entonces el proceso tiene un nivel de complejidad que no es tan sencillo de decir, bueno, es que tenemos esto y automáticamente se facilita, pero no queda habilitada, si se facilita, tiene que ser una política muy fuerte de los presidentes para que eso de facilitar o habilitar, o sea, que haya una acción concreta de esa dirección, ¿se entiende lo que quiero decir? Ahí está.

Mónica: Sí. Carlos, la directiva de número 47 de 2014 recibió propuesta, está en los documentos del acta, Uruguay y Venezuela.

Carlos Borgna: Sí. Sí.

Mónica: ¿Debido a qué otros países no han hecho propuestas en el papel? ¿El tema fue Paraguay y Argentina...?

Carlos Borgna: No, no. El tema fue... Argentina se vino avanzando en la discusión y discutiendo algunas cuestiones generales, pero que debían contenerse, pero cuando llega la RECS en ese proceso, lo que hacen los grupos uruguayos, es que, cuando le toca la RECS a ellos, ellos deciden para poder avanzar esa discusión que se venía trayendo al papel y presentaba como propuesta en la RECS que realizó Montevideo, incluso ahí estuvo un representante de la sociedad civil también y los uruguayos veían a unos integrantes del Ministerio de Comunicación y llegan con una propuesta también. Brasil mandó una persona de la embajada, Paraguay, no me acuerdo y Bolivia no estaba. Entonces, ¿qué se hizo? Ahí se compatibilizó la cuestión, ¿correcto? Y se empezó a avanzar en los procesos de discusión, después lo que se sucedió fue que como había cosas de carácter legal y había

algunas cuestiones que eran de fondo, lo que se decidió es que se la sacaran de la RECS para que la RECS pudiera seguir trabajando y con integrantes de la RECS para integrar... Se armaron un grupo y siguió trabajando y se fue sintetizando todo esto. ¿Entendés? Pero, lo que se venía discutiendo es que algún momento en un aporte concreto de los compañeros, esto se lo dije en una reunión, se lo dije a los paraguayos, mira, acá en determinados momentos Uruguay y Venezuela plantaron y escribieron. A partir de ahí, la base estructural estuvo en este escrito de Uruguay complementado con cosas de Venezuela en ese momento. Hubo dos papeles.

Mônica: Sí. ¿Se puede decir que cada país tiene una participación diferente en este... Papel de la comunicación?

Carlos Borgna: En el rol de la comunicación.

Mônica: Rol de la comunicación del MERCOSUR. ¿Qué cuentos, cuestiones de esa divergencia se pronuncian?

Carlos Borgna: Bueno, a ver, hay varios países que tienen la misma visión claramente Venezuela, Argentina, Uruguay y Bolivia tienen visiones muy parecidas sobre el tema de la comunicación, tuvieron visiones muy parecidas. En cambio, en Paraguay significó un cambio de una visión, todo esto y el gobierno de Brasil fue muy titubeante, en determinados momentos apuntaló, apoyó y en momentos frenó. Apagó eso, te voy a contar una cosa.

Mônica: Sí.

Carlos Borgna: Apagó eso porque...

Entrevistadora: Sí.

Entrevistado: Pero, esta es la verdad de la cuestión, me fue a pedir por favor, me dice... Me fue a pedir por favor... ¿Qué más?

Mônica: ¿En qué país sabes que este tema falta en la vida diaria de los ciudadanos, es más fuerte?

Carlos Borgna: Esperá, ¿en qué país es más fuerte qué? ¿Qué tema?

Mônica: El tema MERCOSUR en la vida diaria de los ciudadanos...

Carlos Borgna: Yo no tengo elementos para decir, es la vida diaria, me parece que, tengo claro de que hay países que el proceso, con procesos distintos, a ver... O uno puede hablar de Argentina, Uruguay y Brasil, donde hay una clara cuestión integradora y que de muchos años con respecto a Venezuela que su proceso de integración miraba al Caribe y que uno se encuentra en la decisión llave en el MERCOSUR y no sabe cómo funciona el MERCOSUR porque eso fue lo que pasó. Entonces, no son equiparables. Ahora, es cierto que ha habido países que intentaron dar a conocer más el MERCOSUR, su importancia. A mí me parece que por ahí Argentina llevó un poco de la delantera. Y el hecho de que el MERCOSUR funciona en Uruguay, yo no sé si... Montevideo...

Mônica: Es Montevideo.

Carlos Borgna: Pero hay en los diarios salían las reuniones, se veían las discusiones, entonces, hay una cotidianidad diferente. Está claro que en algunos lugares o durante mucho tiempo, con algunas las situaciones, parecía que el MERCOSUR no existía, se muestran los datos de la realidad. Yo creo que el MERCOSUR nunca ha llegado a una

cotidianidad en ningún país. Yo creo que era pronostico que todo el mundo y coincidía, estaba más allá de sus posicionamientos políticos, ideológicos. Todo el mundo coincidía que el ciudadano común del MERCOSUR ya en el medio del MERCOSUR no sabía para que servía.

Mônica: Las discusiones señalaron que el auto representante del MERCOSUR general asumiría la decisión de la resolución 47. ¿Por qué el auto representante?

Carlos Borgna: Sí. Lo primero es que eso no eran tan así... Había países que pensaban en eso y países que no. Argentina pensaba que sí. Brasil pensaba que sí. Venezuela pensaba que sí. Bolivia también. (¿querés otro? No. Sí. Traéme otro de éste y la cuenta). Nosotros seguimos. Uruguay y Paraguay no. Paraguay debidamente contrario a la necesidad de una auto representante y Uruguay con dudas, pero que hacía fines 2015, los uruguayos impulsan que el resto, que los demás países estaban con un planteo, estaban buscando los mecanismos, en la última reunión que se hizo, la que se hizo en Paraguay, los uruguayos fueron con un planteo que buscaba destrabar esta situación a favor de lo del auto representante, pero buscándole formas que permitían destrabar la situación. Paraguay tenía claramente dos problemas, lo primero no le cerraba la figura de Rosinha, ¿se entiende?, ¿no? No acordaba mucho con que el perfil político e ideológico de Rosinha conduzca la unidad y lo segundo, sin ninguna duda, tenía, la palabra no es miedo, pero estaban muy, pero muy preocupados e inclusive hubo un esfuerzo de todos los países por encontrar mecanismos que garantizaran que ningún país, por ejemplo, pudiera, ningún país podía pasar ninguna información y otro para que se publicara, por ejemplo, se salía en un periódico de Argentina, una noticia sobre Uruguay y el MERCOSUR, Argentina no podía mandar aquella por lo más que salía por un medio de comunicación de Argentina. Lo que salía sobre Uruguay, lo definía, una persona responsable por Uruguay. Argentina, Brasil, todo así... Se buscaron todos esos mecanismos que se denominó las decisiones punto focal, que eran por donde pasaban los contenidos. Bueno, Paraguay se llevó los planteos a que los contenidos se discutieran en el grupo del mercado común, lo cual es materialmente posible, por dos razones, una que los mercados comunes están para otra cosa y después que define está para otra cosa, después estaba discutiendo periódicamente contenido. Fija pauta, fija contenido, fija materia, fija ejes y después, una cotidianidad; pero el segundo tema es que ocurren hechos que hacen con que vos no puedas esperar que los grupos que se agrupan en el mercado común para fijar una postura. A ver, ocurre un atentado, un hecho de una extrema gravedad que hace que los atentados, más de jefe de estado... Pero, por ejemplo, ocurre algunos hechos que, por ejemplo, importante que el MERCOSUR tome una postura, por ejemplo, una cuestión que pueda tener que ver con el tema cultural, con el tema educativo, como un tema migratorio, con un tema de género, ¿me entendés?, vos no podés esperar que eso lo debata el grupo del mercado común, ¿se entiende? Bueno, los paraguayos tenían eso así, pero los hechos ofrecen ninguna alternativa, entonces se terminaba ahí. No sé porque, porque ellos estaban muy preocupados porque de otros lugares, que de verdad eran de otros países, se opinara sobre Paraguay, aunque nosotros teníamos perfectamente claro que nadie se le iba a ocurrir a ningún argentino, a ningún punto focal argentino, un secretario de estado. Igual a la persona que estuviera afrente de la RECS mandaron una información para que la unidad de comunicación la publique sobre Paraguay porque las reglas estaban claras y que sería un despropósito porque se generaría un problema que se explotaban el medio de comunicación, la política de comunicación del MERCOSUR, fue, imagináte que se presentase una situación, si cada país debía comunicar, informar y generar cuestiones sobre temas ya definidos que eran propios del

país. Ahora, si involucraron a otros países por motivo de consulta, a lo sumo, lo que podría ser es que, sobre tal tema a la unidad de comunicación, el representante de Uruguay y Argentina sobre un tema común comunicaran que estaban de acuerdo con esta información, pero, los paraguayos estaban muy reticentes con esta cuestión. Hasta ahí se llegó. Hasta ahí.

Mônica: Por fin, las relaciones de la RECS, ¿la estructura MERCOSUR, la RECS es subordinada al grupo del mercado común? ¿Ejecutivo?

Carlos Borgna: Sí. Sí.

Mônica: Y las relaciones de la RECS con otros órganos de la estructura, ¿es una relación posible? ¿Es una relación existente o no existente? Pero, justifico mi cuestión. En las actas aparecen otros tipos de posibilidades de posibles relaciones de, por ejemplo, el Parlamento del MERCOSUR, es mencionado el Parlamento y otras opciones... ¿Cómo eso es posible? O, ¿algo aconteció?

Carlos Borgna: Un diagnóstico permite, es claro en esto, es que, funcionando bien o no, hay un montón de áreas del MERCOSUR que trabajan como si fueron estancos separados y formaron parte de un organismo distinto, o sea, funcionan como si, yo no tengo nada que ver, pero lo que pasa es que los dos resultan como MERCOSUR, o trabaja en esta área, por un lado, pero no es que trabajan mal, ¿eh? Trabajan bien, pero trabajan metido en el tema, nosotros comenzamos en el trabajo concreto en zonas de fronteras a cambiar esa lógica, pero es un proceso, y además esas son cosas que dependen de decisiones políticas, entonces, muchas veces, los funcionarios o las organizaciones de la sociedad civil que integraban esto, acostumbrados a trabajar, por ejemplo, con su par de Uruguay, o entonces si no usa el tema tal... Que bien que andan con los uruguayos; esa reunión especializada no tenía ninguna política, ninguna estrategia de interrelación con otras reuniones especializadas que, a ver, que en realidad hay una reunión especializada de cine, que tuvo fondos propios de la Unión Europea y ellos avanzaron y nosotros hicimos esfuerzos para tratar de coordinar, pero, bueno, no se puede decir, pero es así, mucha gente, pero no se puede decir que la Reunión Especializada de Cine no hizo cosas importantes. No. Hizo cosas valiosas. Y la Reunión Especializada de la Agricultura Familiar, Cooperativa... Hay cosas muy buenas, pero todos, la mayor parte de la RECS decidió seguir su propio camino. Me parece que en ese sentido por parte de las condiciones políticas faltó el sentarse para avanzar en eso. Faltó tiempo, faltó tiempo, faltó decisión, pero también faltó tiempo. En algunos casos cuando se empezaba articular por primera vez las cosas, empezaban los cambios políticos en algunos países y esto tocó el tema.

Mônica: Las propuestas y las acciones de la RECS eran encaminadas al GMC. ¿Había un retorno, había una comunicación?

Carlos Borgna: Sí. A ver, el GMC sobre alguna cosa contestó en seguida, por ejemplo, con el tema de asignaba el arreglo del video y todos los demás. Pero, por ejemplo, hubo una cuestión que hasta hoy el GMC, el tema de los brasileños, hubo una propuesta de, un proyecto de políticas no, o de área, o de política de divulgación o de difusión del MERCOSUR; se armó un primer proyecto y el GMC lo tuvo que llamarlo de vuelta, o sea, no es que no hubo nada antes de la política, o sea, es un dato importante, estuvo esto, el problema es que el GMC jamás devolvió los avances, los retuvo y no dijo nada. La verdad es que nosotros estamos, lo que yo noté es que, si bien estaban estas cosas y que no había de parte de muchos países, cuando se empezó con la política de comunicación, el tema de

alentar a que avanzáramos, a que resolviéramos, había decisión política en los países, claro que sí.

Mônica: ¿Hay un grupo de análisis institucional?

Carlos Borgna: Este es el GAIM

Mônica: ¿Con ese la RECS fue mejor...?

Carlos Borgna: Sí, sí, sí. Ese es el grupo, Mônica, que integró la comisión *Ad hoc* que yo te decía que trabajaban interrelacionados porque había cuestiones legales y ya de la redacción de la norma que inevitablemente ya la gente que manejara la cuestión MERCOSUR, la forma de redactar las cosas para no poner un concepto, para arreglar de una manera que después de no se validaban todo lo que se llegara a una discusión de GMC con una cosa toda mal redactada y además porque había algunas cosas que destraban desde del punto habitual la jurisprudencia que había. [Inaudible]. En ese aspecto había una interrelación política de avanzar, entonces el grupo tenía que tratar lo que la RECS había tratado y devolver a la RECS para que la RECS pudiera seguir avanzando con la comunicación, per había una decisión política de avanzar, pero se trabajó bien. De todos los representantes de los países, [Inaudible], más allá de lo que había de diferencia, de la lectura que yo hice, de que había buena voluntad.

Mônica: Para cerrar, tus observaciones, consideraciones finales.

Carlos Borgna: Ya. Yo lo que quería contar era alguna cosa de los países que me parece que para vos es importante saber. A ver, Uruguay, los uruguayos no participaron, yo te conté todo el proceso, terminamos yendo a tocar el timbre en el Ministerio de la Educación. Vos fijáte, después de que Tabaré Vazquez gana segunda vez, porque pasó el proceso de la música, por ejemplo y eso lo tiene que saber. Los uruguayos te decían que sí, sí, sí y te aprobaban todo, pero tenía una cuestión, Tavares hizo un corte en los pasajes, ¿correcto? Y vos tenía que pedir 1 mes antes y ya los propios secretarios, los ministros no los autorizaban a viajar, con lo cual, esto era otra pérdida de tiempo, ¿por qué? Porque vos tenía que dejar correr los 30 días que tenía cada país para refrendar el acta o no decir nada, que queda aprobada y que hagan las correcciones. Entonces, el proceso de los uruguayos se hizo de la nada a involucrase hasta que se llegaron al punto que fue base, después hubo... Hacéme acordar de que hubo la parte de la capacitación, de todo el tema de capacitación de la norma. Eso Brasil tuvo la característica de que las idas y vueltas... Y que en algunos momentos ellos avanzaron después, se planteó el tema, después, obviamente había mucha dificultad para cada cosa, cada cosa que, o sea, el tema de la discusión de la participación de la sociedad civil terminó siendo traumático, terminó siendo traumático porque se había establecido un mecanismo de la participación; un tema muy interesante para seguirlo. Sabés que los auto mecanismos que en un momento los propios negociadores de Brasil que se fueron caminando, se desconocía como era y pasó en una reunión que decía, miren esto ya está votado y esto es así, ¿entendés? En el caso paraguay, ellos se miraron, digamos así, ¿por qué? Porque al final hubo toda una discusión en la RECS paraguaya, la última, de ver como se avanzaban o no se avanzaban con la participación de la sociedad civil porque el planteo era, eso está votado y, ¿porque no está el representante de la sociedad civil en la reunión de la RECS? Entonces, cuando en una reunión de Brasil, yo dije, compañeros de Brasil, esto está así, ellos dijeron, no; yo les dije, como que no, ¿vos querés el acta? Explico. Los venezolanos estuvieron todo el tiempo cuando se hablaba de incorporación que iban los órganos y después empezaron a participar... Jugaron bien en Uruguay, fueron a Argentina una vez, trabajaron con el tema cuando fue en su país, pero no terminaba

manteniendo tanto a los representantes de la embajada, pero en líneas generales aún con estas características internacionales, acompañaron el proceso de estos alineamientos y salieron. Obviamente, en los alineamientos hubo discusiones muy interesantes porque, por ejemplo, en determinado momento, o sea, el tema de meter capacitación, la formación, fue un tema que se vio muy fuertemente Argentina, pero ni todos estaban de acuerdo.

Mónica: ¿Por qué no?

Carlos Borgna: (Esto está frío) Yo como persona estuve muy involucrado con la norma y en el momento era, había una voluntad muy importante por parte de Argentina para que esto saliera y el personal... Yo después que dejé la cancillería, no la leí por mucho tiempo y después leía, me senté de nuevo. Y la verdad es que la norma es un paso adelante muy importante porque tiene definiciones de carácter político, ideológico y técnico que son superadoras enormemente en un montón de otras cosas que se han hecho. Y la verdad que... en una norma de avanzada que, a mí me parece que, en términos de lo que significa la comunicación y para quien está la comunicación, ¿no? En el proceso de integración regional, me parece que es una norma de avanzada. Así que, en lo personal, pienso que todos los esfuerzos que hizo la gente de todos los países, no fue un trabajo en vano. Ahora, podemos ver el proceso de integraciones regionales... ¿Está? Sí, pero estamos caminando... Está con dificultades, pero hay una cuestión para cambiar eso tiene que tener la mayoría de los países y hay países que no van a garantizar cambiar un montón de cosas que ya están ahí y eso, si son inteligentes los gobiernos, es una muy buena base para trabajar... Un montón de cosas. Así que bueno, ahí está.

Mónica: Muchas gracias, Carlos!

APÊNDICE “C” – Entrevista 3: Florisvaldo Fier

Entrevista com Alto Representante Geral do MERCOSUL , Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha)

data: 03 de agosto de 2016

local: edifício MERCOSUL, Montevideu - sala do Alto Representante Geral

Duração: 00:39:03

Mônica: Então vamos lá estamos gravando já. Doutor Rosinha é o alto representante-geral do MERCOSUL. Hoje que é dia 3 de agosto de 2016, às 15:00, no edifício MERCOSUL, em Montevideu. Doutor Rosinha, primeiro eu gostaria que o senhor me contasse um pouco da sua trajetória, da sua relação com o MERCOSUL até o momento em que o senhor assumiu o posto de alto representante-geral.

Dr. Rosinha: Em 2003 eu entrei na Comissão de Representação, Comissão do MERCOSUL no Congresso Nacional. Comissão parlamentar conjunta, né, que se chamava na época. Entrei nessa comissão, e fui eleito presidente dela por dois anos, 2003-2004. Aí, 2005-2006 eu me tornei secretário desta comissão. E nesse período foi que nós começamos a debater a Constituição de um Parlamento no MERCOSUL. Quando eu estava Presidente, deu-se início esse debate e no plano de trabalho 2004-2006 do MERCOSUL, e naquele plano de trabalho tinha um dos objetivos institucionais era a criação do Parlamento do MERCOSUL. O CMC, numa decisão quando o Brasil estava na presidência *Pro Tempore*, a decisão final da presidência *Pro Tempore* do Brasil indicou que o protocolo de Constituição do Parlamento do MERCOSUL seria negociado entre parlamentares. E, como eu eu estava na presidência da comissão parlamentar conjunta do MERCOSUL, fui designado para ser um representante do Brasil nesse acordo do protocolo. Quando eu deixei a presidência, assumiu o senador Sérgio Zambiasi e ele entendeu, por bem, me manter na negociação. E esse protocolo foi assinado na presidência dele e eu fui o negociador. De origem venho da comissão parlamentar conjunta do MERCOSUL, militei nela nos últimos 12 anos em que fiquei no Congresso Nacional, e quando em 2014, janeiro de 2015, terminei meu mandato de parlamentar e este cargo de alto representante estava vago, e eu fui convidado a assumir pelo governo brasileiro, na época, através do ministro Mauro Vieira, ministro de relações exteriores, e do ministro Marco Aurélio Garcia. Por decisão dos dois, por sugestão dos dois e decisão da presidenta Dilma eu fui designado.

Mônica: E qual é o seu interesse, de fato pelo MERCOSUL? O que o atrai pelo tema MERCOSUL?

Dr. Rosinha: A questão, talvez, até venha das origens. Eu nasci no Paraná e, fui criado no Paraná e fui parlamentar pelo Estado do Paraná. O Paraná faz fronteira com dois países, os problemas de fronteiras estão sempre presentes na vida de qualquer parlamentar que se diz conseqüente - porque tem muito parlamentar que o objetivo dele é monotemático, em geral econômico ou religioso, e não a defesa dos direitos do povo, do direito do povo, da constituição da cidadania. Então, ao menos que seja monotemático, todos os temas de fronteira chegam ao parlamentar. Esse tema chegou para mim e me despertou o interesse em fazer o debate pelas fronteiras do MERCOSUL. E chegou até mim antes, quando eu era

deputado estadual. Mas como deputado estadual eu não tinha como atuar no MERCOSUL. Todos os temas, pela nossa constituição, todos os temas de relações internacionais são debatidos pela União, e não é feito pelos governos, seja federado ou município. Quando eu chego a Brasília, certo que no primeiro eu não chego a comissão parlamentar conjunta, eu era de primeiro mandato e tinha que fazer as disputas dentro do partido e dentro do congresso. Mas no segundo mandato, assim que eu pude, eu já assumi. Então vem da exigência de fazer um mandato comprometido com as necessidades populares e não com temas, vamos dizer assim, monotemático e de interesse de minoria.

Mônica: Dr. Rosinha, o senhor como o Alto Representante entende que, inclusive os documentos, alguns documentos do MERCOSUL, eles apontam para a necessidade de um fortalecimento da comunicação. Não só da comunicação institucional, mas da comunicação que garanta o direito humano da comunicação ao cidadão. Como ... qual o pensamento do Sr. relacionado à importância da comunicação pro MERCOSUL, para uma instituição que pensa no processo de comunicação para o fortalecimento da integração regional?

Dr. Rosinha: Eu tenho que primeiro no MERCOSUL fazer a comunicação institucional. São centenas de acordos, muitos deles de extrema importância, e a instituição não faz a comunicação. E o cidadão não conhece os direitos dele. Direitos simples. Direito de trabalhar no outro país do MERCOSUL, já tem acordo que garante isso. Direito ao trabalho, direito à Previdência Social, está garantido, o tempo de serviço é contado, para ele trabalhar. À escola, à educação, à saúde, hoje inúmeros acordos garantem esses direitos. No entanto, não é só o povo, mesmo autoridades não sabem, mesmo gente de alto escalão do próprio governo federal não tem conhecimento do direito que ele tem adquirido já dentro do MERCOSUL. A comunicação institucional é extremamente importante. Institucional, no sentido interno da própria instituição, para que seus quadros e sua burocracia interna conheçam. Mas institucional no sentido oficial, externamente, para a população em geral. E o MERCOSUL não tem cumprido esse papel.

Mônica: Por que não tem cumprido?

Dr. Rosinha: Eu acho que, bom, tudo na vida depende de vontade política. É lógico que a vontade política tem barreiras. Nem toda vontade política é executada. Mas eu acho que falta alguma vontade política. Eu vou dar um exemplo bastante claro. Eu como deputado procurei não um, mas mais do que um presidente da câmara dos deputados, procurei também o presidente do senado e propus que na página website, que na página web oficial tanto da câmara quanto do senado tivesse uma parte MERCOSUL onde fizesse toda exposição dos direitos. Propus que a tv Senado, a tv Câmara, e rádio tivessem um momento toda semana para falar do MERCOSUL. Quer dizer, aí não consegui isso dos presidentes, nem da câmara, nem do senado. O que demonstra a falta de vontade política até porque são órgãos que cumprem o papel por ordem presidencial. Se o presidente diz que vai existir, vai existir. Quer dizer, então até o próprio instrumento, meio de comunicação oficial de um dos poderes, no caso o legislativo que era aquele que eu tinha maior acesso nunca teve interesse em fazer isso. Nem na rádio, nem na Câmara, nem no site.

Mônica: E esse é um problema que acontece só no Brasil?

Dr. Rosinha: Não. Eu creio que é um problema que está presente em todos os países. Mas há países do MERCOSUL que se dedicam mais ao MERCOSUL. Eu não conheço qual se dedica mais ou menos, mas por exemplo aqui no Uruguai o tema MERCOSUL é mais presente nos meios de comunicação do que no Brasil, como um todo.

Mônica: A Diretriz para a Política Comunicacional do MERCOSUL, que foi aprovada em dezembro de 2014, ela tem um trecho que diz, no preâmbulo dela, que a comunicação e o acesso à informação devem ser tratados como um direito humano. Como colocar isso em prática? Institucionalmente e como comunicação pública no MERCOSUL?

Dr. Rosinha: Eu acho que, primeiro, os meios de comunicações oficiais do poder, sejam legislativo, executivo e judiciário teriam que se debruçar e dedicar alguns minutos diários ou até uma hora semanal para se dedicar a este tema. Segundo, o setor privado é concessionário. Eles não... Eu acho que hoje se concede ao setor privado a exploração da comunicação sem exigir contrapartida mais consequente ou mais... Exige uma contrapartida, mas é muito pouco, muito limitada. E eu acho que a contrapartida... teria que exigir isso. Tanto que, apensar de tantas as fontes de informação, não há interesse. Vamos dizer assim. Quando eu falo do setor privado - agora eu falo especificamente do setor privado - faz sua comunicação movida em interesses políticos, econômicos, financeiros e comerciais. Não tem uma rádio nem tevê que tem dono, que não tenha esse interesse. Então, se você não der a regra clara de qual é a publicidade que vai fazer em nome do Estado que vai fazer a concessão, eles nunca vão fazer. Até porque muitas vezes eles vão entender que estão ferindo interesses políticos, econômicos, financeiros e comerciais deles. E falta regra muito clara para conceder o serviço.

Mônica: Então, como o Sr. falou anteriormente, é reconhecido que há falhas no processo informacional, comunicacional, tanto com o público interno da instituição - as instâncias do MERCOSUL - quanto com o público externo, que são as pessoas que solicitam informações, enfim. Sendo o MERCOSUL uma estrutura complexa, o que pode mudar e como pode mudar isso?

Dr. Rosinha: O MERCOSUL é mais difícil porque é um bloco intergovernamental. Então você tem que construir o consenso entre governos. E quando envolve o setor privado, então você tem que construir consenso com o setor privado também. Então, primeiro entre todos público, e depois entre o público e o privado, em cada um dos países, há muita dificuldade em se fazer isso, é um desafio enorme. Quando eu vou discutir a comunicação e, vou discutir entre os órgãos públicos ou estatais, eu vejo que é mais fácil, apesar de construir consensos. Mas não vejo que é impossível não. Vejo que tem que se dedicar, e muito, para obter isso.

Mônica: A questão da intergovernamentalidade é algo que não muda?

Dr. Rosinha: Não. No MERCOSUL não vai mudar. E acho que há exemplos de acertos e de erros da intergovernabilidade. Por exemplo, acertos: o que aconteceu na União Europeia com a Grécia no MERCOSUL não vai ocorrer. Quando um povo decide um rumo para a economia, faz um plebiscito, e decide aquilo. A União Europeia impôs o seu modelo de supranacionalidade do bloco. No MERCOSUL não tem isso: se um país decide um destino próprio, aquele destino próprio vai ser respeitado pelos outros. Só para dar um exemplo positivo da intergovernabilidade.

Mônica: Com relação ao acesso à informação. No Brasil foi instituída uma Lei de Acesso à Informação como forma de... e todos os países do bloco tem suas próprias leis de acesso à informação. Existe a possibilidade, pensando na garantia dos direitos do cidadão MERCOSUL, a possibilidade de uma Lei de Acesso à Informação do MERCOSUL? Algo que garanta espaço pro cidadão ter direito de resposta às questões que ele procura ou que ele tenha espaço para trocar informações sobre o MERCOSUL?

Dr. Rosinha: A intergovernamentalidade faz com que o poder soberano dos Estados seja mais resistente. Na supranacionalidade você tem que compartilhar soberania. Então na intergovernabilidade, eu acho que, pela própria assimetria em cada um dos países - assimetria em todos sentidos: político, econômico... em todos os sentidos - é muito difícil você construir essa... eu chamo de convergência, alguns chamam de harmonização, cada um dá um nome. Eu inacho muito difícil construir as convergências legais, que alguns chamam de harmonização da lei, uniformização das leis. Até porque alguns países... na integração todo país tem que abrir mão de um pouco da sua soberania, mas alguns têm mais dificuldades que outros em abrir mão dessa soberania. E na comunicação e na informação alguns podem entender como segurança de Estado essa questão. Eu não vou abrir a informação porque é segurança de Estado, depende da compreensão de cada país e de cada um dos governantes daquele momento. Então, eu acho muito difícil de atingirmos esse patamar de ter alguma harmonização no sentido de ter lei de transparência e de informação.

Mônica: Na Diretriz tem um mecanismo, que eu identifiquei...Tem duas questões da Diretriz: uma é que ela tem muitos elementos que caminham para um discurso de diplomacia pública; a outra, é um mecanismo específico que mostra que, de fato, a diplomacia tradicional está presente, como por exemplo, esse mecanismo diz que os acordos em negociação ou as negociações que ainda não estiverem concluídas não serão divulgadas, os documentos não serão abertos, ficam em reservado. Essa é uma questão que vale para toda a estrutura do MERCOSUL. Nesse sentido, desse mecanismo específico, meu entendimento é que isso se contrapõe com o que a própria Diretriz apresenta, de abertura, de dar direito, de dar acesso. Eu tenho muita referência do Relatório MacBride, por exemplo, não sei se o Sr. conhece esse relatório sobre a comunicação social, ele fala que quando se trata de um contexto de integração, a comunicação ela deve dar acesso em especial para que todos conheçam os posicionamentos de todos os países que integram, durante o processo. Para que você possa se sentir integrante disso. Isso faz parte inclusive das definições do que é diplomacia pública, que é a participação, dar o entendimento a todos. Claro que as questões de segurança nacional, as questões mais complexas, elas ficam, de fato, em reservado mesmo, independente de acordo finalizado. Nesse sentido o que impede que as propostas em discussão, no caso as propostas em discussão sobre a comunicação social do MERCOSUL sejam públicas, mesmo durante as negociações?

Dr. Rosinha: Acho que tem muitos documentos no MERCOSUL que são ainda privados, não são públicos, e eu não consigo entender. Eu acho que, feitas as devidas ressalvas, alguns deles têm que ser mantidos, principalmente num processo de negociação, em segredo. Mas acho que muitos documentos poderiam ser abertos. Acho que caberia aí inclusive um grupo de técnicos ou advogados, sei lá, para analisar tudo que está aí aprovado e tudo que ainda está em segredo, que eu acho que não tem necessidade de tanto segredo. E eu acho que algumas coisas, respondendo sua pergunta, caberia ao Parlamento do MERCOSUL discutir - o Parlamento até agora está muito aquém do que vinha, porque o Parlamento tem acesso a tudo - e fazer um debate aberto com a sociedade, inclusive fazer com que tivesse audiências públicas em qualquer um dos países. Quer dizer, o Parlamento não está cumprindo o papel dele de contribuir. Porque um segredo, em um processo negocial, as vezes é necessário a ressalva. Mas muitas vezes o segredo leva à retirada de direitos, tem esse objetivo. Então o Parlamento poderia cumprir o papel de acompanhar todas as negociações e fazer o debate. Se é segredo, pelo menos o debate dentro do Parlamento deveria ser feito, porque ele quer queira, quer não, o papel dele é

representar indiretamente o povo. Então ele poderia fazer esse debate. Diminuiria um pouco esse déficit democrático da ausência da informação.

Mônica: Sim. Eu entendo que, uma das questões que podem ser é , o fato de que cada país tem um pensamento diferente, e eles não querem se expor. E eles querem uma proteção, principalmente, em relação à mídia. A mídia tem sido bastante cruel em muitas questões.

Dr. Rosinha: Eu acho que a mídia privada hoje, aquilo que eu falei antes, ela só age em função do seu ponto de vista, onde ela vai ganhar política, economicamente, financeiramente, comercialmente. Ela não age mais para fazer a defesa do direito do cidadão e da cidadã. A mídia de maneira geral, a mídia privada. Por isso que tinha que ser mais público e por isso que o Parlamento tinha que fazer um debate, mesmo que reservado, de sistemas.

Mônica: Tem um projeto de Recomendação, acredito, tramitando no Parlamento, para que ele mude o posicionamento dele dentro da própria estrutura dele dentro do bloco. Que é para alterar o Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo Constitutivo do Parlamento, no sentido que ele se torne um órgão decisório, um órgão de poder legislativo de fato.

Dr. Rosinha: Aí tem que ser supranacional. O que o parlamento tem que... é cumprir o artigo 4.12, onde mostra qual... o artigo 4 diz respeito as competências do Parlamento, e o 12 diz respeito como ele deve acompanhar o processo negocial . Mas infelizmente a maioria dos que estão ali, principalmente os brasileiros, não sabem nada, não conhecem.

Mônica: O Sr. acredita então que esse Projeto de Recomendação, nem vai para frente?

Dr. Rosinha: Não vai, não vai porque tem que ser supranacional o parlamento, e ele não é.

Mônica: Pra ter um poder de,... pra ser mais um poder decisório.

Dr. Rosinha: É. É que quem apresentou isso provavelmente não conhece o Protocolo de Ouro Preto, não conhece nem a competência do Parlamento. É muito difícil saber que a pessoa apresentou isso sabendo. E nem o Tratado de Assunção.

Mônica: A Diretriz, ela a decisão 47/2014, ela foi construída com propostas do Uruguai e principalmente da Venezuela. O senhor sabe me dizer por que os outros países não participaram ou não integraram esse contexto?

Dr. Rosinha: É que eu acho que .

Mônica: O Brasil, eu sei pelas próprias atas, vinha fazendo uma discussão, vinham construindo ideias. Muitas idéias acredito que foram aproveitadas nas propostas do Uruguai e da Venezuela. Mas no final, no contexto, as propostas foram dos dois.

Dr. Rosinha: Mas isso funciona assim em todo o setor, não é no MERCOSUL. Começa-se um debate, e às vezes um país ou um setor têm as coisas já mais elaboradas. E ele apresenta, formula a primeira proposta e em cima dela elabora. Eu não vejo assim... que não tem... os países sempre tem... é que as vezes um antecipou e escreveu, o que eles chamam de “*borrador mínimo*”. Já tem um *borrador* pra iniciar. Eu acho que o negocio é ter um documento pra fazer o debate e que você possa formular em cima dele.

Mônica: O tema MERCOSUL, inclusive acadêmicos discutem muito isso, sobre a presença dele no cotidiano do cidadão... E assim nota-se que em alguns países ele é mais forte em outros não. Como é possível - claro que a gente sempre pensa no contexto, como a comunicação como um instrumento - é possível utilizar ou modificar esse cenário fazendo com que o MERCOSUL, se torne de fato mais próximo dos cidadãos? Dá-se essa

impressão que se espera que o cidadão tome a iniciativa e não, vou me interessar pelo MERCOSUL por conta própria”. O que o MERCOSUL pode fazer?

Dr. Rosinha: Primeiro o cidadão não sabe, mas ele, por decisão do MERCOSUL está mexendo na vida dele todo dia. Todo dia, tarifa externa comum na hora que fixa que uma determinada alíquota de importação, como tem essa alíquota pra calçado, roupa, leite e derivados do leite. Quer dizer ele já ‘tá usufruindo do MERCOSUL, seja através de preços ou seja através de empregos. Por se não tiver uma tarifa externa, como no MERCOSUL de importação de calçados, as fabricas de calçados em todos os países já estariam fechadas, porque gerando uma crise social bastante grave de desemprego. O mesmo eu diria nos brinquedos, que é uma tarifa externa de 35% , quer dizer no Brasil no MERCOSUL nos últimos 5 anos, as fabricas de brinquedos só cresceram com geração de empregos , e tem brinquedos de melhor qualidade até. Então eu acho que todo dia o cidadão, ao consumir ou no cotidiano dele tem o MERCOSUL, ele não sabe que têm, mas tem. Seja na hora de ele viajar só com a carteira de identidade, sem visto sem nada, tem o MERCOSUL. Eu acho que novamente o que falta é informação, o comunicado de dizer o tanto que o MERCOSUL existe no cotidiano dele, ele não tem essa idéia, e aí é só através da comunicação da publicidade, da propaganda do que é o MERCOSUL. E isso ‘tá muito longe, os órgãos oficiais não querem fazer.

Mônica: Por que não querem fazer?

Dr. Rosinha: É aquilo que eu disse no começo da conversa: não tem interesse político, não tem conhecimento. Quando eu propus no legislativo um espaço publicitário, não consegui. E não consegui porque não tem, o próprio parlamentar, na maioria não conhece.

Mônica: Existe algum, por exemplo, o senhor sendo o autor da proposta, como se fosse o senhor que tomasse a iniciativa, o senhor representando o Brasil ... existe alguma questão, pelo fato de ter sido uma proposta originada no Brasil e os outros países têm algum certo receio de tudo que vem do Brasil? Justamente pela imponência territorial e econômica...

Dr. Rosinha: Nessa questão, só fiz no legislativo brasileiro.

Mônica: Sim.

Dr. Rosinha: Não, mas eu não vejo isso no MERCOSUL não.

Mônica: Não?

Dr. Rosinha: Não, não vejo. Eu acho que quando a proposta é boa, ela é debatida e é aceita. Eu acho que não vejo como questão do Brasil não.

Mônica: Então... assim, as relações não dependem...

Dr. Rosinha: Não de onde elas partem. Não. Na minha opinião não.

Mônica: Então, o senhor já me respondeu, como o MERCOSUL pode se tornar mais presente no cotidiano do cidadão... As discussões, pelo menos as últimas que a RECS teve sobre a diretriz da política comunicacional, apontam que o Alto Representante Geral assuma a gestão dessa Decisão. Isso ainda não está muito claro, porque os documentos não estão disponíveis. Mas porque o Alto Representante? Por que a discussão pode estar caminhando para esse sentido?

Dr. Rosinha: Bom, aí vem uma questão que tem que ser debatida. O que ocorre hoje no MERCOSUL , que eu acho que impede uma dinâmica maior, então ele anda muito devagar. É porque são raros os locais, os órgãos que tem uma secretaria executiva. Então a

cada seis meses muda a presidência, faz uma rotação completa, não fica memória, não só do papel ou na informática, mas não fica a memória mental do que tá ocorrendo. Eu vejo que colocar, remeter ao Alto Representante tem essa característica de ter um local, onde você pode agregar todas as informações e ter a memória, pra que você possa se tornar mais dinâmico e mais ágil. Por exemplo, a RECS tem uma memória, e é lógico que dependendo do que você for procurar, deixa de existir, então tem que entregar para alguém. A RECAM tem uma memória que trabalha muito bem. Então quando eu observo que tem o secretário executivo, ela vai melhor que quando não tem, é a RECAM, é a REAF, é a RECS. Então eu acho que a experiência deles é a que tá levando a fazer essa proposta, onde tem um órgão que seja coordenador, independente de quem seja o presidente, de qual país esteja na presidência do MERCOSUL. Eu vejo que é por isso daí, pela experiência própria, de querer manter uma dinâmica maior do que a dinâmica de outras instituições ou de outros órgãos dentro do MERCOSUL.

Mônica: O senhor acredita que a diplomacia pública... ela pode ser aplicada no MERCOSUL?

Dr. Rosinha: Eu acho a diplomacia...

Mônica: Pensando na participação social.

Dr. Rosinha: Sim, eu acho que ela tem que ser aplicada no MERCOSUL, para a diplomacia também que some os municípios, as regiões de fronteira. Eu acho que tudo tem que ser aplicado, sem a participação popular, sem a participação da movimentação, caminha muito devagar. Então eu sou favorável, é lógico que a decisão vai tomar. A constituição da Argentina permite a assinatura de acordos paradiplomáticos - é no caso de municípios, a do Brasil não. Mas acho que normalmente você cria um volume de debate, criando um determinado consenso. Sempre a sensibilidade dos negociadores... e ela tem que encontrar no sentido de obter a sensibilidade dos negociadores.

Mônica: O senhor acredita que as chancelarias elas são ... é por ali que os processos são facilitados ou são dificultados? Nesse sentido, diplomacia pública é um discurso que vem deles. O senhor acredita que são eles na verdade que dificultam hoje?

Dr. Rosinha: É difícil definir quem dificulta. Porque eles são meramente negociadores, eles não são os dificultadores. A dificuldade está em outras instâncias do governo ou no setor privado, que leva a demanda. Eu acho assim, na hora que tem um consenso construído, nenhum burocrata vai impedir do consenso, se uma sociedade construir um consenso que é isso ou aquilo ou o governo construir o consenso, o negociador vai aplicar o consenso, que chegou até ele. Agora quando não chega, chega uma questão assim, do tipo: olha nós queremos isso. Vamos supor, um exemplo: o negociador do Brasil, um diplomata brasileiro negociando um tema da saúde, mas o Ministério da Saúde não entrou em acordo com o da Ciência e Tecnologia, e passaria pelos dois. Não tem como ele negociar, então ele tem que segurar, então na hora que os dois constroem o consenso já tem mais porque ele, ou o ministério de Indústria e Comércio com o setor de exportação, é outro exemplo. Então eu acho que eles não travam a negociação, eles seguram quando a ordem não é clara, quando o processo não 'tá claro.

Mônica: Agora só para encerrar, eu não tenho como fugir desse tema, desse assunto, até porque é uma questão conjuntural. O MERCOSUL... ele vive um momento de crise e a minha dissertação 'tá sendo construída nesse período. Não se sabe ao certo se a Venezuela se mantém, se a Venezuela assume a presidência. Como um momento de crise, um

momento de gestão de crise... o que o MERCOSUL tem feito pra tentar solucionar essa questão, no sentido de dar a informação pro cidadão, de forma que ele entenda o que está acontecendo com a instituição, mas que a instituição... ela se mantenha, ela não perca força por causa disso? No processo de gestão de crise você tenta mostrar que você não perdeu força. O que o MERCOSUL tem feito nesse sentido?

Dr. Rosinha: Bom, primeiro é a pior crise em 25 anos. Não teve nenhuma desse porte, e não é nenhuma crise jurídica, é uma crise política.

Mônica: Nem a de 2012 ?

Dr. Rosinha: Não. Essa é a maior crise que tem, até porque 2012 não se gerou um impasse em termos políticos, como agora. Eu acho que ... eu não tenho que fazer uma leitura simplesmente jurídica - são seis meses na presidência por tempo e eu tocar adiante. Nunca nenhum país ficou os seis meses certinhos, passou um pouquinho mais um pouquinho menos, até uno chegou a ficar a Venezuela numa das vezes. Então esse é um tema, no linguajar brasileiro, o bode colocado na sala sem necessidade. A superação dessa crise tem que passar por diálogo, diálogo -na minha opinião- reservado e não um debate público, como estão fazendo. Eu acho que os diplomatas que deviam dar aula de diplomacia, estão errando ao fazer o debate público, e não provado. O caminho que tem que ser feito, é encontrar quem vai presidir o MERCOSUL. A Venezuela diz que 'tá na presidência, o Uruguai não está mais, então está acéfalo. Aí cabe a todos diplomatas, aos chanceleres fazer um debate serio ou até os presidentes. Eu acho que essa crise, se ela for mantida é um prejuízo enorme para o MERCOSUL, em termos de credibilidade internacional. Está em processo de negociação com a União Européia, eu não acredito mantendo dessa maneira, a União Européia vai querer agilizar um acordo comercial, nós vamos ter dificuldade. Então tem que encontrar um caminho, até para dar mais, ganhar mais respeitabilidade nos processos de negociação internacional.

Mônica: O senhor falou - em alguns momentos da sua fala o senhor falou do MERCOSUL, dos acordos eles sempre apontam pras questões econômicas e comerciais, sobretudo, até porque o bloco ele foi criado nesse sentido - Mas, percebe-se até mesmo que a partir do Protocolo de Ouro Preto, quando se começa a construir a estrutura do MERCOSUL , têm muitas instâncias que elas cuidam de outros temas que não têm um enfoque econômico e, não político, não têm o fator econômico e comercial. Elas focam mais pro MERCOSUL social, até o senhor tem usado algumas vezes. E me parece que ainda existe essa discussão, que o MERCOSUL não tem que caminhar pra esse lado social, que ele tem que se fortalecer economicamente, tem que se fortalecer comercialmente. Como é que se equilibra essa discussão?

Dr. Rosinha: Eu acho que se você quer um bloco econômico forte e com integração comercial, você só terá com integração social. E eu tenho que buscar num bloco econômico e comercial uma integração produtiva. A integração produtiva significa ampliar a capacidade da mão de obra especializada, portanto significa, na minha opinião, também a migração de trabalhadores. Se eu quero inovação tecnológica, eu tenho que fazer migração de trabalhadores. Eu não vou conseguir uma integração econômica e comercial pura e simplesmente, sem eu integrar socialmente, num construir uma cidadania do bloco. Eu acho que hoje o MERCOSUL não é mais meramente comercial, não é mais meramente econômico, ele tem muito da cidadania, hoje da cidadania que eu estou lendo aqui, parte das imigrações. A Declaração Sócio Laboral o PEAS (Programa Estratégico de Ação Social), eles estão presentes e só vão fazer fortalecer o MERCOSUL. Não tem como eu

fazer comércio sem fazer cidadania, até porque é o cidadão que vai consumir o comércio. E não há razão de eu não integrar, por exemplo, quando eu olho fronteiras. Há fronteiras que são uma rua... é uma rua que separa. Como é que eu vou fazer uma integração do comércio, se eu não integrar o cidadão, naquela fronteira? Eu só vou fazer integração na fronteira? Não, eu vou fazer do país como um todo, os direitos são os mesmos, de ir e vir. Usar o sistema de saúde, usar o sistema educacional. Inclusive acho que agiliza muito mais, a proposta das fronteiras, eu não preciso ter faculdades concorrentes eu tenho de um lado, eu não preciso ter, serviço de saúde concorrentes, eu vou facilitar. Aí tem que olhar, tem países pequenos, como o, Uruguai, por exemplo, é um país pequeno, com fronteira seca com o Brasil em vários locais, tem uma fronteira que é um rio. Como Jaguarão, em Rio Branco ... Jaguarão. Então eu sou defensor de que tem que ter essa integração, da cidadania.

Mônica: Fronteira é uma questão muito sensível ao MERCOSUL?

Dr. Rosinha: São. São sensíveis. E bastante. E acho que tem que avançar mais nas fronteiras, tem que ter acordos, permitir acordos paradiplomáticos, nas fronteiras. Tanto é que criou o subgrupo 18 para trabalhar fronteiras. Espero que esse subgrupo avance bastante.

Mônica: Tá bom doutor Rosinha, acho que o senhor me atendeu.

Dr. Rosinha: Espero que tenha sido útil.

Mônica: Claro que sim. Sem dúvidas.

APÊNDICE “D” – Entrevista 4: Humberto Licursi

Entrevista com Humberto Napoli Licursi;

Secretario de Relações Institucionais e Comunicação Social do Parlamento do MERCOSUL

Data: 05 de agosto de 2016

Local: Sede Provisória do Parlamento do MERCOSUL, ao lado do edifício MERCOSUL, Montevidéo – UrugaaI.

Horário: 11 e 36 da manhã

Duração: 01:19:43

Mônica: Humberto, primeiro eu quero que você comece contando um pouco da sua experiência e da sua trajetória relacionada ao tema MERCOSUL e chegada até aqui, a Secretaria de Relações Institucionais e Comunicação Social.

Humberto Licursi: Ok, vamos lá. Eu comecei a tratar do tema MERCOSUL em 1999, quando funcionário da Câmara dos Deputados e na Representação Brasileira, junto a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, ou seja, antes de se existir Parlamento do MERCOSUL. E na Representação Brasileira eu fui de 1998 até 2011, quando me aposentei do serviço público brasileiro. Participei tanto da chamada criação do Parlamento do MERCOSUL, ajudando a escrever o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, e depois na instalação propriamente dita do Parlamento do MERCOSUL. Quando na sua primeira sessão plenária, em 2006, que foi uma sessão realizada no Senado Federal, que foi a sessão de instalação, de dezembro de 2006. E depois 2007, maio de 2007, quando teve a primeira sessão plenária do Parlamento, em Montevidéo, até julho de 2011 eu participei de praticamente todas as reuniões plenárias do Parlamento tanto em Montevidéo ou em outros países que nós tivemos sessões plenárias - como funcionário da Representação Brasileira. E passaram três anos aposentado, e tive um convite pra voltar ao Parlamento do MERCOSUL, em Montevideu, como diretor administrativo da Secretaria Administrativa do Parlamento... e em 2015 o Doutor Rosinha, que foi um dos criadores do Parlamento do MERCOSUL, foi convidado a assumir o cargo de Alto Representante do MERCOSUL, e levou como seu chefe de gabinete o secretário de Comunicação Social do Parlamento do MERCOSUL, Rafael. E a delegação brasileira, entendeu que naquele momento, eu poderia assumir e acumular as duas funções de Secretário de Comunicação e de Diretor Administrativo, e que estou até hoje, enquanto o secretário está de licença, está licenciado do Parlamento. E aí começou a minha história na Secretaria de Comunicação, a primeira experiência que é muito válida, que é completamente diferente daquilo que eu sempre fiz dentro da Representação da Câmara, como aqui dentro do Parlamento, quando cheguei em 2014. E eu estou levando a Secretaria de Comunicação de um jeito diferente de vê, porque é uma primeira experiência minha, mas em compensação, um bom conhecimento com relação ao Parlamento do MERCOSUL, e a representação e ao próprio tema MERCOSUL... a experiência de muitos anos discutindo com as pessoas, os amigos, com parlamentares e enfim. E foi assim que eu cheguei na Secretaria de Comunicação do Parlamento.

Mônica: Como é a rotina de trabalho aqui, da comunicação em especial?

Humberto Licursi: A rotina de trabalho da comunicação... a gente tem que colocá-la em alguns... algumas etapas pra chegarmos no que está sendo feito hoje. Primeira etapa é, que quando o Parlamento foi criado, o Protocolo Constitutivo não ofereceu a criação de uma secretaria que, cuida-se da comunicação de um todo... O protocolo foi criado nos moldes de como se funciona o Parlamento uruguaio, que a presidência do parlamento uruguaio tem como seu auxílio direto uma secretaria parlamentar e uma secretaria administrativa, e assim ficou o Parlamento do MERCOSUL. No primeiro ano de funcionamento do parlamento se teve necessidade de criar mais algumas secretárias, nesse caso foram duas secretarias criadas, para dar conhecimento à sociedade de um todo, a sociedade mercosulina num todo, do que era o parlamento do MERCOSUL, como ele funcionava e assim buscamos a criação de uma Secretária de Relações Institucionais, para trazer a sociedade civil, a sociedade de um modo geral, a academia, para o conhecimento do MERCOSUL... e ao mesmo tempo divulgar o Parlamento do MERCOSUL, mundo a fora. E essa secretaria vem trabalhando dessa forma, divulgando criando um site na internet, enfim, e aquilo que fosse necessário. Com a crise que houve ... da suspensão do Paraguai, na época do impeachment do presente Lugo, houve uma significativa diminuição do trabalho do Parlamento do MERCOSUL, e conseqüentemente a comunicação acabou ficando também num segundo plano, porque não tinha-se o que divulgar de MERCOSUL, de Parlamento, de nada. Em 2013 se voltaram os parlamentares, o Parlamento de um todo conseguiu retomar suas atividades, a partir de 2013 então voltou-se a trabalhar o Parlamento do MERCOSUL, junto com a comunicação. Em 2014 começou-se a discutir a possibilidade de eleições diretas novamente nos países que ainda não tinha eleições e parlamentares exclusivos para o Parlamento do MERCOSUL. E a Argentina foi o país que mais avançou, mais rapidamente na lei que elegeu, em 2015, os 43 parlamentares do Parlamento do MERCOSUL, com isso nós tivemos mais argentinos; Paraguai com parlamentares eleitos e retomamos na plenitude o que o Protocolo determina que é uma sessão plenário por mês a partir de 2015. E assim nós hoje estamos trabalhando, em 2016, com todos os meses tendo uma sessão plenária. Isso nos fez buscar uma outra forma de divulgar o Parlamento do MERCOSUL, porque o Parlamento do MERCOSUL tinha como necessidade mostrar, principalmente pra sociedade argentina, que pode-se funcionar, que pode-se tentar legislar, embora não seja um parlamento tripulante e isso fez com que a gente começa-se a fazer que a secretaria de comunicação busca-se divulgar, com muito mais afinco a suas atividades, para que o povo argentino conhece-se com mais profundidade o parlamento e já que ela teria que eleger 43 membros exclusivamente para o parlamento e conseqüentemente o restante da comunidade mercosulina. E eu... a partir de abril de 2015, busquei divulgar muito mais nas redes sociais o trabalho desenvolvido pelo Parlamento... é dar a oportunidade para que os parlamentares comessem a falar muito mais sobre o Parlamento do MERCOSUL, divulgando as sessões plenárias de uma outra forma, colocando imediatamente após o término da sessão plenária, no *You Tube*, a sessão na sua íntegra, sem nenhum corte, sem nenhuma interferência da nossa parte, da forma como transcorreu a sessão - que já é transmitida ao vivo por um canal de internet do Uruguai. Nós pegamos essa mesma gravação, que nós chamamos '*en vivo*' e colocamos no *You Tube* duas horas no máximo após o termino da sessão, o áudio... a mesma coisa colocamos ele na íntegra sem nenhum corte, para mostrar pra população que o Parlamento do MERCOSUL discute os temas, independente de serem temas regionais ou locais. Os programas que seu país que participa e aí a gente pode citar, os embates que têm no Brasil em relação aos dois últimos anos a do impeachment da presidente Dilma, como os

problemas da Venezuela com a dificuldade econômica, com a dificuldade política, como a eleição de um outro grupo da Argentina contrario a Cristina Kirchner, enfim. É transparência total do que se acontece, do que se discute nas sessões plenárias do Parlamento, isso foi uma forma que eu vi como secretário, mesmo interinamente, de mudar um pouco o aspecto de mostrar que as discussões podem se avançar em todos os níveis sem a preocupação de estar ferindo a questão interna de cada país. Porque se o Parlamento do MERCOSUL, pode ter 139 parlamentares, entre indicados e eleitos, nós não podemos deixar de divulgar tudo que acontece nas reuniões nas sessões plenárias - são abertas ao publico. E ao mesmo tempo também buscamos fazer com que, as comissões temáticas, que hoje trabalham na sua plenitude, que são 10 comissões, divulguem o máximo o que cada comissão está fazendo, dando destaque principalmente pra comissão de direitos humanos, que no seu protocolo constitutivo do parlamento determina um relatório anual de como estão sendo tratados os Direitos Humanos nos cinco países do MERCOSUL, e muito brevemente no sexto país que é a Bolívia, que está em processo de adesão. Então assim, a ideia da comunicação do MERCOSUL, hoje é pura e simplesmente colocar aquilo que os parlamentares vêem uma vez por mês a Montevideú discutir, não só problemas dos seus países, como problemas da região, num todo.

Mônica: Isso no âmbito parlamentar?

Humberto Licursi: Isso no âmbito parlamentar, exclusivamente no âmbito parlamentar.

Mônica: E qual é a estrutura de trabalho da comunicação, aqui?

Humberto Licursi: A comunicação, ela é composta de sete funcionários, sendo desses sete funcionários, são: dois funcionários uruguaios, um funcionário venezuelano e são quatro funcionários brasileiros. Nós nos dividimos, desses sete funcionários pra tratar do tema comunicação e do tema relações institucionais, sendo que eu sou obrigado a admitir que nós damos muitos mais ênfase e prioridade à comunicação do que às relações institucionais, porque nós não temos uma estrutura capaz de buscar a integração da sociedade civil, constituída de todos os países com o Parlamento do MERCOSUL. Não temos estrutura física, financeira e de pessoal, e para tentar fazer com que a sociedade venha, nós buscamos as faculdades dos cinco países, que venham visitar o Uruguai, em Montevideú, que têm interesse no tema - nós recebemos esses alunos para uma palestra em que nós colocamos, como funciona o Parlamento do MERCOSUL, o que nós temos a oferecer de informação aquilo que você não tem como divulgação. A nossa estrutura hoje nos permite fazermos não só as coberturas jornalísticas das sessões plenárias, das comissões e dos eventos que acontecem em Montevideú. Aqueles eventos que acontecem fora de Montevideú fica a divulgação pela Secretaria de Comunicação, a partir do momento em que o parlamentar, que detém a presidência de uma comissão que tá promovendo um seminário ou um encontro ...enfim, fora de Montevideú ou que vem as informações... nós divulgamos - não só na nossa pagina, mas nas redes sociais do parlamento. Temos uma empresa contratada para filmar entrevistas com todos os parlamentares, durante as sessões plenárias e depois divulgamos isso no decorrer dos dias entre uma sessão e outra. Basicamente, a partir de entrevistas é o que hoje nos permite fazer um contato maior, porque principalmente as redes sociais dos parlamentares para que nos ajude a divulgar a própria entrevista do parlamentar e o próprio trabalho do parlamento. E bimestralmente nós editamos uma revista online, em que temos como prioridade contar um pouco da história dos países do MERCOSUL cultural... vou te dar dois exemplos: O Uruguai tem uma festa, dia 24 de agosto, que chama: A Noite da

Nostalgia, que é uma festa nacional. É uma festa que... passa-se o ano inteiro esperando o dia 24 de agosto para as pessoas comemorarem esta noite... e tem outros detalhes que agora não cabe, ...o carnaval do Uruguai é o carnaval que tem a maior duração do mundo, porque ele tem mais de 30 dias de duração o carnaval no Uruguai, e ele é dividido em muitos diferentes temas, usando a criatividade do Uruguai, enfim. Isso a gente tenta divulgar através da revista, porque é muito importante a gente divulgar a cultura dos outros países, se o carnaval do Brasil é o carnaval mais conhecido do mundo, o carnaval do Uruguai é o menos conhecido em relação ao brasileiro, mas é o de maior duração e ninguém sabe disso. Buscamos nessa revista sempre entrevistas com parlamentares ou pessoas autoridades ligadas ao tema MERCOSUL, sempre tentando um tema a cada dois meses de relevância pra poder tratarmos desse tema e divulgar as atividades aconteceram entre comissões, sessão plenária, nesse período de dois meses, porque a estrutura não permite fazermos uma revista mensal, então escolhemos dois meses que é um tempo que dá pra nós trabalharmos e com isso temos conseguido em 2016, a cada dois meses, lançar uma revista.

Mônica: Você mencionou que dentro dessa estrutura tem vários instrumentos de comunicação utilizados pelo parlamento. Muitos desses instrumentos têm características de uma comunicação institucional - ela é para o público, mas é uma comunicação institucional. Que instrumentos ou que propostas de ações pra que haja uma comunicação mais direta com o público - por exemplo, o acesso à informação - de que forma o público pode ter acesso à informação, quando procura o parlamento?

Humberto Licursi: Na verdade uma outra... um outro objetivo que eu tive quando assumi a Secretaria de Comunicação, era melhorar a nossa página na internet, nossa página é uma página que foi lançada em 2008/2009 e nunca sofreu nenhuma alteração daquilo que merecia o Parlamento, a partir do momento que ele foi se ampliando... tendo uma participação muito maior nas sessões plenárias, enfim. E hoje nós estamos trabalhando uma nova página, melhorando a estrutura de pesquisa, buscando agregar dentro dos temas, principalmente as sessões plenárias, para dar mais visibilidade aquilo que nós entendemos como, atividade fim do parlamento, que são os atos apresentados e aprovados pelo parlamento, nas suas sessões plenárias. A idéia é buscarmos uma forma de que, todos os atos apresentados pelos parlamentares, antes de serem apreciados pelas comissões e pelo plenário e aceito e lido na sessão plenária, passe a ser já disponibilizado para a sociedade. Hoje nós só disponibilizamos aquilo que foi aprovado, porque nós não tínhamos - e não temos ainda - uma forma de colocar isto a partir do momento que nossa página não comporta essa possibilidade de apresentar, de disponibilizar as propostas apresentadas pelos parlamentares, antes de serem tratadas pelas comissões e depois conseqüentemente pelo plenário. Acreditamos que até final setembro/outubro talvez a gente já esteja com nossa página pronta, pra ser lançada, já com todas as modificações propostas, para dar a maior visibilidade possível de todos os atos que os parlamentares apresentam ao Parlamento do MERCOSUL. A partir do momento em que, na estrutura da nossa sessão plenária todos os atos só são aceitos no parlamento a partir da leitura no plenário do parlamento, então enquanto ele não é lido esse parlamentar pode retirar a sua proposta, qualquer tempo. A partir do momento que ele é lido, ele passa a ser público. Esse é o nosso objetivo, a partir daí, dá exatamente a visibilidade para a população de um todo, de que o parlamentar apresentou uma proposta para modificação dentro da estrutura do MERCOSUL ou talvez uma modificação dentro do país, enfim. Então a gente 'tá tentando buscar recursos, exatamente pra fazer essa grande modificação, que é dar maior

visibilidade possível do que nós consideramos produto fim do parlamento, que é área parlamentar.

Mônica: Existe muita solicitação de documentos, de ... enfim... por correio eletrônico, por exemplo?

Humberto Licursi: Essa é uma outra área que nós, da Secretaria de Comunicação, incentivamos a partir das redes sociais, de que a população comece a fazer perguntas ao parlamento, daquilo que interessa, a essa população. E a partir do momento que a Argentina elegeu seus parlamentares o volume de solicitação de informações e de sugestões aumentou muito, até porque nós sabemos que o povo argentino é muito politizado, e é muito participativo. Se nós fizermos um comparativo entre o povo politizado argentino e o povo politizado brasileiro, nós estamos - como brasileiros - aquém de buscar a informação nos órgãos que necessitam. Ser politizado é muito melhor para a população, porque ela pode cobrar com conhecimento. E ser apolítico, muito mais fácil politizar, sem saber e sem conhecimento de causa. Então a população argentina nos busca muito, principalmente a população argentina nos busca muito pra isso, pra, passarmos as informações - não só aquilo que foi aprovado o que ta sendo discutido - mas informações de um todo do Parlamento do MERCOSUL.

Mônica: Como é feito esse retorno?

Humberto Licursi: Na Secretaria de Comunicação não existe nenhuma solicitação que ela não tenha retorno. Esta é uma determinação de que, os sete funcionários da Secretaria, do secretário ao auxiliar, todos têm acesso ao email institucional da Secretaria e todos têm a obrigação de que, se não são capazes de responder, sempre fazemos uma breve análise da solicitação e não deixamos ninguém sem resposta. Isso é uma obrigação, não é pura e simplesmente, é a obrigação de um funcionário que recebe do parlamento dar informação, seja ela qual for.

Mônica: Quem fica encarregado dessa resposta?

Humberto Licursi: A resposta ela tem qualquer pessoa, qualquer pessoa ela pode dar a resposta, desde que seja uma resposta institucional. Todas as respostas, todas as solicitações passam por um chefe e pelo secretário, se o funcionário que recebeu essa solicitação tiver capacidade, ele consulta se pode responder e responde, se não é respondida pelo chefe de comunicação ou pelo secretário de comunicação.

Mônica: Ou seja, todos os funcionários da comunicação têm acesso a este e-mail, a esta conta de e-mail específica, e todos eles fazem os encaminhamentos?

Humberto Licursi: Perfeitamente.

Mônica: Seja o chefe, seja para dar uma resposta imediata.

Humberto Licursi: Exatamente. Nós não temos um funcionário que não tenha conhecimento do que se passa no e-mail institucional da Secretaria.

Mônica: Bom, agora vamos falar sobre os outros atores dessas relações. Em principio, o Parlamento do MERCOSUL... ele se relaciona diretamente com quais atores, principalmente das discussões sobre comunicação?

Humberto Licursi: Bom, nós tentamos discutir a comunicação no Parlamento principalmente com os Congressos Nacionais dos Países Membros. Isso é uma forma de estar sempre interagindo com os países que mandam seus parlamentares pra cá,

principalmente ainda os países que não tem eleição direta - o Brasil, o Uruguai e a Venezuela. A Argentina hoje está num vazio legislativo, porque a partir do momento que foi eleito seus parlamentares... deixou-se de ter a Secretaria da Representação do MERCOSUL dentro do congresso argentino, tanto na câmara quanto no senado. Eles estão criando agora a sua unidade, para fazer exatamente esse intercâmbio, entre parlamento do MERCOSUL e congressos nacionais. Por que isso? Porque os congressos nacionais, de uma forma ou de outra, recebem todos os acordos firmados no âmbito do MERCOSUL para sua internalização. E isso obriga com que o Parlamento do MERCOSUL tenha a necessidade de se comunicar com as unidades de enlace, dos países. Nós, hoje estamos buscando através de uma proposta de um parlamentar argentino, fazer um intercambio junto com a Secretaria MERCOSUL, para que o MERCOSUL institucional ou MERCOSUL Executivo divulgue as suas atividades, relativas ao Parlamento do MERCOSUL e vice e versa, o Parlamento do MERCOSUL passe também a fazer parte de uma rede e divulgar as atividades que existem entre a parte do executivo e aparte legislativo. Nós, hoje, buscamos trazer junto, principalmente as universidades e alunos que estão em intercâmbio, para dentro do MERCOSUL, pra dentro do Parlamento do MERCOSUL, pra poder fazer com que eles divulguem o nosso trabalho, as redes sociais de um todo e enfim, aquilo que é possível. Nas nossas sessões plenárias nós temos a Secretaria de Comunicação, temos espaço reservado para receber jornalistas e meios de comunicação de qualquer parte do mundo, que tenham interesse em vir. E eu sinto muito a Argentina, porque, é exatamente a partir das eleições dos parlamentares argentinos houve um interesse muito maior da imprensa argentina, em vir participar das nossas sessões plenárias. Se até 2015 nós tínhamos aí, em torno de 3 ou 4 veículos de comunicação que assistiam as nossas sessões, e esses veículos eram basicamente do Uruguai, hoje nós temos 8-10 meios de comunicação, que vem uma vez por mês a Montevideu, para fazer a cobertura das nossas sessões plenárias. Quanto a isso eu tenho uma reclamação a fazer, porque o Brasil era único país que desde 2007 mandava uma equipe de televisão do Senado para fazer a cobertura, em convênio com a Secretaria de Comunicação da Câmara, e a partir de 2014 eles cortaram, e hoje o Brasil só recebe notícias das sessões plenárias a partir do que se divulga pela Secretaria de Comunicação do Parlamento. Isso é muito ruim, porque um país como o Brasil, de dimensões continentais e que pouco conhece do MERCOSUL, como um todo, como um bloco... imagina o que se conhece do Parlamento do MERCOSUL? De uma forma ou de outra, a TV Senado e a Rádio Senado, o setor de comunicação do Senado Federal, ajudava muito na divulgação, cumpria um papel muito importante e que hoje fico renegado ao segundo plano. É uma pena, porque a Venezuela traz uma equipe de televisão, em todas as sessões para divulgar o trabalho parlamentar.

Mônica: Eles mandam a Telesur?

Humberto Licursi: Hoje estão vindo as duas, a Telesur e a Televisa, se não me engano. São duas... hoje, com a eleição majoritária do grupo contrário ao governo da Venezuela vem dois canais de comunicação cobrir as sessões plenárias.

Mônica: E o Brasil, nenhuma?

Humberto Licursi: E o Brasil nenhuma. Então isso é muito ruim, pra gente tentar fazer com que o Parlamento seja visto por todos os países. É claro, o Uruguai ele é muito fácil, porque nós estamos dentro do Uruguai, então os meios de comunicação dão muito mais destaque, porque a sede está em Montevideu. O Paraguai tem o seu interesse, e sempre tem muita matéria divulgada, porque nós já temos parlamentares eleitos por duas

legislaturas - parlamentares do MERCOSUL; a Argentina, volto a repetir, um país politizado como a Argentina não ia deixar de fazer a cobertura das atividades dos parlamentares que foram eleitos diretamente para o parlamento. A Venezuela que está uma distância muito grande, dá muito mais importância... e o Brasil como o maior País Membro do MERCOSUL, é o que menos se divulga sobre MERCOSUL e Parlamento do MERCOSUL. É uma pena!

Mônica: Desses atores da própria estrutura do MERCOSUL, por exemplo: Há menções, por exemplo, da Reunião Especializada de Comunicação Social, de aumentar ou de aproximar o relacionamento com o Parlamento do MERCOSUL. Isso foi oficializado, de alguma forma houve algum contato?

Humberto Licursi: Não, não houve nenhum contato e como mencionei há pouco um parlamentar argentino apresentou uma proposta para que, a Comunicação do Parlamento do MERCOSUL vá ao encontro do MERCOSUL institucional pra fazermos um intercambio de divulgação tanto de um lado quanto de outro. A secretaria de comunicação até hoje não recebeu nenhuma solicitação ou vamos chamar a possibilidade de uma reunião, pra colocarmos algumas diretrizes de publicarmos juntos as atividades de lado e de outro.

Mônica: Sim. Percebe-se que aqui tem uma estrutura física denominada Secretaria de Relações Institucionais e Comunicação. E lá na Secretaria MERCOSUL isso não é muito claro, parece que não há uma pessoa específica que tem um papel para atender a comunicação. Isso afeta de que maneira o Parlamento?

Humberto Licursi: Eu não vou dizer que afete de uma maneira ou de outra, a gente tem que dividir muito claramente que, o Parlamento do MERCOSUL, embora quando da criação do MERCOSUL em 1991 já tinha um braço parlamentar, que era a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, isso desde aquela época... o braço parlamentar nunca foi muito bem visto dentro do MERCOSUL e talvez outros blocos econômicos que tenham mundo a fora. Porque sempre o braço parlamentar vai sempre querer interferir de alguma forma no trabalho institucional do bloco. A partir do momento que foi criado o Parlamento do MERCOSUL, um dos objetivos do Parlamento do MERCOSUL, é discutir antes de se assinar qualquer acordo internacional, através de uma consulta, que nós chamamos de consulta parlamentar... nós também fomos vistos como... A Comissão não tinha nada, não tinha nenhuma finalidade muito clara, enfim. E isso nós nunca conseguimos avançar, o parlamento do MERCOSUL nunca conseguiu avançar no que seria, talvez, uma grande contribuição para o MERCOSUL nas assinaturas, principalmente nos seus acordos, que são muito mais acordos para sair na imprensa, do que acordos que efetivamente vão fazer alguma coisa em prol da comunidade de um todo. Porque que não se avança nisso aí? Por dois motivos, a culpa não é só de um lado, a culpa é dos dois lados, os próprios congressos nacionais dos países membros do MERCOSUL não estão preparados para receber essas consultas antes da assinatura. Nós necessitamos de que as unidades de enlace ou as representações nacionais dentro dos congressos tenham uma estrutura pronta para receber em um prazo de 45 dias uma sugestão de acordo internacional... analise e devolva. A proposta é muito clara - em 90 dias o Parlamento do MERCOSUL recebe do conselho a proposta, distribui aos congressos nacionais e em 45 dias esse congresso nacional analisa e devolve ao parlamento. O parlamento tem 45 dias para agregar, rechaçar ou modificar aquilo que veio dos congressos nacionais. Nenhum congresso nacional, exceto o do Brasil, tem esta capacidade, nem a Argentina - agora ficou um pouco pior na Argentina, porque

com a eleição se acabou as duas representações e ainda estão discutindo a criação de uma nova -, a Venezuela que está no MERCOSUL, como membro pleno desde 2012, ainda não tem uma unidade de enlace, o Paraguai, a sua unidade de enlace não tem a mesma estrutura que tem a brasileira, e do Uruguai é a mesma coisa. Então não é só o lado institucional, o lado executivo do MERCOSUL que não dá conta, como também do lado parlamentar não avançou, na sua essência de criar dentro dos congressos nacionais as unidades de enlace, que pudessem receber essas consultas e dividir a responsabilidade daquilo que é bom e daquilo que pode ser ruim para a população com o MERCOSUL executivo.

Mônica: Mas isso, por exemplo, no caso da ausência de uma equipe de comunicação lá no institucional... Isso causa algum tipo de sobrecarga de trabalho, que as demandas de lá acabam vindo pra cá... Como é isso?

Humberto Licursi: Não. Não existe esse intercambio de demandas e nem de sobrecarga, as ações divulgadas no MERCOSUL institucional, são divulgadas pelo MERCOSUL institucional de uma forma ou de outra ou através de órgãos pequenos ou enfim, como eles divulgam como a forma que eles bem entendem e nós divulgamos as nossas ações. Mas não conseguimos ter um intercâmbio entre as duas... comunicação no institucional com a comunicação do parlamento, não há como.

Mônica: Os desafios de trabalho. Quais são os desafios de trabalho, aqui da comunicação ... com o parlamento?

Humberto Licursi: Nosso desafio, primeiro é termos um estrutura física e de matéria, enfim, que pudéssemos ir muito mais a campo para poder divulgar muito mais o Parlamento do MERCOSUL. Como todos os nossos funcionários são funcionários indicados pelas delegações nacionais e isso causa um certo problema de que você não sabe se tem um funcionário 100% voltado para o problema, se 50% ele é político e 50% ele é profissional. Não que a gente possa dizer que os funcionários da Secretaria de Comunicação do Parlamento não sejam profissionais, mas eles são profissionais indicados por políticos, e isso pode criar um certo desconforto em alguns temas, enfim, em algumas situações. Se nós colocarmos que o nosso funcionário venezuelano, por exemplo, a sua questão política interna de seu país não interfira nas nossas ações internas da secretaria, já é um grande avanço. Se nós pegarmos os nossos funcionários uruguaios que posso citar, eu tenho dois funcionários, um de um de bloco político, outro de outro bloco político. Mas dentro da Secretaria de Comunicação a gente sempre pede que as questões políticas de seu país não interfiram nas questões internas da Secretaria de Comunicação. E se pegarmos os funcionários brasileiros nós temos na mesma situação, num órgão político, com certeza você sempre terá funcionários com ideologias políticas divergentes, isso é normal, não só os parlamentares mas também os funcionários, porque são sempre indicados pelos países membros. Os nossos desafios: primeiro, tentar fazer com que a gente trabalhe em prol da comunicação do parlamento e dos parlamentares; segundo, termos estrutura suficiente pra poder sair a campo e buscando muito mais a aproximação, entre Parlamento do MERCOSUL e a sociedade num todo. Pra isso a gente precisa de verba, precisa de pessoal que tenha capacidade pra fazer isso, e hoje o parlamento infelizmente não tem essa condição.

Mônica: A comunicação tem um orçamento específico?

Humberto Licursi: Não. Não há. Somente um orçamento do parlamento sem divisão de áreas, o que nós recebemos de aporte dos 5 países, hoje praticamente o nosso orçamento anual para o custeio das sessões plenárias, o custeio de funcionários e a manutenção da

nossa sede, não há possibilidade de grandes investimentos em área alguma. Essa questão, por exemplo, da melhoria da nossa página, da modificação da nossa página, levamos um ano e meio tentando guardar recursos do orçamento para poder gastar na modernização da nossa página, então assim um orçamento muito enxuto.

Mônica: Sobre essa questão da página, até por uma questão de imagem e identidade institucional eu até conversei ontem com os funcionários da secretaria... que existem outros domínios, utilizando o parlamento no MERCOSUL, por exemplo. De que forma isso pode afetar diretamente?

Humberto Licursi: Na verdade, nós quando começamos a cuidar da questão do domínio, o MERCOSUL, e isso é um problema que ninguém consegue entender... O MERCOSUL já passou para internacional pra poder acabar com essas histórias, de que o mundo tem o domínio sobre uma palavra, um termo, um órgão e enfim. E nós não conseguimos fazer isso com Parlamento do MERCOSUL, porque para colocarmos o MERCOSUL como ponto int, nós tínhamos que nos vincular ao MERCOSUL Institucional, e algum momento não somos o MERCOSUL institucional e em outros momentos nós somos o MERCOSUL Institucional. É uma discussão muito complicada. Nós não vamos chegar em um acordo nunca, se você me pergunta: Por que nós temos que estar vinculados ao MERCOSUL se não fazemos parte da estrutura do MERCOSUL? Ninguém soube explicar. Depois Parlamento do MERCOSUL, em português ou espanhol, hoje ele tá sendo utilizado por chineses que ninguém entende, se pura e simplesmente comprou aquela marca e paga lá seus dólares anualmente pra ficar com ela e tentar negociar ou por pura e simplesmente ele quer pra aproveitar o termo, o nome, enfim e fazer uso da forma que queira. Mas fomos buscar uma forma de, o nosso domínio ficar um pouco diferente, de tudo que nós pesquisamos no mundo e tiramos o “do” ou “del”, tanto em português quanto espanhol e passamos a ser Parlamento MERCOSUL para diferenciar, porque nem conseguimos ficar “parlasur.int”, como era a nossa intenção e nem ficamos “parlamentoMERCOSUL.int”, como também poderia ser a nossa intenção. E o domínio El qualquer pessoa pode comprar, eu posso comprar o domínio do meu nome e ficar com ele pro resto da vida, se meu nome fosse assim, se pudesse ser vendido, seria ótimo, eu compraria e depois vendia como logo as pessoas no início da internet, a gente soube de tantas histórias de que se comprou Coca-Cola, que se comprou Gillette e assim por diante. Então nós hoje não podemos ser “parlasur.int”, na instituição independente porque em algum momento alguém disse que o Parlamento do MERCOSUL é órgão vinculado ao MERCOSUL Institucional, e na verdade nós somos um braço parlamentar como o Tribunal de Justiça é outro braço jurídico do MERCOSUL, mas não fazemos parte, nós somos parte do MERCOSUL, mas dentro da estrutura institucional do MERCOSUL.

Mônica: Mas e esses sites que utilizam o domínio, mas não tem o mesmo propósito do parlamento?

Humberto Licursi: Eu acho que não. Nós nunca tivemos nenhum problema, assim, que eu me lembre que esses sites que usam o nosso domínio tenha trazido problema, não me lembro de ter visto esse tempo todo, não me lembro.

Mônica: Só duas questões, pra gente fechar. Uma é a questão da diretriz comunicacional, a decisão 47/2014 aprovada, ela ainda está em discussão, mas ela já é válida. Considerando que ela já foi aprovada pelo Conselho do Mercado Comum. Essa decisão é válida pra toda estrutura. E de que forma o Parlamento vai agregar essas diretrizes nas suas atividades e

sobretudo o que as diretrizes apontam - que é um caminho para uma comunicação de acesso a informação, de garantia dos direitos humanos a comunicação?

Humberto Licursi: Bom, com relação a 47 eu posso dizer que nós Parlamento do MERCOSUL, ainda não fomos procurados para nos agregarmos a esta Diretriz e eu vou fazer o processo inverso. Nós é que estamos tentando buscar se agregar as informações, a parte de comunicação do MERCOSUL. Se nós formos fazer um comparativo entre o que se publica hoje e o MERCOSUL institucional, entre o que se publica hoje Parlamento do MERCOSUL, nós hoje divulgamos muito mais do Parlamento do MERCOSUL e o MERCOSUL do que o próprio MERCOSUL. Porque se você for pegar todos os jornais só se publica a crise do MERCOSUL... a parte boa do MERCOSUL é, porque que é importante o apoio entre MERCOSUL e União Europeia, porque que é importante você avançar dentro dos países do MERCOSUL, porque que o MERCOSUL só se fala em crise. Nós estamos fazendo o processo inverso, nós estamos publicando, divulgando o MERCOSUL de um modo geral. Vou te dar um exemplo; em maio de 2015, quando eu assumi a secretaria pedi um levantamento de como estávamos em relações as redes sociais, *Facebook, You Tube, Twitter*, no *Twitter* nós tínhamos dois mil e poucos seguidores. Em maio de 2015, segunda-feira agora atingimos 17mil seguidores. No *Facebook* nós tínhamos mil e poucos seguidores, temos 9 mil e alguma coisa. Isso é uma vitória da Secretaria de Comunicação em fazer a divulgação do Parlamento do MERCOSUL e conseqüentemente do MERCOSUL, quem nos ajudou com isso, quem nos ajudou foi o retorno das sessões plenárias, a busca de tratar de outros temas que não fossem somente os temas de integração em jornal. Vou te dar um exemplo; nós trouxemos um parlamentar brasileiro, deputado Jean Wyllys que é o defensor de uma causa que hoje se discute mundialmente, o movimento LGBT, a agressão às pessoas que são adeptas da sua condição, enfim. E aí nós começamos a fazer exatamente o processo inverso, vamos sair um pouco da integração regional e vamos buscar outros temas, que são de necessidade de discussão dentro da sociedade de um todo, e vamos a começar a divulgar. Vamos perguntar para um parlamentar da Venezuela: O que ele acha dessa situação econômica da Venezuela em relação ao próprio MERCOSUL? Vamos perguntar a um parlamentar brasileiro. O impeachment como ele vai ser visto, a partir do momento em que ele terminar se, a presidente voltar ou se ela perder. Qual o impacto que nós vamos ter nisso aí? A eleição na Argentina, de um grupo contrario, de direita em relação ao grupo anterior que era de esquerda. O que isso está representando pro MERCOSUL? Isso faz com que você comece a discutir o MERCOSUL, num todo.

Mônica: A diversidade do MERCOSUL...

Humberto Licursi: Exatamente. Você tem que falar da área cultural, você tem que falar da área social e assim por diante, ... da educação, do meio ambiente. Nós temos um parlamentar de uma comissão presidida pelo Brasil, que ele tem muito interesse no tema fronteira, e ninguém mais discute o tema fronteira no MERCOSUL. É a maravilha a fronteira do MERCOSUL? Claro que não. Então você tem que, ir buscando isso pra poder discutir, isso podia agregar junto com o MERCOSUL institucional, porque eles têm todas as possibilidades de trazer também essas informações, mas ninguém quer. Porque é muito mais fácil você deixar que a imprensa fale mal do MERCOSUL, fale das poucas ações que tem no MERCOSUL e não discuta os seus problemas num todo. Não é verdade? Se você não discutir problema do LGBT dentro do MERCOSUL, não adianta você discutir só no Brasil, só aqui, ou só no Uruguai ou só na Argentina. A fronteira Brasil- Uruguai, ou seja, Rio grande do Sul, é o único estado que faz fronteira integralmente com o Uruguai,

tem tantas ações dentro dessa fronteira de uruguaios que podem trabalhar no Brasil e vice versa, dentro de uma área de 50 quilômetros se não me engano, 20 quilômetros, que são tratados como brasileiros ou como uruguaios, e ninguém discute isso. Ninguém põe isso pra fora, ninguém pega essa experiência feita aqui com o Uruguai e leva pra fronteira com a Argentina, com a fronteira com Paraguai, daqui a pouco... com a fronteira com a Bolívia. Esse parlamentar brasileiro, que não me recordo o nome dele, tem feito um trabalho exatamente tentando fazer que o MERCOSUL volte a discutir outros temas que não sejam somente a crise da Argentina, a crise da Venezuela, a crise do Brasil e assim por diante. E isso a gente poderia agregar muito com o MERCOSUL institucional, a gente não precisa ser mágico pra ver quantos programas têm dentro do MERCOSUL que poderiam ser discutidos e serem divulgados das mesmas formas, e tentar fazer com que a imprensa comece a ver o MERCOSUL de outra forma, e não só simplesmente a discussão da União Europeia, o acordo é bom ou o acordo é ruim, nós estamos levando vantagem, nós estamos levando desvantagem, a crise da Venezuela tá interferindo porque agora ninguém sabe se você vai ter uma presidência, não vai ter e assim por diante.

Mônica: Bom, falando em crise. No momento em que eu estou fazendo essa pesquisa de campo a crise está acontecendo. O termo que se tem usado é que o MERCOSUL está acéfalo. O que essa discussão, entre a Venezuela assumir a presidência ou impor a sua presidência e o Brasil, Argentina e Paraguai não aceitarem esta, não reconhecerem esta presidência... e o Uruguai está entregando, entre aspas, os pontos. Dizendo assim: Terminei o meu mandato agora resolvam vocês o que vai ser feito do MERCOSUL. O que isso, diretamente afeta a aquilo, principalmente nas ações de comunicação? Como o público do parlamento, tem entendido isso?

Humberto Licurse: Bom, o público do parlamento, nós vamos ter termômetro. Não vou chamar o público do parlamento, vou dizer os atores do parlamento... vamos dar o termômetro no dia 12 de agosto, quando nós vamos ter a sessão plenária - é a primeira sessão plenária depois da entrega, pelo Uruguai, da presidência a ninguém. Porque na verdade, eu vou falar como, não como funcionário, mas como pessoa, meu ponto de vista particular. E você pode publicar porque eu não tenho problema algum. A mudança de governos do Brasil e da Argentina, mudança temporária ou interina do Brasil, a partir do momento do afastamento da presidente Dilma e a eleição de um governo de direita na Argentina, criou-se uma cisão muito grande no MERCOSUL. Porque hoje nós temos, o Uruguai de esquerda a Venezuela de esquerda, Brasil, Argentina e Paraguai de direita mesmo que o Brasil - temporariamente que seja ou que venha ser, permanecer o atual governo interino. Isso é um problema muito serio. Por quê? Porque o MERCOSUL, ele, todas as decisões são por consenso, e não há consenso nesse termo. E não há uma cláusula que você possa efetivamente aplicar a Venezuela, como foi aplicada ao Paraguai na época da destituição do presidente Lugo. Por quê? Porque, não existe a falta de democracia na Venezuela, como também não existe a falta de democracia no Brasil quando se tentou aplicar pelo processo de impeachment. Por quê? A Venezuela as instituições estão funcionando, se elas estão funcionando com mão de ferro do presidente, é outra historia. As instituições no Brasil funcionam porque o processo de impeachment é constitucional e está sendo tratado constitucionalmente falando. É diferente do que imaginou-se no Paraguai quando da suspensão do Paraguai, que o processo de impeachment não foi cumprido a sua totalidade - essa é outra discussão, então não vamos entrar na discussão, no mérito. Porque isso cabe ao Paraguai, e pelo que entendo e a história 'tá contatando que a destituição foi simplesmente normal, porque o Paraguai não entrou em crise, a partir de

que 24 horas destituíram o presidente. Funciona tudo normalmente. Então, hoje o MERCOSUL ele tá dividido em dois governos muito distintos, que são os governos da Venezuela e do Uruguai, quanto os governos do Paraguai, do Brasil e da Argentina e ainda, sem mesmo direito a voto com influência do governo da Bolívia. Que também é de esquerda, tanto é que o único país, do MERCOSUL, que cumprimentou pela ascensão da presidência, da Venezuela, foi a Bolívia. Então, assim, vai afetar? Vai afetar. Não a questão parlamentar, eu acho que a questão parlamentar, acho que o Parlamento do MERCOSUL, terá um papel importantíssimo de tentar, junto com o MERCOSUL Institucional, sair para uma solução sem uma crise de seis meses. Por quê? Não existe nenhum instrumento que permite, ao Uruguai entregar a ninguém, como também não existe nenhum instrumento que permite a Venezuela - como ela mesmo alegou que o artigo, que não me lembro agora o número, lhe dá o direito de assumir a presidência, porque não tem consenso, as decisões no MERCOSUL Institucional é consenso, as decisões no Parlamento do MERCOSUL é voto, unitário, ou seja, no Parlamento do MERCOSUL você pode ter uma decisão por votação em que a maioria vai decidir independente do país. Então acho que 12 de agosto, quando vamos ter a nossa sessão plenária, nós vamos ter exatamente o termômetro do que vai acontecer. Sabendo que, a parte contra a posse da Venezuela como presidência, terá muito mais força do que a parte favorável a que a Venezuela assumira.

Mônica: A atual presidência do parlamento está com qual país?

Humberto Licursi: Argentina.

Mônica: Argentina... e fica até dezembro?

Humberto Licursi: Até dezembro. A presidência do parlamento é exercida de primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro. É anual e por ordem alfabética.

Mônica: Isso foi modificado, então, no protocolo?

Humberto Licursi: Foi. O Protocolo dava uma presidência em que ela era, paralela a presidência por MERCOSUL Institucional e por seis meses. Acontece que no parlamento em que só tem uma sessão por mês e você precisa fazer alguma coisa, seis meses é muito pouco e aí se não me engano 2013, se não me falha a memória 2012, o parlamento decidiu passar a anual e sem coincidência com a presidência.

Mônica: Nessa decisão, no caso dessa modificação no protocolo constitutivo, só o trâmite legal, pra me entender. Ela passa, ela é aprovada pelo parlamento, mas ela vai pra aprovação do conselho.

Humberto Licursi: E aí, a primeira presidência do parlamento de um ano foi do Uruguai, ano passado, 2015 da Venezuela, 2016 da Argentina, 2017 do Brasil e aí nós teremos a coincidência no segundo semestre de que, dependendo de como fique a crise do MERCOSUL aí o Brasil será presidente do parlamento e presidência por no segundo semestre de 2017, se a coisa continuar naturalmente. Se houver alguma outra forma, que se modifique essa presidência da Venezuela, pode ter coincidência agora da Argentina, que é uma das propostas de passar direto pra Argentina e deixar a Venezuela, que não funciona, não existe.

Mônica: Já seria uma sanção contra.

Humberto Licursi: Claro. Você, a gente tinha que pensar em termos de presidência, assim, se a Venezuela não tem capacidade, hoje, econômica e política de assumir a presidência do

Parlamento do MERCOSUL. Você tinha que antes de encerrar o mandato do Uruguai, aplicar uma cláusula democrática. Por que não se aplicou a cláusula democrática? Porque não tem falta de democracia, isso eu sempre digo, e não de hoje, na época do Hugo Chaves o que ele sempre dizia assim: O país mais democrático do mundo é a Venezuela, porque é o país que mais promove consulta popular sobre as atitudes ou as decisões, ou seja lá o que for, dentro da Venezuela. Se você for ver por esse aspecto, é a grande verdade. Agora se você for também pegar o período que o Hugo Chaves foi presidente, sem uma câmara de deputados, porque lá é unicameral, em que só tinha parlamentares do seu partido político, foi um grande erro. Passou a ser uma ditadura travestida de democracia, porque você tem 100% da câmara de deputados do seu poder legislativo que vota com você, você tem 100% dos conselhos que compõem o governo... porque lá é um pouco diferente, mas você também tem uma grande culpa da própria oposição que se negou a participar do pleito eleitoral. É preferível você ter 5%, 10%, 20% de oposição. Mas você tem uma voz no meio, no órgão constituído e que funciona. Hoje a Venezuela 'ta exatamente o inverso, e nem por isso o partido do presidente Maduro deixou de participar sabendo que ia perder as eleições legislativas, hoje são 70% oposição e 30%, mas ele tem 30% falando. Tudo bem, ele usou do direito do 100% que ele tinha, para o presidente Maduro - para mudar o conselho eleitoral, mudar o conselho de justiça - mas a culpa não é só dele, a culpa é da oposição. Não adianta você pegar um caso por exemplo, do Brasil do impeachment, são 367 votos que a presidente Dilma teve contra, na Câmara dos Deputados, de um grupo de 513 deputados, que o Eduardo Cunha ainda estava como presidente. Se você pegar 367 deputados, é um número que leva a crer que, se ela conseguir reverter o impeachment no Senado, ela não governa o país porque não tem uma casa legislativa com votos suficientes pra aprovar nenhuma proposição, nenhum projeto, nada. Mas ela vai ter cento e poucos parlamentares que estarão do lado dela, se ela voltar. Se você pegar o cenário com 81, 55 no primeiro estante, ou que seja 50, seja lá o que for, que ela tem que voltar, tem que ter mais do que 27 votos, ela vai ter uma outra casa, que não vai governar. Aí é outra história, mas você tem situação e você tem oposição, você tem alguém. Na Venezuela não aconteceu isso, então a crise não é pura e simplesmente somente política por culpa do Maduro, a culpa política porque, também tem uma culpa da parcela da oposição. E isso é claro em qualquer país, em que você não tem oposição, você faz o que quer. Eu não tô fazendo diferente, porque que não tem uma cláusula democrática contra a Venezuela. É claro a Venezuela não descumprir nada, até agora, que diga assim: Eu sou uma ditadura, não sou um país democrático, então essas diferenças. Vou completar, o referendo revogatório, que é possível na metade do mandato do presidente na Venezuela, que exatamente no ano de 2016, ele não está descumprindo, ele está deixando de fazer dentro do prazo determinado. Porque ele sabe que, se o referendo for pra consulta popular, em 2016, ele perde o mandato democraticamente, se a consulta vai ser com violência ou não, é outra história, mas democraticamente é isso. As consequências dessa votação pode levar uma ditadura, enfim, ou qualquer outra coisa, mas se ele deixar e autorizar e conseguir levar para 2017 ele pode perder o mandato mas ele não perde o poder, porque a assumi o vice presidente. Então tudo também passar pela comunicação.

Mônica: Mas aí é o vice-presidente também.

Humberto Licursi: Sim. Por isso que eu digo, tudo passa pela comunicação, primeiro pra você divulgar qualquer coisa, você precisa conhecer um pouco, você não precisa ir ao fundo pra você divulgar. Mas eu vou lhe dar um exemplo, no meu ponto de vista pessoal... na Venezuela, presidente da república depois de eleito ele escolhe o seu vice, é como no

Brasil elege um senador você elege dois suplentes que não tiveram nenhum voto, não é verdade? Então esse vice-presidente da república, na Venezuela, ele não teve nenhum voto, nada. Quando você elege um presidente da república no Brasil, você o elege com um vice-presidente, o pacote vem fechado. Então os mesmos 54 milhões de votos que a presidente Dilma teve o Michel Temer teve. Se o programa de um é diferente do programa de outro, é outra história, mas democraticamente você não pode dizer que o presidente atual do Brasil não teve 54 milhões de votos, porque quem votou em qualquer candidato a presidente da república, no Brasil, quando aparece na urna eletrônica aparece a fotografia do titular e do vice-presidente, do presidente e do vice-presidente, do governador e do vice-governador, do prefeito e do vice prefeito, ta certo?. Na Venezuela é diferente, porque o Maduro, não quer o referendo agora em 2016, porque se ele deixar, perde o referendo e terá nova eleição. E se for em 2017 assume o vice-presidente. A informação, a comunicação ela tem que ser clara, pra você poder discutir qualquer que seja o tema, da religião à política, que são coisas que são polêmicas... do futebol, se você for pro esporte, você tem que ter a informação pra poder ter o direito de dizer: Olha a proposta é essa, ela é boa? Não sei. Ela é ruim? Não sei. Mas ela 'ta colocada com clareza. Eu te garanto que se você fizer uma pesquisa em qualquer país, que não seja na Venezuela, de que forma é eleito o vice-presidente da república na Venezuela, 99% população não vai saber.

Mônica: Porque ele não é eleito.

Humberto Licursi: Porque ele não é eleito e não é divulgado isso. Por que o Maduro não quer hoje o referendo? Porque ele sabe que não vai ter condições de continuar mesmo que, indiretamente comandando o país, porque o vice-presidente é indicado por ele, não é eleito. Por que todo mundo disse que é golpe, no Brasil? Porque o Michel Temer não ter 54 milhões de votos, mentira, ele tem, ele foi eleito junto. Isso a própria imprensa é culpada, de rebater exatamente isso. A então é golpe. Não, não é golpe. Você 'ta dentro de um processo, o golpe é você chegar e fazer uma coisa que não tá previsto. Não to A aqui defendendo nem o Michel Temer, nem a Dilma, nem o Maduro e nem vice-presidente eu to só mostrando e ilustrando, tentando mostrar e que o mais importante para você é divulgar alguma coisa a informação, a informação que você queira divulgar, você tenha fundamento, saiba realmente o que você ta divulgando. Vou voltar um pouquinho ao Parlamento, rapidamente, no dia que eu cheguei na Secretaria de Comunicação, só duas pessoas tinham o direito ao acesso ao e-mail institucional, isso me deixa doente, porque eu não sou o dono da informação, eu quero transmitir a informação. E pra que eu possa transmitir a informação, eu preciso que todos conheçam a questão. Porque eu não sou o único que sei tudo, eu não sou o único que possa dar pura e simplesmente todas as respostas. A primeira coisa que eu fiz quando cheguei na Secretaria foi, reunir os cinco funcionários, porque na época eram cinco, desculpe, eram seis, um foi substituído, pelo país que detinha o cargo, e um eu conseguir fazer com que o parlamento, a delegação brasileira mudasse um funcionário que era para um tipo de atividade e colocá-lo na Secretaria de Comunicação pra que a gente pudesse melhorar o trabalho que tava sendo feito... aumentar mais uma pessoa sempre é muito importante e eu precisava de uma pessoa que mexe-se com desenho, enfim. A primeira coisa que eu fiz quando eu cheguei, nós os seis funcionários, foi dizer o seguinte: A partir de agora a informação é de todos e para todos, não há mais ninguém que não vai deter o conhecimento daquilo que está sendo citado ou daquilo que está sendo proposto para que a Secretaria de Comunicação possa dar sua informação. A partir de agora, todas as pessoas vão trabalhar na sessão plenária, cada um cuidando de uma área, pra que essa área seja o melhor possível divulgada. Não adianta

eu sentar e dizer assim ‘Eu vou cuidar disso e você vai cuidar daquilo’, e você vai cuidar daquilo e essa pessoa não quer cuidar daquilo, ela não gosta de cuidar daquilo, ela não consegue fazer aquele trabalho. Antes de você cuidar do *Twitter* ou do *Facebook*, que quero saber se você quer cuidar do *Twitter* ou do *Facebook*. Porque se você quer cuidar do *Twitter*, você vai ter que fazer muito bem feito. Porque, o que vai chegar na rede social é fruto do que você vai trabalhar. Então a informação, pra mim tem que ter antes de tudo, primeiro, a vontade de quem vai dar a informação; segundo, conhecimento daquilo que você vai informar, pra poder você ter em algum momento depois. Então eu acho que a questão, por exemplo, das crises políticas que estão hoje dentro dos países do MERCOSUL, necessitam muito mais de informação, por parte de quem divulga do que de quem recebe. Esse eu penso assim, é muito mais fácil, você lidar, dessa forma.

Mônica: Acho que é isso, Doutor Humberto. Tem material até dizer chega. Meio dia e cinqüenta e cinco. Uma fala e tanto.

Humberto Licursi: ‘Tá ótimo.

Mônica: Meio dia e cinqüenta e cinco, mais de uma hora.

Humberto Licursi: Perfeito.

ANEXOS

**ANEXO “A” – Resolução GMG n. 155/1996 – Criação da RECS
MERCOSUL**

MERCOSUL/GMC/RES N. 155/96

REUNIÃO ESPECIALIZADA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, a Decisão N. 9/91 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que a integração será mais efetiva com um melhor conhecimento e apreciação mútua do processo em curso, através de um amplo e ágil intercâmbio de notícias que contribuam para o entendimento recíproco;

Que em razão disso é importante promover a difusão de toda informação vinculada ao MERCOSUL, de forma individual ou conjunta, por meio de programas de cooperação entre agências de notícias, rádios e televisões oficiais, assim como de outros meios de comunicação social, e

Que, para tais fins e em virtude das características especiais que caracterizam essa temática, é conveniente promover relações mais estreitas e ações concretas no campo da Comunicação Social mediante encontros periódicos entre os responsáveis dessa área nos Estados Partes.

O GRUPO MERCADO COMUM

RESOLVE

Art. 1 - Criar a Reunião Especializada de Comunicação Social, para promover a realização de atividades conjuntas tendentes a uma maior coordenação e cooperação no plano informativo, de imprensa e na difusão do processo de integração.

Art. 2 - Instruir a Reunião Especializada de Comunicação Social a reunir-se em nível de Coordenadores, no mais breve prazo possível, com o fim de elaborar e submeter à apreciação do GMC propostas de pautas de ação que contemplem os seguintes aspectos :

1. Tarefas prioritárias definidas à luz das necessidades da presente etapa do processo de integração.
2. Prazo razoável exigido para a conclusão das tarefas prioritárias;
3. Meios necessários para a conclusão das tarefas prioritárias;

As propostas de tais pautas de ação, que deverão estar plenamente justificadas, serão examinadas pelo GMC com o fim de atribuir prioridades e elaborar cronograma para seu acompanhamento.

Art. 3 - A Reunião Especializada informará semestralmente o GMC sobre as tarefas prioritárias executadas no cumprimento dos fins estabelecidos no Art. 1 da presente Resolução.

ANEXO “B” – Propuesta para una Estrategia de Comunicación y Difusión del MERCOSUR (2006)

MERCOSUR/RECS/ACTA N. 01/06

V REUNIÓN ESPECIALIZADA DE COMUNICACIÓN SOCIAL (RECS)

24 de abril de 2006

REUNION ESPECIALIZADA DE COMUNICACIÓN SOCIAL

PROPUESTA PARA UNA ESTRATEGIA DE COMUNICACIÓN Y DIFUSION DEL MERCOSUR

1) Introducción

Esta propuesta fue elaborada en el marco de la Comisión de Representantes Permanentes del MERCOSUR (CRPM) para ser presentada ante los organismos de Comunicación y Difusión Pública de los Estados partes y en la Reunión Especializada de Comunicación Social, con el objeto de aportar a la discusión sobre una estrategia permanente e institucional del MERCOSUR.

Cabe destacar que en gran medida los puntos contenidos en esta propuesta coinciden con la agenda de temas que elaboró la Presidencia Pro Témpore para esta reunión, bajo la coordinación del Secretario Enrique Vaca Narvaja.

Por otra parte, los aspectos generales de esta propuesta fueron adelantados en reuniones de la Presidencia de la CRPM con presidentes de Brasil y Argentina, y con ministros de Argentina (Cancillería), Brasil y en el caso de Uruguay con el Ministro de Educación que tiene a su cargo el área de comunicación, e integra la agenda de temas en las próximas visitas a los gobiernos de Paraguay y Venezuela. Aspectos parciales fueron tratados con órganos del MERCOSUR, tal el caso del proyecto de Portal en Internet que se le presentó a los funcionarios encargados de la página web de la Secretaria del MERCOSUR.

El plan para la comunicación y difusión del MERCOSUR aquí planteado, se inscribe dentro de los criterios de la Presidencia de la Comisión de Representantes Permanentes de cómo encarar el proceso de unión regional con una visión más integral y abarcativa, incorporando como políticas estratégicas en la construcción de nuestra integración, una agenda de temas necesarios para los ciudadanos y las sociedades de nuestros países, como los problemas sociales, las necesidades de infraestructura física, una estrategia común en materia energética, los perfiles productivos de las regiones, la situación de las zonas de frontera, el medio ambiente o los derechos humanos. Estos temas son tan importantes

como los acuerdos comerciales alrededor de los cuales ha girado principalmente la identidad del MERCOSUR y constituyen además el nudo de la integración y la vía para que esta se encarne en los pueblos de la región.

Precisamente, los acuerdos establecidos por nuestros países y el trabajo que desarrollan los organismos y comisiones específicas del MERCOSUR en estas temáticas son los que menos difusión tienen en la opinión pública.

En lo que atañe a esta Reunión Especializada, creemos que es una cuestión central porque gran parte de un plan comunicativo a futuro debe fijar como objetivo revertir esta situación para mejorar el posicionamiento del MERCOSUR en el imaginario colectivo de nuestras sociedades.

La estrategia comunicativa debe plantearse entonces como apoyo a la estrategia general de la construcción del MERCOSUR y como parte integrante de una institucionalidad renovada y vital.

Por lo tanto el contenido de la comunicación será prioritariamente el de difundir entre la población de la región la noción de la asociación regional y los beneficios que puede acarrear en la vida cotidiana de la gente, en la medida que se difundan y tomen cuerpo las políticas en las áreas que más impactan en la vida cotidiana de las comunidades.

En ese sentido, la comunicación debe servir como una herramienta para difundir los acuerdos y la agenda de trabajo y para facilitar que la sociedad civil se interese y se involucre en la construcción de la integración.

2) Objetivos de la Propuesta de Difusión y Comunicación

- 2.1) Superar el desconocimiento de la ciudadanía de los cinco países integrantes respecto a este proyecto estratégico de integración Regional**
- 2.2) Promover la participación ciudadana y la circulación de información en temáticas y actividades que el MERCOSUR desarrolla institucionalmente, mediante la utilización de herramientas de comunicación específicas.**
- 2.3) Revertir la actual situación de dispersión de la información relativa al MERCOSUR, a sus temáticas y a su actividad institucional.**
- 2.4) Crear un sistema de comunicación dentro de organización, que se ocupe específicamente de difundir y promover la información relativa al MERCOSUR.**
- 2.5) Plan permanente para promover la presencia del MERCOSUR en los**

medios de comunicación públicos y privados, nacionales y regionales de los países miembros

Los objetivos descriptos son susceptibles de evaluación cualitativa y cuantitativa, dentro de un período razonable de tiempo a partir de la puesta en marcha del plan.

3) Instrumentos para el desarrollo del Plan

- 3.1) Desarrollo de un Portal Oficial del MERCOSUR en la WEB**
- 3.2) Promover la presencia del MERCOSUR en los medios de comunicación nacionales y locales de los países miembros**
- 3.3) Plan de Publicidad Oficial de los Estados miembros para la difusión del MERCOSUR**
- 3.4) Creación de una Dirección de Comunicación y Prensa dentro de la organización institucional del MERCOSUR**
- 3.5) Elaboración de contenidos para aportar a los planes de enseñanza de enseñanza permanente acerca del MERCOSUR que se acuerden en los sistemas educativos.**
- 3.6) Difusión Cultural. Estrategias para la incorporación del MERCOSUR a la cultura popular y masiva. Coordinación con la agenda cultural del MERCOSUR y de las reuniones especializadas.**
- 3.7) Agencia de Noticias del MERCOSUR en Internet. Plan de Trabajo permanente con los medios de la región**

4) Desarrollo de la Propuesta

4.1 PORTAL OFICIAL DEL MERCOSUR EN LA WEB

Es el pivot del Plan. Desde el punto de vista del MERCOSUR como institución, constituye la herramienta más apta tanto para la difusión de la labor del organismo y de las políticas que se están encarando, como también para la comunicación horizontal con el público y los medios de comunicación de la región.

Esto último es válido no solo en el ámbito de los países miembros, sino también fuera de él. En ese sentido hay que concebir al sitio oficial como **una gran puerta de entrada al conocimiento del bloque regional para los interesados del resto del mundo.**

Por otra parte constituye el mejor lugar para sistematizar y centralizar la información relativa al bloque y facilitar su circulación.

El Portal está concebido de acuerdo a los siguientes criterios:

- a) Que se destaque como SITIO OFICIAL del MERCOSUR, con aparición privilegiada en la lista de resultados de los buscadores de Internet.
- b) Con una interfase amigable para el ciudadano común desde la entrada al sitio, desarrollándose a partir de allí niveles crecientes de especificidad en la información, en las temáticas y en la organización institucional.
- c) El Sitio debe ser un espacio vital, de utilidad cotidiana para los usuarios, por lo cual tendrá herramientas de consulta y actualización permanente y algunos recursos interactivos y/o participativos.
- d) Dentro de estos criterios, el Portal tendrá una **arquitectura** en base a dos pilares:

Arquitectura

d.1) Organización de la información propia del MERCOSUR

Desde lo general a lo específico. Es decir, en primer lugar la información básica de interés o de utilidad para una persona corriente, tanto acerca del MERCOSUR como de los países miembros.

En un segundo escalón, la información relativa al MERCOSUR y sus normas, organizada por temas y con un motor de búsqueda. Cabe destacar que este recurso ya está desarrollado en la página de la Secretaría del MERCOSUR. Falta un sistema de actualización permanente más ágil y en formato digital por parte de los diferentes órganos que tienen que suministrar la información a la Secretaría.

Organigrama, información institucional y actividades de los diversos órganos.

Este ítem también está desarrollado, pero se le daría una organización distinta. Desde un cuadro que debería ser incluido en la portada del Sitio, del tipo “Organos u Autoridades”, se abriría un link donde figuren de acuerdo a su importancia política y en orden descendente los órganos del MERCOSUR. El nombre de cada uno de ellos abrirá otro link con la explicación de sus funciones, organización, autoridades y toda la información oficial que produzca.

d.2) Herramientas informativas y comunicativas para el público.

Esto significa sistematizar y recircular toda la información generada acerca del MERCOSUR, mediante un Buscador de Noticias y un Noticiero Institucional.

- a) El Buscador de Noticias apunta a recoger mediante un motor de búsqueda, y poner a disposición de cualquier persona las noticias que los medios de la región publiquen acerca del bloque común, dándole de esa manera un espacio a los medios regionales y de frontera que viven la problemática del MERCOSUR en forma cotidiana. Facilitará de esa manera la búsqueda de noticias y temas y la circulación de esa información dentro de los países del bloque.
- b) El Noticiero Institucional, es una propuesta para difundir la actividad oficial del MERCOSUR y sus comisiones técnicas, la agenda de reuniones, las cuestiones en consideración, las normas o disposiciones aprobadas, etc.
- c) Medios de Comunicación del MERCOSUR. Un lugar que contendrá el mailing más completo de medios regionales, divididos en nacionales y regionales, con sus sitios webs y direcciones electrónicas. Cabe destacar que este recurso ya se utiliza en páginas gubernamentales de nuestros países incluso con la característica de que el nombre de cada medio redirecciona la búsqueda hacia su página web.

Otra vez, constituye una herramienta importante para dar presencia a los medios de comunicación pequeños, a los regionales, sectoriales y comunitarios.

d.3) Espacios interactivos y de utilidad para la población: Guía de Trámites, Consultorio del Ciudadano y Cartelera Pública

- a) Guía de Trámites, para orientar a los interesados en áreas donde ya funcionan plenamente los acuerdos del bloque: educación, validación de títulos, circulación de personas, circulación de bienes, requisitos de comercio, etc. Se brindará la información suministrada por los órganos específicos o se orientará a las personas al contacto con ellos.
- b) Consultorio del Ciudadano. Funcionará a la manera de un call center, pero no en tiempo real, sino por mail o como cartelera de acceso general, donde se publicarán las consultas y las respuestas de manera que puedan ser visualizados por todos los interesados en casos similares.
- c) Cartelera Pública. En la cual los ciudadanos, ongs e instituciones puedan expresar sus inquietudes sobre problemas regionales, fronterizos, o sectoriales del MERCOSUR. Está concebido como un lugar público que facilite la participación y la comunicación horizontal. Queda claro que los contenidos – como ocurre en muchos sitios de Internet- no son responsabilidad de la institución MERCOSUR sino de los ciudadanos que participan.

4.2) PROMOVER LA PRESENCIA DEL MERCOSUR EN LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN DE LA REGION

4.2.1) Agencia de Noticias del MERCOSUR en Internet.

Partiendo de la idea de una Agencia Institucional descrita en el ítem del Portal Oficial, se trata de ampliar esa herramienta hacia la construcción de una Agencia Electrónica de Noticias que proporcione diariamente a los medios de comunicación la información acerca de la actividad de los órganos y comisiones del MERCOSUR en formato periodístico atendiendo a las necesidades y a los intereses que demanden los medios de comunicación regionales. Esta meta se apoya en la existencia una Dirección de Comunicaciones del MERCOSUR, que tenga recursos humanos para trabajar específicamente en cada país con el universo de medios contenido en el mailing descrito anteriormente.

El funcionamiento de esta Agencia potenciará la circulación intra-institucional, pues les brindará a los diversos órganos y comisiones un canal para difundir sus actividades.

TENDRA UN ESPACIO EN LA CARATULA DEL PORTAL, DEL TIPO ROLLING, DONDE IRA CIRCULANDO LAS PRINCIPALES NOVEDADES Y NOTICIAS QUE PRODUZCAN LOS ORGANOS DEL MERCOSUR Y SUS COMISIONES Y LA AGENDA DE EVENTOS ORGANIZADOS POR ELLOS.

Es importante la existencia de una herramienta así, porque brindará un punto de referencia, un lugar donde se concentra la información oficial y fidedigna del MERCOSUR. Tiene la ventaja además, que servirá para encuadrar la agenda mediática en relación a nuestra asociación regional y para potenciar los temas que normalmente no encuentran canales de difusión.

4.2.2) Propuesta de constituir un Encuentro Permanente de Medios de Comunicación privados y públicos, bajo la organización del MERCOSUR, con reuniones periódicas y regulares en Montevideo.

No puede haber una política comunicativa estratégica que no contemple el rol de los medios de comunicación privados. El objetivo es promover un espacio de discusión, debate y acuerdos a nivel de medios de la región para encarar el problema de la circulación de noticias de la región, dentro de la región y producidas en la región.

Nuestros países consumen noticias de sí mismos producidas por medios informativos internacionales cuyos centros están fuera del MERCOSUR. Esto tiene como resultado práctico que la agenda de temas, la cantidad y la importancia de las noticias no responden a prioridades de la región sino a la visión del mundo de los países centrales. Hay pocas noticias de la región, y cuando se producen son las que interesan mayormente en el Primer Mundo. Esta situación ya fue ampliamente descrita y estudiada desde la década del 60 por todas las instituciones universitarias de Comunicación de nuestros países y por las organizaciones periodísticas.

Desde la constitución del MERCOSUR se nota un cambio, sobre todo en los últimos años, pero no en forma suficiente respecto a la cantidad de noticias y temáticas, puesto que la gran mayoría de las noticias acerca del MERCOSUR se refieren a los conflictos, y específicamente a los conflictos comerciales.

Está claro que los medios privados de comunicación son esenciales para lograr el objetivo de una intercomunicación mejor y más cercana a los ciudadanos de nuestros países, por lo cual el objetivo en este punto es dar el primer paso y promover un **PRIMER ENCUENTRO DE MEDIOS DE COMUNICACIÓN**, que sirva para que los medios incluyan a la comunicación interregional entre sus prioridades periodísticas y de negocios. También para acordar políticas estratégicas de difusión pública y de articulación con el sector privado por parte de los organismos oficiales de comunicación.

De igual manera se promoverá este debate entre las organizaciones de periodistas.

Pero estos objetivos solo pueden ser alcanzados si previamente nos damos una organización desde lo público. Debemos constituir primero un ámbito sólido y funcional desde los Estados y el MERCOSUR institucional, para poder convocar y plantear políticas regionales de comunicación social.

Este ítem presupone que desde el sector público y desde el MERCOSUR institucional exista la organización adecuada y el consenso acerca de un plan estratégico de comunicación. En base a ello podremos elaborar una agenda hacia los medios privados.

4.3) PLANES ESTATALES DE PUBLICIDAD Y DIFUSION DEL MERCOSUR

4.3.1) Publicidad. Presentar a las autoridades de Comunicación Pública de los gobiernos de los países miembros, un plan para ser incluido en las pautas de publicidad oficial, en el que puedan difundirse aspectos del funcionamiento del MERCOSUR y los acuerdos que se vayan logrando.

Que en la radio y TV de todos los países a nivel nacional y regional, se puedan presentar periódicamente, cortos publicitarios con contenidos que el MERCOSUR defina o sobre temas específicos (por ejemplo campaña contra la aftosa, cuyos alcances y objetivos, posibilidades o sanciones, sea difundida en la zona de las fronteras, donde se necesita vacunación. Lo mismo en relación problemas de salud, inmigración, etc).

Para lograr este objetivo las secretarías de Comunicación deberían contemplar un presupuesto para la contratación de compañías de publicidad que se encarguen de las campañas, en función de los objetivos propuestos por el órgano político del MERCOSUR.

4.3.2) Noticieros. Espacio en los noticieros estatales para noticias del MERCOSUR. También en el ámbito de los organismos oficiales de Comunicación de los cinco países miembros, presentar la propuesta de un micro específico de noticias del bloque regional, con contenidos producidos en cada país, en base a noticias propias o a los insumos proporcionados por la Agencia de Noticias diseñada para la página web.

Invitar a participar del sistema a los noticieros y medios privados que ya están trabajando en forma especializada en noticias del MERCOSUR y ofrecer gratuitamente los materiales a los medios regionales y privados nacionales.

4.3.3) Canal MERCOSUR. En una segunda etapa del plan, elaborar un proyecto de Canal MERCOSUR, tomando como base las experiencias que realizan algunos canales públicos (caso Radiobras o la experiencia de TELESUR) con la perspectiva de ser incluido en la programación de la TV por cable de toda la región. Los pasos en este ítem serían:

- a) construir un formato con buen estándar técnico y contenidos interesantes en términos periodísticos.
- b) Definir una programación tomando lo mejor de la producción actual de los canales públicos, mediante la conformación de una comisión de especialistas y personalidades de la cultura de todos nuestros países.

Una variante en este campo, sería la de promover un evento de premiación anual para las producciones de TV, con la posibilidad de incorporar los contenidos en la programación del Canal MERCOSUR.

- c) Una estrategia de posicionar estos contenidos en la TV privada, ofreciéndolos gratuitamente en una primera etapa, por lo menos a los medios más chicos y a los medios regionales.

4.3.4) Estudios de Opinión Pública. Seguimiento de la opinión pública en los países y regiones, mediante estudios periódicos, para adaptar los planes de publicidad y difusión a las diferentes realidades nacionales y regionales de la población y detectar los problemas que dificultan la percepción del MERCOSUR y sus ventajas entre la gente común

4.4) CREACION DE UNA DIRECCION DE COMUNICACIÓN SOCIAL DENTRO DE LA ESTRUCTURA ORGANICA DEL MERCOSUR

La Dirección de Comunicación debería ser un órgano de carácter permanente con sede en la Capital del MERCOSUR y con competencia para manejar los instrumentos comunicativos. Es decir, el Portal de Internet, centralizar y ayudar a la difusión de la información producida por todos organismos y llevar adelante la relación con los medios de comunicación.

Es importante que sea un organismo con participación de personas especializadas de TODOS LOS ESTADOS MIEMBROS, en especial de las secretarías o ministerios oficiales de comunicación, para poder realizar el seguimiento e implementar las decisiones que tomen los países en el ámbito de las reuniones especializadas de Comunicación Social.

Ocurre normalmente y como es lógico, que los funcionarios, una vez que vuelven a sus países, se ven inmersos en las problemáticas nacionales y los temas del MERCOSUR quedan muchas veces huerfanos de gestión cotidiana y –en especial-, de un órgano que

haga el seguimiento de las políticas específicas de largo plazo decididas por los estados miembros.

Para estos objetivos, la propuesta es dotar a la Dirección de recursos técnicos y humanos dirigidos a:

- a) El manejo de los contenidos y actualización permanente del Portal web. Especialmente de aquellos ítems que facilitarían la participación y consulta ciudadana y la actualización de noticias producidas por el MERCOSUR. (recursos humanos).
- b) Recursos humanos para profundizar la relación con los medios nacionales y regionales dentro de los países miembros. Esto por dos razones:
 - por el inmenso número de medios gráficos, electrónicos, especializados, etc que existe en la región
 - porque cada país tiene su especificidad en materia de medios de comunicación.

4.5) PLAN DE ELABORACION DE CONTENIDOS PARA LA ENSEÑANZA PERMANENTE SOBRE EL MERCOSUR EN LOS SISTEMAS EDUCATIVOS

Promover un ámbito con los ministerios de Educación de la región para una política de enseñanza y difusión del MERCOSUR en los sistemas escolares.

El objetivo a lograr es que el MERCOSUR se convierta en un contenido común obligatorio en las currículas de los sistemas educativos en todos sus niveles y participar en la elaboración de estos contenidos.

Y en la misma dirección, que se acuerden materiales educativos comunes para la enseñanza, y que se destinen fechas y actividades específicas dedicadas al MERCOSUR.

La propuesta podría incluir la elaboración de un kit en soporte digital con la información del MERCOSUR y de los países que lo integran.

4.6) DIFUSION CULTURAL. EL MERCOSUR EN LA CULTURA POPULAR

1) Promover la coordinación con las políticas culturales decididas en los ámbitos específicos del MERCOSUR para ayudar a la difusión dentro del circuito de los medios masivos de comunicación de manera integral.

Estas políticas y eventos culturales están hoy dispersas por rama de actividad, lo cual redundaría en que las inversiones no logran un nivel de resultados importantes.

2) Dicha coordinación debería tener como misión principal elaborar una agenda de eventos y actividades culturales del tipo de: festivales anuales de Cine, de teatro, de música del MERCOSUR, con la meta de INTEGRARLOS en una mensaje mediático constante y consistente, que llegue a los diferentes públicos y que en forma masiva de una idea de la verdadera dimensión de la actividad cultural regional.

Asimismo, puede ayudar decisivamente a constituir estas iniciativas, encuentros y eventos en referencias importantes dentro de la región.

3) Presentar iniciativas para promover eventos especiales, con la participación de artistas, futbolistas y personalidades de la cultura popular que ayuden a focalizar la atención pública en temáticas y políticas del MERCOSUR. Por ejemplo partidos de fútbol del equipo del MERCOSUR con el equipo representativo de la Unión Europea (este evento –a beneficio de planes sociales en áreas de frontera-, fue acordado por la Presidencia de la CRPM con los representantes del bloque europeo y figura entre los objetivos de la UE con el MERCOSUR. También se avanzó con las secretarías de deportes de los países y con las confederaciones de fútbol). En el mismo sentido, promover bajo el lema del MERCOSUR, la participación de personalidades populares en el marco del Plan Estratégico de Fronteras u otros planes sociales.

5) Desarrollo de la estética comunicacional del MERCOSUR

En el actual estado de situación, el MERCOSUR sólo posee un isologo, que es utilizado en todas las publicaciones oficiales impresas. Pero falta desarrollar una simbología completa al estilo de la UE. Esto tiene múltiples utilidades para todas las herramientas comunicativas: noticieros del MERCOSUR: la publicidad del MERCOSUR, los colores de la WEB, etc. **Pero más allá de todo esto, se plantea el objetivo de constituir una estética reconocible a nivel popular.** El caso se planteó claramente al imaginar la presentación de una camiseta de fútbol para identificar al equipo del MERCOSUR, que por las características de este deporte en nuestros países, podría ser un elemento vital para imponer la imagen del MERCOSUR.

CRPM 21 de abril de 2006

ANEXO “C” – Proposta de Criação de uma Unidade de Comunicação do MERCOSUL (2006)

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE COMUNICAÇÃO DO MERCOSUL

A Presidência *Pro Tempore* do Brasil, com base nas discussões realizadas no âmbito da Reunião Especializada em Comunicação Social e em discussões com diversos integrantes do MERCOSUL, e com o referendo da Seção Nacional Brasileira da RECS e do Ministério das Relações Exteriores, propõe a criação de uma Unidade de Comunicação Social que funcionaria de maneira permanente na estrutura institucional da Secretaria Geral do MERCOSUL.

OBJETIVOS

1. A Unidade de Comunicação Social terá como funções o planejamento, operacionalização e avaliação de iniciativas de comunicação relativas ao processo de integração regional. Por Comunicação Social, neste caso, entende-se divulgação jornalística e relacionamento com a imprensa, pesquisas de opinião, organização de eventos, elaboração de produtos informativos e outras tarefas operacionais subordinadas às diretrizes do MERCOSUL.
2. A Unidade de Comunicação será um pólo de levantamento, organização e disseminação de informações para os agentes e órgãos componentes do MERCOSUL, autoridades dos diferentes países engajadas no tema, diferentes públicos de interesse do bloco e sociedades dos países membros.
3. Os objetivos prioritários da Unidade de Comunicação são:
 - a. organizar, adaptar e fazer circular informações sobre o MERCOSUL entre as autoridades e agentes ligados diretamente ao tema;
 - b. promover divulgação jornalística sobre o MERCOSUL e seus avanços nos países integrantes do Bloco;
 - c. ser referência informativa para a imprensa na disseminação de informações, obtenção de acesso, contatos e outras ações referentes a divulgação e comunicação;
 - d. planejar e executar estratégias, ações e produtos de comunicação conforme demanda dos diferentes órgãos que compõem o MERCOSUL;
 - e. articular agendas e recursos no âmbito da comunicação das distintas instituições integrantes do MERCOSUL.

4. A Unidade de Comunicação Social funcionará na forma de rede, integrada por pelo menos um representante/órgão governamental de cada país integrante do MERCOSUL, que terá atuação operacional (e estará ligado diretamente ao governo de cada país integrante do MERCOSUL). Esses cinco pontos focais (de rede) terão a missão de:
 - a. difundir e fazer circular internamente as informações geradas na Unidade-sede,
 - b. ser o interlocutor local no âmbito operacional das ações da Unidade;
 - c. reunir o conteúdo e sistematizar as informações referentes ao bloco nos diversos órgãos/ministérios do país que representa;
 - d. propor ações a serem desenvolvidas conjuntamente no âmbito da Unidade ou da unidade local;
 - e. manter jornalistas e outros públicos de interesse atualizados em relação a informações e avanços na integração dos países participantes do MERCOSUL.

SUBORDINAÇÃO

5. As atividades da Unidade de Comunicação serão acompanhadas pela RECS, que deverá receber relatórios trimestrais das ações planejadas e desenvolvidas. Cada órgão ou instituição do MERCOSUL poderá encaminhar demandas específicas à Unidade de Comunicação Social, que serão atendidas a partir das prioridades do bloco.

INTEGRANTES

6. A Unidade de Comunicação Social deve ser integrada por funcionários especialistas em comunicação (com formação em jornalismo, publicidade ou relações públicas, prioritariamente) cedidos pelos quatro governos dos Estados Partes e da Venezuela na condição de Estado Aderente, além de funcionários técnicos de apoio contratados. Os países possuem direito a indicar pelo menos um profissional de comunicação para atuar de modo fixo. Não possuem, entretanto, obrigação de indicar os profissionais, podendo isto ser feito a qualquer momento.
7. O grupo de especialistas poderá ser complementado por profissionais cedidos por outras instituições do MERCOSUL, a partir do interesse destes e da anuência da RECS, ficando sua ação subordinada às determinações da Unidade.

RECURSOS

Os recursos para manutenção da Unidade de Comunicação devem ser oriundos do orçamento geral do MERCOSUL, bem como de outras fontes.

AGENDA PRIORITÁRIA

1. Organizar um sistema de distribuição de noticiário sobre o MERCOSUL para veículos de comunicação do bloco, com o envolvimento de agências de notícia e emissoras públicas e da Rede formada nos países integrantes do MERCOSUL.
2. Criação de boletim eletrônico semanal a ser distribuído a todas as autoridades, funcionários e outros agentes envolvidos diretamente com o MERCOSUL e a demais interessados que manifestem o desejo de recebê-lo. O boletim também deve ser disponibilizado no portal oficial do MERCOSUL (www.mercosur.int) e em outros portais que manifestem interesse.
3. Mapeamento de ações de comunicação dos diferentes órgãos e atores do MERCOSUL, de maneira a articular ações e integração.
4. Elaborar Plano Anual de Trabalho. O Plano incluirá responsabilidades, definição dos públicos prioritários, objetivos, prioridades informativas, programas de ação, produtos e cronograma.
5. Elaboração e manutenção de *mailling list* de públicos prioritários da Secretaria do MERCOSUL, em particular imprensa e autoridades do MERCOSUL.
6. Manter sistema de acompanhamento de notícias sobre o MERCOSUL e distribuição de sínteses e análises às autoridades.
7. Manter o Portal do MERCOSUL (www.MERCOSUL.int) atualizado, fornecendo informações adaptadas ao público em geral e à imprensa.
8. Organizar procedimentos para tornar a Unidade de Comunicação Social referência para jornalistas, servindo de porta de entrada para obtenção de informações, indicação e orientação de fontes.
9. Tornar rotina o planejamento e execução de produtos e ações de comunicação como sugestões de pauta, organização de eventos, publicações, *hot sites*, *press kits*, *releases*, manutenção de sala de imprensa na internet, orientação de porta-vozes junto à imprensa.
10. Executar as publicações propostas no Plano de Divulgação apresentado pela Secretaria do MERCOSUL e atualizar a Cartilha *Encontros com o MERCOSUL/Somos Mercosur*, editada em português pela Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil desde 2004 e em espanhol em 2005.
11. Assessorar na elaboração de estratégias de comunicação da Secretaria Geral do MERCOSUL e dos demais órgãos, quando solicitado.
12. Apoiar os órgãos do MERCOSUL em operações que digam respeito a Comunicação Social, em particular no relacionamento com a imprensa.
13. Elaborar ou acompanhar, na qualidade de consultoria, a elaboração de produtos comunicativos produzidos por diferentes órgãos do MERCOSUL.

14. Formar Rede de Comunicação da Secretaria Geral do MERCOSUL

ANEXO “D” – Reformulación de Funciones de la Propuesta de Brasil pra la Creación de una Unidad de Comunicación del MERCOSUR.

Lineamientos

Reformulación de funciones de la propuesta de Brasil para la creación de una Unidad de Comunicación del MERCOSUR. Lineamientos.

1. Optimizar la libre circulación y acceso a la información sobre el bloque
2. Responder a los requerimientos informativos de los ciudadanos y de las distintas organizaciones sociales nacionales y extranjeras, generando una mayor a participación y compromiso ciudadano proceso de integración regional.
3. Responder a los requerimientos informativos de la prensa nacional y extranjera en lo referente a la política del bloque
4. Divulgar, explicar comunicacionalmente los lineamientos de la agenda política del bloque
5. Mantener informado a los ESTADOS PARTES sobre las repercusiones en los medios extranjeros sobre las cuestiones referidas al MERCOSUR.
6. Elaborar y poner en marcha estrategias de comunicación social – formativas, educativas y culturales- para la promoción del MERCOSUR.
7. Divulgar informaciones y estadísticas relevantes para las posiciones de política exterior del MERCOSUR destinadas a la captación de inversiones, ect,
8. Implementar programas de visitas de formadores de opinión y personalidades reconocidas internacionales.
9. Organizar seminarios, charlas, talleres, debates, exposiciones y toda otra actividad que fortalezca la identidad del MERCOSUR.
10. Organizar reuniones informativas con la sociedad civil y las ONGs que puedan tener interés en cuestiones de integración Regional.
11. Trabajar para que el Mercosur tenga un papel relevante en el espacio de la opinión pública a través de la utilización de las plataformas comunicacionales ya existentes.
12. Entender en la formulación, ejecución de la política de comunicación social del y para el MERCOSUR.
13. Entender en la difusión de las Agendas cultural, política e institucional del MERCOSUR el ámbito interno y externo
14. Articular políticas comunes con los medios públicos de difusión que se encuentran bajo la responsabilidad de los distintos Estados Partes y aquellas empresas del sector en las que los Estados Partes sean accionistas (TELESUR).
15. Articular políticas de publicidad comunes de las acciones que generen beneficios concretos para los ciudadanos del MERCOSUR.

16. Preparar portafolios informativos y materiales de difusión para las reuniones y conferencias de prensa que realicen altos funcionarios del MERCOSUR
17. Gestionar y coordinar la presencia de funcionarios de las áreas involucradas en el proceso de integración en medios radiales, televisivos, gráficos y digitales.
18. Prestar asistencia a los encargados de prensa en las representaciones diplomáticas y consulares de los ESTADOS PARTES
19. Producir material informativo en formato textual, fotográfico y audiovisual para ilustrar las estrategias comunicativas y acciones de relaciones públicas en el terreno internacinal.
20. Registrar, clasificar y archivar las piezas informativas que hacen mención a la repercusión internacional de los intereses MERCOSUR.

ANEXO “E” – Ata RECS n. 3/2007**MERCOSUR/ RECS/ ACTA N. 03/07****XII REUNION ESPECIALIZADA DE COMUNICACION
SOCIAL (RECS)**

Tuvo lugar en la ciudad de Montevideo, República Oriental del Uruguay, el día 16 de octubre de 2007, la XII Reunión Especializada de Comunicación Social del MERCOSUR, con la presencia de las Delegaciones de Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Venezuela.

La lista de participantes se encuentra en el **ANEXO I**.

La Agenda de la Reunión consta como **ANEXO II**.

1. Aprobación de la Agenda de la Reunión

Las delegaciones aprueban la agenda que consta como **Anexo II**.

2. Definición del Rol Estratégico de la RECS

Las delegaciones discutieron sus visiones respecto del rol que la RECS debe desempeñar en el marco de la estructura institucional del MERCOSUR.

En primer término, la PPTU manifestó su posición que la RECS debe limitarse a actuar como órgano asesor en materia de transmisión de información verídica y concreta sobre el proceso de integración a la ciudadanía del MERCOSUR. En ese sentido, cualquier otra función de la RECS debería ser discutida a nivel del Grupo Mercado Común.

Hubo debate general sobre el tema, coincidiendo los distintos delegados en la conveniencia de crear una Unidad de Comunicación y Divulgación en la Secretaría del MERCOSUR, sobre el MERCOSUR en general.

En la próxima reunión de la RECS se redactará una Recomendación al respecto, que debería ser discutida en el ámbito del GMC.

Se continuará trabajando en forma diferenciada en el ámbito de los GTs de medios públicos de acuerdo a la Carta Compromiso de Buenos Aires.

La delegación de Argentina resaltó su interés en contar con la participación de representantes de los medios públicos de todos los Estados Partes en las actividades de los GTs de Radio, Agencias y Televisión.

3. Instructivo Común de Prensa en el ámbito MERCOSUR

Las delegaciones manifestaron su interés en avanzar en la redacción del Instructivo. La PPTU centralizará las propuestas presentadas y las circulará a las demás delegaciones, para consolidar un documento único.

4. Portal de Noticias del MERCOSUR

Se reseñaron los antecedentes del Portal de Noticias sobre el MERCOSUR, que surge como resultado del trabajo del GT Agencias de Noticias y la Dirección de Prensa del Presidente de la CRPM.

Se agradeció el informe presentado, que figura como **ANEXO VI**.

La delegación de Uruguay más allá de estar de acuerdo con la idea de un Portal a cargo de las Agencias y Secretarías de Prensa de los países, reafirmó su idea de que se trata de un Portal sobre el MERCOSUR pero no del MERCOSUR.

Las delegaciones de Argentina, Brasil, Paraguay y Venezuela aprobaron el informe presentado, el cual queda ad referendum de consultas internas en Uruguay, para su presentación al GMC.

La delegación de Paraguay sugirió que el tema se presentara a la próxima Reunión Ordinaria del GMC, en cumplimiento de las formalidades institucionales del MERCOSUR.

5. Segundo Seminario “La Comunicación Pública en el Proceso de Integración Regional”.

La delegación de Venezuela propone la postergación del Seminario para la segunda quincena de marzo de 2008, en fecha a confirmar con la próxima PPT, a lo que las demás delegaciones acceden.

La delegación de Brasil realizó aportes a la agenda propuesta por Venezuela en la XI Reunión de la RECS (que se agregan como **ANEXO IV**), las que serán discutidas en el Grupo Ad Hoc para la organización del Segundo Seminario, que será convocado previamente a la próxima reunión de la RECS.

La delegación de Brasil informó su intención de realizar el Tercer Seminario de Medios Públicos en el segundo semestre de 2008 durante la PPTB.

6. Informe sobre Seminario Internacional: “Medios, política y construcción de ciudadanía”.

La Delegación de Argentina informó detalles de la realización de este Seminario Internacional, a ser desarrollado el día 12 de noviembre de 2007, en la ciudad de Buenos Aires, organizado por Radio Nederland, de los Países Bajos y la Sección Nacional argentina de la RECS. Al respecto, dio a conocer el Programa y la lista de invitados.

7. Investigación acerca del tratamiento del MERCOSUR en la prensa internacional.

La delegación de Brasil presentó el Programa de Investigación a realizarse en coordinación de la RECS con la UNESCO en 15 países, en relación al tratamiento de la prensa a nivel internacional respecto del MERCOSUR.

Se solicita a cada delegación la designación del investigador independiente seleccionado para realizar la tarea en el mes de diciembre de 2007, en base a un instructivo que se agrega como **ANEXO V**.

8. Otros Asuntos

8.1 Políticas Comunicacionales en la Unión Europea

La delegación de Paraguay reitera el interés en la visita de un representante de la UE para informar a la RECS respecto de las políticas de comunicación de la UE, actividad que viene siendo discutida desde la XI RECS.

La PPTU solicitó se informe los datos de dicho representante a efectos de continuar los contactos.

8.2 Participación de Sector Documentación y Divulgación de la SM

La delegación de Paraguay solicita que, en atención a los objetivos y cometidos de la RECS, en sus reuniones participen funcionarios del sector Documentación y Divulgación de la SM, de acuerdo a las posibilidades del servicio.

8.3 Foro Nacional de Radios Públicas del MERCOSUR

La delegación de Brasil informó sobre la realización del Primer Foro Nacional de Radios Públicas a ser realizado del 21 al 23 de noviembre en Río de Janeiro e invitó a los integrantes de la RECS a participar como observadores.

PRÓXIMA REUNIÓN

La PPTU convocará la próxima reunión de la RECS. La delegación de Argentina propuso se evalúe la posibilidad de realizar la próxima Reunión de la RECS los días 12 y 13 de noviembre en la ciudad de Buenos Aires a continuación del Seminario relacionado en el punto 6.

ANEXOS:

Los Anexos que hacen parte de la presente Acta son:

Anexo I	Lista de Participantes
Anexo II	Agenda
Anexo III	Parlamento
Anexo IV	Programa alternativo al Segundo Seminario “ La comunicación pública en el Proceso de Integración Regional”
Anexo V	Investigación del MERCOSUR en la prensa
Anexo VI	Informe sobre el Portal de Noticias

Delegación de Argentina

Delegación del Brasil

Delegación del Paraguay

Delegación del Uruguay

Delegación de Venezuela

ANEXO “F” – Carta de Buenos Aires (2007)

Seminário “A Comunicação Pública no Processo de Integração Regional”

CARTA-COMPROMISSO DE BUENOS AIRES

De 10 a 12 de janeiro de 2007, realizou-se na cidade de Buenos Aires o Seminário “A Comunicação Pública no Processo de Integração Regional”, organizado pela Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL (RECS) e que contou com a participação de representantes dos meios públicos do MERCOSUL e Estados Associados. O evento teve como objetivo principal o início de um processo de conhecimento mútuo e integração mediante o intercâmbio de informação, experiências e articulação de ações conjuntas entre canais de televisão, agências de notícias e emissoras de rádio da região. A partir da identificação de laços de atuação conjunta e buscando dar sinergia ao diálogo entre nossas realidades, declaramos:

1. O MERCOSUL, além de um acordo comercial, constitui um permanente processo de integração social, política e cultural que responde a aspirações históricas dos povos da América do Sul. No entanto, a integração regional não se efetivará sem o conhecimento mútuo das diferentes realidades, do acesso à informação e cultura das outras nações e das próprias ferramentas de integração do MERCOSUL. O sentimento de pertencimento e solidariedade por parte dos povos latino-americanos é de fundamental importância não só para o processo de integração regional, mas também para o fortalecimento das instituições democráticas que atuam na gestão desses processos de cooperação e integração.
2. No Tratado de Assunção, os países signatários coincidiram na necessidade de promover o desenvolvimento de políticas comuns para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. Nesse sentido, consideramos que a comunicação é um fator-chave articulador para as nações pertencentes ao bloco, tanto como instrumento para divulgação e integração das políticas do MERCOSUL, como para a própria definição de políticas de comunicação pública convergentes entre os países do bloco. Isto se traduziu em primeira instância na criação da Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL (RECS), como principal órgão sobre o tema no bloco regional. O trabalho da RECS pôs em evidência a vontade e a capacidade de cooperação entre os Estados Partes. O sucesso obtido com o Seminário “A Comunicação Pública no Processo de Integração Regional” é uma consequência do esforço e um indicativo de que é possível fazer uma verdadeira aproximação das mídias públicas do MERCOSUL. A cooperação e articulação em matéria de comunicação pública entre os Estados Partes é uma ferramenta estratégica para potencializar as capacidades de todos os países. Ao viabilizar estes objetivos, devemos reconhecer a assimetria na infra-estrutura comunicacional existente entre os Estados Partes do MERCOSUL, a qual deve ser contemplada no futuro Plano de Ação do bloco.
3. Na articulação regional, o papel da comunicação pública é de duas naturezas. Primeiramente, ajuda a tornar visíveis os processos de integração ainda hoje insuficientemente conhecidos da maioria da população. Em segundo lugar, atua

como espaço público privilegiado de intercâmbio de informação e cultura que, pela sua própria existência, colabora no fortalecimento da integração regional. É uma ferramenta de interesse público e essencial para o aprofundamento do processo democrático na região.

4. Os meios públicos – sejam eles rádios, televisões, agências de notícias, meios digitais e impressos – têm a tarefa de recuperar e preservar a memória de nossos povos, nossa cultura, tradições e línguas, reconhecendo a rica diversidade cultural de nosso continente. A integração deve ser um processo de intercâmbio e fortalecimento de uma identidade comum, não de uniformização ou subjugação de culturas. A constituição da cidadania, a igualdade de oportunidades, o acesso universal à informação e aos bens culturais são objetivos que devem orientar a comunicação pública dos países que compõem o MERCOSUL. O papel dos governos e instituições dos Estados Partes é facilitar esses processos, reforçando estruturas de comunicação pública e desenvolvendo projetos criativos para garantir a participação cidadã.
5. Indo além das fronteiras nacionais, iniciativas de comunicação pública internacional como a TeleSUR e a TV Brasil – Canal Integración surgem como atores de um nascente espaço público latino-americano. Isto demonstra que a região só se beneficia com projetos que partem de uma perspectiva de cooperação e que visam fortalecer o intercâmbio de informação e cultura entre os países. Estas experiências deveriam estender-se ao âmbito do rádio, meios digitais e impressos.
6. O direito de cada cidadã e cidadão ao conhecimento e à informação isenta e plural é condição indispensável para o exercício pleno da democracia. Na realização desse direito, a comunicação pública, em particular aquela promovida por veículos de comunicação ligados à estrutura do Estado, tem papel preponderante. Por seus vínculos originais com a sociedade e por não se pautar por interesses comerciais, os meios de comunicação públicos têm condições de colocar o cidadão em primeiro lugar, garantindo a ele a pluralidade e a diversidade de informação e cultura presentes na sociedade.
7. A partir desse reconhecimento, destacamos a Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL, dos dias 13 e 14 de dezembro de 2006, realizada em Brasília, que em seu ponto 9 destaca: “Para construirmos um MERCOSUL verdadeiramente democrático e participativo, consideramos fundamental formular uma estratégia de cooperação específica para os âmbitos da informação e comunicação pública e cidadã, com um sentido de equidade e respeito à liberdade de imprensa, com a finalidade de contribuir para a formação de uma cidadania e uma identidade comum sul-americana.” Essa estratégia inicia-se pelo apoio, inclusive financeiro, em cada país, à criação e desenvolvimento de meios de comunicação de vocação pública, sejam eles estatais, educativos, legislativos, comunitários e universitários, e que contemplem a participação da sociedade em seus mecanismos de gestão.
8. Para que os objetivos que aqui expomos se realizem de fato, é fundamental a observância de princípios democráticos para gestão, produção, distribuição e acesso aos meios de comunicação públicos. Eles devem estar a serviço da cidadã e do cidadão de cada país, possibilitar a participação social e devem ter distribuição ampla e profunda, viabilizando o acesso universal e gratuito da população aos conteúdos disponíveis.

9. As diretrizes para comunicação pública devem fazer parte dos sistemas nacionais de comunicação. As mídias públicas devem ser atores fundamentais em todas as políticas públicas de comunicação, educação e cultura, inclusive atuando como participantes no processo de definição e implementação de novas tecnologias e suas convergências, assim como devem obter amplo apoio para que possam se adaptar às novas exigências tecnológicas.
10. Acreditamos que esse conjunto de princípios e medidas deve balizar a atuação dos nossos governos no tocante à comunicação pública. A sua adoção trará benefícios para as cidadãs e cidadãos de todos os países do MERCOSUL, fortalecendo e consolidando o processo de integração regional e nossas democracias.
11. Nesse sentido, é conveniente aprofundar a experiência deste Seminário realizado pela RECS mediante o desenvolvimento de instrumentos concretos de articulação que permitam levar adiante ações relevantes no campo da comunicação pública. A articulação ampla e permanente entre as mídias públicas do MERCOSUL terá continuidade com um segundo seminário, a ser realizado ainda neste ano. Independentemente os atores envolvidos neste primeiro seminário se comprometem a fortalecer e dar continuidade a este processo.
12. Esta Carta subscrita no âmbito do Seminário “A Comunicação Pública no Processo de Integração Regional” constitui um ponto de partida para construir uma estratégia comunicacional comum no âmbito do MERCOSUL.

Buenos Aires, 12 de janeiro de 2007

**ANEXO “G” – Proposta do Uruguai – Política Comunicacional do
MERCOSUL (2013)**

**XXII REUNIÓN ESPECIALIZADA DE
COMUNICACIÓN**

ACTA N° 01/13

ANEXO IV

Montevideo, 26 y 27 de junio de 2012

12)

MERCOSUR/XXII RECS/DT N° 01/13

**XXII REUNION ESPECIALIZADA DE COMUNICACION
SOCIAL**

Montevideo, 26 y 27 de junio de 2013

ACTA N° 01/13

ANEXO IV

**Propuesta uruguaya: relevamiento de puntos tratados sobre política de
comunicación del MERCOSUR**

- 1.- Política Comunicacional MERCOSUR. Identidad, pertenencia, ciudadanía MERCOSUR. Sujeto de derecho.
- 2.- Estrategia y gestión Comunicacional MERCOSUR. Visibilidad, posicionamiento e inserción internacional.
- 3.- Comunicación MERCOSUR. Utilización de las nuevas tecnologías. Profesionalización, Especialización. Capacitación y formación. Rol de las Universidades.
- 4.- Participación: Organizaciones sociales y comunitarias. Migraciones. Integración fronteriza: Difusión / recepción.

**ANEXO “H” – Propuestas de la Presidencia Pro Tempore de Venezuela
– Política Comunicacional de MERCOSUR**

21

**XXIII REUNIÓN ESPECIALIZADA DE
COMUNICACIÓN**

ACTA N° 02/13

ANEXO V

Caracas, 28 y 29 de noviembre de 2013

PROPUESTAS DE LA PRESIDENCIA PRO TEMPORE DE VENEZUELA

POLÍTICA COMUNICACIONAL DE MERCOSUR

La definición de una política comunicacional entre los estados miembros del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) resulta de vital importancia en el momento político e histórico que vive América Latina.

La comunicación en este bloque de integración regional no debe relegarse solamente a las Cumbres de Jefes de Estado y de Gobierno ni a la agenda que los medios de comunicación proponen, de acuerdo a sus propios objetivos o los intereses que representan.

Por ende, el Grupo de Mercado Común (GMC) instruyó el pasado mes de junio a la Reunión Especializada en Comunicación Social (RECS) que sesionará en Caracas este 28 y 29 de noviembre la elaboración de lineamientos de una política comunicacional del Mercosur y su implementación práctica.

La República Oriental del Uruguay presentó el jueves 21 de noviembre al GMC una propuesta de lineamientos hacia una política de comunicación e información pública del Mercosur, que consideramos un componente necesario para la funcionalidad y el desarrollo de una política comunicacional.

La instrucción del GMC fue discutir esta propuesta y otras iniciativas de los países miembros en la reunión de Caracas para que fuese elevada a dicho órgano de decisión antes de la próxima cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno.

La propuesta de Uruguay es avalada por la delegación de Venezuela aunque desea agregar algunos lineamientos y discutir dos de sus puntos en los siguientes términos:

1. En el ítem 5, referido a los roles de Comunicación y Divulgación en el Mercosur, Venezuela estima que la dirección política de la comunicación la detentará la Presidencia Pro Tempore en ejercicio en coordinación con las restantes Coordinaciones Nacionales GMC

(suprimiéndose “en la medida de lo posible”, que contiene el documento de Uruguay)

2. En punto sobre la designación del Director General de la UCIM Venezuela propone que debe de ser designado por el GMC por un periodo de un año sin posibilidad de prorrogación, rotando alfabéticamente.

Además de las modificaciones que sometemos a la consideración de la reunión, Venezuela quiere igualmente agregar algunos puntos complementarios:

1. Venezuela estima que se debe definir el funcionamiento administrativo y económico de esta unidad técnica para determinar la factibilidad de la misma y propone que se adelante en esta misma reunión su discusión.
2. Que la Unidad Técnica de Comunicación e Información del Mercosur (UCIM) vincule a ella una Red Mercosur de Observatorios Nacionales de Medios cuyos integrantes sean comunicadores, académicos y usuarios. Entre los propósitos del mismo están ejercer a través del análisis riguroso y responsable, la observación permanente de la información proporcionada por los medios, en cuanto a su pluralidad, confiabilidad y oportunidad. Este observatorio debe de incidir en el proceso de producción de la agenda informativa de los medios masivos y velar por la vigencia y funcionamiento del sistema democrático y por la existencia de un sistema comunicacional que garantice el flujo informativo libre, permanente, fidedigno y plural.

En cuanto a la política comunicacional del Mercosur en su componente político y de principios, Venezuela desea proponer los siguientes lineamientos y solicitar se debatan en esta reunión.

Como mecanismo de integración regional y comprometido con el desarrollo humanista de los países miembros, el Mercosur sostiene como principios orientadores de su política comunicacional los siguientes:

1. Asume una doctrina de la libertad de expresión que entienda los derechos comunicacionales como colectivos y no solo individuales, y que esté al servicio de los pueblos, la independencia y la soberanía nacional.
2. Impulsa una revisión de la bibliografía disponible en el diseño curricular de las universidades para ampliar la presencia de autores afines a los intereses políticos y sociales del bloque regional y próximos a nuestras realidades nacionales.
3. Propicia la diversificación del espectro radioeléctrico hacia distintos sectores y organizaciones sociales y comunitarias que permita la democratización de las frecuencias y mejore las condiciones para la circulación de la información.
4. Promueve el fortalecimiento y las capacidades operativas de los medios estatales y públicos de cada nación miembro del Mercosur para fomentar la integración política, social y económica de los pueblos de este bloque regional y avanzar hacia una soberanía comunicacional.
5. Propicia el uso de tecnologías propias y compartidas, que doten a la región de independencia en los sistemas de información y su defensa de la soberanía económica frente a agentes exógenos al desarrollo integral del Mercosur.
6. Promueve la producción audiovisual conjunta al interior del Mercosur sobre la cultura y la historia de nuestros países que permita un mejor conocimiento conjunto de los pueblos.
7. Entiende la comunicación popular, no estatal, como de importancia sustantiva para el desarrollo de nuestros pueblos y parte de la dinámica de intercambio cultural en el Mercosur.

**ANEXO “I” – Lineamientos hacia una Política de Comunicación y
Información Pública del MERCOSUR – Propostas da Venezuela (2013)**

12

**XXIII REUNIÓN ESPECIALIZADA DE
COMUNICACIÓN**

ACTA N° 02/13

ANEXO IV

Caracas, 28 y 29 de noviembre de 2013

Lineamientos hacia una política de comunicación e información pública del Mercosur

Propuesta de la Delegación de Uruguay

Antecedentes

Por qué el Mercosur necesita un plan de comunicación e información pública

En la pasada Presidencia Pro Témpore de Uruguay las delegaciones compartieron el diagnóstico sobre la comunicación del bloque concordando en la importancia de contar con una estrategia y un equipo de profesionales para llevarla adelante. Asimismo, se acordó la necesidad de establecer consensos en torno a los lineamientos de la misma.

Actualmente, la comunicación del Mercosur no es inexistente, no obstante, conviven diferentes fuentes, actores e instrumentos de comunicación y mensajes que deben ser canalizados a los efectos de que interactúen más fluidamente en una política general del proceso y puedan adquirir mayor relevancia considerados como un conjunto.

La comunicación del Mercosur no debe relegarse solamente a la comunicación de las Cumbres de Presidentes ni a la agenda que los medios de comunicación proponen, de acuerdo a sus propios objetivos o los intereses que representan. Dichos fines no necesariamente están alineados con los procesos de integración y el compromiso de los gobiernos del bloque con la misma. Por otra parte, tampoco los medios de comunicación poseen actualmente una fuente de información institucional oficial acerca del Mercosur.

La dinámica de integración de nuestro bloque de países posee una gran cantidad de actividades, iniciativas, actores y productos que hacen a la integración. Actualmente, no solo la ciudadanía de nuestros países se encuentra privada de esta información, sino también que también suele ser sub visibilizada o invisible entre aquellos que tenemos mayor cercanía con la institucionalidad del bloque.

Asimismo, la relevancia de MERCOSUR en sus diferentes áreas hace que nuestro proceso de integración sea de interés para el resto del mundo. Será importante, por ello, crear una estrategia de comunicación y divulgación, para diferentes niveles y públicos, de acceso sencillo a través de las distintas herramientas gráficas, audiovisuales y digitales, y cuya información -ya sea económica, diplomática, social o cultural- sea decodificada en clave de lenguaje ciudadano.

Por último, y desde el punto de vista de los antecedentes y el contexto hacia un plan de comunicación, hay que destacar el desafío que supone crear una estructura flexible, dinámica y efectiva, comprometida fuertemente con los principios de la integración y en coordinación directa con las fuentes oficiales, delegaciones, equipos de trabajo y actores de cada país.

Nuestra meta institucional

Informar, sensibilizar y generar adhesión y pertenencia de las y los ciudadanos al proceso de integración del Mercosur.

Objetivo general

Establecer en el corto plazo los lineamientos generales y específicos para la implementación de una política de comunicación e información integral en y desde MERCOSUR para informar y sensibilizar a las y los ciudadanos de la región de las acciones y beneficios de la integración, reflejando la diversidad y riqueza de cada una de nuestras sociedades y territorios y proyectándonos como región hacia el mundo.

Objetivos Específicos

- Informar a la ciudadanía de manera exhaustiva sobre las acciones, el funcionamiento, composición, actividades y resultados del proceso de integración de nuestros países.
- Armonizar y coordinar los instrumentos de comunicación y divulgación existentes, a través de una política, una estrategia y un plan de comunicación del MERCOSUR.
- Llegar con eficiencia a los públicos regionales y globales utilizando diferentes plataformas gráficas, audiovisuales y digitales, redes y tecnologías.
- Generar mecanismos ágiles de circulación de la información entre los actores institucionales y por ellos producida a los efectos de promover su difusión en tiempo y forma.
- Mantener un equipo estable y dinámico que garantice un flujo constante de información de primera mano y la creación y mantenimiento de una base de datos siempre viva de medios, líderes de opinión, organismos, instituciones y actores sociales.

- Concebir mecanismos de evaluación y medición de esta nueva etapa de la comunicación y la información pública del Mercosur.

La comunicación del Mercosur

Informar, hacer visible el proceso de integración, generar adhesión, compromiso y pertenencia de la ciudadanía, ofrecer una imagen institucional del bloque. De acuerdo a estos objetivos ponemos en común las siguientes preguntas:

1. ¿Qué comunica el Mercosur?

Esta pregunta refiere a los contenidos e identidad de la comunicación.

En este sentido, nuestra percepción es que deben tener prioridad los siguientes:

- Actividades MERCOSUR
- Noticias de los países vinculadas a Mercosur
- Informes sobre temas específicos
- Normativa
- FOCEM y Otros Proyectos
- Actividades culturales y sociales
- Agenda de la PPT

2. ¿Quiénes son los públicos del Mercosur?

Esta pregunta refiere al público objetivo de la comunicación y divulgación. A quiénes les interesa y a quienes hoy, no les interesa, pero debería interesar.

Para esto definimos los públicos en cuatro categorías de acuerdo a un criterio territorial: dentro o fuera del Mercosur; así como si se trata de un mensaje masivo o focalizado:

- Intra Mercosur masivo: ciudadanía de MERCOSUR
- Intra Mercosur focalizado: Academia, Organizaciones Sociales, prensa especializada, agencias.
- Extra Mercosur masivo: ciudadanía extranjera, organismos internacionales, etc.
- Extra Mercosur focalizado: técnicos gubernamentales de terceros países, Academia, Organizaciones Sociales, Prensa especializada.

3. ¿Cuáles son nuestros instrumentos de comunicación disponibles?

El plan de comunicación y la estrategia debe tener en cuenta todos los medios, instrumentos y recursos de comunicación disponibles:

- Medios Masivos (radio, TV, gráfica)
- Radios públicas
- Publicaciones periódicas
- Folletos
- Premios y concursos
- Boletines electrónicos
- Redes sociales (nivel institucional)
- Canal institucional web
- Blog / revista digital
- Talleres y encuentros con periodistas
- Informes, dossiers, alertas
- Campañas de publicidad o sensibilización
- Portal web

4. ¿Cuáles son las áreas temáticas de la Comunicación/Divulgación?

Fundamentalmente identificamos la necesidad de que se cubran las siguientes áreas:

- Área Política
- Área Económica- comercial
- Área de Ciudadanía,
- Área de Relacionamento de Mercosur con terceros
- Área de Infraestructura
- FOCEM y otros proyectos
- Tecnologías de la Comunicación y la Información

5. ¿Qué roles existen en la Comunicación y Divulgación?

Se identifican tres roles diferenciados en la comunicación de acuerdo al siguiente detalle:

Dirección y Editorial: La dirección política de la comunicación la detentará la Presidencia Pro Témpace en ejercicio en la medida de lo posible en coordinación con las restantes Coordinaciones Nacionales GMC.

Equipo de comunicación: se promoverá la institucionalización y profesionalización de la comunicación y divulgación (se adjunta propuesta de UCIM)

Vocero de los comunicados oficiales: cuando existan comunicados oficiales de los países el Alto Representante General de MERCOSUR oficiará como vocero de los mismos.

PROPUESTA DE UNIDAD TÉCNICA DE COMUNICACIÓN E INFORMACIÓN DEL MERCOSUR (UCIM)

La **Unidad de Comunicación e Información del Mercosur (UCIM)** tendrá las siguientes responsabilidades:

Responsabilidades

-Elaborar un diagnóstico del estado de situación de la comunicación y las necesidades específicas de comunicación.

-Elaborar el plan de comunicación bienal y anual, y un manual de comunicación integral en el que se establecen las políticas, principios, ética y protocolos de comunicación, así como los principales públicos y resultados esperados.

-Analizar las oportunidades regionales, las fortalezas y debilidades, los recursos e instrumentos de comunicación ya existentes.

-Gestionar la relación con la prensa regional: agencias, medios gráficos, audiovisuales y digitales; entrevistas, ruedas de prensa, servicio informativo a los trabajadores de prensa, mailing, reuniones específicas, y las relaciones públicas.

-Coordinar la comunicación entre los actores institucionales.

-Proveer de materiales y apoyo de comunicación a la PPT en ejercicio.

-Desarrollar los protocolos y poner en marcha, si fuera necesario, los mecanismos establecidos para la comunicación de crisis.

-Manejar la agenda del portavoz institucional (Coordinador General Asociado a la PPT) según sea designado para cada periodo.

-Administrar con agilidad y profesionalismo, los medios e instrumentos de comunicación: página web, redes, medios gráficos u otros recursos audiovisuales, etc.

-Evaluar el desarrollo de la comunicación, realizar informes anuales y medir su propia gestión en base a marcadores externos e internos.

Composición mínima y perfiles

- **Coordinador/a General de la Unidad de Comunicación (CG-UCIM).**

Máximo responsable de la UCIM. Le corresponde al Coordinador General del GMC en ejercicio de la PPT. Es quien aprueba el plan de comunicación y dirige la línea editorial durante la PPT, así como resulta responsable por la cobertura de actividades y otros espacios de relevancia para la comunicación.

- **Director/a de Comunicación e Información Pública**

Dirección ejecutiva de la unidad, licenciado/a experimentado/a en comunicación pública. Relación directa con el Coordinador y los responsables de comunicación gubernamental.

Puesta en marcha del plan de comunicación, diagnóstico y evaluación de la comunicación (en equipo). Coordinación técnica de contenidos y relación con la prensa. Manejo de agenda del vocero, participación de reuniones relevantes a criterio de la coordinación general. Alertas, monitoreo y clipping para la PPT en ejercicio. Responsable para las contrataciones externas o productos especiales de comunicación, ya sean gráficos o audiovisuales.

Presenta el presupuesto de la UCIM.

- **Tres funcionarios técnicos*:**

Dos editores/as (licenciados/as en comunicación y/o periodismo con experiencia en redacción) destinados a: la redacción de noticias del portal, informes y manejo de redes.

Redacción de dossiers, publicaciones temáticas y folletería.

Redacción y administración del newsletter.

Decodificación de informes técnicos para su edición en lenguaje de la ciudadanía y los diferentes públicos.

Creación de materiales específicos gráficos y audiovisuales para la prensa regional.

Un/a diseñador/a multimedia

Con experiencia en manejo de recursos gráficos, plataforma web utilizada, diseño gráfico y digital. Manejo de lenguaje informático básico. Creación de un manual de estilo. Administrador de biblioteca audiovisual. Fotografía y video.

Deberán trabajar con **puntos focales designados en los países** a los efectos de recuperar información e imágenes de las actividades, proyectos y políticas de MERCOSUR o bien, crearla a los efectos de cumplir con los objetivos de comunicación.

*La UCIM debe contar con apoyo de la Secretaría de MERCOSUR con un funcionario administrativo y con apoyo de un responsable de protocolo y/eventos si fuera necesario.

Designación

El director será designado por el GMC, período de dos años con posibilidad de prórroga por un año más, rotando alfabéticamente. Debido a la sensibilidad del área y en caso de considerarlo fundamentado, el GMC por consenso podrá finalizar su contrato con un pre aviso de un mes.

Los técnicos serán contratados bajo los procedimientos de funcionarios MERCOSUR.

Ubicación y recursos técnicos

Se profesionalizará esta área dentro de la Secretaría del MERCOSUR, buscando que se apoye en las otras áreas de la secretaría para la producción de sus trabajos (administrativo- financiera, técnica, etc).

A fines de poder comunicarse de manera diaria con los puntos focales, la oficina de la UCIM debe contar con infraestructura técnica básica para trabajo a distancia: videoconferencias, herramientas de planificación a distancia, elementos técnicos y recursos necesarios.

Plazos ideales2013:

unificación de criterios generales entre los países

2014 enero a junio

creación del equipo de trabajo inicial
diseño y aprobación del plan de comunicación en etapas
Protocolos de funcionamientos, presentación
recursos técnicos

2014 julio a diciembre

formación completa del equipo,
presentación de productos iniciales de comunicación
puesta en marcha del plan

enero 2015

Pleno funcionamiento de la UCIM

ANEXO “J” – Programa de Trabajo 2013-2014

MERCOSUR/XXV RECS/D.T.N° 2/14.

**INFORME DE CUMPLIMIENTO DEL PROGRAMA DE TRABAJO 2013-2014
XXV REUNIÓN ESPECIALIZADA DE COMUNICACIÓN SOCIAL (RECS)
17 y 18 de noviembre de 2014
(GMC)**

Tema	Actividad (negociación, implementación, diagnóstico, seguimiento)	Tipo (Específica – Permanente)	Origen (Órgano decisorio - iniciativa propia)	Estado de situación a) concluido <i>(Identificar resultado: norma aprobada o punto del acta del órgano decisorio donde se trató)</i> b) en desarrollo c) suspendido d) con dificultades <i>(especificarlas)</i> e) realizado <i>(para actividades permanentes)</i> f) otras circunstancias <i>(especificarlas)</i>
Política de Comunicación del MERCOSUR	a) Seguimiento Elaboración de una Política Comunicacional del MERCOSUR	Específica	GMC	Concluido Proy.Decisión. elevado en la XXV RECS.
	b) Negociación: Proyecto de video institucional del MERCOSUR	Específica	GMC	En desarrollo
Seminario sobre Comunicación Pública en el Proceso de	Implementación: Organizar el 2do. Seminario sobre Comunicación Pública en	Específica	RECS	Suspendido

Integración Regional	el Proceso de Integración Regional			
Grupos de trabajo de Agencia, TV y Radio	Seguimiento: Actividades de los Grupos de trabajo de Agencia, TV y Radio	Permanente	RECS	Con dificultades. En la XXIV RECS se estableció la reactivación de los grupos de trabajo.
Seminario de Comunicación en zonas de Frontera	Implementación: Organizar Seminario sobre Medios de comunicación de Frontera	Permanente	RECS	Otras circunstancias. Se realizaron encuentros en zona de frontera para la conformación de dichos seminarios.
Plataforma Virtual para capacitación de comunicadores	Negociación de propuesta	Específica	RECS	Suspendido

ANEXO “K” – Programa de Trabajo 2015-2016

MERCOSUR/XXV RECS/D.T.N° 1/14

PROGRAMA DE TRABAJO 2015-2016

XXV REUNIÓN ESPECIALIZADA DE COMUNICACIÓN SOCIAL (RECS) 17 y 18 de noviembre de 2014

Tema	Actividad (negociación, implementación, diagnóstico, seguimiento)	Tipo (Específica – Permanente)	Origen (órgano decisorio- iniciativa propia)	Fecha de conclusión estimada
Política Comunicacional del MERCOSUR	a) Seguimiento de la Política de Comunicación del MERCOSUR	Permanente	RECS	-----
	b) Seguimiento de la constitución e implementación de la UCIM	Permanente	RECS	-----
Video Institucional del MERCOSUR	Implementación del video institucional del MERCOSUR	Específica	GMC	Diciembre 2015
Grupos de Trabajo de Agencia, Radio y TV	Seguimiento de las actividades de los grupos de trabajo de: Agencia, TV y Radio	Permanente	RECS	-----
Seminario de Comunicación en zonas de Frontera	Implementación Organizar el Seminario sobre Medios de Comunicación en Frontera	Permanente	RECS	-----

**ANEXO “L” – Decisão CMC n. 47/2014 – Diretrizes para a Política
Comunicacional do MERCOSUL**

MERCOSUL/CMC/DEC. N. 47/2014

DIRETRIZES DA POLÍTICA COMUNICACIONAL DO MERCOSUL

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e a Resolução N° 155/96 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que a Reunião Especializada de Comunicação Social foi criada com o objetivo de promover a realização de atividades conjuntas tendentes a uma maior coordenação no plano informativo, de imprensa e difusão do processo de integração regional.

Que é necessário contar com uma política comunicacional do MERCOSUL para alcançar maior visibilidade e conhecimento do referido processo de integração na opinião pública, tanto nos Estados Partes quanto no exterior do bloco.

Que, para tais fins, é indispensável estabelecer pautas e diretrizes para promover a comunicação do MERCOSUL a fim de fortalecer a integração regional.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM

DECIDE:

Art. 1º – Aprovar as “Diretrizes da Política Comunicacional do MERCOSUL” que constam como Anexo e fazem parte da presente Decisão.

Art. 2º - Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

XLVII CMC – Paraná, 16/XII/14

ANEXO

DIRETRIZES DA POLÍTICA COMUNICACIONAL DO MERCOSUL

Preâmbulo

A definição de uma política comunicacional para o MERCOSUL é de vital importância no particular momento político e histórico que vive a América Latina. Constitui um instrumento fundamental para posicionar o bloco como ator global, salientando suas características e potencialidades particulares e valorizando a diversidade cultural e a pluralidade linguística dos nossos povos.

A Política Comunicacional do MERCOSUL deve contribuir para o fortalecimento de sua identidade, em linha com as prioridades definidas pelos Chefes de Estado, visando a plena integração regional.

A meta institucional deve estar voltada a informar, sensibilizar e gerar adesão e pertencimento da cidadania aos princípios fundamentais de paz, desenvolvimento e defesa da democracia.

A Política Comunicacional do MERCOSUL deve reconhecer a comunicação e a liberdade de expressão como direito humano, tanto individual quanto coletivo. Além de garantir à cidadania do MERCOSUL o direito de acesso à informação livre e plural sobre o bloco.

A comunicação pública e outros meios de comunicação social são de importância substantiva para o desenvolvimento dos nossos povos e parte da dinâmica de intercâmbio cultural do MERCOSUL.

A Política Comunicacional do MERCOSUL reconhece a importância de promover o intercâmbio de conteúdos, experiências e tecnologias, levando em conta as assimetrias entre os meios públicos dos Estados Partes.

1- Objetivos Gerais

1. Estabelecer as diretrizes gerais e específicas para a implementação de uma política abrangente de comunicação e informação do MERCOSUL, para informar e sensibilizar a cidadania dos Estados Partes sobre as ações e benefícios da integração, refletindo a diversidade e riqueza de cada uma de nossas sociedades e territórios, projetando-se como região para o mundo.

2. Articular com os órgãos e foros da Estrutura Institucional do MERCOSUL a divulgação e informação ao público de suas atividades, facilitando a abordagem e a construção de agendas.

2 - Objetivos Específicos

1. Organizar, processar e circular a informação sobre o MERCOSUL entre as autoridades e a cidadania, relativa a suas ações, funcionamento, composição, atividades, valor estratégico e resultados permanentes do processo de integração dos nossos países.
2. Responder às necessidades dos povos com ações comunicacionais que reflitam o acesso à informação como um direito humano.
3. Promover a divulgação jornalística e constituir-se em referência informativa para os meios de comunicação.
4. Coordenar os instrumentos e ferramentas de comunicação e divulgação existentes na institucionalidade do processo de integração regional, através de um plano de comunicação do MERCOSUL.
5. Abordar o público regional e global utilizando diferentes plataformas gráficas, audiovisuais e digitais, redes e tecnologias, articuladas entre si.
6. Gerar mecanismos ágeis de circulação da informação entre os atores institucionais a fim de promover sua difusão.
7. Manter uma equipe estável e dinâmica que garanta um fluxo constante de informação de primeira mão e a criação e manutenção de um banco de dados de meios, líderes de opinião, organismos, instituições e atores sociais.
8. Articular com os órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL vinculados à dimensão social, visando produzir e disseminar conteúdos.
9. Conceber mecanismos de avaliação, medição e sistematização da comunicação e da informação pública do MERCOSUL.
10. Estimular a produção audiovisual, sonora e gráfica conjunta no interior do MERCOSUL sobre a cultura e a história dos nossos países.

3- Modalidades

A Política Comunicacional estará voltada a um público dividido em quatro categorias de acordo com um critério territorial e conforme trate-se de uma mensagem massiva ou focalizada:

- IntraMERCOSUL massivo: cidadania dos Estados Partes do MERCOSUL e meios massivos.
- IntraMERCOSUL focalizado: setores nacionais formadores de opinião (academia, organizações sociais, empresas, imprensa temática, agências de notícias).
- ExtraMERCOSUL massivo: cidadania estrangeira, organismos internacionais, meios internacionais massivos, etc.
- ExtraMERCOSUL focalizado: setores externos formadores de opinião (agências técnicas governamentais de terceiros países, academia, organizações sociais, imprensa temática).

4- Pautas para que os órgãos e foros da estrutura institucional do MERCOSUL elaborem suas propostas de comunicação

- A política de comunicação do MERCOSUL centrar-se-á nos acordos que impliquem um avanço e um aprofundamento da integração na região.
- Os temas que envolvam os Estados Partes serão comunicados com o prévio consentimento destes.
- Os temas objeto de negociação serão comunicados depois de concluídos.

5- As ações de comunicação do MERCOSUL versarão, dentre outros, sobre os seguintes temas:

- Atividades MERCOSUL
- Notícias dos países vinculadas ao MERCOSUL
- Relatórios sobre temas específicos
- Normativa

- FOCEM
- Projetos de Cooperação Internacional
- A dimensão cultural e social
- Agenda da PPT
- Declarações e Comunicados do MERCOSUL e dos Estados Partes sobre o bloco ou outro país do MERCOSUL.
- Realizações e avanços em questões relevantes.

6- Instrumentos de Comunicação: Meios da Política Comunicacional do MERCOSUL

A Política Comunicacional do MERCOSUL deverá levar em consideração todos os meios, instrumentos e recursos de comunicação disponíveis, contemplando as seguintes funções básicas: informação, produção de conteúdos e intercâmbio entre os países visando, entre outros objetivos, ao desenvolvimento e à capacitação dos recursos técnicos e humanos.

- Meios massivos (rádio, TV, gráfica)
- Rádios e emissoras de TV públicas
- Publicações periódicas
- Folhetos
- Prêmios e concursos
- Boletins eletrônicos
- Redes sociais (nível institucional)
- Canal institucional web
- Blog / revista digital
- Oficinas e encontros com jornalistas
- Relatórios, dossiês, alertas
- Campanhas de publicidade ou sensibilização
- Portal web
- Produção e coprodução de conteúdos
- Intercâmbio de experiências e capacitação
- Rádio digital
- Experiências de outros meios de comunicação social.

ANEXO “M” – Participação da Sociedade Civil da RECS

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA RECS

Os representantes da Comissão de Comunicação da Cúpula Social do MERCOSUL poderão participar nas reuniões da RECS, em conformidade com o Anexo III da Ata da XIX RECS (Assunção, 3 e 4 de junho de 2011), para dar conhecimento de suas posições, solicitações e iniciativas.

A participação será limitada a um representante por país.

Os países deverão informar à Presidência Pro-Tempore o nome do representante da sociedade civil como membro da respectiva delegação à respectiva reunião.

Cada reunião da RECS incluirá, na agenda tentativa, ponto específico referente à participação dos representantes da sociedade civil, preferencialmente como um dos primeiros itens da agenda. Cada representante poderá expor suas respectivas posições por 15 minutos.

Os pontos principais das apresentações dos respectivos representantes da sociedade civil serão registrados na Ata da reunião.

Os representantes poderão, após suas apresentações, continuar a participar da reunião da RECS na condição de observadores e acompanhar o tratamento dos demais itens da agenda.



